



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**WAGNER DE SOUZA PIMENTEL**

**A ATUAÇÃO DOS EMEDEBISTAS NO LEGISLATIVO DE ALAGOINHAS EM  
TEMPOS DE DITADURA MILITAR (1967-1973)**

Salvador - BA  
2023

**WAGNER DE SOUZA PIMENTEL**

**A ATUAÇÃO DOS EMEDEBISTAS NO LEGISLATIVO DE ALAGOINHAS EM  
TEMPOS DE DITADURA MILITAR (1967-1973)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal da Bahia, como requisito para  
obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Junior

Salvador - BA

2023

**WAGNER DE SOUZA PIMENTEL**

**A ATUAÇÃO DOS EMEDEBISTAS NO LEGISLATIVO DE ALAGOINHAS EM  
TEMPOS DE DITADURA MILITAR (1967-1973)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal da Bahia, como requisito para  
obtenção do título de mestre.

Banca examinadora:

---

Profº Drº Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Junior (Orientador)  
Universidade Federal da Bahia

---

Profº Drº José Jorge Andrade Damasceno  
Universidade Estadual da Bahia

---

Profº Drº José Alves Dias  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia



Universidade Federal da Bahia  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



**PARECER SOBRE TRABALHO FINAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**

NOME DO ALUNO		MATRICULA	NÍVEL DO CURSO
Wagner de Souza Pimentel		2021103200	Mestrado
TÍTULO DO TRABALHO			
A atuação dos emedebistas no legislativo de Alagoinhas em tempos de Ditadura Militar (1967-1973)			
EXAMINADORES	ASSINATURA	CPF	
Carlos Zacarias F. de Sena Junior (UFBA) - orientador		457.687.065-34	
José Alves Dias (UESB)		332.723.875-87	
José Jorge Andrade Damasceno (Uneb)		224.730.845-72	

ATA

Aos três dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, na sala virtual no Google Meet, foi instalada a sessão pública para julgamento do trabalho final elaborado por Wagner de Souza Pimentel, mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social do Brasil. Após a abertura da sessão, o professor Carlos Zacarias F. de Sena Junior, orientador e presidente da banca julgadora, deu seguimento aos trabalhos, apresentando os demais examinadores. Foi dada a palavra ao autor, que fez sua exposição e, em seguida, ouviu a leitura dos respectivos pareceres dos integrantes da banca. Terminada a leitura, procedeu-se à arguição e respostas do examinando. Ao final, a banca, reunida em separado, resolveu pela **aprovação** do aluno. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente ata que será assinada por quem de direito.

PARECER GERAL

Após a arguição, a banca reunida considerou a pesquisa uma contribuição relevante para a historiografia, muito especialmente à historiografia dedicada às câmaras legislativas municipais no Brasil no século XX. Ressaltando, ainda, a importância da investigação tratar do interior da Bahia, em tempos de Ditadura Militar, a banca considera que a dissertação contribui de modo relevante para o conhecimento desse espaço ainda pouco pesquisado da história do Brasil e para o campo da história política.

SSA, 03/10/2023: Assinatura do aluno:



SSA, 03/10/2023: Assinatura do orientador:



Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

Pimentel, Wagner de Souza

P644 A atuação dos emedebistas no Legislativo de Alagoinhas em tempos de ditadura militar  
(1967-1973) / Wagner de Souza Pimentel, 2023.

168 f.

Orientador: Profº. Drº. Carlos Zacarias Figueirôa de Sena Junior

Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

1. Política - Bahia - História. 2. Democracia. 3. Alagoinhas (BA) - Câmara Municipal. 4. Poder legislativo 5. Ditadura militar – Bahia - 1967 - 1973.I. Sena Junior, Carlos Zacarias IV. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. V. Título.

CDD: 321.80981

---

## AGRADECIMENTOS

Ingressar no curso de mestrado em História na UFBA em pleno período de pandemia da COVID-19, depois de longos catorze anos desde a minha graduação, foi um ato de resistência e amor a ciência. Minha felicidade por ter sido aprovado no PPGH-UFBA não é mensurável. Não tem palavras para descrever o tamanho da alegria e do bem-estar que me fez. Entretanto, tenho a obrigação e o prazer de agradecer, do profundo da minha alma, a quem contribuiu para essa minha conquista.

Como cristão, agradeço ao meu senhor Jesus Cristo, meu único e eterno salvador, por ter me concedido força e motivação para o desenvolvimento do projeto naquele ano terrível de 2020. A Minha querida amada esposa e companheira de todas as horas, Elisângela: a primeira leitora crítica do meu projeto de pesquisa. A primeira incentivadora.

Aos meus queridos e amados pais, Antônio e Eloisa Helena, por ter me dado além de tanto amor, cuidado e carinho, desde a infância até a graduação, todas as condições materiais para minha formação. Ademais, vale destacar que se hoje eu estou pesquisando na área da história política, sendo um adepto das ideias socialistas, foi devido a minha querida mãe, uma bancária, trabalhadora, ter me levado em 1989, aos 7 anos de idade, para as carreatas de Lula.

Agradecer ao meu orientador Carlos Zacarias, que me acolheu de forma afetiva, me convidado para grupo de pesquisa, Politiza, e também por ter sempre tido paciência nas minhas angústias e dúvidas teóricas. Sem ele não seria possível o meu desenvolvimento e crescimento enquanto historiador. Suas orientações, as observações nas correções do texto, os encontros via google meet e as trocas de conversas via whatsapp eram verdadeiras aulas de historiografia, marxismo e acima de tudo, de respeito ao próximo. Zaca, meu velho, um forte abraço e meu muito obrigado!

Quero externar meu agradecimento aos meus amigos e colegas de profissão Moisés Leal Morais, Carlos Nássaro e Ede Ricardo por terem sido generosos e excelentes avaliadores do meu projeto de pesquisa, indicando e sugerindo leituras e procedimentos metodológicos essenciais para o meu crescimento enquanto pesquisador/historiador.

Ao meu querido professor na graduação José Jorge Andrade Damasceno, que durante o desenvolvimento do meu projeto, antes da seleção do mestrado, aturou horas de conversas sobre memória e história política de Alagoinhas e ainda aceitou o convite para ser membro da banca avaliadora. Jorge, receba meu muito obrigado.

Não posso esquecer também, do meu outro professor na época da graduação, Clóvis F. Ramaiana Moraes Oliveira que depois de ter lido o primeiro rascunho do projeto, respondeu através de uma mensagem de e-mail e me incentivou, além de suas pertinentes observações dizendo o seguinte: "Seu projeto dá caldo." Obrigado, grandioso homem de Tanquinho.

Meu muito obrigado a mais um Professor da graduação, Paulo Santos Silva. Ele teve a enorme paciência e, acima de tudo, o cuidado ético de me ajudar com indicação de bibliografia antes das inscrições nos processos seletivos do ano de 2020.

Agradeço também a generosidade e o apoio dado pela historiadora Tatiane Araujo, pois a partir da leitura da pesquisa dela, nasceu a ideia central e o meu objeto de estudo. Tati, obrigado por ouvir atentamente minhas angústias e por ter me preparado para o desafio de ler mais de 1000 páginas das atas da Câmara Municipal de Alagoinhas. Você me avisou.

Ao pesquisador Luís Santana, que nos momentos de maior aperto, quando eu não podia ir aos arquivos por conta do trabalho, me auxiliou bastante com seus serviços, fotografando jornais antigos na biblioteca central do estado da Bahia e no IGHB. Obrigado, meu velho!

Quero agradecer profundamente a todas as pessoas que trabalham no PPGH-UFBA. A cada funcionário, mesmo não os conhecendo pessoalmente. Meu obrigado carinhoso aos amigos que fiz durante esses dois anos de mestrado: Alan Rebouças Pereira, João Liguori Serrão e Amanda Santos. Um agradecimento as professoras Lina Maria Brandão de Aras, Maria de Fátima Novaes Pires, Lucileide Costa Cardoso e aos professores Antônio Câmara (PPGCS-UFBA) e Antônio Luigi Negro. Obrigado meus queridos e minhas queridas, cada um de vocês serão sempre lembrados e terão sempre um espaço nas minhas memórias. Saibam que procurei ao máximo aprender com os suas análises críticas pertinentes de cada texto proposto nas aulas. O meu fazer historiográfico tem a influência de cada um que tive contato nas disciplinas ofertadas.

Meu muito obrigado também vai para o professor e historiador José Alves Dias. A referência bibliográfica mais relevante dessa pesquisa. Sem o trabalho e os estudos dele não haveria essa pesquisa. Obrigado por ter aceitado o convite para compor a banca de avaliação e agradecido por cada sugestão, crítica e observação feita.

Por fim, vale dizer que foi um prazer e um privilégio ter esse título de mestre homologado com a chancela da UFBA. Viva a UFBA! Viva a universidade pública! Viva a educação pública!



## LISTA DE ABREVIATURAS

<b>ACA</b>	Associação Comercial de Alagoinhas
<b>ABCEB</b>	Arquivo da Biblioteca Central do Estado da Bahia
<b>ACMA</b>	Arquivo da Câmara Municipal de Alagoinhas
<b>ARENA</b>	Aliança Renovadora Nacional
<b>CMA</b>	Câmara Municipal de Alagoinhas
<b>CESA</b>	Centro dos Estudantes Secundários de Alagoinhas
<b>CHESF</b>	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
<b>COELBA</b>	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
<b>DERBA</b>	Departamento de Estradas e Rodagens da Bahia
<b>FSESP</b>	Fundação de Serviços de Saúde Pública
<b>IAPSEB</b>	Instituto de Assistência e Previdência dos Servidores do Estado da Bahia
<b>INPS</b>	Instituto Nacional da Previdência Social
<b>MDB</b>	Movimento Democrático Brasileiro
<b>RFFSA</b>	Rede Ferroviária Federal S.A
<b>SAAE</b>	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alagoinhas
<b>SNI</b>	Serviço Nacional de Informação
<b>TEBASA</b>	Telefones da Bahia S. A
<b>UDN</b>	União Democrática Nacional
<b>VFFLB</b>	Viação Férrea Federal Leste Brasileiro

## RESUMO

A finalidade desse trabalho é estudar a atuação dos vereadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na Câmara Municipal de Alagoinhas, no período de 1967 e 1973, demonstrando a participação e o papel da pequena e média burguesia e dos setores médios do município dentro do poder legislativo. Ficou constatado que entre os membros da classe dirigente alagoinhense, tanto os emedebistas quanto os arenistas, havia convergência ideológica por um desenvolvimento econômico pautado na industrialização e pelos princípios morais da Ditadura Militar. Nas duas legislaturas analisadas ficou nítido a presença desses dois elementos comuns entre os parlamentares eleitos. Ademais, esse estudo quer contribuir, também, para a compreensão no âmbito local, de como foram forjadas as relações políticas locais durante a institucionalização do bipartidarismo, relacionando as disputas do poder municipal entre a classe dirigente alagoinhense em duas situações: o episódio do assassinato do vereador eleito pelo MDB, o comerciante Celso Magalhães Dantas, e a influência política do governador Antônio Carlos Magalhães no jogo político local. A leitura das Atas das Sessões ordinárias e Extraordinárias da Câmara Municipal de Alagoinhas, juntamente com os periódicos da Bahia e de outros estados e os documentos de informações do SNI, digitalizados e disponibilizados no site do SIAN, serviram de base fundamental para a construção dessa pesquisa. Essas fontes foram tomadas como indispensáveis para averiguar a contribuição histórica que uma parte da escrita da história política de Alagoinhas pode contribuir para a historiografia da Bahia e do Brasil.

**Palavras-chave:** Movimento Democrático Brasileiro; Câmara Municipal de Alagoinhas; Poder legislativo

## ABSTRACT

The purpose of this thesis is to examine the performance of the councillors of the Movimento Democrático Brasileiro Brasileiro (MDB) councillors in Alagoinhas City Council, from 1967 to 1973, showing the participation and the role of the petty and middle bourgeoisie and the middle sectors of the of the municipality within the legislature. It was noted that among the members of the class of Alagoinhas, both MDB and ARENA party members, there was an ideological convergence for economic development based on industrialisation and the moral principles of the Military Dictatorship. In the two legislatures analysed, the presence of these two elements was clear and common among the elected parliamentarians. In addition, this study also aims to contribute to the understanding of how local political relations were institutionalised during the power struggles between the ruling class of Alagoinhas in two situations: the episode of the murder of the elected councillor by the MDB, the merchant Celso Magalhães Dantas, and the political influence of the governor, Antônio Carlos Magalhães, in the local political game. The reading of the minutes of the Ordinary and Extraordinary Meetings of the Alagoinhas City Council, together with Bahian and foreign periodicals and the SNI information documents, digitised and made available on the SIAN website, served as a fundamental basis for the construction of this research. These sources were considered indispensable in order to determine the historical contribution that a part of the writing of the political history of Alagoinhas can make to the historiography of Bahia and Brazil.

**Keywords:** Movimento Democrático Brasileiro; Alagoinhas City Council; Legislative Power.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1 CAPÍTULO 1. 1ª LEGISLATURA PÓS-GOLPE CIVIL-MILITAR.....</b>	<b>28</b>
1.1 ALAGOINHAS EM BUSCA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	28
1.2 A FORMAÇÃO DO MDB ALAGOINHENSE E AS ELEIÇÕES DE 1966.....	44
1.3 UM MDB CONSERVADOR.....	48
1.4 HOSTÍLIO DIAS, O PRAGMÁTICO.....	59
1.5 UM FERROVIÁRIO CASSADO .....	71
<b>2 CAPÍTULO 2. O “MANDATO TAMPÃO”: UM MDB MURILISTA.....</b>	<b>79</b>
2.1 A SITUAÇÃO ELEITORAL DO MDB NO BRASIL E NA BAHIA EM 1970.....	79
2.2 AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1970 E A ATUAÇÃO DO CARLISMO.....	86
2.3 O ADESISMO ALAGOINHENSE.....	93
2.4 1971: O AUGE DO MURILISMO.....	107
<b>3 CAPÍTULO 3. CLASSE DIRIGENTE EM CONFLITO: O CASO DO ASSASSINATO DO VEREADOR CELSO MAGALHÃES DANTAS.....</b>	<b>125</b>
3.1 SANGUE DERRAMADO NA CÂMARA MUNICIPAL EM 1956.....	125
3.2 UM LÍDER CARISMÁTICO ENCURRALADO.....	128
3.3 A “PANELINHA” DO PREFEITO E POSSÍVEIS MOTIVOS DO CRIME.....	129
3.4 UM NOVO ARRANJO POLÍTICO.....	135
3.5 O “CRIME DE ALAGOINHAS” NO COTIDIANO DO ALAGOINHENSE.....	141
3.6 O DIA DA POSSE DE JUDÉLIO CARMO.....	148
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>154</b>
<b>FONTES PRIMÁRIAS.....</b>	<b>158</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>163</b>

## INTRODUÇÃO

O propósito dessa dissertação é analisar a atuação parlamentar de um grupo de vereadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) na Câmara Municipal de Alagoinhas, no interior da Bahia, no período do bipartidarismo, entre os anos de 1967 e 1973, demonstrando a participação e o papel da pequena e média burguesia e dos setores médios do município nos espaços de decisão política<sup>1</sup>, principalmente dentro do legislativo.

O recorte temporal dessa pesquisa começa na primeira legislatura pós-golpe civil-militar de 1964 (1967-1971) e vai até a posse do prefeito Judélio de Souza Carmo (MDB), em 1973. Eleito na icônica e surpreendente eleição de 1972, o emedebista quebraria com a sequência de vitórias eleitorais de dois grupos políticos – os irmãos Jairo e José Azi e a forte liderança de Murilo Cavalcanti – que se alternaram no poder desde 1958.

Além desses dois grupos, outros membros da classe dominante alagoinhense merecem destaque: os proprietários do *Alagoinhas Jornal* - os irmãos Walter e Waldo Robatto Campos, dentista e médico, respectivamente – e o médico Jairo Maia. Vale destacar, ainda, que dentro desse período recortado ocorreu o assassinato do vereador emedebista, também eleito em 1972, Celso Magalhães Dantas, em 18 de janeiro de 1973, isto é, às vésperas do início do governo do mais novo líder político de Alagoinhas.

A pesquisa foi construída através de uma análise das Atas das Sessões Ordinária e Extraordinárias e dos livros de requerimento e moções da Câmara Municipal de Alagoinhas. Também foram averiguados alguns jornais locais, regionais e até nacionais que circularam no período da ditadura com a finalidade principal de sempre confrontar as fontes. Sem a confrontação, o historiador pode cair na armadilha do julgamento precipitado, esquecendo que seu papel central é trabalhar com uma análise objetiva de todas as fontes por ele selecionadas, demonstrando que escrever história não é meramente uma opinião, e sim, uma pesquisa científica fundamentada em dados e informações deixadas pelos seres humanos.

Os aportes teóricos e metodológicos da história social foram de fundamental relevância para o fazer historiográfico desse estudo centrado no campo da história política. Os livros, textos e artigos científicos lidos demonstraram que as fontes disponíveis e selecionadas devem ser concebidas, parafraseando José D'Assunção Barros, como relatos impregnados de intenções

---

<sup>1</sup> José Alves Dias, em sua tese de doutorado e que depois foi publicada como livro – **Rumo ao palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)**. Vitória da Conquista: Editora da UESB, 2016 – coloca o governo, o partido e o parlamento como espaços decisivos do poder político.

que podem ser decifrados, interpretados e compreendidos, pois, elas não falam por si, e tampouco, são registros repletos apenas de informações.<sup>2</sup>

A princípio, na construção do projeto de pesquisa, não seriam utilizadas as fontes orais e tampouco livros de memorialistas. Contudo, a existência de ex-vereadores do MDB e da ARENA, ainda vivos e lúcidos, para exporem suas percepções e memórias sobre o período vivenciado por eles, quase que obrigou, a partir para um aprimoramento teórico e metodológico acerca dos campos da história oral e da memória, pois o historiador precisa ter consciência e ciência do terreno que está explorando para não cometer anacronismos, julgamentos e análises precipitadas. Foram realizadas quase dez horas de entrevistas riquíssimas em informações e em questões essenciais para problematizações. E trabalhar com arquivos vivos e fontes orais exigem muita paciência, disciplina e acima de tudo, um acolhimento crítico e gentil com todos os relatos, lembranças ou recordações dos entrevistados.

Ao ler livros memorialísticos acerca da Ditadura Militar,<sup>3</sup> da história de Alagoinhas e analisar as transcrições das entrevistas realizadas com os ex-vereadores fui provocado, quase instantaneamente, a desenvolver uma reflexão acerca do campo de estudos da memória e relacionar com o livro de Nicolau Sevcenko,<sup>4</sup> e, com o texto de Sandra Jatahy Pesavento,<sup>5</sup>. Para Sevcenko: “[...] enquanto a historiografia procura o ser das estruturas sociais, a literatura fornece uma expectativa do seu vir- a- ser.”<sup>6</sup> Segundo ele, o historiador trabalha com a realidade e o escritor com a possibilidade. Já Pesavento afirma que “[...] a história se baseia mais em versões e possibilidades do que certezas.”<sup>7</sup>

Apesar de serem dois estudiosos da história cultural, com posições teóricas adversas, vale a pena trazer essa discussão para o campo da memória e relacioná-la com a história porque compreende-se aqui nessa pesquisa que a realidade e ficção andam juntas no texto histórico, no literário e no memorialístico. As três narrativas e versões são criadas, a partir de algo que já existiu. No entanto, se diferenciam, pois enquanto o historiador almeja – e deve – narrar o fato

<sup>2</sup> BARROS, José D'Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019. Edição Kindle, posição 271.

<sup>3</sup> Por mais que eu empregue o termo golpe civil-militar nessa dissertação, considero que a ditadura foi essencialmente militar, pois quem exerceu o poder político de fato foi o alto comando das três forças armadas do Brasil. Ver: FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.9, n. 20, p. 05-74, 2017. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ikwxT>. Acesso em: 05 abril 2022.

<sup>4</sup> SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>5</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & literatura: uma velha-nova história**, **Nuevo mundo mundos nuevos debates** 2006. 2006. Disponível em: <https://bityli.com/zwvTrl>. Acesso em: 01 jun. 2015.

<sup>6</sup> SEVCENKO, Op. Cit., p. 29

<sup>7</sup> PESAVENTO, Op. Cit., p. 4.

o mais próximo possível do acontecido [realidade], os escritores apresentam como poderia ter sido [possibilidade], através de personagens inventados ou inspirados em pessoas reais, contextualizando com uma determinada época histórica. Já os memorialistas tentam impor sua versão como a verdadeira e infalível, porque participaram e vivenciaram os acontecimentos, como se fossem os únicos capazes e com autoridade para relatar a veracidade dos detalhes de um determinado fato, sem perceber que seus relatos podem conter transferências e projeções de lembranças ou recordações de outros eventos.<sup>8</sup>

Benito Bisso Schmidt em seu artigo, *Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964 quarenta anos depois*, ao analisar a “batalha de memórias” acerca do golpe civil-militar de 1964, afirma que os discursos têm o objetivo de impor a “forma correta” de lembrar ou esquecer o golpe, explicitando significados variados e alocando-os de diversas maneiras na história brasileira.<sup>9</sup> A constatação do historiador ajudou essa pesquisa a se atentar para o fato nítido de que, em algumas ocasiões nas entrevistas com os ex-vereadores vivos e de familiares dos falecidos, ocorreria uma tentativa do entrevistado colocar suas recordações, percepções e análises como totalmente verídico.

Além disso, Benito Schmidt traz uma constatação do historiador francês Pierre Nora, o qual afirma existir uma profunda oposição em relação a memória e história, ou seja, a memória tem um caráter afetivo e sacralizante, enquanto a história é racional e laicizante.<sup>10</sup> E o contraponto para essa afirmativa de Pierre Nora vem de Enzo Traverso quando ele diz que não se pode antagonizar de forma definitiva história e memória, apesar de haver diferenças entre elas. Para ele a história e a memória não são inconciliáveis, pois mesmo ocorrendo certas tensões ou embates na interação entre as duas, é possível escrever a história.<sup>11</sup>

Mesmo que o historiador tente, através de documentos considerados seguros para escrever a história, nunca conseguirá narrar da forma como realmente aconteceu – e ele deve ter plena consciência disso – pois, o fato histórico é interpretado pela sua ótica, baseada em fontes históricas selecionadas e criticadas por ele, mesmo que seja o mais objetivo e racional possível no relato dos eventos. Já a narrativa dos escritores e, principalmente, dos memorialistas não tem preocupação com a objetividade científica. Essa é questão central para qualquer pesquisador interessado em adentrar o campo da memória: todo relato ou testemunho escrito e

<sup>8</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

<sup>9</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. *Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964, quarenta Anos depois*. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, 2007, p. 128.

<sup>10</sup> *Ibid.*

<sup>11</sup> TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. História, memória e política. Lisboa: Edições unipop, 2012, p.40

falado deve ser respeitado, mas acolhido de forma crítica. E essa pesquisa se preocupou bastante com isso.

Em estudo pioneiro na época acerca da memória em torno da Ditadura Militar brasileira, o artigo, *construindo a memória do regime de 64*<sup>12</sup>, publicado em 1994 na Revista Brasileira de História, Lucileide Costa Cardoso investigou e analisou 11 livros de memórias que tem o propósito de narrar os acontecimentos relevantes da Ditadura Militar no Brasil, conforme os vieses de cada memorialista.

Escrito em meio às disputas pela memória da Ditadura Militar no Brasil, apenas nove anos de diferença em relação ao fim daquele período autoritário, Lucileide Cardoso afirma que as obras memorialísticas não são meros discursos narrativos, a respeito das experiências dos seus agentes. São, também, mecanismos de transformação da realidade do presente: construção de leituras distintas e releituras que desembocam numa disputa pelo controle das diferentes memórias<sup>13</sup>.

Ainda segundo Cardoso, o memorialista oferece ao leitor uma representação pessoal dos outros e do mundo que vivencia ou vivenciou, isto é, os autores das memórias escritas se mostram fortemente vinculados a grupos políticos-ideológicos, sustentando a reconstrução do passado e apoiando sua identidade. O viés ideológico das obras memorialísticas é permeado de argumentos em defesa ou de condenação da Ditadura Militar.<sup>14</sup> Da mesma maneira foram as recordações e depoimentos dos ex-vereadores e dos familiares dos falecidos. Ocorreu uma defesa das ações e decisões tomadas por cada parlamentar municipal ou pelo parente que vivenciou o período pesquisado.

Esse estudo buscou possíveis influências e repercussões dos acontecimentos políticos no município de Alagoinhas, em interação com o âmbito Estadual e Federal, partindo do pressuposto que por mais que haja particularidades políticas, econômicas e sociais, Alagoinhas sofreu as consequências do golpe civil-militar de 1964, que contribuíram para transformar o cotidiano dos munícipes. Alguns fatos, disputas e tensões políticas dentro e fora do poder legislativo municipal, no período de 1967 a 1973, reverberaram nacionalmente, entre elas está o assassinato do Vereador Celso Magalhães Dantas (MDB).

As repercussões do assassinato do vereador emedebista, as atuações parlamentares dentro da Câmara Municipal e os embates políticos entre MDB e ARENA são objetos de investigação

---

<sup>12</sup> CARDOSO, Lucileide Costa. *Construindo a memória do regime de 64*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.14, n. 27, p. 179-196, 1994.

<sup>13</sup> CARDOSO, op. cit.

<sup>14</sup> Ibid.



desse trabalho, que inseridos no campo da história política, estabelece um olhar analítico acerca do passado do Poder Legislativo de Alagoinhas, durante a Ditadura Militar. Diante disso, essa pesquisa se propõe, não apenas em contribuir com reflexões críticas, a respeito das atuações políticas dos vereadores emedebistas no parlamento alagoinhense, como também, dar visibilidade a história da Ditadura Militar no município de Alagoinhas.

No processo de imersão das fontes disponíveis ficou visível que em Alagoinhas, no período do qual esse estudo se ocupou a analisar, o personalismo político foi um elemento preponderante nas relações políticas. Dito isto, a leitura do artigo de Israel Oliveira Pinheiro, *A política na Bahia: atraso e personalismos*<sup>15</sup> foi relevante para entender esse elemento no jogo político alagoinhense e dialogar com a proposta teórica dessa pesquisa.

A leitura de toda a documentação obtida para a realização da escrita dessa história política local demonstra, de maneira explícita, as disputas pelo poder político dentro dos partidos e do legislativo, entre as personalidades carismáticas e populares, destacando-se o fato de que as escolhas ou trocas de legendas eram, na maioria das ocasiões, guiadas por esses líderes às vésperas das eleições. Entretanto, o movimento de classe e, conseqüentemente, os interesses econômicos dos grupos políticos não podem ser invalidados.

Vale destacar, também, que os dirigentes políticos e com forte influência nos dois partidos, em sua grande maioria, eram oriundos de famílias privilegiadas e tradicionais que viviam do comércio e como profissionais autônomos entre eles médicos, advogados e dentistas. Com efeito, a leitura do livro de José Alves Dias<sup>16</sup> foi fundamental para que este pesquisador atentasse ao alinhamento, entre o MDB e a ARENA alagoinhense, referente a uma preocupação por um desenvolvimento econômico-industrial na cidade de Alagoinhas, ou seja, a urgência de uma industrialização para o Município foi um dos pontos de convergência entre a classe dirigente alagoinhense, mesmo estando em partidos ou em grupos políticos distintos.

Segundo Carlos Fico, a relevância da atuação política na esfera regional é um aspecto ainda não muito considerado pela historiografia da Ditadura Militar no Brasil.<sup>17</sup> Mesmo havendo vários livros, artigos científicos, dissertações e teses que abordam temas sobre os desaparecidos políticos, guerrilhas e torturas, ainda há um amplo espaço para ser estudado, pois, existe uma infinidade de temas e objetos a serem problematizados pelos pesquisadores, como

---

<sup>15</sup> PINHEIRO, Israel de Oliveira. A política na Bahia: atraso e personalismos. **Revista Ideação**, Feira de Santana, n. 4, p. 49-78, 1999.

<sup>16</sup> DIAS, José Alves. **Rumo ao palácio**: as estratégias de dominação do espaço político na Bahia durante a ditadura (1966-1982). Vitória da Conquista: Editora da UESB, 1ª edição, 2016.

<sup>17</sup> Carlos Fico da Silva Júnior, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, fez essa afirmação no prefácio do livro, *Rumo ao Palácio: as estratégias de dominação dos espaços públicos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)*, de José Alves Dias (2016).

por exemplo, a atuação política partidária de vereadores. Partindo dessa constatação do historiador, é sempre bom lembrar que a Ditadura Militar não vigorou apenas nos grandes centros urbanos ou nas capitais do Brasil.

Municípios de pequeno e médio porte também sofreram, de alguma maneira, com o peso do aparelho repressor em suas instituições sociais, provocando transformações no cotidiano de inúmeras populações que, consciente ou inconscientemente, apoiaram, resistiram ou ficaram indiferentes durante o período ditatorial. Independentemente de ter tido apoio ou de ter sofrido resistência ou até a indiferença de uma parte da população, a Ditadura Militar modificou, de alguma forma, o dia a dia no município de Alagoinhas, isto é, as relações sociais e pessoais sofreram algum tipo de mudança em seus mais diversos ambientes de socialização dos diálogos.

Um bom exemplo acerca dessas mudanças cotidianas na vida da população depois da instauração da Ditadura Militar são os trabalhos desenvolvidos por Cristiane Lopes da Mota<sup>18</sup> – que estuda o comportamento ao golpe civil-militar de 1964 e suas consequências no município de Santo Antônio de Jesus na Bahia – e o de Thiago Machado de Lima<sup>19</sup>, que analisa os impactos no município de Esplanada, também na Bahia, depois do fatídico 31 de março de 1964, relatando a cassação do prefeito e uma verdadeira caça aos comunistas. Essas duas pesquisas deixam, bem claro, os efeitos colaterais que foram provocados no cotidiano do cidadão comum nestes dois municípios, mas faz o leitor ou outros pesquisadores formularem hipóteses plausíveis de que em diversas outras localidades da Bahia e do Brasil aconteceram situações ou fatos semelhantes.

Em Alagoinhas não foi diferente, pois dentre os espaços dialógicos que tiveram seu dia a dia modificado com a instauração da Ditadura Militar está a Câmara Municipal, a “casa do povo” alagoinhense, pois com o autoritarismo e a constante fiscalização veio a imposição do bipartidarismo, cujo princípio abarcava dentro dos dois partidos criados pelo novo governo-MDB e ARENA – inimigos, adversários ou rivais políticos que antes estavam separados em outras legendas no pluripartidarismo até 1966.

A atuação parlamentar dos vereadores do MDB, provavelmente, não seria a mesma, caso o mandato deles fosse em um Estado de direito democrático. A partir dessa constatação que provocou uma inquietação de como se processou essa questão bipartidária brasileira dentro do

---

<sup>18</sup> MOTA, Cristiane Lopes da. **O golpe de 1964 e suas reverberações em Santo Antônio de Jesus**. Salvador: Saga, 2016.

<sup>19</sup> LIMA, Thiago Machado de. **Entre a política e a religião: o golpe civil-militar de 1964 na cidade de Esplanada, Bahia**. 2015. 220f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.

legislativo municipal alagoinhense, foi necessário buscar estudos que ajudassem nas reflexões e construção do argumento dessa pesquisa.

Os trabalhos existentes em relação à Ditadura Militar na Bahia e em Alagoinhas, que abordam o contexto do bipartidarismo, ainda são insuficientes para a ampliação de um debate pautado no desenvolvimento das relações políticas nesse período. O estudo desenvolvido por André Teixeira Jacobina que aborda as divisões partidárias existentes na ARENA e no MDB baianos, inseridas no contexto da distensão e abertura política no Brasil, entre os anos de 1974 a 1979, dentro da Assembleia Legislativa da Bahia, a princípio, parece ser o único que explora especificamente esse tema no contexto da Bahia.<sup>20</sup>

Em se tratando especificamente de Alagoinhas, acerca da temática do bipartidarismo na Ditadura Militar, não existia nenhum estudo que retratasse esse período. Entretanto, foram encontradas dissertações, teses e livros de historiadores e cientistas políticos que abordam esse assunto nas esferas regional e nacional, trazendo reflexões sobre a trajetória e os aspectos do MDB, e, de estudos sobre outros partidos políticos, inclusive na Bahia, como por exemplo, os trabalhos de Soares, Tauil e Colombo<sup>21</sup>; Ana Beatriz Nader<sup>22</sup> Rodrigo Patto Sá Motta<sup>23</sup>, Maria D’Alva Gil Kinzo<sup>24</sup>, Maria Victória de Mesquita Benevides<sup>25</sup>, Consuelo Novais Sampaio<sup>26</sup>, Paulo Santos Silva<sup>27</sup>, Ede Soares Ricardo,<sup>28</sup> Carlos Zacarias de Sena Júnior.<sup>29</sup>

Na historiografia relacionada ao golpe de 1964 e a consequente Ditadura Militar instaurada, foram utilizados os estudos que puderam abarcar questões e conceitos fundamentais

<sup>20</sup> JACOBINA, André Teixeira. **Clivagens partidárias: ARENA e MDB baianos em tempos de distensão (1974-1979)**. 173f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

<sup>21</sup> SOARES, Alessandro O.; TAUIL, Rafael M.; COLOMBO, Luciléia. O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB. **Sinais**, Vitória, v. 1, n. 19, p. 7-29, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3mHHEU8>. Acesso em: 05 set. 2020.

<sup>22</sup> NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB, semeadores da democracia: história oral de vida política**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

<sup>23</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

<sup>24</sup> KINZO, Maria D’alva G. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. Tradução: Heloisa Perrone Attuy. São Paulo: Vértice, 1988.

<sup>25</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

<sup>26</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República**. Salvador: Edufba, 1998; SAMPAIO, Consuelo Novais. **Poder e Representação: o legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937**. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992.

<sup>27</sup> SILVA, Paulo Santos. **A volta do jogo democrático: Bahia 1945**. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1992.

<sup>28</sup> SOARES, Ede Ricardo de Assis. **Os comunistas e a formação da esquerda (Alagoinhas, 1945-1956)**. 2013. 155f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

<sup>29</sup> SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. **Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-1948)**. 2.ed. Salvador: Edufba, 2022.

que não podem fugir do debate teórico e historiográfico acerca do sentido que ela representou para o Brasil, e particularmente, para Alagoinhas. Para entender e relacionar o significado do golpe de 1964 e a ditadura com os eventos ocorridos no jogo político alagoinhense, os trabalhos desenvolvidos por Carlos Fico<sup>30</sup>, Caio Navarro de Toledo<sup>31</sup> e principalmente, o de René Armand Dreifuss<sup>32</sup> foram essenciais para uma compreensão histórica mais sólida do período, com fornecimento de embasamento teórico-metodológico que pudesse auxiliar nessa pesquisa.

O livro *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*, é um dos principais trabalhos científicos sobre o tema, relatando de forma crítica e detalhada como se desenvolveram as articulações golpistas da classe dominante com os militares para tomarem de assalto o Estado brasileiro. Segundo o historiador, a burguesia brasileira que não era reformista e tampouco redistributiva, motivada unicamente pelo capital, arquitetou e financiou toda a estrutura ideológica que contribuiria para instauração da ditadura.<sup>33</sup> Em suma, o autor demonstrou, através de uma farta documentação, que houve um golpe civil-militar articulado e complexo, com a participação concreta de setores médios da sociedade, das classes alta e empresarial, juntamente com a alta cúpula das três forças armadas brasileiras.

Vale a pena discutir, brevemente, a repercussão do golpe de 1964 na Câmara Municipal de Alagoinhas mesmo tendo como escopo principal deste estudo a atuação parlamentar dos vereadores do MDB alagoinhense no período do bipartidarismo. Dito isto, no estudo de Arleide Farias de Santana, encontram-se algumas respostas acerca da postura política dos vereadores alagoinhenses, nos dias que sucederam ao 31 de março de 1964. Ela nos relata que não ocorreu qualquer resistência dos legisladores municipais ao novo governo que se instaurava. Pelo contrário, “[...] houve foi um rápido reajustamento da casa legislativa aos novos ditames que foram instalados no país após o primeiro ato institucional (AI-1)”.<sup>34</sup>

Certamente, essa atitude ocorreu devido ao fato de ter acontecido diversas cassações e prisões de políticos. Entre eles, dois atores sociais protagonistas nessa pesquisa sofreram com os primeiros atos da repressão em 1964 no município de Alagoinhas: o vereador do MDB, o

---

<sup>30</sup> FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3fTVf7l>. Acesso em: 16 maio 2020.

<sup>31</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 19, p. 27-48, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3cda0Qo>. Acesso em: 04 maio 2020; TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o golpe de 64**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

<sup>32</sup> DREIFUSS, René A. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

<sup>33</sup> DREIFUSS, op. cit., p.26

<sup>34</sup> SANTANA, Arleide Farias de. **Repressão às portas do Agreste Baiano** (consequências do golpe de 1964 em Alagoinhas). 2002. 38f. Monografia (Especialista em História Política) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2002, p. 25.

ferroviário Hostílio Ubaldo Ribeiro Dias e o prefeito do município de Alagoinhas na ocasião, o advogado Murilo Coelho Cavalcanti. Ambos foram detidos pela Ditadura Militar logo depois de instaurado o golpe de Estado.

O estudo produzido pela historiadora Elisangela Alves Almeida analisa as celebrações ao golpe civil-militar de 1964 em Alagoinhas e a famigerada Marcha da Família com Deus, pela Democracia ocorrida no dia internacional do trabalhador daquele ano. A autora informa no seu trabalho que:

Dias após a deflagração do golpe civil-militar na Bahia, a Polícia Militar enviou reforços ao interior do Estado a fim de investigar a existência de núcleos ‘subversivos’. [...] Como parte dessa instrução, em Alagoinhas, o poder político local foi atingido, e houve prisões dos vereadores suspeitos de ligação com as forças nacional-reformistas[...].<sup>35</sup>

Os novos arranjos políticos ocasionados pelo golpe de 1964 e a instauração do bipartidarismo são elementos essenciais para auxiliar na compreensão da atuação dos vereadores do MDB de Alagoinhas na Câmara Municipal. Ao tratar das duas legislaturas seguintes, esta dissertação pode provocar reflexões não apenas na comunidade acadêmica, mas por qualquer pessoa interessada por política partidária e pelo papel protagonizado pelos emedebistas como um partido de oposição à Ditadura Militar.

É relevante relatar que o poder legislativo de Alagoinhas funcionou em todo o período da Ditadura Militar. É um fato curioso que merece destaque e que será objeto de discussão nessa dissertação é: por que a ditadura ao invés de fechar totalmente o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais logo após a deflagração do golpe de Estado, oportunizou uma legitimação política para alguns opositores?

E em relação à questão da legitimidade política e do sistema bipartidário, coube observar durante todo o período da pesquisa, a postura dos vereadores do MDB de Alagoinhas, diante do poder executivo municipal, estadual e nacional, e como eles agiram como parlamentares num legislativo controlado pelos órgãos de segurança da Ditadura. Esse recorte regional relatou uma dinâmica política específica, em relação ao âmbito nacional.

Por exemplo, nas atas das sessões ordinárias da Câmara Municipal de Alagoinhas e nos principais jornais de circulação da época, entre eles, o *A Tarde*, o *Jornal da Bahia* e o *Tribuna da Bahia*, ficou indicado que a atuação parlamentar dos vereadores do MDB na Câmara Municipal de Alagoinhas, no período do bipartidarismo, demonstrou particularidades na dinâmica política emedebista local, se comparada ao quadro nacional. Dentre elas e que será

---

<sup>35</sup> ALMEIDA, Elisangela Alves. **Marcha da família com deus, pela democracia em Alagoinhas- Ba: comemorações e adesões ao golpe civil-militar de 1964** 2021. 197f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual da Bahia, Alagoinhas, 2021, p.97

alvo de discussão no primeiro capítulo, a saber: o apoio que o candidato a prefeito e eleito no pleito de 1966, Antônio de Figueiredo Carneiro (MDB), teve de uma corrente da ARENA de Alagoinhas.

Outra questão intrigante e relacionada a essas especificidades do jogo político alagoinhense foi o apoio público do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (ARENA), para o então candidato a prefeito pelo MDB, Murilo Coelho Cavalcanti, nas eleições de 1970.

Ao fazer uma análise sobre a atuação dos emedebistas na Câmara Municipal de Alagoinhas a leitura do estudo de René Dreifuss<sup>36</sup> foi essencial para ajudar a compreender como funcionou o movimento de classe no golpe civil-militar de 1964. A partir desse entendimento ficou mais nítido perceber a atuação da pequena e média burguesia comercial alagoinhense ocorrida no parlamento de Alagoinhas. O poder legislativo local, um espaço decisório, foi ocupado por membros privilegiados, mas sem tanto poder econômico.

Assim, vale destacar que a escrita desta parte da história política de Alagoinhas se preocupou em não ser anacrônica, pois considera que é à realidade social e objetiva que se aplica ao conceito, e não o contrário. Dito isto, o termo utilizado que este estudo considerou mais apropriado para designar os grupos que controlaram o jogo político no período investigado é o de *classe dirigente*, desenvolvido numa perspectiva gramsciana e pertinente para explicações que relacionam a estrutura e a superestrutura da sociedade.

Para ilustrar melhor o porquê dessa pesquisa ter escolhido o conceito de *classe dirigente*, foi necessário se debruçar sobre um dos estudos produzidos pelo cientista político brasileiro Décio Saes<sup>37</sup>, que em um artigo fez uma reconstituição dos principais elementos teóricos da Teoria das Elites, estabelecendo uma crítica e propondo um caminho alternativo para a análise do processo político, sob a perspectiva da teoria política marxista renovada.<sup>38</sup>

Segundo Saes, a teoria clássica das elites possui elementos centrais muito mais relevantes do que seu uso isolado e pragmático da noção de elite. Ele define a Teoria das Elites<sup>39</sup> como um sistema de relações entre conceitos, estabelecendo que não basta apenas empregar a

---

<sup>36</sup> DREIFUSS, op. cit.

<sup>37</sup> SAES, Décio. Uma contribuição à crítica da teoria das elites. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 3, p.7-19, 1994.

<sup>38</sup> SAES, op. cit.

<sup>39</sup> Ana Paula Hey é um exemplo de autores(as) que trabalham com a ênfase na sociologia das Elites. Ver: HEY, Ana Paula. Elites, no plural. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 1-8, dez. 2017. Já em HOLLANDA, Cristina Buarque de. Teoria das Elites. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, a socióloga apresenta os principais autores da Teoria das Elites.

expressão elite em qualquer contexto político, pois isso seria uma inadvertência teórica. Assim, a Teoria das Elites, para o autor, é um sistema concatenado de conceitos e relações entre conceitos, que funciona como modelo de análise dos processos políticos contemporâneos, cujo conceito central de Elites se daria em torno de uma minoria politicamente ativa, controladora do processo de tomada das grandes decisões políticas.<sup>40</sup>

Saes faz uma provocação, interpelando se a tese central da Teoria das Elites mantém semelhanças com o viés marxista em analisar os processos macropolíticos. Segundo ele, não se pode escapar desse questionamento porque a teoria marxista, igualmente, defende que os processos macropolíticos são controlados por uma minoria social. Contudo, a resposta que o autor fornece para essa interpelação é negativa porque, para ele, na Teoria das Elites a dominação dos processos macropolíticos pelas minorias sociais é tida como um fenômeno universal, permanente e eterno. Para a teoria política marxista, no entanto, essas minorias dominantes seriam propostas como um fato histórico, relacionado com a existência da sociedade de classes.<sup>41</sup>

O cientista político argumenta, ainda, que a minoria politicamente dominante em uma sociedade de classes [classe politicamente dominante] para a teoria marxista é a classe dos proprietários dos meios de produção [classe economicamente dominante]. Enquanto na Teoria das Elites ocorre uma crítica dessa relação marxista entre dominação econômica de classe e na atividade do poder político, na Teoria das Elites a tese do caráter cumulativo do poder proposto pela teoria marxista, diverge da ideia de que as minorias, automaticamente, sempre acumulam poder econômico e político nas sociedades contemporâneas.<sup>42</sup>

O autor continua expondo suas reflexões, demonstrando que na Teoria das Elites não existe relação entre a atividade do poder econômico com o do poder político e tampouco, não há relação da situação de uma classe economicamente dominante com a de grupo politicamente dirigente. Todavia, Saes enxerga que a Teoria das Elites não nega a possibilidade de coincidência entre dominação econômica e dominação política, mas que ela refuta que os exercícios desses poderes tenham uma natureza cumulativa na sociedade contemporânea.<sup>43</sup>

Saes faz, ainda, uma crítica pertinente à Teoria das Elites, dizendo que ela não é capaz de construir sua própria plataforma, demonstrando as contradições e as incongruências contidas

---

<sup>40</sup> SAES, op. cit, p. 7.

<sup>41</sup> Ibid., p. 9.

<sup>42</sup> Ibid.

<sup>43</sup> Ibid.

nelas para uma elucidação mais coerente e objetiva da universalidade das minorias, exemplificando de forma didática sua objeção:

Exemplificando: se a massa é sempre inconsciente dos seus interesses e incapaz de defendê-los na arena política, a minoria social tenderá em qualquer caso a estabelecer sua dominação política, independentemente de existirem ou não facilidades técnicas na organização política de minorias. Inversamente: se a minoria social está fadada a ser politicamente dominante justamente em razão dessas facilidades técnicas, tanto faz que a massa — isto é, a maioria social — seja politicamente racional ou não; em qualquer caso, ela seria derrotada pelo fator “técnico”, favorável invariavelmente à minoria social.<sup>44</sup>

Para Saes, a Teoria das Elites, ao atacar a teoria marxista de classe, anseia criar um modelo alternativo de elucidação na constituição de um grupo politicamente dominante. E afirma que a fragilidade da Teoria das Elites está justamente, em não considerar uma relação entre ação política e interesses coletivos forjados em outros campos, associados ao fato de não conseguir explicar a constituição de um grupo politicamente dirigente na sociedade contemporânea. Em suma, ao ler as reflexões do autor, percebe-se que a Teoria das Elites se coloca como uma opção teórica ao economicismo marxista no campo teórico da "classe dirigente", mas não possui ferramentas teóricas concretas que ilustrem a origem dos grupos politicamente dirigentes.<sup>45</sup>

Um questão importante destacada nesse artigo de Saes, foi a sua análise crítica constatando uma falha na Teoria das Elites: a ausência de uma teoria das decisões políticas fundamentais dentro dela. Segundo o autor, essa ausência ocorre porque ambas são incompatíveis, ou seja, “[...]a Teoria das Elites não especifica o conteúdo das decisões políticas fundamentais nem estabelece conexões entre tais conteúdos e certos interesses de grupo[...]”<sup>46</sup> Assim, ele constata que a Teoria das Elites é incapaz de estabelecer uma diferença entre o que signifique participação efetiva no processo de tomada de decisão política a uma simples submissão aos agentes monopolizadores do processo.<sup>47</sup>

Ao começar a desenhar um caminho alternativo para analisar o processo político, Saes explicita que a Teoria das Elites apresenta o grupo politicamente dominante na sociedade capitalista como homens dotados de qualidades – elites – e ainda afirma que na tradição teórica marxista, o exercício do poder econômico leva, posteriormente, ao exercício do poder político. Segundo ele, essa tese marxista é problemática e explica o sucesso acadêmico da Teoria das Elites. Além disso, expõe o erro da crítica da Teoria das Elites que para ele está em atacar

---

<sup>44</sup> SAES, Op. Cit., p. 10.

<sup>45</sup> Ibid. p. 13.

<sup>46</sup> Ibid. p. 15.

<sup>47</sup> Ibid.



unicamente a versão economicista clássica da tese do exercício cumulativo dos poderes e se colocando como a única opção alternativa para o marxismo.<sup>48</sup>

Na alternativa proposta por Saes, que se encontra nas obras de Nicos Poulantzas e Etienne Balibar, encontra-se a premissa de que o funcionamento das sociedades de classe ou da sociedade capitalista é estabelecido, através do relacionamento da causação recíproca entre poder econômico e poder político, não ocorrendo um poder determinante e um poder subordinado. Resumindo, a causação recíproca, segundo o autor – a dominação econômica de classe e a dominação política de classe são condicionantes de reprodução uma da outra.<sup>49</sup>

Por fim, Saes apresenta os conceitos de classe dominante, detentora e reinante, “[...]ou aquilo que Marx chama ‘a classe governante’,”<sup>50</sup> embasando-se no que ele chamou de teoria política marxista renovada. Definiu que: classe dominante são os agentes coletivos que exercem o poder político; Classe Detentora do aparelho do Estado são os agentes coletivos que ocupam o topo do aparelho de Estado e a Classe reinante são os agentes coletivos que prevalecem no sistema partidário.<sup>51</sup>

Ainda em relação a essas tipologias de classes, Saes disse que “frequentemente, em sociedades capitalistas concretas, a classe reinante é a pequena burguesia ou a classe média.”<sup>52</sup> Essa afirmação do autor é, exatamente, o que predominou no perfil social dos atores sociais que controlaram o poder político em Alagoinhas no período de 1967-1973: grupos com influência e liderança política, mas que não tinham grande poder econômico. Mesmo assim, ainda insuficiente para poder caracterizar os grupos sociais que assumiram o controle governamental alagoinhense.

Sobre à classe detentora Saes concluiu que é aquela que exerce o controle sobre o aparelho de Estado, mas que não se constitui em classe dirigente ou elite política. Esse conceito é também insuficiente para se aplicar na realidade de Alagoinhas. E ao trazer os critérios para ser incluída como classe dominante, afirmou que:

Ela [Classe detentora] não se configura, só por esse fato, como classe dominante, pois só é dominante a classe social cujo interesse político geral é garantido pelo Estado; e só nesse caso se pode dizer que uma classe social detém o poder político e o poder de Estado.<sup>53</sup>

---

<sup>48</sup> SAES, Op. Cit. p. 16.

<sup>49</sup> Ibid., p. 17.

<sup>50</sup> Ibid., p. 18

<sup>51</sup> Ibid.

<sup>52</sup> Ibid.

<sup>53</sup> Ibid.

Saes concluiu que a Teoria das Elites analisa apenas morfológicamente o processo político, e se fizer mais do que isso, se destruirá, transformando-se em outro sistema. Enquanto a teoria política marxista renovada absorve a análise morfológica do processo político, contudo, não se constituirá como tarefa única do analista político. O autor diz ainda que o papel do pesquisador adepto da teoria marxista é relacionar os resultados da análise morfológica com a análise substantiva do processo político, ou seja, será uma análise do caráter de classe do poder político, cuja Teoria das Elites mostra-se limitada e a teoria política marxista renovada, coloca-se como abrangente na análise das sociedades de classe ou da sociedade capitalista.<sup>54</sup>

A reflexão teórica de Saes em diálogo com um dos escritos de Antonio Gramsci foram fundamentais na escolha do termo *classe dirigente* como o mais adequado, numa perspectiva marxista, para designar os grupos sociais que controlaram os espaços de decisão política de Alagoinhas no período em que se ocupa esse estudo.

Segundo o intelectual italiano marxista, ao dissertar sobre a questão da direção política na construção do Estado italiano, a hegemonia de um determinado grupo social apresenta-se de duas maneiras bem definidas: dominação e direção intelectual e moral sobre outro grupo. Assim, o autor afirma que esse mesmo grupo social anseia controlar seus adversários, tendo a finalidade de subjugar-los, até mesmo empregando o uso da força armada, e de dirigir os grupos aliados. Para ele, esse mesmo grupo social tem a capacidade de ser dirigente bem antes de controlar o poder governamental, sendo essa característica um pré-requisito relevante para se conquistar o poder político. Por fim, Gramsci ilustra que no exercício desse poder político, o grupo social se transforma em dominante tentando continuar a ser também dirigente.<sup>55</sup>

Partindo dessa perspectiva gramsciana para entender o controle e a influência da classe dirigente alagoinhense dentro dos espaços decisório do poder político local, é relevante trazer outra reflexão do pensador italiano que relaciona partido político e classes sociais. Gramsci afirmou que “os partidos políticos são reflexo e a nomenclatura das classes sociais.”<sup>56</sup> Segundo o autor, as agremiações partidárias nascem, se constroem, se deformam e se reformam em cima da dinâmica que envolve a luta de classes.<sup>57</sup>

---

<sup>54</sup> SAES, Op. Cit., p.18

<sup>55</sup> GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.62-63

<sup>56</sup> COUTINHO, Carlos Nelson(org.). **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos 1916-1935**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.84.

<sup>57</sup> Ibid.

Entre os arenistas e emedebistas alagoinhenses pode-se trazer esse mesmo pensamento de Gramsci para uma melhor compreensão das tensões e dos conflitos políticos vividos por eles no período de 1967-1973. Essa pesquisa compreende que o governo e, principalmente, o poder legislativo municipal de Alagoinhas são espelhos dos anseios e interesses econômicos dos grupos políticos hegemônicos dentro do MDB e da ARENA ocupantes daqueles lugares de decisão política.

Vale frisar que mesmo existindo uma forte presença do personalismo político intrínseco nas relações partidárias de Alagoinhas entre os anos de 1967-1973, como já dito acima, ocorreu um movimento de classe capitaneado pela pequena e média burguesia alagoinhense. Dentro dos espaços de decisão política local essas frações burguesas buscaram garantir seus interesses econômicos de classe. E um deles foi a constante luta dentro da Câmara Municipal por um desenvolvimento econômico pautado na industrialização.

Depois dessas reflexões e discussões teóricas e para uma melhor compreensão de todos esses elementos citados acima, é bom demonstrar como esta dissertação será sistematizada em três capítulos, nos quais serão abordadas e debatidas as seguintes questões:

- a) a ocorrência ou não de manifestações políticas de apoio ou de resistência ao governo militar dentro da Câmara Municipal;
- b) a maneira como as demandas da classe trabalhadora e de outros segmentos populares eram recebidas pelos vereadores emedebistas, verificando, também, em que medida elas eram atendidas;
- c) as repercussões das tensões políticas e da disputa pelo poder local dentro do Poder Legislativo de Alagoinhas, observando possíveis relações com as questões da agenda política estadual e nacional;
- d) identificação do perfil social e político-ideológico dos vereadores do MDB de Alagoinhas, verificando quais demandas buscavam representar no Legislativo Municipal e a maneira como se posicionavam diante das questões da agenda política nacional.

Vale elucidar ao leitor que todos esses quatro pontos citados no parágrafo anterior serviram como uma bússola para indicar o caminho da pesquisa, sendo eles fundamentais para entender a atuação parlamentar dos emedebistas alagoinhenses e para alertar quanto ao cuidado que se deve ter com os julgamentos precipitados ou equivocados das fontes disponíveis para análises.

O primeiro capítulo identificará e analisará a atuação parlamentar dos vereadores do MDB de 1967-1971, a primeira legislatura depois do golpe civil-militar, tendo como destaques os vereadores Hostílio Ubaldo Ribeiro Dias [terceiro mandato], Judélio de Souza Carmo [primeiro e único mandato [vereador] e prefeito de Alagoinhas, por duas vezes] e de Carlos Navarro Filho que teve apreendida suas memórias, através de entrevistas feitas pelo pesquisador. Além disso, serão debatidas, criticamente, as relações políticas e partidárias entre emedebistas e arenistas, tendo como pano de fundo a aliança entre o MDB e uma corrente da ARENA nas eleições de 1966.

Haverá uma abordagem acerca da criação do serviço de água e esgoto de Alagoinhas (SAAE), da construção do estádio municipal de futebol e das construções de casas populares realizadas pelo IAPSEB.

No capítulo dois ocorrerá uma análise da legislatura de 1971-1973, vulgarmente conhecida como “mandato tampão”, analisando a influência que o carlismo teve no resultado do pleito eleitoral de 1970 e na atuação parlamentar dos vereadores emedebistas durante aquele período legislativo, destacando a questão do adesismo e da migração de quase toda a bancada emedebista para ARENA. Além disso, terá uma abordagem relacionada acerca da concessão da energia elétrica, que era administrada pelo município, para a estatal baiana COELBA, trazendo à tona outras discussões interessantes e relevantes, como por exemplo, os debates provocados no período de sessenta dias de sessões extraordinárias, os quais foram abordados temas como a venda das ações da Petrobras, a construção da biblioteca pública e a aquisição e cessão de terrenos para a TEBASA.

No terceiro e último capítulo, abordaremos as tensões políticas no município e no poder legislativo de Alagoinhas, ocasionadas pelo assassinato do comerciante e vereador eleito pelo MDB, Celso Magalhães Dantas, destacando as repercussões nos periódicos de circulação nacional e baiano, para tentar compreender os conflitos e a disputa pelo poder político local entre a pequena e média burguesia alagoinhense, juntamente, com alguns membros pertencentes aos setores médios.

Portanto, esse estudo pretende contribuir para a compreensão, no âmbito local, de como foram forjadas as relações políticas durante os seis primeiros anos da institucionalização do bipartidarismo, na Ditadura Militar no Brasil, tendo investigado, também, como funcionou o jogo de interesses entre os dois partidos, dentro do legislativo municipal, auxiliando na elucidação histórica de como o poder econômico e político dos vereadores impedia ou atravancava as demandas sociais das classes trabalhadoras e de outros segmentos populares da sociedade alagoinhense.

## 1 CAPÍTULO 1. 1ª LEGISLATURA PÓS-GOLPE CIVIL-MILITAR

### 1.1 ALAGOINHAS EM BUSCA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Alagoínhas está situada no estado da Bahia, dentro do território de identidade do litoral norte e agreste baiano, tendo a presença de duas rodovias federais, BR-101 e BR-116, cruzando o seu espaço geográfico e encontrando-se a uma distância aproximada da capital Salvador de 110 km. Ela também é cortada pela Estrada de Ferro Bahia e São Francisco, instalada a partir de 1863, a qual foi a responsável por provocar as principais transformações econômicas, sociais e políticas que elevariam a cidade a um outro patamar de urbanização em fins do século XIX e início do XX como afirmou a historiadora Keite Maria Santos do Nascimento Lima.

Keite Maria Lima, em sua dissertação, defende que os fatores que pressionaram pela formação e urbanização de Alagoínhas estão diretamente ligados à construção da Estrada de Ferro Bahia e São Francisco e, conseqüentemente, ao desenvolvimento comercial propiciado pela presença dos imigrantes estrangeiros em busca de oportunidades no novo agrupamento urbano que se constituía.<sup>58</sup>

A autora, em um outro trabalho, afirmou que a ferrovia, também, foi a principal responsável pelo dinamismo econômico da Bahia na segunda metade do século XIX.<sup>59</sup> Ao salientar que existe pouca reflexão acerca das relações de poder em torno do processo de construção e implementação dos trilhos ferroviários na Bahia argumentou que a construção das estradas de ferro beneficiou, principalmente, a classe dos proprietários de terra.<sup>60</sup> Demonstrou que a estrada de ferro cortou vilas e povoados- entre elas a vila de Santo Antonio de Alagoínhas- que possuíam engenhos de açúcar, criação de gado e indústria fumageira.

A historiadora deixou bem claro que a ferrovia foi um instrumento de dominação política e social.<sup>61</sup> A mudança do local da passagem do trem e da construção da estação ferroviária em outro lugar, afastado a mais de 3km do povoamento principal, da Vila de Santo Antônio de

---

<sup>58</sup> LIMA, Keite Maria Santos do Nascimento. **Entre a ferrovia e o comércio: urbanização e vida urbana em Alagoínhas (1868-1929)**. 2010. 148f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010

<sup>59</sup> LIMA, Keite Maria Santos do Nascimento. Bahia and San Francisco railway, a ferrovia que rasgou o interior baiano: impactos econômicos, políticos e sociais nas vilas e povoados do primeiro trecho (1852-1863) *In: SAMPAIO, Moisés de Oliveira; FERNÁNDEZ, Sandra (org). Brasil e Argentina na pesquisa regional/local contemporânea: escalas, periodizações e problemas*. Salvador: EDUFBA, p.31-53, 2021, p.33

<sup>60</sup>Ibid. p.36

<sup>61</sup>Ibid, p.38

Alagoinhas, sinalizou bem a questão das relações de poder com o surgimento da ferrovia naquele espaço que ansiava por progresso.

A pesquisa inicial de Lima nos mostra que ocorreram tensões políticas e divergências em torno dos comerciantes e dentro da classe dirigente alagoinhense quanto ao desvio do curso original do trilho, pois os interesses políticos e econômicos de cada grupo estavam em jogo. O tema é muito interessante para um aprofundamento nas reflexões, mas como o objeto principal dessa pesquisa tem outros objetivos, o foco aqui nessas primeiras linhas foi contextualizar, brevemente e resumidamente, o início do novo núcleo urbano da cidade de Alagoinhas.

É preciso o leitor saber que ao longo de toda a primeira metade do século XX, o comércio, a agricultura e a pecuária de Alagoinhas giraram em torno dessa linha férrea, tendo cada vez mais um crescimento do espaço urbano desordenado e com uma massa de trabalhadores, principalmente os ferroviários, como agentes sociais responsáveis pela dinamização social e política do município.

No período de 1967-1973 a atividade ferroviária em Alagoinhas já dava sinais iniciais de declínio e já não era tão protagonista do almejado progresso e do desenvolvimento econômico como tinha sido no passado. Vale salientar que a partir de meados da década de 1950, no governo Juscelino Kubitschek, houve uma priorização em incentivos fiscais para a indústria automobilística, colocando o modal rodoviário como principal meio de transporte no Brasil:

A evolução histórica e a priorização do transporte rodoviário nos levaram a apontar que a expansão do modelo fordista de produção e de consumo foi um fator que influenciou a política de transportes, especialmente no território brasileiro, a partir de meados da década de 1950, com a implantação do complexo automobilístico no Brasil, no período de industrialização.<sup>62</sup>

A preferência por uma política de transporte voltada para o modal ferroviário, sem sombra de dúvidas, transformou o espaço geográfico alagoinhense. A BR-101 cruzando o município provocou mudanças na mentalidade da classe dirigente local referente a questão do progresso e do desenvolvimento econômico do município, pois muitos deles passaram a defender e expor, na Câmara Municipal, que a construção de rodovias traria dinamismo e prosperidade para Alagoinhas.

Apenas para exemplificar a premissa, o vereador José Francisco Conceição (ARENA) afirmou em uma sessão na legislatura 1967-1971, numa indicação de sua autoria, que a

---

<sup>62</sup> PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; LESSA, Simone Narciso. O processo de planejamento e desenvolvimento do transporte rodoviário no Brasil. **Caminhos de geografia**. Uberlândia, v.12, n.40, p.26-45, 2011. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16414/>. p.27

construção da BA-527, rodovia que ligaria os municípios de Alagoinhas, Aramari, Ouriçangas e Santanópolis a Feira de Santana, beneficiaria toda a região. Essa sugestão do arenista foi submetida para votação e todos aprovaram.<sup>63</sup> Destacando que por ele ter sido motorista de caminhão, aquele instrumento legislativo utilizado era uma maneira de pautar seus interesses no parlamento municipal.

Ademais, ficou expressa a concepção dele, e de todos os seus colegas vereadores da Câmara Municipal de Alagoinhas, de preferir o modal rodoviário, preterindo a ferrovia, como mola propulsora do desenvolvimento econômico do município. Tanto que o emedebista Carlos Navarro Filho, na sessão seguinte, fez um requerimento abordando e demonstrando esse viés:

[...] o quanto seremos beneficiados com o reinício das obras da rodovia BR-11, que representa um elo de ligação entre o Nordeste e o Centro-sul do país, sendo o trecho Alagoinhas-Feira, de vital importância para o escoamento da safra e da produção dessa importante zona, que beneficiará não somente Alagoinhas como também vários municípios que serão interligados como: Lustosa, Teodoro Sampaio, Pedrão etc.<sup>64</sup>

Vale a pena citar, também, as falas do vereador arenista Edson Oliveira em duas ocasiões diferentes para demonstrar o grau de relevância que tinha o modal rodoviário em relação ao ferroviário dentro do poder legislativo municipal de Alagoinhas. A primeira, em agosto de 1967, ele apresentou no plenário da Câmara uma indicação destinada ao diretor do DERBA, solicitando dele “[...] a inclusão no plano rodoviário, a tão desejada rodovia da pesca, o trecho Subauma-Alagoinhas.”<sup>65</sup> Já na segunda, na legislatura 1971-1973, ele disse:

Os prefeitos da região estão conclamados a compreenderem a importância da rodovia interligando o nosso município aos de Aramari, Ouriçangas, Pedrão, Iará à rodovia Feira-Serrinha. A importância de tal rodovia no desenvolvimento econômico da região é de vital interesse para todos os municípios abrangidos.<sup>66</sup>

Vale salientar um episódio ocorrido em uma das sessões ordinárias da Câmara Municipal de Alagoinhas que envolveu, diretamente, o ferroviário Hostílio Ubaldo Ribeiro Dias e Judélio de Souza Carmo. Hostílio Dias acusou e fez um requerimento abordando a questão do descarte das locomotivas da VFFLB, afirmando que elas, na ocasião, eram “[...] cortadas e vendidas

<sup>63</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 12/05/1967, 1967.

<sup>64</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 19/05/1967, 1967.

<sup>65</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 01/08/1967, 1967.

<sup>66</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 27/04/1971, 1971.

como ferro velho para empresas particulares, sem edital de concorrência pública, sem contrato etc.[...]”.<sup>67</sup>

Suas ilações e acusações, por mais que não fosse da alçada da Câmara Municipal de Alagoinhas e por mais que não tivessem fundamento, não reverberou no plenário nenhum questionamento ou uma simples solicitação sequer para buscar mais informações acerca daquela situação. Pelo contrário, houve críticas de Judélio Carmo aos requerimentos impetrados por Hostílio Dias, dizendo que o ferroviário apresentava mais uma vez requerimentos com graves denúncias sem provas. Mais um sinal emblemático de pouco interesse dos vereadores alagoinhenses referente ao modal ferroviário naquele contexto social. A exceção aqui fica por conta do ferroviário, pois, obviamente, além da sua condição social, sua base eleitoral foi toda composta pelos seus colegas de sua categoria, juntamente com os respectivos familiares dessa massa de trabalhadores.

O modal rodoviário era tão significativo para a classe dirigente que em uma moção homenageando o dia dos motoristas, o emedebista Judélio Carmo deixou bem claro o seu sentimento e sua percepção política acerca de quem seria a mola propulsora desenvolvimento do município de Alagoinhas, colocando o profissional responsável por conduzir as mercadorias e os produtos pelas estradas como o protagonista do progresso e da prosperidade. Além disso, vemos nesse trecho abaixo retirado da sessão que homenageava o condutor de veículos pesados, um indício forte de que a sociedade alagoinhense, também, venerava automóveis e construção de estradas, pois até desfile dos automotores eram realizados no centro da cidade:

Estamos acostumados a presenciar as homenagens tributadas a esta heroica classe, inclusive, aqui em Alagoinhas contamos com a tradicional procissão dos automóveis. Entretanto, Sr. Presidente e Srs. Vereadores, seria injusto que essa casa não se juntasse a essas homenagens, para demonstrar o seu apreço e gratidão de nossa terra, aos motoristas de Alagoinhas. Esta moção Sr. Presidente, não tem intuito de fazer elogios, mas de reconhecer o débito que temos para com essa classe, no desempenho do seu papel, em ser o valoroso carrilhão do nosso progresso. Como também, levar aos motoristas a nossa homenagem de estímulo, no prosseguimento da sua tarefa de devastar as barreiras que se impõem ao desenvolvimento.<sup>68</sup>

Problematizando um pouco mais essa questão e para que haja um melhor entendimento do sentido que modal rodoviário tinha para a classe dirigente alagoinhense, é necessário analisar uma reportagem escrita pelo estudante de direito e jornalista Judélio de Souza Carmo, quando

---

<sup>67</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 26/05/1967, 1967.

<sup>68</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 25/07/1967, 1967.



ele era vereador pelo MDB na legislatura 1967-1971, e publicada pela Revista *O cruzeiro* em julho de 1968.

Referente a essa reportagem é preciso relatar que o texto, de autoria do emedebista Judélio Carmo e que tinha como título *O futuro tem encontro marcado em Alagoinhas*, teve um teor todo laudatório e de apresentação dos principais aspectos e potenciais econômicos do município. O jornalista, com uma escrita bastante didática e de fácil leitura, expôs para o Brasil, através das páginas de uma revista de circulação nacional, que Alagoinhas possuía: oito agências bancárias; oito escolas do ginásio; noventa e quatro pequenas e médias indústrias responsáveis por uma produção de NCr\$ 4.000.000,00; quatro clubes sociais, sendo ACRA e Tennis para as classes mais ricas e o Vencedor e o Euterpe alagoinhense destinado para a população, segundo ele, pertencente a “classe média”.<sup>69</sup>

Judélio Carmo afirmou ainda que a principal atividade econômica de Alagoinhas era a extração de petróleo, tendo uma produção de um milhão e duzentos mil metros cúbicos do chamado ouro negro no ano de 1967 “[...] que rendeu ao país NCr\$ 40.627.709,70, sendo que no decorrer do presente ano, vários outros poços já foram descobertos no seu território. Um deles, que produz 3.000 barris diários é apontado como dos maiores da Petrobras.”<sup>70</sup>

E de fato, naquele período do fim da década de 1960, Alagoinhas tinha como principal atividade econômica a extração de petróleo. Entre os anos de 1960 e 1968, o município virou noticiário nacional em diversos jornais do Brasil por causa de descobertas de poços de petróleo na região, e chegou a ser motivo de uma reportagem especial na Revista *Manchete* devido ao poço encontrado no distrito rural de Sauípe em 1960, tendo como título: “Jorra mais petróleo”.<sup>71</sup> *O Jornal* noticiou, em 1965, a “nova zona de Petróleo na Bahia”<sup>72</sup> e no ano de 1967, publicou que foi “confirmada a existência de Petróleo em Santo Estevão”<sup>73</sup>. Esse mesmo poço encontrado na fazenda Santo Estevão – hoje distrito rural do Estevão – também foi anunciado na capa do *Jornal do Brasil*.<sup>74</sup>

Além dos jornais e da revista mencionados no parágrafo anterior, outros veículos de comunicação impressa também noticiaram as descobertas de poços de petróleo em Alagoinhas.

---

<sup>69</sup> CARMO, Judélio de Souza. O futuro tem encontro marcado em Alagoinhas. **Revista O Cruzeiro**. Biblioteca Nacional Digital. 27/07/1968, p.90-91.

<sup>70</sup> CARMO, op. cit., p.90.

<sup>71</sup> JORRA[...]. **Revista Manchete**. Biblioteca Nacional Digital. 21/05/1960, nº 422, 1960, p.60-64

<sup>72</sup> NOVA[...]. **O jornal**. Biblioteca Nacional Digital. 13/03/1965, 1965, capa

<sup>73</sup> CONFIRMADA[...]. **O jornal**. Biblioteca Nacional Digital. 20/06/1967, 1º caderno, 1967, p.6

<sup>74</sup> BAHIA[...]. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital. 17/06/1967, 1967, capa

Entre eles temos: o *Jornal do Comércio*,<sup>75</sup> relatando acerca do novo poço encontrado no distrito de Araçás em 1965 e da fazenda Santo Estevão em 1967; o *Diário de Pernambuco*<sup>76</sup> que publicou mais uma reportagem sobre o poço da fazenda Santo Estevão; o *Correio da Manhã*,<sup>77</sup> novamente publicou sobre o poço da fazenda Santo Estevão; o *Diário de Notícias* falou sobre o poço em Araçás em 1965<sup>78</sup> e publicou o balancete e o demonstrativo de lucros e perdas da Petrobras, referente ao ano de 1967, destacando a relevância do poço FSE-1-BA(Fazenda Santo Estevão) teria para o futuro da estatal.<sup>79</sup>

O petróleo era tão significativo para a classe dirigente e para a sociedade alagoinhense que populares e curiosos no momento da descoberta do novo poço na fazenda Santo Estevão, vendo jorrar o óleo preto da terra, se atiraram na lama negra e tomaram, literalmente, banho. Sobrou até para o prefeito Antônio de Figueiredo Carneiro, pois ao ser empurrado acabou caindo na festa.<sup>80</sup> E a alegria foi tanta que o vereador emedebista Carlos Navarro Filho disse no plenário da Câmara Municipal que se juntava “[...] às justas alegrias do povo de Alagoinhas por haver jorrado petróleo em Estevão[...].”<sup>81</sup>

Aqui cabe um destaque relevante ocorrido um mês antes dessa descoberta. Em uma sessão ordinária foi aprovado por unanimidade o parecer da comissão de constituição legislação e redação do projeto de lei que obrigava a prefeitura municipal de Alagoinhas - e todas as empresas privadas contratadas por ela que prestavam serviços dentro da cidade - a utilizar combustíveis da Petrobras.<sup>82</sup> O projeto de lei, de autoria do emedebista Judélio Carmo, foi aprovado em terceira e última discussão, tendo ele dito o seguinte:

Este projeto de lei [...] representa, acima de tudo o espírito nacionalista de que está imbuído o jovem brasileiro, sempre preocupado com os problemas da pátria e com a defesa a defesa do interesse nacional. A Petrobras executa o serviço de exploração, que é mais difícil, sendo que a distribuição e comercialização, mais lucrativo, está entregue em quase sua totalidade a empresas alienígenas. Assim, Sr. Presidente, desejo acima de tudo que a nossa prefeitura dê a sua parcela de colaboração ao trabalho desenvolvimentista, em termos nacionais que está sendo realizado pela empresa estatal.<sup>83</sup>

<sup>75</sup> HOMENS e negócios. *Jornal do Comércio*. Biblioteca Nacional Digital.20/03/1965, 1965, 2º caderno, p.1

<sup>76</sup> JANELA. *Diário de Pernambuco*. Biblioteca Nacional Digital.23/07/1967, 1967, 3º caderno, p.3

<sup>77</sup> PETROBRAS[...]. *Correio da Manhã*. Biblioteca Nacional Digital.08/07/1967, 1967, 1º caderno, p.13

<sup>78</sup> INSTANTÂNEOS[...]. *Diário de Notícias*. Biblioteca Nacional Digital. 25/04/1965, 1965, 3ª seção, p.2

<sup>79</sup> BALANÇO[...]. *Diário de Notícias*. Biblioteca Nacional Digital. 05/03/1968, 1968, 3ª seção, p.4

<sup>80</sup> BAHIA[...] *Jornal do Brasil*. Biblioteca Nacional Digital. 17/06/1967, 1967, capa

<sup>81</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 16/06/1967, 1967.

<sup>82</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 12/05/1967, 1967.

<sup>83</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 21/11/1967, 1967.

Além de denotar nitidamente que o vereador Judélio Carmo era um desenvolvimentista, essa proposição legal envolve uma questão de nacionalismo unindo arenistas/emedebistas e oposição/situação, determinando ao poder executivo, que era detentor de ações da Petrobras, a valorizar e priorizar o produto vendido pela estatal petrolífera brasileira. Uma lei, obviamente, nada liberal e com todas as características intervencionistas para privilegiar e beneficiar ainda mais a Petrobras.

Nesses periódicos foram encontrados, também, textos abordando a questão da distribuição dos royalties pela Petrobras, mencionando os valores recebidos pelos municípios e a ação do prefeito Murilo Coelho Cavalcanti que chegou a liderar um movimento dessa região petrolífera<sup>84</sup> por causa dos atrasos dos pagamentos dessa taxa, tendo enviado um telegrama a estatal exigindo explicações acerca da ausência de quitação dos débitos.<sup>85</sup>

A afirmação de Judélio Carmo em relação a quantidade de barris de petróleo produzida em Alagoinhas é essencial para a compreensão do motivo pela preferência do modal rodoviário em detrimento das estradas de ferro. No imaginário social coletivo o petróleo era, principalmente nos municípios onde são descobertos novos poços, sinônimo de progresso, riqueza e desenvolvimento. E a dependência humana a esse recurso mineral é justificada pela sua propriedade química, pois ele é comumente utilizado como fonte de energia e como matéria-prima para a produção industrial, como por exemplo, para a fabricação de combustíveis - como a gasolina e o óleo diesel que abastecem, respectivamente, veículos leves e pesados -, plásticos e o asfalto que é aplicado na pavimentação das rodovias.

A opção política dos gestores públicos pela malha rodoviária como meio principal de comunicação e transporte fez o Brasil ainda mais dependente do petróleo. E aqui não cabe fazer reflexões críticas mais aprofundadas em torno da escolha da política de transportes adotada pelos governantes brasileiros. Mas essa breve apresentação argumentativa acerca da relação entre o petróleo e o transporte rodoviário serve para demonstrar o porquê de Judélio Carmo, um membro da classe dirigente de Alagoinhas, um vereador eleito, utilizar sua profissão de jornalista para solicitar, em forma de palavras elogiosas, ao ministro dos transportes, Mário Andreazza, a conclusão do trecho da BR-101 que ligaria Alagoinhas a Entre Rios. Para ele encabeçar de forma intelectual e política essa ação de reivindicar o término da BR-101 era porque considerava aquela estrada um sinônimo de desenvolvimento econômico para a região:

---

<sup>84</sup> ASSEMBLEIA[...]. **Jornal do Brasil**, Biblioteca Nacional Digital. 20/10/1963, 1º caderno, 1963, p.28

<sup>85</sup> RECONCAVO[...]. **Jornal do Brasil**, Biblioteca Nacional Digital. 06/06/1963, 1º caderno, 1963, p.3

Não obstante sua reconhecida importância, a estrada [BR-101] não foi concluída, permanecendo as obras paralisadas até esta data, o que provoca grandes transtornos não somente para as cidades situadas circunvizinhança, como também no trajeto Feira [de Santana] -Aracaju (sul-norte), percorrido com grandes dificuldades e muitas voltas. Os prefeitos das cidades que seriam beneficiadas com a conclusão daquele trecho rodoviário deverão entregar um memorial ao ministro Mário Andreazza, no dia 29 de julho próximo, quando da visita do titular do Ministério dos Transportes e comunicações a Salvador.<sup>86</sup>

Vale ressaltar que nas páginas da reportagem escrita por Judélio Carmo, ele fez questão de publicizar a imagem de um poço de petróleo em funcionamento. E ao relacionar a foto e o artigo na revista *O Cruzeiro* com as leituras dos outros periódicos - que relataram as festas e a alegria nas descobertas dos poços em Alagoinhas- constata-se que o petróleo para o alagoinhense tinha um significado de progresso e riqueza bem maior do que a laranja, o fumo e o couro tiveram no passado não muito distante.

Diante da leitura das fontes até aqui apresentadas, o petróleo tinha um sentido de prosperidade e progresso para o cidadão/cidadã comum. Para a classe dirigente alagoinhense não apenas por causa do recebimento de valores altos em indenizações da Petrobras, mas também porque os poços descobertos representavam geração de empregos, produção de combustíveis para carros, caminhões e asfalto para pavimentar estradas. Assim, a rodovia era sinônimo de desenvolvimento econômico.

Outro elemento econômico relevante e caro para a classe dirigente alagoinhense era a industrialização. Em uma sessão de outubro de 1967, o arenista Edson Oliveira abordou a questão da construção do Centro industrial do interior que teria sido lançado na cidade de Feira de Santana há poucos dias antes daquela sessão. O vereador da ARENA lamentou que dos nove municípios planejados para serem atingidos pelo projeto, Alagoinhas não seria contemplada. Atribuiu essa situação a uma falta de união dos políticos locais e, conseqüentemente, enalteceu os feirenses, dizendo que entre eles, mesmo sendo adversários políticos ou inimigos pessoais, lutavam pelo melhor da região. Disse o edil:

Quero aproveitar Sr. Presidente e Srs. Vereadores esse motivo que nos faz entristecer e fazer um apelo ao Sr. Prefeito deste município, aos nobres colegas desta casa, às instituições e entidades de classe e sociais para que miremos neste exemplo de Feira de Santana e formemos um bloco de unidade esquecendo que a campanha política terminou em 14 de novembro do ano passado e a 16 começou a jornada pelo desenvolvimento de Alagoinhas, o que só conseguiremos unidos em torno dela.<sup>87</sup>

---

<sup>86</sup> CARMO, Op. Cit., p.91.

<sup>87</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 17/10/1967, 1967.

Aqui vale apontar que o vereador da ARENA coloca a necessidade da industrialização como forma de alcançar o progresso do município de Alagoinhas, deixando bem claro que qualquer tipo de divergência política, ideológica e partidária deve ser esquecida e suplantada para a busca constante do progresso. O vereador nem precisava fazer esse apelo trivial aos seus colegas da Câmara Municipal, pois a classe dirigente alagoinhense, mesmo com algumas divergências locais latentes, convergia para o mesmo sentido quando o assunto era desenvolvimento econômico pela indústria.

Haja vista a atuação do vereador emedebista Carlos Navarro Filho. Ele em uma sessão, apresentando um requerimento de sua autoria para ser apreciado pela Câmara Municipal, dissertou sobre a relevância da inserção de Alagoinhas no plano de industrialização do interior, destacando, segundo ele, ser “[...] uma cidade que pode oferecer muito para a sua industrialização. Queremos, pois, provar que estamos presentes no que diz respeito ao progresso do nosso município, principalmente no setor industrial.”<sup>88</sup> Em suma, a industrialização para a classe dirigente alagoinhense era como um motor essencial para alcançar o desenvolvimento econômico do município.

Mais um bom exemplo, para reforçar essa premissa acima, foi o ano de 1972 quando foi organizada uma ação em prol da instalação de um centro industrial em Alagoinhas. Um abaixo assinado contendo 8120 assinaturas que “[...] representam instituições filantrópicas, associações civis, entidades religiosas e recreativas, e pela população que compõe aquela zona”<sup>89</sup>, foi enviado ao governador Antônio Carlos Magalhães.

Dentre as justificativas expressas naquele documento, segundo a reportagem do jornal *A Tarde*, estavam o fato de Alagoinhas está inserida numa região contendo um lençol petrolífero e um enorme lençol de água potável, destacando que a criação do Centro industrial possibilitaria o aproveitamento das diversas potencialidades econômicas e ainda, afirmava a que o município “[...] [demonstrava] a vocação industrial da zona, também, rica em matérias primas como frutos, couro, material de cerâmica, fumo etc.”<sup>90</sup>

Entretanto, a união em torno de uma industrialização não escondia as diferenças políticas existentes dentro da burguesia alagoinhense que eram reverberadas no poder legislativo do

---

<sup>88</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 24/11/1967, 1967.

<sup>89</sup> ALAGOINHAS poderá ter seu centro industrial. **A Tarde**. Salvador: Instituto geográfico e histórico da Bahia, 16/10/1972, 1972, p. 05.

<sup>90</sup> ALAGOINHAS poderá ter seu centro industrial. **A Tarde**. Salvador: Instituto geográfico e histórico da Bahia, 16/10/1972, 1972, p. 05.

município. Em uma sessão na Câmara Municipal ocorreu um pequeno tensionamento entre os vereadores e a Associação Comercial de Alagoinhas porque um grupo de comerciantes enviou um ofício, em nome da entidade, com duras palavras direcionadas aos membros do legislativo municipal.<sup>91</sup>

Na reunião anterior, o arenista Walter Campos comparou os preços altos das mercadorias, o alto custo de vida no município com a capital Salvador e fez duras críticas aos proprietários dos estabelecimentos comerciais da cidade.<sup>92</sup> A ACA não satisfeita com as palavras proferidas pelo edil arenista, enviou aquele ofício denominando os parlamentares municipais de “[...] demagogos - vereadores que desconhecem que negociantes pagam impostos à fazenda estadual e municipal etc.[...]”,<sup>93</sup> demonstrando os conflitos políticos locais entre as frações da burguesia alagoinhense e da sua classe dirigente, cujo seus representantes possuíam assento na Câmara Municipal.

Walter Campos utilizou o plenário da Câmara Municipal para fazer novamente um duro discurso contra o ofício da ACA. Na sua tréplica se defendeu do adjetivo pejorativo de mentiroso e de que não tinha conhecimento das incidências de impostos sob as mercadorias. Acusou a nova diretoria de um golpe, expondo, nitidamente, que havia uma tensão e divergência política local entre a burguesia alagoinhense naquele período. Assim falou o arenista:

Tomo a iniciativa de fazer considerações em torno do ofício, porque ele foi mais endereçado a este vereador. Tenho acompanhado de perto o trabalho da associação comercial de Alagoinhas, e até o presente momento nada faz em benefício desta terra e o ofício endereçado, não representa de maneira nenhuma a maioria do comércio de Alagoinhas. A atual diretoria foi eleita como num passe de mágica, apenas por um pequeno grupo.<sup>94</sup>

Apesar de Jefferson Vila Nova pertencer ao grupo capitaneado pelo presidente da ARENA José Azi, grande comerciante da cidade e adversário político de Walter Campos, disse que não tinha conhecimento do texto e recriminou. Certamente, o vereador aliado da família Azi, não era a favor da nova direção da associação, pois naquela reunião disse:

---

<sup>91</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 14/05/1968, 1968.

<sup>92</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 09/05/1968, 1968.

<sup>93</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 14/05/1968, 1968.

<sup>94</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 14/05/1968, 1968.

Quero deixar aqui o meu protesto pelo ofício enviado a esta casa; sei perfeitamente que esse ofício não representa a maioria do comércio desta cidade; Faço parte da assembleia e não tive conhecimento deste ofício. Estou de pleno acordo com o vereador Walter Campos, porque esta casa precisa ser tratada com o devido respeito.<sup>95</sup>

Esse episódio evidencia também uma questão social muito relevante em Alagoinhas naquele período: os preços escorchantes praticados no comércio local. Sem muita diversidade e quase sem opção para adquirir os produtos necessários para seu sustento material ou para o seu bem-estar, os trabalhadores alagoinhenses tinham seus salários explorados pelos comerciantes locais. Independentemente de alguma divergência política, as diversas frações burguesas, em qualquer lugar do mundo, se mantêm unidas em torno de dois objetivos essenciais: a perpetuação do capitalismo e a exploração e subordinação dos trabalhadores.<sup>96</sup>

A pequena e média burguesia alagoinhense lucrava em cima da mão de obra dos comerciários e vendia suas mercadorias com preços tão altos que chegou a ser motivo de pauta na Câmara Municipal. Se para o vereador Walter Campos, um membro dos setores médios privilegiados e representante dos interesses dos poderosos da cidade, o preço de um sapato o incomodou, para o trabalhador comum deveria ser quase inviável ou com muita dificuldade adquirir o produto.

Ademais, aquela reunião ofereceu uma pequena parte do contexto econômico e político em que estava situada Alagoinhas, relatou um custo de vida alto para a classe trabalhadora e, principalmente, demonstrou que o desejo ardente da classe dirigente e da sociedade local por uma industrialização pujante para alcançar o desenvolvimento seria um caminho longo tendo um comércio com problemas latentes.

Outra questão é que as potencialidades econômicas do município não eram assim tão exuberantes e reais para possíveis empresários interessados em investir na localidade como quis transparecer no documento assinado por mais de 8000 alagoinhenses enviado ao governador do estado. Em suma, a industrialização era mais uma panaceia ou uma solução milagrosa para resolver e acabar de vez com os problemas sociais. Para a classe dirigente alagoinhense, a indústria no município seria uma espécie de redenção. Como bem escreveu e cantou Tom Zé

---

<sup>95</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 14/05/1968, 1968.

<sup>96</sup> MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

no seu estilo crítico e irônico na canção *Parque industrial*: “Despertai com orações/ O avanço industrial/ Vem trazer nossa redenção.”<sup>97</sup>

De fato, Alagoinhas no final da década de 1940, exatamente no ano de 1948 e 1949, como bem mostra a dissertação de Carlos Nássaro Araújo da Paixão, se destacou como a maior produtora de laranja da Bahia naquele período.<sup>98</sup> Em 1948 o município produziu 15 toneladas de Laranja e 975 kg de fumo. No ano seguinte foram 20 toneladas de laranja e 1.050 kg de fumo.<sup>99</sup> Entretanto, Paixão destaca que:

[...] [O] crescimento urbano desordenado, aliado à presença constante de pragas e da falta de cuidado com o manejo levou à queda na produção, na exportação e na renda. Mas no nível simbólico essa época representou a formação de uma identidade para a cidade, explorada e fomentada pelas memórias.<sup>100</sup>

A fama de terra da laranja permeou por muito tempo no imaginário social coletivo alagoinhense que, como bem disse Carlos Nássaro Paixão, foi provocado e estimulado pelas memórias daquela era dourada. A dissertação de Moisés Leal Moraes é bastante esclarecedora em relação aos aspectos econômicos do município de Alagoinhas dentro do período 1967-1973. O trabalho dele destaca que a laranja, o couro e o fumo no final da década de 1960 já estavam em plena decadência produtiva, ou seja, esses produtos agrícolas não eram uma base sólida para ser citados como argumento para convencer o governo do estado a implementar um centro industrial. O historiador afirma que:

A presença da Petrobras em Alagoinhas, a partir de 1959, é tomada como um importante fator de atração de fluxos migratórios e dinamização da economia local ao distribuir salários e contribuir para a elevação o orçamento municipal através dos *royalties*. Entretanto, a projeção da extração de petróleo como principal atividade econômica do município ocorreu em um momento de retração das atividades que anteriormente ocupavam uma posição de liderança. [...] Acrescente-se a crise na produção agrícola na região circundante, que diminuiu o potencial de Alagoinhas como centro redistribuidor, e o desmoronamento das atividades de beneficiamento do fumo e do couro, de maneira que em 1968 Alagoinhas possuía apenas dois trapiches e dois curtumes em funcionamento. A produção de laranja, também, diminuiu drasticamente. Os pomares que havia em chácaras situadas nas imediações da

<sup>97</sup> TOM ZÉ. Parque Industrial. Recife: Rozenblit, 1968. 3:15 min

<sup>98</sup> PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da. **Traços da cidade de Alagoinhas**: memória, política e impasses da modernização (1930-1949). 2009. 145f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009, p.139

<sup>99</sup> PAIXÃO, Op. Cit., p.62

<sup>100</sup> Ibid.



cidade passaram a dar lugar a ocupação residencial naquele contexto de expansão urbana.<sup>101</sup>

Portanto, a Alagoinhas de 1967-1973 viu a ferrovia e o trem perderem o *status quo* de referência em progresso que possuíam da segunda metade do século XIX até meados dos anos 1950. O modal ferroviário foi preterido pelas autoridades públicas, ocasionando um abandono e sucateamento de máquinas e da malha ferroviária ao longo dos anos. O desejo de construção de rodovias, mesmo sendo absurdamente mais custosa, se tornou a preferência da classe dirigente alagoinhense. Além disso, o sonho pela implantação de um centro industrial, a exploração de petróleo, principal atividade econômica que gerava as maiores receitas do município, e a presença de um comércio limitado e caro marcaram todo esse período.

Nessa busca pelo desenvolvimento econômico, três grandes obras foram realizadas na legislatura 1967-1971 em Alagoinhas e foram escopo de debates dentro do plenário da Câmara Municipal: a implantação do sistema de abastecimento de água na cidade, a construção do estádio municipal e das casas populares, afinal, a população alagoinhense precisava de água na torneira e de casa para morar. Em contrapartida, a obra do entretenimento futebolístico foi um luxo oferecido pela classe dirigente ao povo.

O Estádio de futebol começou a ser construído no segundo semestre de 1968. O prefeito Antônio Carneiro fez um acordo com o governo do estado da Bahia e começou a negociar o terreno da obra com a Liga desportiva de Alagoinhas e com a cooperativa mista de ensino.<sup>102</sup> O emedebista Hostílio Dias apresentou um requerimento solicitando cópia do documento de compra ou doação do terreno da construção do estádio municipal de futebol.<sup>103</sup> Mais um elemento que deixa evidente que ele foi oposição ao governo municipal.

Um vereador da bancada governista entrou em ação para tentar tirar o foco daquela proposição produzida pelo ferroviário. Carlos Navarro Filho, se aproveitando do fato de que Hostílio Dias colocava em votação requerimentos em demasia, criticou seu colega afirmando que o emedebista apresentava “[...] requerimentos que dizem mais respeito ao vereador Hostílio e a sua classe e não a casa.”<sup>104</sup> Mesmo com a tentativa de obstruir e questionar o

---

<sup>101</sup> MORAIS, Moisés Leal. **Urbanização, Trabalhadores e seus interlocutores no Legislativo Municipal: Alagoinhas-Bahia, 1948-1964.** 2011. 150f. Dissertação (Mestrado em História local e Regional) –Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2011, p.25-26.

<sup>102</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 30/04/1968, 1968.

<sup>103</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 08/11/1968, 1968.

<sup>104</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 08/11/1968, 1968.

projeto do governo, o funcionário da VFFLB não impediu a construção do equipamento futebolístico e tampouco descobriu algo irregular ou fraudulento cometido na aquisição do lote urbano da obra. O estádio municipal foi inaugurado em 1971, já no final do governo Antônio Carneiro.<sup>105</sup>

Referente ao fornecimento de água, a autarquia municipal responsável já tinha sido criada pela Lei Municipal de nº 377 de 3 de agosto de 1965. Até o período de funcionamento da empresa de abastecimento, o alagoinhense consumia o valioso recurso mineral necessário para sua sobrevivência, captando de córregos, poços artesanais em propriedades particulares e chafarizes públicos. Utilizando latas, baldes e diversos outros instrumentos para armazenar a água até a sua casa, muitos moradores de Alagoinhas locomoviam-se por grandes distâncias para conseguir o acesso aquele bem tão precioso.

A execução da implementação do sistema de abastecimento de água no município de Alagoinhas aconteceu devido a um convênio realizado entre a Prefeitura Municipal, à época governada por Antônio Carneiro, a Fundação de Serviços de Saúde Pública (FSESP).<sup>106</sup> A operação de distribuição dentro da cidade começou no segundo semestre de 1969, feito que foi enaltecido pelo vereador emedebista Judélio Carmo na sessão solene do último ano da legislatura 1967-1971.

Em uma sessão extraordinária realizada na Câmara Municipal, os vereadores aprovaram, por unanimidade, um projeto de lei em que autorizava o SAAE a contrair um empréstimo, junto ao Banco do Brasil, no valor de 250.000 dólares.<sup>107</sup> Esse dinheiro seria destinado para as obras que estavam acontecendo no centro da cidade. Estamos abordando uma Alagoinhas que até o final dos anos 1960 não possuía uma rede de água e esgoto, mesmo com uma receita considerável obtida com royalties da extração do petróleo.

Ademais, vale destacar que desde 1967 o governo do estado da Bahia pretendia investir cinco milhões de cruzeiros novos, através do programa de abastecimento de água, nos municípios de Feira de Santana e em Alagoinhas. Aquele investimento teve o governo francês

---

<sup>105</sup> O Estádio Municipal Antônio Carneiro foi inaugurado, oficialmente, em 24/01/1971. Mas ainda não tinha esse nome. A partida realizada naquele dia foi Bahia X Corinthians. O time baiano venceu por 3 a 1. Cf. Teve até um Gavião na festa de Alagoinhas. **Tribuna da Bahia**, Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 25/01/1971, 1971, p. 08.

<sup>106</sup> NCr\$ 1 MILHÃO E 300 MIL liberados para abastecimento d'água e rodovias. **Diário de Pernambuco**. Biblioteca Nacional Digital. 06/12/1968, 1968, 1º caderno, p.5

<sup>107</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 02/10/1968, 1968.

como um interessado para financiar projetos rentáveis elaborados pelos dirigentes baianos.<sup>108</sup> Outras verbas destinadas para financiar obras de abastecimento de água em Alagoinhas também foram liberadas pela SUDENE no ano de 1968.<sup>109</sup>

O emedebista Judélio Carmo abordou no plenário da Câmara Municipal, no final do primeiro período legislativo de 1967, o início das obras em Alagoinhas do sistema de fornecimento e distribuição da água. O vereador leu um documento emitido pelo ministério de minas e energia, direcionado ao Deputado Gastão Pedreira, informando-o que as obras continuassem em andamento e falou também que a concessão foi prometida pela SUDENE.<sup>110</sup>

Percebe-se claramente que o saneamento básico de Alagoinhas começou a ser de fato estruturado de forma mais sólida e organizada a partir da segunda metade dos anos 1960, tendo a classe dirigente alagoinhense reconhecido, mesmo de maneira tardia, a necessidade para a melhoria da saúde pública no município. Esse reconhecimento da relevância de ter uma empresa municipal responsável pelo abastecimento de água e tratamento do esgoto da população, obviamente, que não foi apenas um processo curto de discussões.

Certamente, bem antes da criação do SAAE, houve debates acerca do tema no governo José Azi ao governar Alagoinhas de 1959 a 1963. Porém, o fato é que a concretização de todo o sistema de abastecimento de água da cidade ocorreu quando o grupo político liderado pelo ex-prefeito Murilo Cavalcanti estava no controle do poder executivo municipal. Começando por ele em 1965, com a edição da lei criando a empresa de saneamento e passando pelas obras de canalização e encanamento na gestão de Antônio Carneiro, dando início definitivo ao funcionamento da autarquia.

Por fim, cabe salientar a questão da moradia no município de Alagoinhas. Segundo as atas da Câmara Municipal, casas populares foram construídas em benefício dos servidores públicos estaduais. Em 6 de julho de 1968, o presidente do Instituto de Assistência e Previdência dos Servidores do Estado da Bahia (IAPSEB) compareceu no salão da prefeitura para uma reunião que teve a presença do chefe do poder executivo e dos vereadores. A

---

<sup>108</sup> FRANÇA quer financiar a Bahia. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital. 24/05/1967, 1967, 1º caderno, p.16

<sup>109</sup> NCr\$ 1 MILHÃO E 300 MIL liberados para abastecimento d'água e rodovias. **Diário de Pernambuco**. Biblioteca Nacional Digital. 06/12/1968, 1968, 1º caderno, p.5

<sup>110</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 16/06/1967, 1967.

finalidade do encontro era “[...] encaminhar soluções para a concretização do plano de construção de casas populares desse instituto.”<sup>111</sup>

No fim do mês de julho de 1968, ocorreu a votação final do projeto de Lei que solicitava abertura de crédito, de 250.000,00 cruzeiros novos, para a compra de um terreno de mais ou menos 200.000m<sup>2</sup> para construção das casas populares.<sup>112</sup> A aprovação da proposição enviada pelo poder executivo municipal possibilitou a realização dos sonhos da classe trabalhadora em adquirir uma residência com prestações baixíssimas e que fossem dentro do orçamento familiar de cada um dos futuros proprietários.

Os debates dentro do plenário do poder legislativo de Alagoínhas indicam que os funcionários públicos estaduais passavam por dificuldades econômicas e, conseqüentemente, não conseguiam honrar os débitos, principalmente, os aluguéis. Diante de critérios de difícil possibilidades para os servidores do estado cumprirem, como por exemplo o valor da entrada para a compra da casa, começou a ocorrer desistências dos postulantes. O emedebista Carlos Navarro Filho, mais uma vez mostrando preocupação com as questões envolvendo a classe trabalhadora, apresentou um requerimento solicitando ao IAPSEB um reestudo no plano de construção das residências populares.<sup>113</sup>

A desistência dos interessados era devido a necessidade, na assinatura do contrato, de ter que efetuar um depósito de 2.400,00 cruzeiros novos. Os servidores estaduais não tinham nenhuma condição financeira para a concretizar esse acordo. Entretanto, segundo o arenista da bancada governista, o vereador Walter Campos, houve uma reformulação nas bases contratuais e ficou estabelecido que ocorreria um desconto mensal na folha de pagamento de cada servidor estadual no valor de NCR\$ 70,00. Avisou ainda que a previsão do término das construções das casas seria em julho de 1969.<sup>114</sup>

A atuação do emedebista Carlos Navarro Filho, aparentemente, foi fundamental foi para uma mudança nos critérios para aquisição das residência. Ao interceder em favor dos funcionários estaduais, apresentando um requerimento pedindo um reestudo do plano por parte do IPASEB, mostrou-se como o vereador do MDB mais simpatizante com as demandas

---

<sup>111</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoínhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoínhas.** 05/07/1968, 1968.

<sup>112</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoínhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoínhas.** 30/07/1968, 1968.

<sup>113</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoínhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoínhas.** 26/11/1968, 1968.

<sup>114</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoínhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoínhas.** 11/04/1969, 1969.

populares. Isso não quer dizer que os outros não estivessem preocupados com a questão da moradia para os servidores do estado. Porém, o líder estudantil era o mais atuante em tentar solucionar os problemas da classe trabalhadora com uma proposição social mais consistente, conforme foi visto nesse capítulo, mesmo tendo demonstrado uma faceta política conservadora.

Os problemas e as dificuldades para os futuros moradores não tinham fim. No início de junho de 1969, as casas construídas pelo IAPSEB já estavam quase finalizadas e os futuros proprietários reclamavam da total falta de urbanização do local e de estrutura básica, como ausência de um sistema de abastecimento de água e de energia elétrica.<sup>115</sup> Mais uma demanda social para a classe trabalhadora lutar nos espaços de decisão política. Contudo, a constituição da Câmara Municipal na legislatura 1971-1973 era ainda mais conservadora.

## 1.2 A FORMAÇÃO DO MDB ALAGOINHENSE E AS ELEIÇÕES DE 1966

Segundo Carlos Navarro Filho<sup>116</sup> os fundadores do MDB alagoinhense foram, além dele, Murilo Cavalcanti, Judélio Carmo, Manso Pimentel, Antônio Carneiro e Clóvis Teles da Silva. A reunião de fundação teria acontecido em um estabelecimento comercial de Manso Pimentel que, de acordo com o ex-vereador emedebista, era uma espécie de financiador da carreira política do ex - advogado dos ferroviários.

Baseando-se nas lembranças de Carlos Navarro Filho e na composição social da Câmara Municipal de Alagoinhas fica evidente que o MDB teve como principais líderes quatro membros abastados economicamente e o prefeito do município naquele momento. Murilo Cavalcanti era um político bastante popular e bem-querido pela massa de trabalhadores, principalmente, pelos funcionários da VFFLB, pois ele foi advogado dos ferroviários no início dos anos 1960.

Apesar de ser composta de uma certa heterogeneidade, tendo a presença de setores médios privilegiados e até de trabalhadores e estudantes, a classe dirigente alagoinhense, não apenas no MDB como também na ARENA, era formada em sua grande maioria pela pequena

---

<sup>115</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 07/06/1969, 1969.

<sup>116</sup> FILHO, Carlos Navarro. Carlos Navarro, **depoimento (2022)**. Entrevista concedida a Wagner Pimentel. Alagoinhas-BA, 04 de abril de 2023.

e média burguesia, tendo ela ocupado os principais cargos nos espaços de decisão política, como por exemplo, a presidência do poder legislativo e dos partidos.

A exceção ficou por conta de Murilo Cavalcanti, pois como advogado e mesmo já tendo sido deputado estadual e prefeito de Alagoinhas, era do setor médio da sociedade. Pobre, como chegou a relatar Carlos Navarro Filho na sua entrevista para essa pesquisa, certamente, ele não era. Pela sua condição social ele pode ser colocado como um dirigente com alguns privilégios econômicos, porém, bem distante do poderio financeiro da família Azi, de Antônio Carneiro, de Manso Pimentel e até de Jairo Maia.

A eleição daqueles treze vereadores significou muito mais uma tensão política entre as duas correntes arenistas do que um embate político-ideológico entre o MDB e a ARENA. No pleito eleitoral de 1966, o comerciante e arenista José da Silva Azi, ex-prefeito do município no período de 1959-1963, concorreu contra o emedebista, e comerciante, Antônio de Figueiredo Carneiro.

A vitória de Antônio Carneiro para a prefeitura de Alagoinhas teve o apoio fundamental do seu correligionário, o prefeito Murilo Coelho Cavalcanti, juntamente com o apoio do influente médico arenista Jairo Maia, pertencente a uma das duas correntes existentes dentro da ARENA alagoinhense.<sup>117</sup> Esses elementos foram cruciais para o sucesso eleitoral do emedebista, fazendo-o conquistar 7.267 votos, mais do que o dobro do seu oponente que obteve 3.555 votos.<sup>118</sup>

O resultado da eleição para a Câmara Municipal de Alagoinhas também demonstrou que a aliança entre uma ala arenista com o MDB foi um sucesso político e eleitoral para o novo prefeito Antônio Carneiro. Aquela composição política formada no pleito eleitoral de 1966 geraria, *a priori*, uma bancada de oito vereadores dos treze que teriam mandatos na legislatura 1967-1971. No entanto, as informações contidas nas atas das sessões da Câmara Municipal de Alagoinhas revelaram que a atuação parlamentar do ferroviário Hostílio Ubaldo Ribeiro Dias o fez ser inserido no rol da oposição.

Assim, os candidatos arenistas aliados do novo prefeito e ligados ao grupo político liderado pelo médico Jairo Maia foram o funcionário público do DERBA, Antônio Mutti (557 votos); o dentista e proprietário do *Alagoinhas Jornal*, Walter Altamirano Robatto Campos (462

---

<sup>117</sup> RECONTAGEM [...]. **A Tarde**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 28/11/1966, 1966, p.03

<sup>118</sup> BAHIA. Tribunal Regional Eleitoral. **15ª Primavera dos Museus**. TRE/BA. Recuperação e disponibilização dos resultados: Eleições de 1932 a 1993. [s.d.]. Disponível em: <https://bityli.com/aaaEDB>. Acesso em: 08 set 2022.

votos) e o comerciante e delegado de polícia, oriundo de família tradicional e abastada de Alagoinhas, Osvaldo Barroso Bastos (364 votos). Os outros aliados, obviamente, eram quatro emedebistas, sendo eles o estudante de Jornalismo Carlos Navarro Filho (441 votos); o estudante de Direito e jornalista Judélio de Souza Carmo (474 votos); o proprietário de farmácia Clóvis Teles da Silva (556) e o comerciante Antônio Paolillo (350 votos).<sup>119</sup>

Enquanto isso, a oposição seria composta pela ala da ARENA liderada pelo ex-prefeito José Azi que conseguiu eleger cinco integrantes, sendo eles o fazendeiro e comerciante de carne bovina Miguel Santos Fontes (738 votos); o comerciante Jefferson Vila Nova (695 votos) o empresário do ramo de transporte intermunicipal<sup>120</sup> Altino Ribeiro Rocha (456 votos); o motorista autônomo de caminhão, popularmente conhecido pelo pseudônimo Raminho; José Francisco Conceição (401 votos) e o gerente do Cine Azi Edson Oliveira (437 votos). Além deles, tentando se colocar como um interlocutor da classe trabalhadora e de forma independente, mas ligado politicamente a família Azi, o emedebista ferroviário Hostilio Ubaldo Ribeiro Dias (593 votos)<sup>121</sup>

As eleições de 1966 representaram uma derrota política e eleitoral para a ala arenista liderada pelo ex-prefeito e ex-deputado estadual José Azi. Foi a primeira vez, desde quando resolveu se candidatar para prefeito em 1958, que o comerciante perdeu um pleito eleitoral. Murilo Cavalcanti, com toda a sua popularidade e liderança, desbancou um poderoso integrante da abastada família Azi do poder municipal e ainda contribuiu para que o seu sucessor, o novo prefeito eleito, Antônio Carneiro, ficasse com a maioria no poder legislativo.

Desses cinco vereadores do MDB, Clóvis Teles da Silva e Judélio de Souza Carmo eram os mais economicamente privilegiados. O destaque fica para o jovem jornalista, pois além de ser discente de Direito na UFBA, era de uma família tradicional e bem abastada do município de Alagoinhas. Mas ele está incluído como trabalhador por conta da sua profissão oficial, mesmo sendo herdeiro de um núcleo familiar de proprietários. O pai de Judélio Carmo, Júlio

<sup>119</sup> BAHIA. Tribunal Regional Eleitoral. Op. Cit.

<sup>120</sup> Altino Ribeiro Rocha, na sessão de extraordinária de 15/08//1972 se autodeclarou como pequeno produtor de gado leiteiro. Contudo, em uma das conversas e entrevistas tidas com Júscelio de Souza Carmo ele afirma que o vereador arenista era um empresário renomado do ramo de transporte intermunicipal que fazia linha Alagoinhas-Salvador, tendo como nome Empresa Alagoinhas. Não negou que Altino Rocha produzia leite, mas disse que essa atividade foi desenvolvida depois que ele vendeu a empresa. Afirmou ainda que Altino Rocha comprou uma considerável extensão de terrenos em Alagoinhas para essa atividade pecuária. Também, em uma outra pequena entrevista concedida, o filho de Altino Rocha, Mavio Vinicius Barros Rocha, confirmou as informações. Cf. CARMO, Juscélio de Souza. Juscélio Carmo, **depoimento (2022)**. Entrevista concedida a Wagner Pimentel. Alagoinhas-BA, 28 de março de 2022.

<sup>121</sup> BAHIA. Tribunal Regional Eleitoral. Op. Cit.

de Souza Carmo, foi um renomado comerciante local, sendo dono de trapiche fumo e, conseqüentemente, beneficiador e exportador daquele produto.<sup>122</sup>

No dia da posse do prefeito Antônio Carneiro foi relatada na ata da sessão a presença de autoridades políticas que tinham sido eleitas nas eleições de 1966. Entre eles os deputados federais Josaphat Paranhos de Azevedo, da ARENA - ex-vereador de Alagoinhas na legislatura 1948-1951- e o emedebista Gastão Pedreira, ligado politicamente a Murilo Cavalcanti. Estavam presentes, também, os deputados estaduais Walter Lomanto (ARENA), irmão do ex-governador da Bahia Antônio Lomanto Jr. e Gabino Kruschewsky (MDB), amigo do ex-prefeito Cavalcanti e que fez dobradinha<sup>123</sup> no pleito eleitoral de 1966 com o vereador Carlos Navarro Filho. Por fim, além de diversos outros atores sociais relevantes para o jogo político alagoinhense, obviamente, houve o comparecimento do líder da corrente arenista vitoriosa, o médico Jairo Maia.<sup>124</sup>

Essa presença de parlamentares dos dois partidos na sessão solene do novo chefe do executivo foi uma maneira da classe dirigente alagoinhense que acabava de assumir a prefeitura, exhibir seus aliados externos e, conseqüentemente, tentar demonstrar força política. Essa aliança contendo membros de classes sociais, unindo arenistas e emedebistas foi forjada, unicamente, com o intuito de derrotar e tirar do poder político a família Azi. O MDB de Alagoinhas e uma corrente ARENA se uniram contra a força econômica dos irmãos Azi.

Vale ressaltar que aqui se compreende a heterogeneidade de qualquer agrupamento político construído em qualquer contexto sociopolítico, ainda mais se for em condições políticas baseadas na censura e no autoritarismo. A presença dos dois parlamentares emedebistas prestigiando a posse de Antônio Carneiro é óbvia, pois além dos dois serem da mesma agremiação partidária e possuir relações estreitas de amizade com os sufragados que assumiam seus cargos, era a primeira posse de um prefeito de Alagoinhas logo depois da implantação do bipartidarismo no Brasil.

Não esquecer que o município era, naquele momento, um dos principais redutos eleitorais da Bahia. Já em relação aos dois arenistas presentes, ambos possuíam alianças políticas e de amizade com o médico Jairo Maia. Dava-se início, no jogo político de Alagoinhas,

---

<sup>122</sup> CARMO, Juscélio de Souza. Juscélio Carmo, **depoimento (2022)**. Entrevista concedida a Wagner Pimentel. Alagoinhas-BA, 10 de março de 2022.

<sup>123</sup> FILHO, Carlos Navarro. Carlos Navarro, **depoimento (2022)**. Entrevista concedida a Wagner Pimentel. Alagoinhas-BA, 04 de abril de 2023.

<sup>124</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 07/04/1967, 1967



a um novo arranjo de forças entre dois grupos, sendo o do MDB encabeçado por Murilo Cavalcanti e o da ARENA liderado por Jairo Maia.

### 1.3 UM MDB CONSERVADOR

Antes de analisar a atuação parlamentar dos emedebistas e, conseqüentemente, os conflitos dentro do plenário com o grupo opositor ao prefeito Antônio Carneiro, é bom salientar uma questão referente ao tempo de duração da primeira legislatura pós-golpe de 1964. Nas atas das sessões ordinárias de 1967, logo no cabeçalho delas, percebe-se imediatamente haver um entendimento de que aquela legislatura que se iniciava iria até abril de 1971. A Câmara Municipal de Alagoinhas entendia que aquela legislatura em vigor seria como a anterior: com um período de quatro anos.

Entretanto, logo depois da promulgação da constituição de 1967 começou a ocorrer uma dúvida nos grupos dirigentes dos municípios brasileiros, principalmente, entre os chefes do executivo municipal. A questão era em relação ao tempo de duração dos seus mandatos, gerando um debate político-jurídico entre os juristas da época se as eleições de 1966, regida pela carta magna de 1946, seria afetada pela nova carta constitucional.<sup>125</sup>

A constituição de 1967 provocou uma grande interrogação e divergências de interpretação jurídica que nem os tribunais regionais eleitorais sabiam responder. A nova carta magna estabelecia que as eleições municipais seriam realizadas dois anos antes do pleito eleitoral que definiria os componentes do congresso nacional e das assembleias legislativas. Dito isto, um mandato de apenas dois anos para prefeitos e vereadores naquela legislatura começou a ser especulado e a ser motivo de apreensão por parte dos governantes municipais que ficariam impedidos de elaborar e executar os planos de governo a longo prazo.<sup>126</sup>

No fim de toda essa celeuma política-jurídica ficou determinado que “os prefeitos e vereadores eleitos em 1966 [teriam] seus mandatos prorrogados até 1970, ocasião em que [haveria] uma eleição para preencher um período de dois anos com o chamado ‘mandato

---

<sup>125</sup> COELHO NETO, Rogério. Dúvida sobre a duração dos mandatos mantém prefeitos sem nada a realizar. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional digital, 17/09/1967, 1º caderno, 1973, p.04

<sup>126</sup> COELHO NETO, Rogério. Dúvida sobre a duração dos mandatos mantém prefeitos sem nada a realizar. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional digital, 17/09/1967, 1º caderno, 1973, p.04

Tampão’.”<sup>127</sup> Essa situação não foi diferente em Alagoinhas, pois o prefeito e todos os treze vereadores eleitos em 1966 tiveram quatro anos ininterruptos de tensionamentos políticos.

As tensões políticas começaram com a primeira eleição da mesa executiva da Câmara Municipal de Alagoinhas, sendo aquele pleito interno mais um desmembramento da disputa eleitoral de 1966. Os vereadores eleitos eram todos da bancada governista, tendo como presidente Walter Altamirano Robatto Campos (ARENA); Vice-presidente Osvaldo Barroso Bastos (ARENA); 1º e 2º Secretários, respectivamente, Antônio Paolillo (MDB) e Judélio de Souza Carmo (MDB).<sup>128</sup>

Nos três anos seguintes, a composição da direção do poder legislativo sempre foi comandada por parlamentares da base do governo. Houve, é óbvio, alternância dos cargos entre os vereadores arenistas e emedebistas apoiadores do prefeito Antônio Carneiro. Em 1968 o presidente foi Antonio Paolillo (MDB), tendo como vice Osvaldo Bastos (ARENA). O 1º secretário Antônio Mutti (ARENA) e o 2º secretário foi o emedebista Crisanto Borges.<sup>129</sup> Em 1969 e 1970, o arenista Antônio Mutti foi o presidente e sempre com membros aliados do chefe do poder executivo ocupando os outros cargos da mesa executiva da Câmara Municipal.

Vale salientar que o vereador Antônio Mutti, no ano de 1967 foi anunciado como o líder do governo Antônio Carneiro pelo emedebista Antônio Paolillo.<sup>130</sup> Observa-se, claramente aqui, uma Câmara Municipal dominada pelo grupo político do ex-prefeito Murilo Cavalcanti, com o auxílio da corrente arenista liderada pelo médico Jairo Maia. No entanto, o domínio político no legislativo não foi tão preponderante porque a ala da ARENA capitaneada pelos irmãos Azi possuía, como já foi dito acima, cinco membros arenistas e mais um emedebista.

Na primeira sessão ordinária da legislatura 1967-1971, o vereador eleito e empossado Clóvis Teles da Silva, através de uma carta endereçada ao presidente da Câmara Municipal, solicitou licença do seu mandato para assumir a secretaria de governo da prefeitura de Alagoinhas.<sup>131</sup> O homem de confiança do prefeito Antônio Carneiro cedeu a vaga ao suplente

---

<sup>127</sup>PREFEITOS [...]. **A Tribuna**. Biblioteca Nacional Digital, 02/10/1967, 1967, p.03

<sup>128</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 07/04/1967, 1967

<sup>129</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 07/04/1968, 1968

<sup>130</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 07/04/1967, 1967

<sup>131</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 11/04/1967, 1967

Crisanto Borges<sup>132</sup> (335 votos),<sup>133</sup> funcionário público municipal, ocupando, naquele momento, o cargo de diretor da empresa de energia elétrica.

Com a saída do comerciante Clovis Teles da Silva ficou bastante notório que a composição social da legislatura 1967-1971 estava bem fracionada e diversificada, contando com cinco membros da pequena e média burguesia comercial, um membro dos setores médios privilegiados da sociedade alagoinhense e por fim, vale aqui destacar a forte presença da classe trabalhadora com dois estudantes, um motorista de caminhão, um ferroviário, dois funcionários públicos e um comerciário.

Uma constatação relevante para ser feita referente a essa grande quantidade de vereadores oriundos da classe trabalhadora é que pouquíssimos deles, com exceção dos emedebistas Carlos Navarro Filho e Hostílio Dias, tinham um mandato voltado para as questões dos trabalhadores. Porém, é relevante fazer uma ressalva tanto para o ferroviário quanto para o estudante porque ambos estavam inseridos em grupos políticos chefiados por membros com um considerável poder econômico e, portanto, apresentaram contradições latentes. Ao mesmo tempo em que se colocavam como interlocutores da classe trabalhadora, dos estudantes e dos mais vulneráveis socialmente, os dois parlamentares andavam abraçados com o conservadorismo político.

Tanto arenistas quanto os emedebistas tiveram atuações e ações dentro do plenário da Câmara Municipal de Alagoinhas sempre muito bem alinhados ideologicamente e politicamente com os representantes da burguesia comercial do município e dos setores médios privilegiados. Apesar de algumas atuações de vereadores nos dois grupos políticos dentro do poder legislativo ter recepcionado algumas demandas da classe trabalhadora - como por exemplo, aumento salarial para os funcionários públicos municipais -, a essência dos mandatos dos parlamentares municipais não era pautada em temas ou assuntos polêmicos.

Os vereadores dos dois partidos estavam muito mais interessados em seguir um personagem ou líder popular para garantir sua permanência no poder político, ao invés de querer enfrentar velhas tradições. Todos eles, indiscutivelmente, diziam que iriam legislar pelos interesses de Alagoinhas, faziam requerimentos solicitando calçamento, pavimentação e iluminação de ruas da periferia, mas sempre com o interesse eleitoral.

---

<sup>132</sup>ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 14/04/1967, 1967

<sup>133</sup>BAHIA. Tribunal Regional Eleitoral. Op. Cit.

No Entanto, as demandas relevantes para uma pauta mais significativa para a classe trabalhadora vinham do vereador emedebista Carlos Navarro Filho. Ele, como representante dos estudantes e na ocasião era presidente do CESA, Centro dos Estudantes Secundários de Alagoinhas, fez um requerimento, assinado por mais nove colegas, solicitando informar aos diretores escolares do município que era permitido aos estudantes bolsistas frequentarem as aulas normalmente mesmo se estivessem com débitos pendentes na instituição. Segundo o dispositivo legislativo apresentado pelo edil, somente poderiam continuar presentes em sala de aula aqueles que comprovadamente não podiam pagar as mensalidades até a sua quitação ser feita pelo poder executivo.<sup>134</sup>

Era muito comum naquela época, a retirada da sala de aula de alunos de estabelecimentos privados que não pagavam as mensalidades escolares. O constrangimento sofrido pelos estudantes foi a principal causa da produção daquele requerimento direcionado aos diretores das instituições particulares. Aqui nos mostra a situação da educação no município de Alagoinhas, deixando bem claro que praticamente só podia estudar quem pudesse arcar com as despesas mensais ou quem tivesse direito a bolsa de estudos ofertada pela prefeitura. Os filhos e filhas da classe trabalhadora alagoinhense eram quase que impedidos de ter acesso aos estudos. Carlos Navarro Filho se coloca socialmente sensível para essa questão e como vereador, exerceu sua autoridade política e fez um documento chamando atenção dos estabelecimentos privados.

É válido destacar que naquela mesma sessão, o vereador Judélio Carmo fez uma sugestão ao prefeito Antônio Carneiro através de um requerimento. Falou de uma necessidade urgente de adquirir o leite do programa Aliança para progresso e, conseqüentemente, distribuir nas escolas municipais.<sup>135</sup> Apesar de ser uma proposta direcionada especificamente para os setores mais pobres da sociedade alagoinhense, tendo o objetivo altruísta de tentar saciar a fome, não era esse tipo de proposição que acabaria com as péssimas condições de vida da classe trabalhadora do município. O assistencialismo predominava na concepção política da maioria dos vereadores.

Vale aqui salientar que Judélio Carmo, eleito para o cargo com apenas vinte e um anos, antes de ser um dos fundadores do MDB alagoinhense, tinha sido membro da União

---

<sup>134</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 25/04/1967, 1967

<sup>135</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 25/04/1967, 1967

Democrática Nacional, tendo ocupado o cargo de vice-líder da bancada baiana na convenção nacional dos estudantes udenistas.<sup>136</sup> Essa informação referente a filiação partidária de Judélio Carmo antes do ingresso dele no MDB é de extrema relevância para compreender o funcionamento das relações políticas-partidárias no município de Alagoinhas.

Mas antes é preciso entender a estrutura política da qual Judélio Carmo era pertencente. Para isso foi necessário ler o trabalho produzido por Maria Victoria de Mesquita Benevides que ao se debruçar, meticulosamente sobre a UDN, demonstrou, no resultado de sua pesquisa, um partido heterogêneo – com características peculiares em cada umas das suas seções regionais – e com uma essência ideológica conservadora. Seus membros, em sua grande maioria, eram contra o voto dos analfabetos, contra as demandas da classe trabalhadora e acima de tudo, contra qualquer tipo de ideia que viesse a ameaçar os interesses econômicos dos grandes proprietários de terras.<sup>137</sup>

Não foi realizado um estudo aprofundado acerca da atividade político-partidária de Judélio Carmo quando ele era um jovem udenista, pois não era um dos objetivos dessa pesquisa. Mesmo assim, pode-se notar visivelmente seu conservadorismo político mesmo estando dentro do MDB e tendo até se mostrado solidário a algumas causas dos trabalhadores alagoinhenses. Dentre elas temos a questão da permissão do funcionamento da famigerada “feira do pau”, localizada no centro da cidade, próximo aos principais estabelecimentos comerciais. Enquanto os outros vereadores como Walter Campos era contrário, denominando-a em uma sessão ordinária de praga social<sup>138</sup>, Judélio Carmo defendeu os feirantes e, conseqüentemente, a permanência deles no local.<sup>139</sup>

Por mais que ele estivesse no MDB e se colocasse como um parlamentar impregnado de um espírito emedebista, a sua condição social de ser filho de um renomado proprietário de trapiche de fumo- que era também filiado a UDN- certamente não o fez ser contra o golpe civil-militar de 1964. Independente do aparato de repressão da Ditadura Militar estivesse fiscalizando a Câmara Municipal, o jornalista emedebista nunca se posicionou de forma firme pela volta do

---

<sup>136</sup> EM POUCAS LINHAS. **Diário do Paraná**. 25/03/1965. 1º caderno, 1965, p.03

<sup>137</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

<sup>138</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 07/06/1970, 1970

<sup>139</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 10/07/1970, 1970

regime democrático dentro do plenário legislativo. Pelo contrário, mostrou ter uma afinidade com o governo autoritário.

Um pronunciamento de Judélio Carmo criticando a pixação dos muros da cidade de Alagoinhas que faziam alusão e comemoravam o centenário de nascimento do líder revolucionário e comunista, o soviético Vladimir Lenin, é um bom exemplo de sua face conservadora e anticomunista:

No dia em que se comemorava na URSS o centenário do criador do bolchevismo, a nossa cidade amanheceu completamente pixada. [...] somos oposição, porém almejamos que os caminhos do país obstaculizados por ideologias prejudiciais, por oposição, não aceito este tipo de oposição clandestina que se serve da escuridão da noite para expressar um sentimento que não condiz com o sentimento do nosso povo.<sup>140</sup>

Para melhor entender esse sentimento anticomunista presente em Judélio Carmo é relevante citar o trabalho desenvolvido por Pâmella Passos. A autora abordou as ações ideológicas financiadas pela burguesia brasileira, que tinham como finalidade central, propagar na sociedade brasileira o comunismo como um inimigo comum a ser combatido e exterminado<sup>141</sup>. Ao fazer uma análise do discurso no material produzido pelo IPES/IBAD,<sup>142</sup> a autora aborda a questão do anticomunismo, relatando como era permeado pelo medo e construído pela classe dominante, afirmando que “[...] independente das suas crenças (verdadeiras ou não) acerca do potencial da ‘ameaça bolchevique’, era assim que ela era apresentada no plano discursivo: como um perigo real que precisava ser combatido.”<sup>143</sup>

A ideologia anticomunista foi um dos mecanismos utilizados para desestabilizar o governo Goulart em 1964, criando um ambiente artificial de insegurança, pavor e propício para justificar a execução do golpe. Diante disso, é relevante discutir o significado de ideologia e como ela foi utilizada pelos arquitetos do golpe de Estado.

Marilena Chauí conceitua *ideologia* como um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações e de normas ou regras que indicam e prescrevem aos membros de uma sociedade seus comportamentos, bem como [a ideologia] oculta a realidade social. Para ela, nossas ideias não representam a realidade, tal como esta é em si mesma, pois, se assim fosse, seria

<sup>140</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 24/04/1970, 1970

<sup>141</sup> PASSOS, Pâmella. **Vozes a favor do golpe!** O discurso anticomunista do Ipês como materialidade de um projeto de classes. Rio de Janeiro: Editora Mórula, 2017.

<sup>142</sup> Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

<sup>143</sup> PASSOS, Op. Cit., p. 17.

incompreensível que os seres humanos, conhecendo as causas da exploração, dominação, miséria e injustiça nada fizessem contra elas, ou seja, nossas ideias, historicamente determinadas, têm a peculiaridade de nascer, a partir de nossa experiência social direta. A marca da experiência social é oferecer-se como uma explicação da aparência das coisas como se esta fosse a essência das próprias coisas.<sup>144</sup>

O papel ou a função da ideologia, segundo Chauí, é oferecer à uma sociedade, dividida em classes sociais antagônicas, e que vive na forma da luta de classes, uma imagem que permite a unificação e a identificação social [universalidade]. E quem são os criadores das ideologias? Quem são os ideólogos? A autora diz que os ideólogos são membros da classe dominante e das classes aliadas a ela, que como intelectuais, sistematizam as imagens e as ideias sociais da classe dominante em representações coletivas, gerais e universais, sendo que essas imagens e ideias não exprimem a realidade social, mas representam a aparência social do ponto de vista dos dominantes.<sup>145</sup>

Assim, para entender esse conceito de ideologia trazido por Chauí e relacionar com o golpe de Estado promovido contra o governo de João Goulart, vale a pena refletir o que afirma René Dreifuss, ao abordar elementos ideológicos mobilizados para legitimar a intervenção militar em 1964:

A intervenção militar assumia sua função ideológica de arbitragem numa sociedade apresentada como “infestada” pelo “caos e a corrupção”, de fato escondendo seu duplo significado: um movimento de classe, estrategicamente preparado e cuidadosamente desenvolvido em direção a uma contenção de forças populares, e ou outro de ser uma manobra política de uma fração dominante tentando subjugar as forças socioeconômicas populistas e seu bloco dominante oligárquico.<sup>146</sup>

A construção da ideia de que o comunismo era o mal a ser vencido não foi o único método político capaz de unir variados setores das classes dirigentes e empresários, em torno de uma causa comum, a derrubada de Goulart, e, conseqüentemente, o apoio ao novo governo que se instalava. Mesmo havendo divergências políticas latentes entre a classe dominante, o anticomunismo e o desenvolvimento econômico industrial foram temas centrais unificadores. José Alves Dias ao abordar sobre essa visão doutrinária afirma que ela: “[...] se caracterizou por estabelecer o anticomunismo e a confiança no desenvolvimento industrial do país como pontos de convergência entre todas as frações da burguesia durante a ditadura.”<sup>147</sup>

---

<sup>144</sup> CHAUI, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2004.

<sup>145</sup> CHAUI, Op. Cit.

<sup>146</sup> DREIFUSS, op. cit., p.143.

<sup>147</sup> DIAS, Op. Cit.p. 35.

Os discursos anticomunistas, as ações políticas oposicionistas dentro do congresso nacional e as passeatas de rua, denominadas de “Marcha da família com Deus pela liberdade,” foram orquestradas meticulosamente por membros conservadores dos setores médios e da classe dominante contra o governo nacionalista-reformista de Goulart. Toda essa engrenagem foi muito bem articulada e gestada por dirigentes e donos de grandes empresas, que utilizaram o complexo IPES/IBAD, para articular um golpe de Estado em 1964, como pontuou Dreifuss:

A história do complexo IPES/IBAD relata o modo pelo qual a elite orgânica da burguesia multinacional e associada evoluiu de um limitado grupo de pressão para uma organização de classe capaz de uma ação política sofisticada, bem como o modo pelo qual ela evoluiu da fase de projetar uma reforma para o estágio de articular um golpe de Estado.<sup>148</sup>

Tanto Judélio Carmo como os seus colegas vereadores correligionários possuíam um alinhamento político e ideológico com a Ditadura Militar. Ele e outros membros do MDB em Alagoinhas foram praticamente que obrigados a ingressar na sigla partidária por causa das divergências e dos tensionamentos políticos locais com outros atores sociais integrantes da ARENA. Entre esses membros arenistas estavam os irmãos Jairo e José Azi, os principais adversários políticos. As rivalidades políticas referente a questão local e, inclusive, as inimizades pessoais prevaleceram na migração aos dois novos partidos que surgiam em 1966.

Essa característica do conservadorismo político também estava presente no vereador Carlos Navarro Filho. Mesmo tendo uma sensibilidade maior para as questões sociais, principalmente aquelas que envolviam os estudantes, ele próprio, em uma sessão no dia 9 de maio de 1967, foi um bom exemplo concreto de contradição daquela aliança política entre o MDB e uma ala da ARENA para derrotar a família Azi nas eleições de 1966. Aquele arranjo político para não deixar José Azi e seu grupo ocupar novamente o poder municipal gerou, por parte dele, um complexo conjunto de ações contraditórias e conservadoras.

Naquele início de maio, Carlos Navarro Filho apresentou uma moção para dar um voto de louvor ao deputado estadual emedebista Gabino Kruschewsky.<sup>149</sup> Se colocando de forma mais crítica e atento às questões que envolviam a classe trabalhadora, o vereador do MDB parabenizou o projeto que estendia a legislação trabalhista aos operários diaristas do DERBA. Mais uma vez o líder estudantil pautou um tema relacionado as demandas sociais dos trabalhadores que objetivamente contribuía, de forma significativa, para melhorias materiais.

---

<sup>148</sup> DREIFUSS, Op. Cit., p.161.

<sup>149</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 09/05/1967, 1967



Todavia, naquele mesmo dia, o emedebista Antônio Paolillo e mais seis vereadores apresentaram uma moção dando um voto de louvor ao novo secretário de Segurança Pública Gilberto Pedreira.<sup>150</sup> Essa proposição de Paolillo é um indício de alinhamento político e ideológico com a moral e os princípios da Ditadura Militar. Vale lembrar que ser secretário de segurança pública de qualquer federação, naquele contexto de autoritarismo, era bem relevante e estratégico, pois era o chefe imediato das polícias militares e civis dos estados, braços armados do governo que ajudavam na fiscalização e no desbaratamento de qualquer tipo de manifestação incômoda aos poderosos.

Quem homenageava um agente de um Estado policialesco e opressor, certamente, possuía afinidades ideológicas com ele. Obviamente, uma moção com esse teor, de celebrar o cargo de um agente público da segurança, não poderia ter outro resultado que não fosse a aprovação unânime. Independentemente de ter sido pelo medo da vigilância dos aparelhos de segurança - se votasse contra a proposição- ou por real afinidade política com o governo militar - aquela sessão evidencia um conservadorismo do emedebista Carlos Navarro Filho e uma demonstração nítida de que ele estava inserido a uma aliança cheia de membros com o mesmo viés ideológico.

Um estudante de família pobre, preocupado com a situação social de sua categoria, amigo e aliado político de Murilo Cavalcanti, poderia muito bem cair em contradição na sua atuação parlamentar estando no meio daquele agrupamento forjado para derrotar a família Azi. E foi justamente o que aconteceu e continuaria a acontecer. Carlos Navarro Filho, em uma sessão de 7 de novembro de 1969, fez um discurso com palavras elogiosas ao trabalho do Coronel Álvaro Alfredo Alvarenga Ely, do 4º batalhão da polícia militar, para justificar o título de cidadão alagoinhense que o homenageado receberia. Disse ele:

Já definitivamente integrado na comunidade alagoinhense. E pelos frutos desses benefícios que são a tranquilidade da família alagoinhense e o engrandecimento do nosso batalhão, tornando importante e enobrecendo Alagoinhas. Através dessa proposição a Câmara Municipal estará tributando o nosso conhecimento. Será mais um cidadão a quem Alagoinhas agradece e colocará nas páginas da sua História.<sup>151</sup>

Mais um agente da segurança pública naquele contexto de Ditadura Militar que foi homenageado pela Câmara Municipal de Alagoinhas. A polícia militar era o braço armado daquele governo autoritário nas ruas de cada município brasileiro. Era o primeiro dispositivo de força ostensiva contra qualquer tipo resistência ou protesto contra o governo. Carlos Navarro

---

<sup>150</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 09/05/1967, 1967

<sup>151</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 07/11/1969, 1969

Filho fez, voluntariamente, questão de congratular um coronel e ainda, lamentou não ter participado da sessão solene de entrega do título.<sup>152</sup>

Carlos Navarro Filho era um homem do seu tempo e isso deve ser levado em consideração. A sua estratégia política de lutar pela demanda dos estudantes, mesmo estando aliado com os setores conservadores da sociedade alagoinhense, não pode ser negligenciada por esse estudo. É sempre bom destacar que a situação política do emedebista estava intrinsecamente ligada a existência de ter apenas dois partidos políticos legalizados pela justiça eleitoral brasileira.

O jovem líder estudantil tinha duas opções: ou se aliava a ARENA dos irmãos Azi ou embarcava juntamente com o prefeito Murilo Cavalcanti numa aliança com o grupo arenista de Jairo Maia. O fato de ter sido oficial de gabinete do governo do ex-advogado dos ferroviários e ainda ser amigo do ex-prefeito foram fatores decisivos para ele ficar naquela aliança que acabara de se formar no jogo político de Alagoinhas em 1966.

Apesar de considerar todo esse contexto social e político, as palavras do jovem líder estudantil direcionadas ao coronel do 4ºBPM em Alagoinhas deixou claro que o emedebista possuía uma faceta política conservadora. Entretanto, de todos os membros do MDB alagoinhense, Carlos Navarro Filho foi o que mais se destacou com propostas efetivas de melhorias sólidas aos setores menos privilegiados do município. Principalmente para os estudantes mais pobres.

Em uma reunião extraordinária na Câmara, ele apresentou uma indicação para a criação de uma cooperativa Estudantil em Alagoinhas que atendesse os discentes mais pobres de Alagoinhas. Essa unidade de ensino, segundo sugestão do emedebista, deveria ser totalmente financiada pelos poderes públicos municipais, estaduais e federais. O vereador e presidente do CESA pautou uma demanda social mais do que necessária: o acesso à educação para os filhos e filhas da classe trabalhadora.<sup>153</sup>

Apesar disso, o jovem líder estudantil estava preso as suas escolhas políticas. Em uma reunião o vereador Judélio Carmo fez uma indicação de aumento do salário família para o funcionalismo público municipal e teve ainda a colaboração de Hostílio Dias. Carlos Navarro

---

<sup>152</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 21/11/1969, 1969

<sup>153</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 21/07/1967, 1967

Filho, para se mostrar informado e defender o governo Antônio Carneiro, afirmou que prefeito estava providenciando aumentar aquele benefício dos servidores. Essa ação fez com que o jornalista, membro da bancada governista, retirasse de pauta a sua proposição para dar um “[...] crédito de confiança ao chefe do poder executivo[...].”<sup>154</sup>

No final do ano de 1967, o ferroviário Hostílio Dias, juntamente com o arenista José Francisco Conceição, fez uma crítica direcionada aos seus dois colegas do MDB quando se discutia novamente o assunto no plenário da Câmara Municipal. Acontece que o reajuste salarial não ocorreu e Carlos Navarro Filho acabou contribuindo para abafar a pressão do aumento nos vencimentos dos funcionários públicos municipais.<sup>155</sup>

No ano de 1968 o vereador arenista Walter Campos- que naquela ocasião era líder da bancada governista - relatou e denunciou um material panfletário que foi distribuído na cidade no momento da visita do governador da Bahia Luis Viana Filho. O documento, cujo parlamentar da ARENA denominou ser “[...]um papelucho altamente subversivo e altamente agitador[...].”<sup>156</sup>, fazia duras críticas ao chefe do executivo baiano. Essa questão de defender o governador era uma estratégia de sobrevivência política para os vereadores, inclusive, para os emedebistas.

Toda a bancada do MDB presente naquele discurso proferido por Walter Campos, e que foi apoiado pelos arenistas, ficou calada. Inclusive vale destacar que Judélio Carmo estava de licença de 125 dias e no seu lugar tinha assumido o professor José Francisco de Jesus. Os emedebistas presentes naquele dia foram Antônio Paolillo,<sup>157</sup> Crisanto Borges, Carlos Navarro Filho e Hostílio Dias. Mais um episódio em que o jovem líder estudantil silenciava, independentemente de ser intencional ou não.

---

<sup>154</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 12/05/1967, 1967

<sup>155</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 05/12/1967, 1967

<sup>156</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 30/04/1968, 1968

<sup>157</sup> Antonio Paolillo por ser presidente da mesa executiva da Câmara Municipal de Alagoinhas não tinha direito de voto, exceto se ocorresse um empate em alguma apreciação. Pelo cargo que ocupava, só poderia ter direito a discursar no plenário se passasse o posto, temporariamente, para o vice-presidente ou na ausência dele, para o primeiro secretário.

#### 1.4 HOSTÍLIO DIAS, O PRAGMÁTICO

Ao iniciar a leitura das atas das sessões ordinárias e extraordinárias da primeira legislatura da Câmara Municipal de Alagoinhas, depois que foi instaurado o bipartidarismo, foi notado uma série de ações e discursos contestadores partindo do vereador, o ferroviário, Hostílio Ubaldo Ribeiro Dias. Logo nas primeiras sessões daquele mês de abril de 1967, Hostílio pautou, dentro do plenário legislativo, questões referentes que algumas categorias de trabalhadores do município enfrentavam.

A leitura do trabalho de conclusão de curso de Tatiane Figueiredo Araújo<sup>158</sup> e das atas da Câmara Municipal de Alagoinhas mostram que Hostílio Dias - o primeiro colocado entre os cinco emedebistas eleitos para aquela legislatura -foi bastante atuante no plenário em favor das causas dos ferroviários e de outros segmentos dos trabalhadores. Mas apesar de tentar impressionar e se colocar como interlocutor da classe trabalhadora alagoinhense, em hipótese alguma, pode ser considerado um político radical, polêmico e tampouco, comunista. Hostílio Dias, nos dois anos do seu terceiro mandato, não fez questionamentos ácidos no plenário em relação, por exemplo, ao governo militar.

Esse perfil de se colocar como representante das demandas da classe trabalhadora de Alagoinhas poderia ser um subterfúgio para que sofresse ataques ou perseguições dos seus opositores no plenário e do aparato de repressão da Ditadura Militar. Porém, a trajetória política de Hostílio Dias e sua atuação parlamentar dele, na legislatura de 1967-1971, mesmo que demonstre um vereador defensor das demandas populares, preocupado com o bem-estar dos servidores municipais e, principalmente, dos ferroviários, mostra também o seu lado pragmático, ou seja, lutando sempre pela sua sobrevivência política.

Em seus discursos ou declarações proferidos na Câmara Municipal não há menções aos principais acontecimentos ou questões nacionais envolvendo o governo federal e não se encontram críticas ácidas, mesmo tendo muitas provocações e estardalhaço concernentes a assuntos locais e as questões trabalhistas que envolviam os ferroviários, aposentados e pensionistas.

---

<sup>158</sup> ARAUJO, Tatiane Figueiredo. **A vida nos trilhos**: profissionalização, trabalho e política partindo das memórias de um ferroviário. 2013. 97f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2013.

Para exemplificar a postura questionadora em relação a assuntos trabalhistas de natureza local e federal que eram trazidas por Hostílio Dias a Câmara Municipal, é bom destacar que logo na primeira sessão ordinária em 11 de abril de 1967, ele solicitou à mesa diretora, telegrafar um ofício ao presidente da República, ao ministro dos Transportes, ao presidente da Rede Ferroviária Federal e ao superintendente da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, para saber quais “os motivos da não efetuação do pagamento da diferença de 25% dos ferroviários relativos ao mês de janeiro do ano em curso.”<sup>159</sup>

Nessa mesma sessão ordinária, Hostílio Dias quis saber se o prefeito havia enviado à Câmara Municipal o projeto de lei que tratava do aumento de 25% ao funcionalismo municipal. Requeru também a inclusão em pauta do projeto de lei que abordava sobre o estatuto do funcionário público de Alagoinhas que tramitava há doze anos e, por fim, pediu providências para saber o motivo de não terem fornecido aos aposentados e pensionistas do Instituto da Previdência Social, o contracheque referente ao pagamento de fevereiro.<sup>160</sup>

Para compreender essa atuação com tantos questionamentos e cobranças impetradas pelo vereador do MDB já no primeiro dia da legislatura que acabara de iniciar, é preciso repetir o que já foi dito acima: Hostílio Dias era ferroviário e nos seus dois últimos mandatos como vereador (1955-1956 e 1959-1963) sempre se colocou como um interlocutor da classe trabalhadora de Alagoinhas e não apenas da sua categoria.<sup>161</sup> Mas isso, por si só, não justifica essas primeiras atuações dele como vereador do MDB. Para uma melhor compreensão, primeiro, é bom começar a problematizar cada questionamento que foi levantado pelo ferroviário.

Especificamente em relação ao telegrama contendo um assunto de uma demanda trabalhista de uma empresa federal, direcionado ao presidente da República e ao ministro dos Transportes, não é levantada a hipótese que o emedebista fosse ingênuo ao ponto de acreditar que fosse surtir um efeito devastador e assim, suas queixas seriam atendidas. Hostílio Dias já era experiente o suficiente para saber que uma questão trabalhista de âmbito federal ao ser pautada no legislativo municipal não seria solucionada. Apenas serviria como uma espécie de denúncia, mas não era esse o objetivo central do vereador.

Segundo consta no documento do setor de segurança da VFFLB, Hostílio Dias não estava recebendo salário da estatal. Nesse relatório é apresentado que o vereador do MDB foi punido

---

<sup>159</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 11/04/1967, 1967

<sup>160</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 11/04/1967, 1967

<sup>161</sup> ARAUJO, Op. Cit., p.55

15 vezes “devido a faltas ao serviço e reincidência das mesmas faltas” e que sofreu um inquérito administrativo por abandono do cargo da VFFLB enquanto esteve à disposição do governo Estadual na gestão de Lomanto Júnior.<sup>162</sup> O responsável pela redação do histórico funcional e político do emedebista relatou com uma dose de desconfiança que ele recebia ajuda financeira de uma origem desconhecida.

Não percebe vencimentos da Leste e nem da Câmara onde é vereador, todavia, dispense com ajuda a elementos do seu “staf”, faz filantropia etc, sem saber-se a origem de tal recurso, quando a situação econômica e de sua família é precária, constando que recebe financiamento de alguma parte.<sup>163</sup>

Percebe-se, imediatamente logo depois da leitura desse trecho, uma contradição no relatório, pois no mesmo documento é exposto uma importante informação que explica com muito mais coerência e fundamentação a origem da receita de Hostílio Dias. Elucida, também, o porquê de o vereador emedebista fazer questionamentos acerca dos problemas que envolviam os aposentados do antigo INPS (assunto de natureza federal dentro do plenário da Câmara Municipal) e de se colocar como representante de outras classes de trabalhadores. Hostílio Dias mantinha instalado na casa de sua “amante,”<sup>164</sup> um escritório de “advocacia administrativa”, no qual, prestava assessoria jurídica para ferroviários, petroleiros, aposentados e pensionistas, tendo ligação estreita com a Associação dos Aposentados e Pensionistas da Leste brasileiro.<sup>165</sup>

Assim, além de se colocar como um interlocutor das questões que envolviam a classe trabalhadora de Alagoinhas, tentando também impressioná-los, Hostílio Dias dava projeção a sua atividade profissional de rabula em assuntos previdenciários, utilizando de forma pragmática um dos espaços de decisão política de Alagoinhas, o legislativo municipal, para tentar lograr ainda mais influência não apenas sobre os ferroviários da ativa, como também, dos aposentados e pensionistas de outras categorias de trabalhadores.

Tanto que as pautas reivindicatórias apresentadas pelo vereador emedebista na primeira sessão ordinária, não foram as únicas. O vereador, na segunda e na terceira sessões, provocou uma discussão a respeito do incêndio ocorrido no mercado de cereais na noite de 17 de março

---

<sup>162</sup> SIAN. Site do Sistema de informações do arquivo nacional BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP82005107. Disponível em <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>

<sup>163</sup> SIAN. Site do Sistema de informações do arquivo nacional BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP82005107. Disponível em <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>

<sup>164</sup> O relatório informa que Hostílio Dias era solteiro e morava com a mãe. A palavra “amante” é redigida pelo redator por ser, provavelmente, uma linguagem da época de chamar mulheres que mantinham relações com homens sem serem casadas oficialmente.

<sup>165</sup> Site do Sistema de informações do arquivo nacional BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP82005107. Disponível em <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>

de 1967, chegando a fazer requerimento à mesa para obter maiores informações sobre o inquérito policial.

Depois dessa ação de Hostílio Dias, ocorreu uma discussão interessante entre Carlos Navarro Filho e ele acerca do incêndio ocorrido no Mercado da Farinha. O debate começa com a exigência do ferroviário para que as autoridades, entre eles o delegado de polícia e o ex-prefeito Murilo Cavalcanti, tomassem providências e apresentassem o inquérito policial com o objetivo de desvendar as reais causas do trágico episódio. Navarro defende o ex-chefe do executivo e confronta seu correligionário dizendo:

Sr. Presidente e Srs. Vereadores, levanto minha voz bem alto para me reportar sobre o requerimento do vereador Hostílio Dias, solicitando do delegado e do ex-prefeito Murilo Cavalcanti um inquérito sabendo a causa do incêndio havido no Mercado da Farinha. Srs. Vereadores sou testemunha das providências tomadas pelo ex-chefe do executivo com relação ao incêndio, atendendo a tantos quanto pode, providenciando o principal para debelar a causa, enfim cumprindo seu dever.<sup>166</sup>

Judélio Carmo, vendo uma oportunidade de ganhar espaço político em cima daquela tragédia, também, entrou nesse debate e chegou a afirmar, categoricamente, que tinha uma ligação direta e conhecimento com todos os feirantes.<sup>167</sup> Não que o jornalista estivesse inventando esse relacionamento com os vendedores do mercado da farinha. É bem possível dele ter tido realmente uma relação de amizade com aquele grupo de trabalhadores. Contudo, não fez críticas, nem insinuações e tampouco, acusações ou cobranças em relação ao incêndio devido ao fato de pertencer ao grupo de Murilo Cavalcanti.

Aqui se vê um Hostílio Dias que gostava de provocar seus colegas, independentemente da agremiação partidária do qual fazia parte. Carlos Navarro Filho, como bom seguidor, amigo e companheiro político de Murilo Cavalcanti, fez questão de enfrentar o ferroviário e defender o governo que ele fez parte, pois o estudante trabalhou na prefeitura<sup>168</sup> quando ela foi governada pelo ex-advogado dos ferroviários.

O interessante nesses debates calorosos provocados por Hostílio Dias na Câmara Municipal é que fica visível dois elementos: o primeiro que o ferroviário gostava de impressionar de forma intensa nos seus discursos as principais demandas da sua base social que

---

<sup>166</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 14/04/1967, 1967

<sup>167</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 14/04/1967, 1967

<sup>168</sup> FILHO, Carlos Navarro. Carlos Navarro, **depoimento (2022)**. Entrevista concedida a Wagner Pimentel. Alagoinhas-BA, 16 de julho de 2022.

o elegeu para aquele mandato. O segundo é que o ferroviário tinha um temperamento explosivo e fazia muita questão de falar, demoradamente, nas sessões, propondo requerimentos em certa medida, impertinentes e sem fundamento. E um deles era que o problema do não recebimento referente ao repasse de 25% nos salários dos ferroviários fosse comunicado através de um ofício ao presidente da República.

As proposições do ferroviário provocaram o vereador arenista e líder do governo Antonio Mutti a fazer uma explanação justificando os motivos da impertinência do requerimento, afirmando que não era preciso incomodar o chefe do executivo nacional para solicitar explicações do não pagamento. Segundo ele, e com razão, era um problema de competência da diretoria da ferrovia em Salvador.<sup>169</sup> Estava tão coerente e bem fundamentado os argumentos que Hostílio Dias pediu a mesa para que o ofício fosse entregue apenas aos superintendente da VFFLB, tendo sua solicitação sido aprovada por unanimidade.

Um elemento que não pode passar despercebido nessa sessão é que em umas dessas discussões dos requerimentos colocados pelo ferroviário no plenário, o arenista Altino Rocha “[...] disse [que] o vereador Hostílio Dias tem razão demais para defender aqueles que o conduziram para esta casa”.<sup>170</sup> Outro que apoiou foi Judélio Carmo, chegando a louvar a defesa de Hostílio Dias pela causa dos ferroviários e ainda votou a favor do requerimento relativo ao não pagamento da diferença de 25% dos ferroviários relativos ao mês de janeiro feito pelo ferroviário.<sup>171</sup> Nitidamente uma tentativa clara de ganhar capital político apoiando os ferroviários, base social que além de ter elegido Murilo Cavalcanti em 1962, contribuiu muito para a vitória de Antônio Carneiro, pois o padrinho político tinha uma influência muito grande sob aquela massa de trabalhadores.

Retomando a questão do relatório de segurança da VFFLB sobre Hostílio Dias - apesar de alguns devaneios ou de análises intencionalmente equivocadas principalmente referente a um suposto movimento ferroviário ativo em Alagoinhas -, um trecho daquele documento demonstra que a composição da base social de sustento do seu mandato de vereador do MDB era formada por ferroviários, aposentados e pensionistas. Além disso, relatou a origem de seus

---

<sup>169</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 14/04/1967, 1967

<sup>170</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 18/04/1967, 1967

<sup>171</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 18/04/1967, 1967



proventos materiais e informou que o parlamentar municipal era vigiado pelo aparelho de repressão da Ditadura Militar:

Foi eleito vereador à Câmara de Alagoinhas para cujo cargo obteve grande margem de votos sobre os demais edis, isto devendo aos ferroviários, petroleiros e seus familiares, sabendo-se que nenhuma campanha eleitoral fez, permanecendo em sua residência e os seus adeptos encarregaram-se de fazê-la, para que nada dispendeu o candidato. Frequentava o âmbito da leste, [na estação] São Francisco, procurando insuflar e agitar a classe, mas, notando que estava sendo observado por agentes deste SETS, deixou de fazê-la, todavia mantendo uma elemento de ligação que é o ferroviário Antônio Ribeiro dos Santos matrícula nº 24.645, que o traz a par de todo o movimento ferroviário.<sup>172</sup>

Em relação as desconfianças em torno da fonte de receita de Hostílio Dias, fica evidente, nos dois trechos do relatório de segurança da VFFLB acima citados, a tentativa de colocar o vereador como suspeito de atividades escusas e subversivas. Vale aqui informar que RFFSA enviou um ofício à Câmara Municipal de Alagoinhas, solicitando informações sobre o emedebista. Os pedidos eram para saber se o ferroviário exercia a função de vereador, se ele era remunerado pela atividade como parlamentar do município e ainda questionou os dias e horários das sessões ordinárias.<sup>173</sup>

A fiscalização e as acusações de caracterizar alguém como subversivo eram práticas muito comumente usadas pelos agentes de segurança e de repressão da Ditadura Militar. O objeto principal dessas ações era para incriminar e, conseqüentemente, cassar os mandatos de parlamentares opositores ao governo. Todavia, Hostílio Dias não foi e não tinha pretensão de ser opositor do governo ditatorial brasileiro.

Ainda em cima dessa questão da fiscalização imposta pela Ditadura Militar em pessoas com potenciais riscos de serem subversivos ou opositores ao governo, vale salientar que pessoas comuns muitas vezes funcionavam, voluntariamente ou não, como uma espécie de olhos e ouvidos do aparelho repressor estatal e denunciavam com fundamento ou apenas por uma vingança pessoal seus vizinhos e colegas de trabalho de serem membros de organizações subversivas.

Ao analisar o informante que se predispôs voluntariamente a colaborar com a estrutura do aparelho político repressor da Ditadura Militar, Marionilde Dias Brepohl de Magalhães, em seu artigo, fez uma afirmação que se encaixa com essa situação de fiscalização sofrida por Hostílio Dias e por tantos outros parlamentares ou sindicalistas tidos como agitadores. Toda e

<sup>172</sup>SIAN. Site do Sistema de informações do arquivo nacional BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP82005107. Disponível em <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>

<sup>173</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 21/11/1967, 1967

qualquer atividade desempenhada pelo vigiado era motivo de suspeição, pois o subversivo ou comunista ou agitador era tido como alguém muito perigoso que precisava ser destruído. Disse a pesquisadora:

Para os funcionários ou colaboradores da repressão, o inimigo é apresentado, cotidianamente, como dotado de uma força demoníaca, contra quem não adianta querer combater ou controlar, mas impõe-se destruir, para que assim, e só assim, seja garantido o bem-estar da sociedade.<sup>174</sup>

Hostílio Dias não possuía essa força demoníaca. Ele não tinha tanto poder de liderança e influência política entre os ferroviários ao ponto de ser tão vigiado e temido pela Ditadura Militar. A questão principal é que não existia qualquer possibilidade de ocorrer um simples movimento contestador ou uma greve mobilizada por parte dos ferroviários alagoinhenses naquele contexto social e político.

Por mais que no início dos anos 1960 os ferroviários, os bancários e os servidores públicos municipais de Alagoinhas tivessem realizado greves com o objetivo de reivindicar melhores salários, pois, “viviam um contexto semelhante de constante aumento nos preços dos chamados ‘gêneros de primeira necessidade’, estando expostos ao rebaixamento do poder de compra dos seus salários”<sup>175</sup>, supor que poderia haver manifestações ou movimentos organizados pelo emedebista era pura fantasia.

A última grande mobilização dos ferroviários baianos e alagoinhenses foi na greve geral de dez dias, entre os dias 19 a 28 de fevereiro de 1960, os quais, juntamente com outros colegas dos estados de Sergipe, Alagoas, Piauí e Pernambuco ao reivindicarem melhorias salariais por conta do aumento do custo de vida, paralisaram por completo suas atividades nas oficinas, nas estações e na linha férrea.<sup>176</sup> E os agentes de segurança e repressão da Ditadura Militar, segundo o relatório de segurança, não deixariam e nem deixaram, de forma alguma, acontecer reuniões com desse caráter. O movimento operário dos ferroviários estava desarticulado e debelado. E com a instauração do autoritarismo político no Brasil aquela situação piorava.

Ademais, vale ressaltar que Tatiane Araújo ao pesquisar a trajetória política de Hostílio Dias afirma que, especificamente no seu segundo mandato (1959-1963), ele teve algumas divergências ideológicas e na forma de atuar pela luta das demandas dos ferroviários com outro vereador oriundo da VFFLB, o vereador João de Araújo Batista. Segundo a historiadora, “José

---

<sup>174</sup> MAGALHÃES, Marionilde B. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997, [s.p.]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01881997000200011>. Acesso em: 3 de abr. de 2023.

<sup>175</sup> MORAIS, Op. Cit., p.112.

<sup>176</sup> DEZ MIL[...]. **Novos Rumos**. 11 a 17/03/1960, Ano II, Nº 54,1960, p.2.

Batista Araújo (SIC) em diversos momentos fez defesa da gestão vigente e isso entrava em choque com a posição de Hostílio.”<sup>177</sup>

Baseado nessa informação, certamente, existia um grupo de trabalhadores da VFFLB que não votava, não compactuava com o *modus operandi* do emedebista e preferia não se indispor com a direção da empresa para preservar seus empregos. Assim, seria muito difícil, naquele contexto de vigilância, censuras, prisões, torturas e perseguições políticas imposta pela Ditadura Militar, algum ferroviário embarcar em qualquer projeto de movimento questionador. E de fato não ocorreu nenhuma mobilização com esse teor durante todo o período de autoritarismo político no Brasil.

Esse relatório de segurança da VFFLB é mais um bom exemplo de que a Ditadura Militar fiscalizava agentes, autoridades públicas, inclusive parlamentares, e se utilizava dos setores de segurança das estatais para vigiar funcionários. Além disso, esse documento revela indícios de que a Câmara Municipal de Alagoinhas era constantemente vigiada pelos mecanismos de segurança e repressão dos governos militares que se sucederam ao longo de vinte e um anos. Não era apenas Hostílio Dias que vivia sob vigilância constante. Outros vereadores do poder legislativo do município, certamente, estavam também sob os olhares e ouvidos da Ditadura Militar, independentemente de ser do MDB ou da ARENA.

Porém, o emedebista não era socialista, nem comunista e tampouco participou de grupos clandestinos ou de organizações civis que lutavam pela volta da democracia. E para demonstrar essa afirmação anterior, foi encontrada uma carta datilografada por Hostílio Dias - em agosto de 1968 ao se defender da acusação de ter invadido o prédio do INPS em Alagoinhas - na qual o vereador afirma ao delegado regional da polícia federal de Salvador que “[...] quero finalizar, dizendo que não sou, nunca fui, nem sonho em possuir tendências para agitador.”<sup>178</sup>

O vereador emedebista Hostílio Dias ficou implicado e depois foi alvo de inquérito policial por ter se envolvido em uma grande confusão no prédio do INPS em 5 de agosto de 1968.<sup>179</sup> O episódio chegou a ser noticiado no jornal *A tarde* com o título *Polícia federal investigará a invasão do INPS de Alagoinhas*.<sup>180</sup> O periódico relatou que sob a liderança do

---

<sup>177</sup> ARAUJO, Op. Cit., p.163.

<sup>178</sup> SIAN. Site do Sistema de informações do arquivo nacional BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP82005107. Disponível em <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>

<sup>179</sup> SIAN. Site do Sistema de informações do arquivo nacional BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP82005107. Disponível em <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>

<sup>180</sup> POLÍCIA[...]. **A Tarde**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 28/08/1968, 1968, p. 03.

ferroviário, quarenta pessoas invadiram o prédio da agência “[...]com tentativa de agressão ao funcionário Ezequiel Brasile e agressão física ao agente Alberto Jackson.”<sup>181</sup>

Hostílio Dias, como já mencionado acima, prestava assistência jurídica como rábula previdenciário aos aposentados e pensionistas. Grupo que, majoritariamente aliado aos ferroviários, compunham sua base eleitoral responsável pelos votos recebidos nas eleições de 1966. Em uma clara e evidente ação de impressionar essa categoria de trabalhadores, o vereador emedebista sabia e não aceitava a resolução do órgão que concedia os benefícios através da lei 3807 de 25 de agosto de 1960, responsável por organizar a previdência social. Na visão dele deveria ser a lei 593 de 24 de dezembro de 1948 que restaurava a aposentadoria para os ferroviários aos trinta e cinco anos de serviço.

Sem entrar na questão jurídica de quem está com a plena razão ou não, o fato é que as fontes, tanto o jornal quanto o inquérito policial, relatam cenas de violência e agressões físicas e verbais do vereador emedebista e de seus colegas. Mais um bom exemplo do nível de temperamento emocional presente na atuação de Hostílio Dias como parlamentar e cidadão comum. As discussões acaloradas na Câmara Municipal com seus colegas, as insistências em apresentar requerimentos e tecer acusações e denúncias sem fundamento ou provas contundentes foram a tônica impetrada pelo ferroviário naquela pequena parte de sua trajetória política.

Por mais que o ferroviário muitas vezes tivesse essa atuação de se colocar como representante da classe trabalhadora dentro do plenário do poder legislativo municipal, ele tinha como objetivo principal impressionar e se destacar perante sua base de eleitores, sendo o defensor das demandas trabalhistas. Em diversas sessões na Câmara Municipal, Hostílio Dias questionou a respeito do andamento do projeto de lei que regulamentaria o estatuto dos funcionários públicos municipais, abordou a questão do pagamento do salário família, do aumento salarial para os servidores e chegou a denunciar a situação precária de trabalhadores.

Contudo, possuía uma frágil estrutura ideológica, fazendo muitas vezes cair em sérias contradições. Uma delas foi homenagear as forças armadas brasileiras - a responsável pelo golpe de 1964 e de fazer parte de um governo que vigiava e acusava o ferroviário de comunista - em uma reunião extraordinária em que Judélio Carmo tinha abordado, novamente, acerca do problema da concessão do fornecimento de energia elétrica no município de Alagoinhas.<sup>182</sup>

---

<sup>181</sup> POLÍCIA[...]. **A Tarde**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 28/08/1968, 1968, p. 03.

<sup>182</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 14/07/1967, 1967.

Os vereadores daquela legislatura eram todos contra a COELBA assumir a responsabilidade de distribuição do serviço, mesmo apresentando sérios problemas técnicos e deficiência. E uma sessão, o vereador Judélio Carmo leu no plenário da Câmara Municipal um documento emitido pelo Ministério de Minas e Energia, afirmando que Alagoinhas não possuía “[...]concessão federal para a exploração do serviço de energia elétrica, configurando-se ilegítima a exploração no município, de qualquer serviço de energia por parte da prefeitura.”<sup>183</sup> Associado a essa ação, ataca a fala do vereador Hostílio Dias, que em uma sessão anterior, afirmou ser uma grande negociata o serviço de energia elétrica do município.

Hostílio Dias não estava presente na sessão em que o Judélio Carmo foi duro e crítico contra as suas palavras e não pode se defender da contra argumentação do seu colega. Mas fica explícito como o ferroviário, muitas vezes, atuava de forma intempestiva nas reuniões semanais no poder legislativo, apresentando denúncias e acusações sem qualquer tipo de prova.

Voltando a tocar na questão da concessão da energia elétrica em Alagoinhas, o vereador arenista e da oposição Altino Ribeiro Rocha, explorando um aparte do ferroviário que falava em clandestinidade daquela situação, informou e destacou que o serviço de fornecimento no município, independentemente de ser ou não clandestino, era explorado e de total responsabilidade da prefeitura há cerca de 40 anos, colocando a culpa daquele contexto de incertezas e insegurança no gestor passado, Murilo Cavalcanti. Segundo o arenista, o ex-chefe do executivo não teria quitado os débitos com a CHESF pelo período de um ano.<sup>184</sup>

Lógico que nessa discussão acerca do fornecimento de energia elétrica, Hostílio Dias não defendeu Murilo Cavalcanti e tampouco o prefeito atual Antônio Carneiro. Aproveitando a tribuna do plenário da Câmara Municipal fez uma homenagem e defendeu as forças armadas brasileiras para fugir do debate iniciado por Judélio Carmo em sessões anteriores:

É preciso que se acabe uma vez por todas com essa mania ou maneira de querer falsamente usando o nome das gloriosas Forças armadas do Brasil., intimidar ou humilhar os funcionários da prefeitura e muito mais, o povo de Alagoinhas. É preciso que se respeite as Forças Armadas do Brasil e não procurem se aproveitando da sua bandeira utilizar processos desta natureza[...]<sup>185</sup>

Não foi apenas nessa reunião extraordinária que Hostílio Dias demonstrou alinhamento com a Ditadura Militar. Aliás, não foi somente o ferroviário. Em outras ocasiões no plenário da Câmara Municipal, os emedebistas indicaram uma aproximação ou uma afinidade com os

---

<sup>183</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 16/06/1967, 1967.

<sup>184</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 14/07/1967, 1967.

<sup>185</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 14/07/1967, 1967.

princípios morais e éticos do governo autoritário ao congratular ou engrandecer feitos daquela gestão, como já visto na seção anterior.

Os vereadores do MDB aprovaram uma moção apresentada pelo arenista Altino Ribeiro Rocha pela morte do ex-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco que engrandeceu e celebrou a memória do ex-chefe do executivo da nação. Em outra ocasião, a Câmara Municipal de Alagoinhas - para deixar bem claro seu posicionamento político referente a Ditadura Militar - apresentou e aprovou, por unanimidade, uma moção de pesar pela morte do senador dos Estados Unidos Robert Kennedy, “[...] barbaramente assassinado.”<sup>186</sup> Logico que um crime dessa magnitude não passaria em branco no plenário e não sofreria rejeição. O político do partido democrata foi morto no dia 6 de junho de 1968. A sessão que o homenageou aconteceu exatamente um dia depois do trágico episódio.

Porém, vale salientar que o ativista norte americano pelos direitos civis dos negros, o reverendo Martin Luther King Jr., também foi assassinado naquele mesmo ano, em 4 de abril, e não teve nenhuma moção ou menção ao acontecido na sessão solene de instalação e posse da mesa executiva em 7 de abril. Certamente, não houve qualquer homenagem ou lamentação dos vereadores no plenário do poder legislativo municipal porque o líder do movimento negro e todas as suas pautas eram consideradas subversivas pela Ditadura Militar.

O silêncio e a ausência de uma homenagem ou uma lamentação pela morte do líder religioso negro estadunidense expressa, além do medo de ser enquadrado pelo aparato de repressão, um viés ideológico conservador dos arenistas e dos emedebistas. Não seria nenhum absurdo afirmar que eles consideravam, igualmente aos censores da Ditadura Militar, as reivindicações pelos direitos civis e a luta do movimento negro dos EUA, contra o racismo e contra a segregação, atos de subversão realizados por agitadores comunistas.<sup>187</sup>

Em mais um bom exemplo de afinidade ideológica entre os membros da Câmara Municipal de Alagoinhas, temos a moção apresentada por Altino Ribeiro Rocha acerca da institucionalização do AI-5. Não podendo ser diferente, os emedebistas também aprovaram, com exceção de Judélio Carmo que faltou a reunião, a proposição do arenista. A ata não informa quem assinou conjuntamente aquela proposta idealizada pelo vereador da ARENA. Relata

---

<sup>186</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 07/06/1968, 1968.

<sup>187</sup> O silêncio pode ser também devido ao fato de que Martin Luther King não era tão conhecido até sua morte entre os brasileiros. Existe também essa possibilidade, pois não foi feita uma pesquisa para identificar o nível de conhecimento dos brasileiros em relação ao ativista negro.

apenas que seis vereadores foram os signatários pela proposição de congratular a censura e a radicalização da Ditadura Militar.

É bem possível que tenha sido assinada pelos seis arenistas presentes, pois naquele dia estavam presentes dez parlamentares. E na tribuna, o edil da ARENA, um membro da Câmara Municipal – que poderia ser fechada a qualquer instante - parabenizou o presidente da república “[...] pela corajosa e patriótica decisão, fazendo editar o ato institucional número cinco[...].”<sup>188</sup> A contradição de um vereador, membro do poder legislativo, congratular o ditador Costa e Silva por ter fechado o Congresso Nacional, só não é maior do que a sua faceta conservadora e autoritária.

A ata daquela sessão extraordinária também não informa o placar da votação da moção e não relata que foi aprovada por unanimidade. Diz que “[...] a moção nº 11, submetido a discussão, não houve pronunciamento, em votação, foi aprovada pelos vereadores que se encontravam no plenário.”<sup>189</sup> Dos quatro vereadores do MDB presentes naquela sessão (Hostílio Dias, Antônio Paolillo, Crisanto Borges e Carlos Navarro Filho), o único que teceu algum comentário referente ao AI-5 foi o ferroviário. O restante não fez comentário crítico e nem objeções ou protestos em relação ao AI-5.

Entretanto, a ida de Hostílio Dias a tribuna foi para, mais uma vez, criticar as realizações das sessões extraordinárias que ele considerava inconstitucional. Elogiando e enaltecendo o AI-5 disse “[...] não ser possível, quando em boa hora, se edita em ato institucional, para combater o erro e a ilegalidade, continuemos encampando erros de quem quer que seja, logo a Câmara que tem obrigação de combatê-los.”<sup>190</sup>

Dois meses antes de parabenizar o AI-5 e um mês e meio depois de ter se envolvido na confusão da invasão do prédio do INPS, já como alvo de inquérito policial, Hostílio Dias também exaltou o golpe civil-militar de 1964 no plenário da Câmara Municipal ao parabenizar a administração do novo superintendente da VFLB. Disse o ferroviário:

[...] por já se fazer sentir nos seus poucos dias de administração, a instalação de um clima de moralização, respeito, disciplina e progresso, trato da coisa pública, dando assim um basta nos desmandos administrativos como fora dado ao Brasil no dia 31 de março de 1964.<sup>191</sup>

<sup>188</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 20/12/1968, 1968.

<sup>189</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 20/12/1968, 1968.

<sup>190</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 20/12/1968, 1968.

<sup>191</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 24/09/1968, 1968.

Uma outra atuação de Hostílio Dias que demonstrava a dubiedade política no seu mandato foram as moções apresentadas por ele para congratular o deputado estadual da ARENA Jairo Azi, irmão de José Azi, membro de uma poderosa família que explorava o trabalho de seus funcionários nos diversos estabelecimentos comerciais pertencentes ao clã. Em uma delas, parabenizava o membro da Assembleia Legislativa da Bahia “pela sua extraordinária, honrosa, dignificante, elogiável, justa e humana iniciativa, apresentando emenda ao ante-projeto de lei da constituição do estado da Bahia, instituindo imunidades para vereadores.”<sup>192</sup>

O pragmatismo político do ferroviário era notório e evidente em cada ação contraditória realizada por ele. Esses episódios de congratular um membro de uma burguesia economicamente e politicamente preponderantes no município de Alagoinhas é um bom indício de que Hostílio Dias não era um ator social engajado na agenda de luta do movimento socialista/comunista como acusava os órgãos de segurança e vigilância da Ditadura Militar. Tampouco podemos afirmar que ele era um getulista ou um trabalhista, conforme se autointitulou em entrevista para a historiadora Tatiane Araújo.<sup>193</sup>

Mesmo se colocando como um interlocutor das diversas categorias dos trabalhadores alagoinhenses, as ações do ferroviário evidenciavam um parlamentar municipal a serviço dos interesses de uma das oligarquias local. Hostílio Dias se elegeu pelo MDB, mas as impressões sobre sua atuação na Câmara Municipal é de que ele, certamente, esteve todo o tempo do lado da família Azi, o grupo opositor de Murilo Cavalcanti e do prefeito Antônio Carneiro. Tanto que no decorrer do período de dois anos como vereador na legislatura 1967-1971, acabou migrando, abertamente, para a corrente política liderada pelo arenista José Azi e, conseqüentemente, se filiando ARENA.<sup>194</sup>

## 1.5 UM FERROVIÁRIO CASSADO

O fato mais importante que aconteceu com Hostílio Dias nessa legislatura foi o momento em que sua vereança foi interrompida. Certamente a cassação do seu mandato de vereador tem ligação com o episódio da invasão ao prédio INPS e, principalmente, com o atribulado convívio com seus colegas de Câmara. Dito isto, vale a pena destacar uma entrevista do ferroviário

---

<sup>192</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 05/05/1967, 1967.

<sup>193</sup> ARAUJO, Op. Cit., p.116

<sup>194</sup> VEREADOR[...]. **A Tarde.** Salvador: Instituto geográfico e histórico da Bahia, 14/10/1969, 1969, p. 02.



concedida para Tatiane Araújo e narrada pela historiadora no seu trabalho de conclusão de curso da graduação. Em seu depoimento Hostílio relatou que foi cassado injustamente sob a acusação de faltar constantemente às sessões.<sup>195</sup> Porém, a pesquisadora comete um pequeno equívoco factual em relação a esse episódio ao afirmar que cassação ocorreu em 1968.

Neste terceiro mandato, Sr. Hostílio só exerceu até 1968, pois seu mandato foi extinto. Ele afirma que teria sofrido uma conspiração num episódio pouco esclarecido. Ocorreu que foi convocada uma ‘sessão extraordinária da Câmara de Vereadores para um projeto de lei sobre um terreno em favor de uma Empresa do Paraná’. Segundo ele, a empresa era de um ‘grupo de vigarista’ e que ‘não dava para aprovar’<sup>196</sup>

Ao confrontar as fontes e realizar uma averiguação nas atas da Câmara Municipal da legislatura 1967-1971 foi encontrada a informação de que, realmente, seu mandato foi extinto com a justificativa do ferroviário ter se ausentado em quatro sessões extraordinárias. Entretanto, a cassação do seu mandato de vereador ocorreu em 10 de outubro de 1969.<sup>197</sup> Já na sua dissertação, a historiadora informa corretamente a data.<sup>198</sup>

Apesar de importante o esclarecimento da data da supressão do mandato do ferroviário, uma outra questão chama ainda mais atenção. A afirmação de Hostílio Dias de ter sofrido uma conspiração para prejudicá-lo, não é de toda fantasiosa. Averiguando as atas das sessões ordinárias e extraordinárias, da Câmara Municipal de Alagoinhas de 1969, foi constatado uma contradição que oferece indícios de uma possível manipulação de datas e, conseqüentemente, na construção da escrita da ata. Na ata da sessão da extinção da vereança do emedebista foi relatado que:

o presidente da Câmara de vereadores do município de Alagoinhas, no uso de suas atribuições e atendendo ao que precitua o artigo 8º, item III, segunda parte, do decreto-lei nº. 201, de 27 de fevereiro de 1967, declara extinto o mandato do vereador Hostílio Ubaldo Ribeiro Dias, eleito pela legenda do Movimento Democrático Brasileiro, visto ter o mesmo deixado de comparecer às sessões extraordinárias dos dias 1º, 4, 8 e 11, do mês de julho de corrente ano, último período de convocação.

Vale destacar que não houve sessões extraordinárias no dia 1º, nem no dia 4 e tampouco no dia 11 de julho de 1969. Foram exatamente, como consta nos livros de atas, manuscritos a caneta ou datilografados, disponíveis na ACMA, cinco reuniões ocorridas de 20 de junho a 8 de julho de 1969. A primeira, realizada em 20 de junho, a segunda, a terceira e a quarta, aconteceram no mesmo dia em 27 de junho e contaram com a presença de Hostílio Dias. A única reunião em que o ferroviário se ausentou foi a de 8 de julho.

---

<sup>195</sup> ARAUJO, Op. Cit., p.88

<sup>196</sup> Ibid.

<sup>197</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 10/10/1969, 1969.

<sup>198</sup> ARAUJO, Op. Cit., p.164

Mesmo se aventar a hipótese de que houve erro na escrita ou na datilografia - as duas atas estão idênticas, tanto a manuscrita quanto a datilografada –, Hostílio Dias não poderia ter sido cassado porque não faltou a três sessões extraordinárias consecutivas. Só para constar e aumentar ainda mais a probabilidade de uma conspiração feita pelos seus colegas do MDB e da bancada governista, vale mencionar dois fatos.

O primeiro é relatar que no dia da sessão da extinção do mandato do ferroviário, apenas estavam presentes os vereadores da base de apoio do governo Antônio Carneiro. Toda a mesa executiva mais dois. O único ausente daquele grupo foi o emedebista Carlos Navarro Filho. Todos os vereadores arenistas do grupo político liderado por José Azi não compareceram aquele expediente.<sup>199</sup>

O jornal *A Tarde* informou a presença do ex-prefeito José Azi nas galerias da Câmara Municipal, destacando ainda que Hostílio Dias teria ingressado na ARENA no mês de agosto daquele ano.<sup>200</sup> Isto é, a bancada governista que já não tolerava a independência de Hostílio Dias dentro do legislativo municipal, certamente, não ficou muito satisfeita com a direção política tomada pelo ferroviário.

Já o segundo fato é referente as ausências do vereador arenista José Francisco Conceição nas sessões da Câmara Municipal. O arenista faltou todas as sessões ordinárias e extraordinárias desde o dia 3 de junho de 1969, vindo somente a aparecer no plenário do legislativo em 17 de outubro. Em suma, o vereador da ARENA não foi alvo de nenhuma punição estabelecida no regimento interno da casa, continuou faltando algumas sessões até o fim da legislatura e sem nenhum risco de cassação.

Outra questão intrigante e que vale apontar para uma tentativa de entender ou esclarecer com fatos objetivos os reais motivos da cassação do mandato do vereador Hostílio Dias foi um pronunciamento seu realizado quase dois anos antes. O Ferroviário falou a respeito de boatos ocorridos na cidade de que a mesa diretora da Câmara Municipal de Alagoinhas desejava cassar seu mandato por considerá-lo um tumultuador e subversivo. Se procedia ou não os boatos, se era ou não mais uma ilação cometida pelo emedebista, o fato é que ele foi cassado dois anos depois de uma maneira muito estranha. Disse ele no dia:

Espalharam-se pela cidade, boatos de que a mesa desta Câmara, se preparava para cassar o meu mandato de vereador, cuja propriedade nem é minha, porque pertence ao povo. Dizia-se que a cassação tinha por fundamento, o fato de que eu estava tumultuando e subvertendo o os trabalhos legislativos. Se por acaso algum membro

<sup>199</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 10/10/1969, 1969

<sup>200</sup> VEREADOR[...]. **A Tarde.** Salvador: Instituto geográfico e histórico da Bahia, 14/10/1969, 1969, p. 02.

da comissão executiva desta casa usou de tão ingênuo expediente, como guerra psicológica, perdeu o tempo e não obteve qualquer êxito na experiência tentada.<sup>201</sup>

Voltando ao relato do ferroviário concedido a Tatiane Araújo, tem um uma questão fundamental: ao negar o delito e argumentar em sua defesa a utilização de uma estratégia baseada em acusar seus colegas da Câmara Municipal de conspirarem contra ele apenas por ele ter sido contra um projeto de lei que favorecia a cessão de um terreno para uma empresa do Paraná. Segundo Hostílio Dias, ele era totalmente contrário porque considerava os donos um 'grupo de vigaristas'. Nas atas dessas sessões extraordinárias não foram encontrados esses debates sobre o assunto de ceder um lote urbano para uma empresa paranaense.

O fato é que Hostílio Dias omitiu ou esqueceu de relatar, em sua entrevista a Tatiane Araújo, o fato de ter ficado em posse de um projeto de lei que seria escopo de discussão naquelas cinco reuniões extraordinárias, demonstrando claramente que obstruía, intencionalmente, os trabalhos no poder legislativo municipal. Reter em suas mãos matérias relevantes já é motivo o suficiente para causar insatisfação nos seus colegas e, principalmente, no presidente da Câmara Municipal.<sup>202</sup>

As atuações agressivas e intempestivas realizadas por Hostílio Dias, dentro do plenário Câmara Municipal, por questões fora da alçada da casa – vide o problema dos aposentados do antigo INPS apresentado por ele, ser nitidamente, uma questão federal – e as acusações relatadas a Tatiane Araújo, mostram que o ferroviário tinha um péssimo relacionamento pessoal e político com seus colegas do poder legislativo.

Existe uma enorme possibilidade de ele ter sido cassado devido a essa situação de total desarmonia dentro do plenário da Câmara Municipal. Era bastante comum o ferroviário, irritado ou chateado por não ter suas argumentações deferidas pelo presidente da casa, assinar as atas sob protesto e escrevendo com letras grandes acusações de que a mesa funcionava de forma irregular e inconstitucional.

Vale destacar que na campanha eleitoral de 1966, segundo os documentos encontrados no SIAN e relatado, também, por Carlos Navarro Filho, o ferroviário praticamente se isolou com sua base eleitoral e não participou ativamente dos comícios, tomando uma posição independente. Até porque a chapa concorrente era liderada pelo arenista José da Silva Azi que quando foi prefeito de Alagoinhas sofreu com a oposição do ferroviário. Porém, o verificado

---

<sup>201</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 03/11/1967, 1967.

<sup>202</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 27/06/1969, 1969.

foi um Hostílio Dias de braços dados com família Azi durante os seus dois anos e meio de mandato de vereador naquela legislatura.

Tatiane Araújo, em sua dissertação de mestrado em que aborda e debate a trajetória política de Hostílio Dias, especificamente no primeiro e no segundo mandatos, relata um episódio da sua atuação parlamentar que demonstra, mais uma vez, o seu pragmatismo político e sua característica marcante de ser um parlamentar municipal intempestivo e acusador, podendo muitas vezes ser confundido como polêmico:

Em uma dessas sessões o vereador Hostílio acusou o Prefeito de ter invadido um terreno e apontou também que havia irregularidades na Petrobras. Diante das muitas incriminações que o vereador Hostílio fez sobre o Prefeito, o vereador Romualdo Campos disse que o vereador “só sabia falar mal” e até o vereador Araújo Batista também fez críticas ao vereador Hostílio e disse que “antigamente o vereador andava em todos os lugares com José Azi e este foi quem mais concorreu para sua inscrição de candidato a vereador e agora o atacava.”<sup>203</sup>

Ao relacionar essa citação da historiadora com a atuação de Hostílio Dias na legislatura 1967-1971, fica evidenciado, além do pragmatismo político com suas entradas e saídas nos grupos que compunham as classes dirigentes de Alagoinhas, um comportamento dúbio que não tinha qualquer indício ou justificativa de ser algo para querer barganhar algum direito ou uma demanda da classe trabalhadora. O ferroviário que fez oposição no final do governo do prefeito José Azi – de quem foi seu aliado na campanha eleitoral de 1958, sendo ainda amigo de seu irmão o ex-vereador Hidelbrando Dias – e mesmo filiado ao MDB em 1966, nunca demonstrou ser um aliado de primeira ordem do governo do emedebista Antônio Carneiro. Diferentemente de seus correligionários que eram árdios defensores de Murilo Cavalcanti e do atual chefe do executivo municipal.

Dito isto, era praticamente impossível de Hostílio Dias possuir uma amizade sólida ou ter aliados dentro da Câmara Municipal que pudessem ter ajudado ou contribuído contra o processo de cassação do mandato. Apesar de toda essa fiscalização dos órgãos de segurança da Ditadura Militar em cima do ferroviário e, conseqüentemente, de uma insistência premeditada e consciente em adjectivá-lo de subversivo ou agitador, a possibilidade de ele ter perdido seu mandato de vereador por conta do relacionamento conturbado que mantinha com seus colegas dentro da Câmara Municipal de Alagoinhas é plausível.

---

<sup>203</sup> ARAUJO, Tatiane Figueiredo. “**O aço se testa no fogo e o líder se faz na luta**”: atuação do ferroviário Hostílio Ubaldo Ribeiro Dias na Câmara Municipal de Alagoinhas (1955-1963). 2021. 170f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2021, p.152

Na sessão do dia 4 de julho de 1967, novamente, Hostílio Dias teve fortes embates e desgastes com a bancada do MDB. Anteriormente, conforme já relatado acima, teve uma breve discussão com Carlos Navarro Filho acerca do incêndio no Mercado da Farinha e naquele dia, e em outros também, teve com Crisanto Borges e Judélio Carmo, os quais obtiveram o apoio do emedebista Antonio Paolillo. Para seu desgosto, naquela ocasião, todos os requerimentos apresentados pelo ferroviário foram rejeitados com votos do MDB.<sup>204</sup>

Não contente com situação e mantendo uma atitude provocativa perante o presidente da Câmara Municipal, Hostílio Dias protestou contra o funcionamento da prorrogação do período legislativo, considerando ser ilegal as realizações daquelas sessões extraordinárias, pois segundo ele, feria o regimento interno da Câmara Municipal e a nova constituição da Bahia.<sup>205</sup> Vale destacar que o emedebista aprovou o requerimento que solicitava a autorização de reuniões extraordinárias em uma reunião do dia 6 de junho de 1967, sendo uma aprovação unânime.<sup>206</sup>

Logo em seguida Judélio Carmo contra-argumentou o ferroviário, interpelando se ele esqueceu o espírito emedebista e o lembrou que a bancada do MDB baiano na assembleia legislativa não votou a favor da nova constituição da Bahia. Esse episódio demonstra um aspecto da atuação parlamentar do ferroviário: sua insistência do ferroviário em defender suas concepções sem amparo jurídico e com uma frágil argumentação nas suas ideias.<sup>207</sup>

Na sessão seguinte, Hostílio Dias praticamente falou sozinho. Questionando e criticando a forma e a ordem no andamento das apreciações de requerimentos e indicações, como também, fazendo observações em relação ao cumprimento do regimento interno da Câmara Municipal de Alagoinhas. O emedebista gostava do embate, do confronto e do bate-boca que causava nas reuniões no plenário. O estilo de atuação parlamentar implementado pelo ferroviário nos leva a considerar que ele gostava de provocar seus colegas, independentemente de serem aliados ou adversários.

Hostílio Dias seguia sua própria cartilha política, com um método de querer impressionar seus eleitores e ser o foco das discussões no plenário. Discursos demorados, enorme quantidade de apresentação de requerimentos, insistência em matérias ou temas já discutidos, enfim, o

---

<sup>204</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 04/07/1967, 1967.

<sup>205</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 04/07/1967, 1967

<sup>206</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 06/06/1967, 1967

<sup>207</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 04/07/1967, 1967

ferroviário se preocupava apenas em manter sua pauta a todo custo, mesmo que para isso precisasse interromper sessões. Ele não se importava e era acusado pelos seus colegas da Câmara Municipal de tumultuador e de querer obstruir os trabalhos.

Os órgãos de segurança da Ditadura Militar, seus colegas e a imprensa que o chamava de agitador ou comunista, simplesmente, se equivocaram com o termo. Hostílio Dias era irascível e não fazia questão de se preocupar em causar mal-estar nos debates dentro do plenário. A leitura das atas - no período em que ele manteve seu mandato – e o episódio do tumulto ou da confusão no prédio do INPS em 5 de agosto de 1968, no qual ele esteve presente, demonstram e reafirma essa característica do vereador do MDB em querer impressionar sua base eleitoral com ações e atuações parlamentares efusivas e completamente ineficazes no sentido de melhoramento da vida social dos ferroviários e dos aposentados.

Outra questão válida para analisar acerca da cassação do emedebista é o fato do ex-vereador não ter relacionado sua cassação, e isso foi identificado por Tatiane Araújo,<sup>208</sup> a uma possível perseguição política ocasionada pelo contexto da Ditadura Militar e nem ao fato de se comportar como interlocutor da classe trabalhadora. Mesmo ele estando longe de ser um subversivo perigoso para a Ditadura Militar, para os aparelhos repressores do governo, o histórico político do emedebista já era motivo o suficiente para cassação.

Hostílio Dias enxergou apenas um fator local, uma discordância de uma pauta que considerava nociva ao município como a causa principal para o terem banido do cargo público. E não conseguia, também, enxergar qualquer tipo de problema no seu relacionamento com os colegas. Sempre se colocando como o dono da razão. O seu temperamento muito irascível prejudicava uma análise mais racional dos fatos e das questões que eram debatidas no plenário da Câmara Municipal.

Contudo, a ditadura que começou em 1964 e foi planejada para derrubar o governo de João Goulart, se estendendo até o ano de 1985, representou o início das perseguições e prisões de políticos opositores, de comunistas e de supostos comunistas, de sindicalistas e de ativistas de movimentos sociais espalhados pelo Brasil. Além disso, foi uma época marcada por restrições à liberdade civil, por censura à imprensa, as artes e pela institucionalização da tortura nos “porões” dos quartéis e das delegacias de polícia.<sup>209</sup>

---

<sup>208</sup> ARAUJO, Op. Cit., p.88

<sup>209</sup> “Ao contrário, hoje podemos afirmar, baseados em evidências empíricas, que a tortura e o extermínio foram oficializados como práticas autorizadas de repressão pelos oficiais-generais e até mesmo pelos generais-presidentes.” FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.24, n.47, p.36.

Em Alagoinhas não foi diferente. Líderes sindicais, estudantes e vereadores interlocutores da classe trabalhadora foram acusados de agitadores, subversivos e comunistas, chegando a ser detidos para interrogatório pelas forças armadas. Entre os encarcerados, Hostílio Dias, que na época não tinha mandato parlamentar, mas era uma “ameaça” ao novo governo que se instaurava, certamente, por causa da sua condição de representante sindical e interlocutor na Câmara Municipal de pautas ligadas aos trabalhadores.<sup>210</sup>

Portanto, fica claro que os adversários de Hostílio Dias encontraram uma justificativa legal e regimental para alijá-lo da legislatura - muito por conta do relacionamento conturbado com o ferroviário – forjando as quatro ausências consecutivas naquelas sessões Extraordinárias, de julho de 1969, da Câmara Municipal. Assim, levaram-no a um processo de perda de mandato, sem a participação direta do governo militar ou dos seus órgãos de repressão que estavam desejosos de que aquilo ocorresse.

Como já foi visto acima, as fontes disponíveis evidenciam que o emedebista estava sob constante vigilância do Serviço Nacional de Informação (SNI), demonstrando que cada movimento seu, fosse político ou de natureza pessoal, era registrado pelos agentes. Vale salientar que não foram encontradas evidências que indiquem qualquer participação do governo militar no processo de cassação, mesmo que isso tenha sido possível.

---

<sup>210</sup> MORAIS, Op. Cit., p.123-124.

## 2 CAPÍTULO 2. O “MANDATO TAMPÃO”: UM MDB MURILISTA

### 2.1 A SITUAÇÃO ELEITORAL DO MDB NO BRASIL E NA BAHIA EM 1970

A eleição de 1970 foi a última que teve votação conjunta para os cargos de Senador, de deputado federal e estadual, prefeito e vereador. E por quase todo o Brasil ocorreram duríssimas derrotas para o MDB, fazendo com que o partido opositor a Ditadura Militar ficasse mais fragilizado, em termos de representação política, desde o período da sua fundação em março de 1966. Ao ler o artigo *O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB*<sup>211</sup>, verificou-se que os emedebistas tiveram 28,6% dos votos para o senado federal, elegendo apenas 5 senadores de um total de 46 cadeiras em disputas. Para a Câmara dos deputados, o MDB obteve 21,3% dos votos, ocupando 87 cadeiras de um total de 310 disponíveis. Os pesquisadores justificam a derrota do MDB naquelas eleições por causa do Ato Institucional n. 5 de 1968, pois levou o partido a ter uma atuação moderada no período de 1969-1970. Além disso, os próprios autores do estudo que apresentaram esses dados eleitorais afirmam, e com toda razão, que o “[...] o MDB nasceu como oposição artificialmente constituída.”<sup>212</sup>

Em âmbito estadual, mais especificamente na Bahia, a derrota do MDB foi ainda mais dura e dolorida. O *Jornal do Brasil* chegou a noticiar na sua edição do dia da eleição, que a “ARENA baiana espera ter maioria tranquila em todos os níveis do pleito.”<sup>213</sup> E realmente, as previsões do jornalista se concretizaram: das 22 cadeiras em disputas para a Câmara Federal, a ARENA elegeu 19 deputados e o MDB apenas 3. Para a Assembleia Legislativa, das 46 cadeiras disponíveis, o partido da Ditadura Militar elegeu 40, enquanto a oposição somente 6. No senado Federal, os dois senadores eleitos eram arenistas. E para finalizar o nocaute eleitoral no estado, dos 336 municípios baianos, o MDB conquistou só 38 prefeituras.<sup>214</sup>

Em Alagoinhas, por exemplo, os 21 candidatos emedebistas a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa da Bahia tiveram juntos 524 votos, tendo o deputado Clodoaldo Campos, reeleito, sido o mais votado dentro do município com apenas 165 votos. Já entre os

<sup>211</sup> SOARES; Alessandro O.; TAUIL, Rafael M.; COLOMBO, Luciléia. O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB. *Sinais*, Vitória, v. 1, n. 19, p. 7-29, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3mHHEU8>. Acesso em: 05 set. 2020.

<sup>212</sup> Ibid, p. 13.

<sup>213</sup> ARENA [...]. *Jornal do Brasil*. Biblioteca Nacional Digital. 15 e 16/11/1970. 1º caderno, 1970, p. 5.

<sup>214</sup> BAHIA. Tribunal Regional Eleitoral. **15ª Primavera dos Museus**. TRE/BA. Recuperação e disponibilização dos resultados: Eleições de 1932 a 1993. [s.d.]. Disponível em: <https://bitly.com/aaaEDB>. Acesso em: 08 set. 2022.



68 arenistas que também disputavam uma vaga no legislativo estadual, obtiveram a soma total de 9.594 votos advindos dos alagoanhenses, tendo o ex-vereador do município, e naquele momento disputando a reeleição, Jairo Azi, o mais votado com 4.089 votos. Para a Câmara Federal, os 29 candidatos da ARENA conseguiram 8.804 votos, tendo José Penedo Cavalcante conseguido o primeiro lugar no local com 2.205 votos. Pelo MDB, os 6 postulantes ao Congresso Nacional tiveram juntos 593 votos, tendo Francisco José Pinto dos Santos a marca de 233 votos.<sup>215</sup>

Por fim, para o Senado Federal a disputa foi mais acirrada, mesmo com mais uma derrota do MDB. Os arenistas Heitor Dias Pereira e Ruy Santos elegeram-se senadores, tendo em Alagoinhas, respectivamente, 6.712 e 6.610 votos. Já o emedebista Josaphat Marinho<sup>216</sup> teve 6.325 votos.<sup>217</sup> Todos esses números foram expostos acima para elucidar melhor a situação de crise em que vivia o MDB no Brasil e na Bahia. O cenário apresentado em Alagoinhas apenas reforça o que acontecia pelo estado e no resto do país.

A derrota do partido da oposição em âmbito nacional foi tão acachapante que o periódico carioca, o *Jornal do Brasil*, na coluna Coisas da Política, afirmou categoricamente que o “MDB da Guanabara é uma oposição sitiada”<sup>218</sup> porque naquele estado houve uma vitória expressiva dos emedebistas sobre a ARENA, colocando aquela localidade como se fosse o único espaço de vitória sólida da oposição.

No âmbito estadual, o *Jornal da Bahia* fez uma pequena reportagem com o seguinte título: “MDB deve buscar um novo caminho.” Nela, o deputado estadual Clodoaldo Campos declarou ser contrário a uma intervenção no MDB baiano porque, no seu entendimento, seria uma ação ineficaz que não solucionaria um problema de ordem nacional. O também deputado estadual Gabino Kruschewsky, tentando fazer uma previsão política, afirmou que “[...] a oposição no Brasil vai se tornar uma sublegenda, isto é, um partido do governo, com rótulo de oposição.”<sup>219</sup>

O estado anímico de Kruschewsky era tão baixo que ele optou por sair do jogo político e explicitou toda sua frustração e inconformidade com a maneira que se comportou o MDB

<sup>215</sup> BAHIA. Tribunal Regional Eleitoral. **15ª Primavera dos Museus**. TRE/BA. Recuperação e disponibilização dos resultados: Eleições de 1932 a 1993. [s.d.]. Disponível em: <https://bitly.com/aaaEDB>. Acesso em: 08 set. 2022.

<sup>216</sup> Josaphat Marinho foi eleito para Assembleia Constituinte da Bahia, em 1947 pela UDN e deputado estadual, em 1954, pelo Partido Libertador (PL). Em 1962 foi eleito senador pela coligação PSD- PTN- PSB- PST- MTR- PL. Durante os anos de 1963 a 1965 atuou sem filiação partidária. Em 1990 elegeu-se mais uma vez senador pelo PFL.

<sup>217</sup> BAHIA. Tribunal Regional Eleitoral. **15ª Primavera dos Museus**. TRE/BA. Recuperação e disponibilização dos resultados: Eleições de 1932 a 1993. [s.d.]. Disponível em: <https://bitly.com/aaaEDB>. Acesso em: 08 set. 2022.

<sup>218</sup> MDB [...]. **Jornal do Brasil**, Biblioteca Nacional Digital, 8/11/1970, Coisas da política, 1970b, p. 6.

<sup>219</sup> MDB [...]. **Jornal da Bahia**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 12/12/1970, 1970, p. 3.

naquele pleito eleitoral.<sup>220</sup> O emedebista está falando aqui da questão do adesismo que foi muito preponderante para a derrota das eleições daquele ano. E na Bahia, como veremos na próxima seção desse capítulo, foi mais avassalador ainda com o poder e a influência de Antônio Carlos Magalhães.

Em outubro daquele ano, no período da propaganda eleitoral na televisão, alguns membros do MDB baiano denunciaram o adesismo, formulando um manifesto com termos e medidas contra a cúpula do partido que era acusada de ser adesista. A reunião foi realizada na residência do candidato a reeleição ao Senado Josaphat Marinho, porque o programa eleitoral que seria veiculado foi cancelado pelo secretário do MDB, causando desconforto e desconfiança nos candidatos responsáveis pela construção do manifesto.<sup>221</sup>

O deputado estadual baiano Clodoaldo Campos, do mesmo modo que o seu correligionário, abordou e pautou o debate sobre a questão dos adesistas no MDB, discussão essa oportuna e relevante que precisava de uma boa reflexão por parte dos emedebistas baianos. Ao afirmar que o MDB necessitava de uma reformulação geral, apontou o adesismo como a principal consequência da crise que se instaurava no MDB.<sup>222</sup>

Muitas outras lideranças emedebistas na época, entre elas, o deputado federal pelo estado de São Paulo, Ulisses Guimarães, analisou que aquela derrota esmagadora no pleito eleitoral era devido ao dispositivo da sublegenda, acreditando que ele favorecia mais a ARENA e, conseqüentemente, a institucionalização do partido único no Brasil, ou seja, ocorria dentro do MDB um medo de sua extinção. Em depoimento ao *Jornal do Brasil* depois dos resultados das eleições, o emedebista falou:

A sublegenda é a institucionalização do partido único. Sua continuidade compromete a sobrevivência de oposição válida. É inconstitucional porque sem os resguardos que a constituição outorgada discrimina, propicia a criação de novos partidos. Além disso, abortou o voto em cascata, por soma, em que o eleitor vota num e elege outro candidato no pleito majoritário.<sup>223</sup>

A hipótese acima parece ser consistente porque a ARENA era o partido que apoiava a Ditadura Militar, possuía um maior número de quadros ou de lideranças e a tendência de triunfos eleitorais era enorme, fazendo com que em muitos municípios existissem apenas diretórios arenistas. Outra questão a problematizar acerca do depoimento do Deputado Federal Ulisses Guimarães é que, segundo o próprio parlamentar, o dispositivo da sublegenda, na prática, era uma permissão para a criação de novos partidos (correntes divergentes) dentro da

---

<sup>220</sup> MDB [...]. **Jornal da Bahia**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 12/12/1970, 1970, p. 3.

<sup>221</sup> MDB [...]. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital, 08/10/1970, 1º caderno, 1970a, p. 4.

<sup>222</sup> MDB [...]. op. cit., p. 3.

<sup>223</sup> Ulisses [...]. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital, 29 e 30/11/1970, 1º caderno, 1970, p. 3.

ARENA e do MDB, que ele caracterizou de inconstitucional. Deputado Federal Ulisses Guimarães deixou bem claro que as novas regras daquele jogo político estavam ferindo a constituição ao estabelecer o sistema de eleição proporcional nas candidaturas que concorriam na majoritária.

Para exemplificar bem, o dispositivo da sublegenda criado pela Ditadura Militar funcionava da seguinte maneira: se um candidato do MDB tivesse conquistado o maior número de eleitores entre todos os concorrentes ao cargo de prefeito de um município com eleições diretas, e a soma dos votos dos outros candidatos da ARENA fosse maior do que dele, segundo as novas regras impostas, o arenista com a maior quantidade de votos seria eleito prefeito mesmo tendo votação inferior em relação ao emedebista.

André Teixeira Jacobina, em sua dissertação de mestrado, trouxe essa questão do dispositivo da sublegenda dentro do bipartidarismo, afirmando que ele elevou ainda mais o controle do poder político nas mãos do governo militar:

A criação dos partidos que tinham a função de dar sustentação ao regime veio acompanhada de uma série de particularidades institucionais, que devem ser mencionadas. A sublegenda foi um instrumento político, instaurado pelo Ato complementar número 26, de 29 de novembro de 1966. Visava permitir a coexistência dos antigos udenistas e membros do PSD na Arena e com isso fortalecer o partido do governo. Cada legenda poderia lançar seus candidatos, porém todos os votos conquistados por arenistas se somavam o mesmo ocorrendo no MDB.<sup>224</sup>

A contradição de toda essa problemática em relação à presença política do MDB – nas Assembleias Legislativas Estaduais, nas Câmaras Municipais e no Congresso Nacional – em plena Ditadura Militar é, justamente, o fato da necessidade de sua existência para mascarar uma falsa democracia para a sociedade brasileira, mesmo que em boa parte da população estivesse, como bem afirmam Soares et. all.<sup>225</sup>, permeada por uma cultura política antidemocrática. Os três autores ainda afirmam que o bipartidarismo no Brasil foi mais do que uma representação do autoritarismo político, foi a demonstração de que a Ditadura Militar teria sido camuflada por regras aparentemente democráticas. A respeito dessa constatação, eles escrevem:

Vemos, então, nessa explicação que o intuito da introdução de um sistema que contemplasse essencialmente dois partidos se dava na medida em que os militares imaginavam um efeito específico dessa nova sistemática política, qual fosse a existência concreta de uma oposição que pudesse dar uma faceta de legitimidade para o regime, porém que fosse fraca a ponto de não representar uma ameaça ao próprio domínio político militar.<sup>226</sup>

<sup>224</sup> JACOBINA, André Teixeira. **Clivagens partidárias: ARENA e MDB baianos em tempos de distensão (1974-1979)**. 173f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010, p. 12.

<sup>225</sup> SOARES et. all., op. cit.

<sup>226</sup> Ibid., p. 14.

É bom lembrar que o sentido da criação do sistema bipartidário na Ditadura Militar vai mais além do que a questão de transparecer para a opinião pública uma sensação de viver em um regime democrático. Foi mais um mecanismo de controle político, formulado pela Ditadura Militar, em especial, pelo então ministro da Justiça, à época, Juracy Magalhães, mesmo que essa opção não fosse consenso dentro do governo.<sup>227</sup>

Cláudio Bezerra de Vasconcelos diz que a legitimação da ditadura passava pela preservação do legislativo, para oferecer uma imagem democrática e ser um espaço de negociação com setores da sociedade. Ele fala ainda que “[...] a conseqüente intensificação da repressão [...] fez com que o Congresso Nacional se tornasse o único fórum livre para crítica ao regime.”<sup>228</sup>

Mesmo concordando com a afirmação de Vasconcelos, vale ressaltar que o período com maior quantidade de cassações de mandatos parlamentares na história política do Brasil foi na Ditadura Militar.<sup>229</sup> De 1964 a 1985, 173 deputados federais tiveram seus mandatos cassados. Já durante o bipartidarismo foram 106 parlamentares que foram expulsos da Câmara Federal, sendo 75 do MDB e 31 da ARENA. Emedebistas e arenistas que não cumprissem com as regras impostas pelo governo militar ou se suas atuações no plenário fossem no mínimo suspeitas de atividades subversivas e incômodas ao governo, eram exonerados de suas atividades políticas, através da utilização do AI-5.<sup>230</sup>

José Alves Dias, também, chama a atenção para o fato de que o novo governo que se instaurava precisava dar um ar de legitimidade política. A força das armas, por si só, não seria suficiente para ter prestígio diante da população, era preciso parecer democrático. Assim, o historiador afirma que:

Na tentativa de se apresentar como um regime “democrático”, a ditadura não colocou em recesso definitivo o congresso Nacional, as assembleias legislativas e as câmaras municipais. Entretanto, promoveu uma reforma política que possibilitou o controle das ações parlamentares em todo país. Desse modo, a imposição do bipartidarismo foi uma tentativa de manter a

<sup>227</sup> DIAS, Op. Cit.

<sup>228</sup> VASCONCELOS, Cláudio B. de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do legislativo. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, 333-358, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2zcCivV>. Acesso em: 06 maio 2020, p. 353.

<sup>229</sup> LESSA, Daniele. Câmara dos Deputados. Portal da Câmara dos Deputados. **Especial Cassações 5** – A ditadura militar foi o período com mais cassações na história política Brasileira (11’46”). Brasília: Agência Câmara de Notícias. [s.d.]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/266060-especial-cassacoes-5-a-ditadura-militar-foi-periodo-com-mais-cassacoes-na-historia-politica-brasileira-1146/>. Acesso em: 10 out. 2022.

<sup>230</sup> ASSUMPÇÃO, Regina Céli. Câmara dos Deputados. Portal da Câmara dos Deputados. **Em meio a pedidos de justiça, Câmara devolve mandato a cassados pela ditadura**. Brasília: Agência Câmara de Notícias. 07/12. 2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/391588-em-meio-a-pedidos-de-justica-camara-devolve-mandato-a-cassados-pela-ditadura/>. Acesso em: 10 out. 2022.

atividade partidária e o funcionamento das instituições republicanas sob controle, sem abrir mão da aparência de legalidade democrática.<sup>231</sup>

Por mais contraditório que possa parecer, não era objetivo do governo ditatorial brasileiro extinguir o MDB, mas era necessário que sua existência política oposicionista fosse manipulada ao “bel prazer” dos interesses daqueles que estavam ocupando o poder. O MDB, além de ser uma oposição consentida, estava sitiado, vigiado e controlado pelo aparato estatal do regime de exceção. Rodrigo Patto Sá Motta constatou que havia semelhanças nos comportamentos da ARENA e do MDB, em relação à ditadura, com ambos atuando conforme a cartilha dos militares:

No final dos anos 60 circulava uma observação irônica sobre o novo sistema partidário, reveladora do estado de espírito de largos setores da sociedade. As atitudes dos dois partidos em relação ao Estado autoritário seriam muito parecidas, ambos muito obedientes e dóceis. A diferença é que o MDB seria o partido do “sim”, e a ARENA seria o partido do “sim senhor”, ou seja, os dois se dobravam à vontade do poder, mas a ARENA o fazia com mais servilismo e menos pudor.<sup>232</sup>

Por mais que entre emedebistas e arenista houvesse uma semelhança de atuação política, e mesmo que em Alagoinhas, no período em que este pesquisador se propôs em abordar, não tivesse existido uma corrente ou um vereador representante dos autênticos, não é prudente, afirmar categoricamente que o MDB era o partido do “sim”. O MDB, mesmo sendo uma oposição consentida, era heterogêneo e um grande guarda-chuva para atores sociais ou ex - militantes de esquerda que acreditavam na luta pela democracia via institucional.

Na Bahia, por exemplo, o feirense Francisco Pinto, teve um comportamento parlamentar de defesa pelos ideais democráticos e com discursos incisivos e críticos contra a Ditadura Militar.<sup>233</sup> Além de Francisco Pinto, Ana Nader nos apresenta em seu trabalho de história oral de vida política, através de entrevistas, outros vinte e dois deputados federais autênticos. Um deles era outro baiano do município de Macaúbas, o emedebista João Borges.<sup>234</sup>

Retomando a questão das eleições de 1970, crê-se ter ficado claro, através das fontes disponíveis consultadas, que a situação política do MDB, como um todo, era bastante preocupante, em relação a sua sobrevivência ou permanência nas disputas do jogo político controlado pela Ditadura Militar. Apenas para ilustrar bem essa dura situação, Motta afirmou que relevantes membros da sociedade brasileira simpatizantes às atuações políticas da oposição,

<sup>231</sup>DIAS, Op. Cit., p. 113.

<sup>232</sup>MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008, p. 97.

<sup>233</sup> SOUZA, Flávia Amorim. **Chico Pinto e os Autênticos do MDB: atuação no campo político brasileiro (1971-1982)**. 145f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.

<sup>234</sup> NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB, semeadores da democracia: história oral de vida política**. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p.16.

anulavam seus votos ao invés de confiá-los aos emedebistas.<sup>235</sup> Provavelmente, essa percepção política dos eleitores foi mais um dos fatores que contribuíram para uma derrota quase que traumática para o MDB nas eleições de 1970.

Além de não ter conseguido vitórias eleitorais expressivas em grandes centros urbanos (exceto no antigo estado da Guanabara), os líderes da executiva nacional emedebista temiam o adesismo em todo o território nacional. Vale lembrar que, por ser uma oposição artificialmente constituída pela Ditadura Militar, os emedebistas sofriam sérias dificuldades de se destacar ou impor suas pautas num regime autoritário.<sup>236</sup>

Na Câmara Municipal de Alagoinhas, o *modus operandi* do autoritarismo que estava instaurado no Brasil não era diferente. Segundo as memórias a floradas do ex-vereador arenista José Francisco dos Reis (vereador entre 1972-1975), o legislativo alagoinhense era constantemente vigiado pelos aparelhos repressores e fiscalizadores da Ditadura Militar. Só para se ter a noção ou a medida do tamanho do controle estabelecido pelos militares nas Câmaras Municipais, inclusive ele, mesmo sendo membro da ARENA, foi repreendido por um capitão do exército por causa de um pronunciamento no plenário municipal e, ainda afirmou, que a oposição tinha uma tarefa difícil para atuar politicamente no legislativo:

E, enquanto o pessoal de oposição tinha dificuldades, naquela época, em função de uma vigilância severa, e ainda existia por parte das forças de segurança, já que existia muita gente que não tinha farda, mas trabalhava pelo que nós sabíamos ali nos meios políticos. Eu, inclusive, na última oportunidade, falei *pra* vocês que após um pronunciamento que eu houvera feito, na Câmara de Vereadores, eu recebi a visita de um capitão do Exército em casa, que foi me cobrar o teor do pronunciamento que era considerado subversivo, naquela época.<sup>237</sup>

Portanto, o real sentido da instauração do bipartidarismo no Brasil era oferecer a sociedade – sem eliminar os mecanismos democráticos liberais<sup>238</sup>, ou seja, deixando funcionar todos os poderes legislativo do país – um clima de legitimidade política com uma oposição controlada. Vale destacar, também, que tanto o dispositivo da sublegenda quanto contexto político do pleito de 1970 foram os principais fatores que contribuíram para uma derrota eleitoral avassaladora em 1970 do partido da oposição. Não pode ser desconsiderado que a

<sup>235</sup>MOTTA, Op. Cit. p.97.

<sup>236</sup>SOARES; Alessandro O.; TAUIL, Rafael M.; COLOMBO, Luciléia. O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB. *Sinais*, Vitória, v. 1, n. 19, p. 7-29, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3mHHEU8>. Acesso em: 05 set. 2020.

<sup>237</sup> REIS, José Francisco dos. **Chico Reis, depoimento (2021)**. Entrevista concedida à Wagner Pimentel e Jorge Damasceno. Alagoinhas-BA, 27 de fevereiro de 2021.

<sup>238</sup> SOARES; TAUIL; COLOMBO, op. cit.

propaganda, a censura, a violência e a atuação do governo aliado com a burguesia -na Bahia ainda tinha o carlismo - foram fatores fundamentais para aquela derrota.

Por fim, não se pode esquecer de que a Câmara Municipal de Alagoinhas foi um dos vários espaços de decisão política que funcionou sob as condições impostas pela Ditadura Militar, tendo emedebistas e até arenistas, sob constante fiscalização e tendo que aceitar todas as regras do jogo político ditatorial.

## 2.2 AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1970 E A ATUAÇÃO DO CARLISMO

Nas eleições municipais de 1970 duas questões relevantes precisam ser destacadas: a primeira é o fato de que os mandatos do executivo e do legislativo seriam de apenas dois anos. A segunda é que o MDB alagoinhense conseguiu, naquele pleito eleitoral, a maior vitória da legenda em todo o período do bipartidarismo, pois além de eleger Murilo Cavalcanti para prefeito, os emedebistas alagoinhenses obtiveram sucesso na disputa legislativa, elegendo oito vereadores, enquanto os arenistas ocuparam cinco cadeiras.

A legislatura 1971-1973 foi denominada, popularmente, de “mandato tampão” porque haveria apenas dois breves anos de duração. A justiça eleitoral, além de querer desvincular as eleições municipais das estaduais, queria, também, coincidir os pleitos eleitorais dos municípios em todo o Brasil no ano de 1972. A alcunha para esse período legislativo é bastante curiosa e insinua que seria muito difícil para os candidatos eleitos, principalmente o prefeito, realizarem grandes obras ou projetos de destaque para o município de Alagoinhas.

Entretanto, esse tipo de pensamento fica apenas no campo do senso comum. Por mais minúsculo que seja o tempo do mandato não podemos esquecer que as disputas políticas e partidárias ocorrem constantemente no jogo político. E no jogo político o que se disputa é espaço, independentemente do tamanho do período do mandato. O poder político sempre será alvo de contendas e batalhas, pois através dele as classes sociais se enfrentam para tentar impor seus interesses ideológicos, econômicos e culturais.

E em Alagoinhas, naqueles breves dois anos, não diminuiu o interesse de arenistas e emedebistas em ocupar o espaço político. A ARENA colocou três candidatos à prefeitura que, juntos, tiveram 5.084 votos, e dezessete postulantes para vereador, tendo 4.775 votos. Já o MDB apresentou um candidato para concorrer a prefeito, o advogado Murilo Coelho Cavalcanti, obtendo a expressiva marca de 9.490 votos. Enquanto para Câmara Municipal foram, apenas,

nove candidatos, contudo eles juntos somaram 6.887 votos.<sup>239</sup> O diretório do MDB alagoinhense em 1970 parecia ser um oásis diante dos outros espalhados pela Bahia e pelo Brasil. Uma vitória eleitoral esmagadora sobre o partido da Ditadura Militar tem explicações objetivas que serão problematizadas para uma tentativa de uma melhor compreensão sobre esse fato.

A vitória maciça e expressiva do MDB alagoinhense tem uma particularidade local interessante, pois além de transformar e efervescer o jogo político naquele momento, mexeria, também, com o futuro, a qual provocaria árduas disputas pelo poder nas eleições de 1972. O elemento surpresa do pleito eleitoral de 1970 foi a atuação do recém-nascido carlismo na Bahia. O, então, governador eleito pela assembleia legislativa, Antônio Carlos Magalhães, membro da ARENA, ao invés de apoiar uma das três sublegendas do seu partido em Alagoinhas, escolheu o emedebista Murilo Cavalcanti.<sup>240</sup> O chefe do poder executivo estadual sabia que o emedebista já tinha sido prefeito entre 1963-1967 e necessitava de apoio nos outros demais espaços de decisão fora do diretório estadual da ARENA. E o MDB alagoinhense era um deles.

O memorialista e militante comunista Pedro Marcelino relatou, em suas lembranças relacionadas a campanha eleitoral de 1970, o clima político que se instaurou depois do apoio público de Antônio Carlos Magalhães ao emedebista Murilo Cavalcanti, preterindo os arenistas Jefferson Vila Nova, José Mutti de Almeida e Ruy Conceição Pedreira:<sup>241</sup>

[...] na campanha seguinte, já, de 1970, que foi a eleição com mandato tampão de dois anos, volta o Murilo e se elege novamente prefeito da cidade, com o apoio do Antônio Carneiro. E essa eleição tem uma particularidade importante, porque, o Murilo, até ali 1970, era filiado ao MDB que, em tese, era o partido que fazia oposição à Arena, *né*, ao Governo Militar. A Arena apresentou três candidatos nessa eleição de 1970, e o Antônio Carlos Magalhães, então governador, desce em Alagoinhas de helicóptero, próximo às eleições, para anunciar seu apoio à candidatura de Murilo Cavalcante. Então foi... Estourou como uma bomba. As candidaturas arenistas ficaram atordoadas, fecharam o comitê, botaram tarja preta em sinal de luto, protesto. Mas, o Murilo novamente ganha a eleição, faz um mandato tampão de dois anos.<sup>242</sup>

O ex-vereador emedebista da legislatura de 1973-1977, Marco Antunes Boiron Cardoso, também, falou sobre esse episódio relatado por Pedro Marcelino, mas com um diferencial relevante e que não pode deixar de ser ressaltado: esqueceu de mencionar que a ARENA

<sup>239</sup> Formulário de Resumo do Resultado da Eleição Municipal de 1970, da cidade de Alagoinhas-Bahia, fornecido e digitalizado pela Secretaria de Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

<sup>240</sup> ARENA [...]. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital, 15 e 16/11/1970. 1º caderno, 1970, p. 5.

<sup>241</sup> Formulário de Resumo do Resultado da Eleição Municipal de 1970, da cidade de Alagoinhas-Bahia, fornecido e digitalizado pela Secretaria de Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

<sup>242</sup> PINTO NETO, Pedro Marcelino. **Pedro Marcelino, depoimento (2022)**. Entrevista concedida à Wagner Pimentel. Alagoinhas-BA, 06 de março de 2022.



concorria com três candidatos e frisou a decepção do arenista Jefferson Vila Nova em não ter sido escolhido o candidato do novo governador eleito. Provavelmente, somente Jefferson foi lembrado porque ele era o principal pleiteante da ARENA, tanto que conquistou 3.897 votos. Já os outros dois tiveram juntos 1.187 votos. Com muita descontração, o ex-vereador rememorou o seguinte:

Então, todos se prepararam pra vinda dele aqui, episódios interessantes. Todos se prepararam *pra* vinda de Antônio Carlos aqui, esperando o apoio de Antônio Carlos ao candidato da Arena, que era o Jeferson Vila Nova. De repente, Antônio Carlos [*risos*] veio de forma imprevista, chega aqui, dá o seu apoio a Murilo Cavalcanti. É claro que isso já *tava* costurado. [*risos*]costurado. *Aí* Murilo se elegeu prefeito de Alagoinhas, em 1970, pela Arena, *né. Ô.* Pelo MDB, com o apoio do líder da Arena, que era o Antônio Carlos Magalhães, o que deixou Jeferson... Era uma frustração muito, muito grande. Então, isso em 1970. Seu mandato foi aquilo que se chamou, na época, de mandato tampão, porque foram apenas dois anos de mandato.<sup>243</sup>

Diante do que foi exposto até aqui, a maioria dos membros do MDB de Alagoinhas se curvou ao poder e a influência política de Antônio Carlos Magalhães, aderindo ao grupo político quase, de forma unânime, e causando, com razão, medo nas lideranças emedebistas estaduais e nacionais de uma possível extinção do partido. Assim, cabe aqui problematizar um pouco o conceito de paternalismo dentro do ambiente do jogo político, porque foi exatamente essa prática adotada pelo carlismo durante mais de 35 anos em que esteve no controle do poder político na Bahia: sujeição política em troca de pertencer a um grupo dominante, no qual receberá apoio e outras benesses.

Quando foi eleito governador do estado, Antônio Carlos Magalhães deixou bem claro aos futuros prefeitos baianos que governaria com aqueles que tivessem votado nos candidatos arenistas.<sup>244</sup> Essa declaração, possivelmente, contribuiu muito para uma avalanche de adesistas emedebistas e, conseqüentemente, de apoio maciço às candidaturas da ARENA para o senado, para a Assembleia Legislativa e para o Congresso Nacional. O sentimento de não querer perder a oportunidade de ficar aliado a quem controla o poder político estadual era muito maior do que qualquer defesa ideológica ou de princípios partidários. Esse pragmatismo político presente nas diversas estruturas partidárias brasileira, ao longo de toda a história republicana, não é nenhuma surpresa, pois sempre é acompanhada de paternalismo, mandonismo e, principalmente, do clientelismo.

<sup>243</sup> CARDOSO, Marco Antunes Boiron. **Marco Antunes, depoimento (2022)**. Entrevista concedida à Jorge Damasceno. Alagoinhas-BA, 11 de março de 2022.

<sup>244</sup> ARENA [...]. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital, 15 e 16/11/1970. 1º caderno, 1970.

O paternalismo é mais uma forma de violência política. Mesmo sendo sutil, furtivo aos olhos e sem dor física, ele é uma agressão moral e uma violação da liberdade ou da autonomia do indivíduo, contribuindo, significativamente, para o aumento das exclusões sociais e política da maioria da população. O apadrinhamento político não é um mecanismo saudável para democracia, pois intensifica ainda mais o processo de alijar as classes populares da participação nos espaços de decisão política: o parlamento, o governo e os partidos. Além disso, contribui muito para uma subjugação moral e política sobre o apadrinhado, estando sujeito aos interesses do seu padrinho, como bem afirmou Israel de Oliveira Pinheiro:

Aqui a figura do governador é fundamental porque simplesmente, ele detém nas mãos os cargos políticos e administrativos. De tal forma que por mais “amigo”, por mais confiável que seja o correligionário indicado por um governador para sucedê-lo, [ou para disputar um cargo de prefeito num município qualquer, como foi o caso de Murilo Cavalcanti com ACM em 1970], a fidelidade política ao seu patrono nunca é algo demasiadamente recorrente. Uma vez no poder, o aparato que o cerca está diretamente ligado a ele. Permite-lhe punir ou premiar de acordo com seus interesses exclusivos.<sup>245</sup>

Murilo Cavalcanti e todos os vereadores emedebistas e arenistas de Alagoinhas, a partir do momento que aceitaram pragmaticamente o apoio de Antônio Carlos Magalhães, estavam propícios a sofrerem sanções ou receber benesses políticas. Dito isto, vale salientar que quando os partidos políticos são controlados por membros da classe dirigente, seus líderes objetivam que seus sucessores, nas direções partidárias, em cargos do executivo ou no legislativo, sejam leais e fiéis escudeiros dos seus interesses econômicos, políticos e ideológicos, impedindo que as demandas da classe trabalhadora e da população mais vulnerável socialmente sejam atendidas. Esse mecanismo de controle, conseqüentemente, provoca exclusões políticas, abissais desigualdades sociais, concentração de terra e de renda, fome e miséria.

A vitória avassaladora do MDB de Alagoinhas naquele pleito eleitoral pode ser explicada, também, pela forte liderança e carisma que Murilo Cavalcanti tinha sobre a população alagoinhense, pois além de ter sido prefeito de 1963-1967, foi, por um tempo razoável, advogado dos ferroviários nos inícios dos anos 60. Além de ser bem-quisto pelos trabalhadores da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, o prefeito eleito teve um amplo apoio do segmento dos estudantes alagoinhenses na sua campanha eleitoral de 1970 e em outras classes populares. Murilo Cavalcanti era um líder político no município que tinha muito carisma no seio da sociedade alagoinhense. No ano de 1973, o jornal *Tribuna da Bahia* recordou uma reportagem feita no período das eleições de 1970 quando entrevistou o emedebista depois de um comício:

---

<sup>245</sup> PINHEIRO, Israel de Oliveira. A política na Bahia: atraso e personalismos. **Revista Ideação**, Feira de Santana, n. 4, p. 49-78, 1999, p. 63.

Ah! Alagoinhas. No comício realizado no dia 12 de novembro de 70, Murilo foi carregado pelo povo, conduzido nos ombros da população por algumas ruas. Depois, num dos quartos de sua casa, ele falou com a gente. Disse que sua vitória era certa. Disse ainda que seu adversário não metia medo.<sup>246</sup>

Entretanto, toda essa trajetória e o histórico político de Murilo Cavalcanti não justifica o sucesso eleitoral do MDB em 1970. A aliança e o apoio que ele teve do novo governador eleito foi preponderante para alavancar o seu palanque e os dos seus correligionários que eram candidatos à Câmara Municipal. O paternalismo carlista e todo seu poder de influência, aliado ao do murilismo existente em Alagoinhas auxiliaram na vitória expressiva do MDB, colocando nos assentos do legislativo, membros que aceitavam a cartilha política dos dois padrinhos políticos. Se Murilo Cavalcanti já era forte e tinha muita influência na sociedade alagoinhense, depois do apoio público de Antônio Carlos Magalhães, se tornou imbatível no pleito.

Portanto, somente o adesismo ao carlismo não é o suficiente para explicar o triunfo eleitoral avassalador dos emedebistas, sob os arenistas nas eleições municipais de 1970 em Alagoinhas. O histórico de ter defendido como advogado os ferroviários em paralisações e greves no início dos anos 1960, o carisma e a liderança política construída no município, principalmente entre os estudantes e os trabalhadores da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro (VFFLB), contribuíram, também, sobremaneira para aquele sucesso eleitoral. Ou seja, o personalismo no jogo político de Alagoinhas era muito presente e forte entre os eleitores e entre os candidatos dos partidos políticos. Pinheiro, ao fazer uma análise da maneira de como o poder político na Primeira República na Bahia era fragmentado, constata a força do personalismo:

Daí porque é fundamental, para a formação dos partidos políticos na Primeira República, requisitar personagem, de muito prestígio social. Ele trará os eleitores. Ele será garantia de vitória eleitoral. Personagem que muitas vezes se confunde com a própria sigla partidária. [...]O importante aqui é o personagem e não o partido, o indivíduo e não o estatuto, a relação pessoal e não a relação institucional.<sup>247</sup>

Esses elementos políticos mencionados acima, além de se complementarem e justificarem o resultado das eleições de 1970 no município de Alagoinhas, provocam uma reflexão acerca do conceito de paternalismo político, relacionando ao poder de influência de Antônio Carlos Magalhães impetrado na Bahia naquele período. Vale ressaltar que o carlismo, como bem frisou José Alves Dias, surgiu no cenário político baiano como uma alternativa conciliadora dos interesses oligárquicos, liberais e autoritários, procurando integrar a classe dominante, através

<sup>246</sup>MURILO [...]. **Tribuna da Bahia**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia 25/01/1973, p. 8.

<sup>247</sup>PINHEIRO, op. cit., p. 62.

de uma plataforma política pautada no anticomunismo e no desenvolvimento econômico e industrial.<sup>248</sup>

Além dessa questão apresentada por José Dias, um outro elemento, não menos importante, trazido pelo professor e cientista político, Paulo Fábio Dantas Neto, também elucidada de forma clara, os motivos que levaram Antônio Carlos Magalhães a apoiar uma candidatura emedebista em Alagoinhas e em outros locais do interior da Bahia, como por exemplo, em Jequié e Baianópolis, mesmo tendo consciência de que nos municípios, sejam eles pequenos, médios e grandes: “[...] não pareciam ser manancial de recrutamento e formação de quadros carlistas próprios.”<sup>249</sup> O que interessava de fato para o novo governador da Bahia era o controle político nesses espaços:

Se não servia de manancial de quadros, era fundamental para assegurar a Antonio Carlos aquilo que mais lhe interessava, isto é, o controle sobre arenas políticas estaduais e a influência máxima possível no que restava de política nacional, naqueles tempos de autocracia. Noutras palavras, controlar prefeitos, vereadores e cabos eleitorais interioranos importava, e muito, não pela política municipal em si[...] mas para criar ambiente aclamativo à sua liderança no conjunto do estado, impedir o desenvolvimento de eventuais núcleos de contestação[...], controlar o partido da situação, influir no da oposição, eleger numerosas bancadas de deputados e, principalmente, manter estes últimos sob rédea curta, pela importância, para suas carreiras, do apoio das bases municipais submetidas ao comando centralizado do governador.<sup>250</sup>

Assim, a autocracia e o carisma de Antônio Carlos Magalhães tomaram conta do jogo político, não apenas em Alagoinhas, como também, em vários municípios da Bahia naquele pleito eleitoral de 1970, estendendo a sua influência no decorrer da futura legislatura na Câmara Municipal e na gestão da prefeitura. Apenas para se ter uma ideia do poderio político e autocrático do carlismo no estado da Bahia, em janeiro de 1971 o governador se reuniu com os prefeitos baianos eleitos e falou curto e direto aos mais de 300 presentes, dizendo que “[...] é natural que as autoridades políticas sejam nomeadas por um critério político e só terão autoridade os que estiverem afinados com o atual governo, isto é, comigo.”<sup>251</sup>

Naquele encontro que era destinado para Antônio Carlos Magalhães explanar suas orientações políticas aos demais chefes executivos dos municípios da Bahia, ficou claro e evidente que era uma mensagem alertando que ele era o novo chefe e líder a ser seguido. Assim, disse o governador que estava às vésperas de tomar posse:

Na minha equipe de trabalho, e sou um homem de equipe, eu serei o único chefe, como serei na política do estado. Os grupos políticos podem existir,

<sup>248</sup> DIAS, Op. Cit., p. 23.

<sup>249</sup> DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, autocracia e carisma**: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974). Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006, p. 376.

<sup>250</sup> Ibid, p. 376.

<sup>251</sup> **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital, 23/01/1971. 1º caderno, 1971. p. 3.

mas eu quero liderá-los porque os que eu não liderar não estarão comigo. Isso é uma coisa que os senhores podem dizer por todo Estado. Se isso cria aborrecimento, eu estou falando, dizendo e proclamando, antes da minha posse para que ninguém tenha dúvidas do que farei a frente do governo.<sup>252</sup>

E mesmo com o carlismo já demonstrando muita influência e força política, arregimentando membros do MDB para seu grupo bem antes desse encontro entre os prefeitos e Antônio Carlos Magalhães, vale a pena destacar o comportamento de Judélio Carmo naquele contexto eleitoral, o qual seria o seu último ato político na condição de vereador, pois não se candidatou à reeleição. Ele foi o único emedebista do diretório de alagoinhense a não aderir ao carlismo nas eleições de 1970 e, talvez, isso tenha sido o motivo de Josaphat Marinho ter tido uma expressiva votação em Alagoinhas. Assim, noticiou o *Tribuna da Bahia*:

[...] todos os políticos emedebistas de Alagoinhas, inclusive o atual prefeito [Antonio Carneiro] e o candidato a prefeito Murilo Cavalcanti apoiaram os candidatos da ARENA. Só um ficou fiel ao partido: o vereador Judelio Carmo, que liderou a campanha de Josafá Marinho no município.<sup>253</sup>

O não adesismo ou a não sujeição política à Antônio Carlos Magalhães, por parte do vereador Judélio Carmo, optando pelo não alinhamento e tendo uma atitude de enfrentamento naquelas eleições contra o governador eleito, o transformaria, num futuro bem próximo, em mais um líder no cenário do jogo político em Alagoinhas. O jornalista, com aquela ação política quase que isolada e solitária, se postulou como mais uma opção à população alagoinhense, tanto que, em 1972 elegeu-se prefeito do município.

Esse comportamento de embate e de enfrentamento político de Judélio Carmo contra uma tentativa de subjugação política do principal líder do estado, lembrou a afirmação dita por Israel Pinheiro quando escreveu em seu artigo que a força de dominação política é determinada mais pela reação do dominado do que do dominador:

A riqueza, a força, o prestígio, o carisma, a legitimidade são instrumentos do poder político. Instrumentos que, em si mesmos, não tem um peso determinado. Relacionam-se, relativizam-se com a postura, a atitude dos dominados. Isto é, a força da dominação no seu grau máximo ou num grau muito menor está paradoxalmente, determinada não pelo dominador, mas pelos dominados.<sup>254</sup>

Portanto, Judélio Carmo, além de ter se rebelado contra um carismático líder local (Murilo Cavalcanti) e um estadual em ascensão (Antônio Carlos Magalhães), não apoiando os candidatos arenistas do grupo do carlismo, o jovem jornalista, que era um dos fundadores do diretório do MDB no município, provocaria, com ou sem intenção premeditada – e talvez sem

<sup>252</sup> RAIÓ [...]. *Tribuna da Bahia*. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 18/11/1970. 1970, p. 2.

<sup>253</sup> RAIÓ [...]. Op. Cit.

<sup>254</sup> PINHEIRO, Op. Cit., p. 50.

ter a mínima noção exata do que aquela lealdade naquele momento ao partido poderia lhe trazer para a posteridade – tensões políticas intrapartidárias que ficariam marcadas na história política alagoinhense.

### 2.3 O ADESISMO ALAGOINHENSE

Os vereadores emedebistas eleitos, no pleito eleitoral de 1970, foram o professor José Francisco de Jesus (1.764 votos), o comerciante Antônio Paolillo (821 votos), o presidente do Centro de Estudantes Secundários de Alagoinhas Antônio Henrique Cavalcante Xavier (804 votos), o advogado e ex-deputado estadual Domingos Seabra de Almeida Veloso (794 votos), o estudante secundarista e gerente de uma loja no comércio da cidade Dimas Rodrigues Campos (710 votos), o industriário (funcionário da Petrobras) Álvaro Maia Nunes (607 votos), o comerciante do distrito de Riacho da Guia José Dias da Silva [483 votos] e o servidor público estadual (oficial de justiça da secretaria de segurança pública) Aloísio Moura Costa (451 votos).<sup>255</sup> Um fato curioso a respeito de Aloísio Costa é que ele também exercia, de forma secundária, uma atividade comercial, sendo proprietário de um serviço de alto-falante no bairro de Santa Terezinha.

Os arenistas, nas eleições de 1970, tiveram como seus representantes eleitos o ex-prefeito, ex-deputado estadual e comerciante José da Silva Azi (1.081 votos), o fazendeiro e comerciante de carne, com muita influência no distrito rural de Boa União, Miguel Santos Fontes (633 votos), o empresário do ramo de transporte intermunicipal, Altino Ribeiro Rocha (354 votos), o gerente do Cine Azi Edson Oliveira (324 votos) e a professora Jurilda Bonfim Santana (311 votos), a única mulher eleita para ocupar um cargo na Câmara Municipal na época da Ditadura Militar em Alagoinhas.<sup>256</sup>

Na sessão preparatória para a posse dos vereadores e da eleição da mesa executiva da Câmara Municipal de Alagoinhas – a primeira disputa política entre o MDB e a ARENA dentro do plenário naquela legislatura que se iniciava – houve uma composição totalmente emedebista. Por ter oito representantes e o prefeito do município ser do MDB, as votações para a escolha dos cargos disponíveis foram acachapantes contra a ARENA. Antônio Paolillo disputou a

---

<sup>255</sup> Formulário de Resumo do Resultado da Eleição Municipal de 1970, da cidade de Alagoinhas-Bahia, fornecido e digitalizado pela Secretaria de Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

<sup>256</sup> Formulário de Resumo do Resultado da Eleição Municipal de 1970, da cidade de Alagoinhas-Bahia, fornecido e digitalizado pela Secretaria de Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

presidência contra o arenista Edson Oliveira, tendo cada um recebido oito e cinco votos, respectivamente. O cargo de vice-presidente só foi disputado por José Francisco de Jesus que recebeu oito votos e houve cinco em branco. O mesmo aconteceu com Aloísio Moura Costa e com Antônio Henrique Cavalcante Xavier, ambos receberam oito votos favoráveis com cinco em branco para serem, respectivamente, o 1º e 2º secretários.<sup>257</sup>

Nota-se logo que os parlamentares do MDB alagoinhense, eleitos para a nova legislatura municipal, era composta basicamente, em sua maioria, por membros dos setores médios da sociedade. Apenas Antônio Paolillo, por ter sido um empresário bem conhecido em Alagoinhas, poderia ser classificado como pertencente de uma classe social mais abastada, sendo um pequeno/médio comerciante local. Ele e sua família até àquelas eleições, apesar de ter sido vereador no período anterior, não faziam parte do seletivo grupo de significativa influência política no município, ou seja, apesar de ser um comerciante com um *status* social, bem acima da média da população, não possuía tanto poder político dentro da classe dirigente local.

É bom lembrar que a maior parte das famílias economicamente poderosas ou com muita influência política, mesmo possuindo algumas divergências ou rivalidades, estavam alocadas na ARENA. Os Azi, os Maias e os Robatto Campos, dos irmãos Walter e Waldo, disputavam os espaços políticos dentro da legenda, apoiando candidatos ou se candidatando aos cargos eletivos. Percebe-se, aqui, que na composição do perfil social e econômico da Câmara Municipal de Alagoinhas, havia dois membros da classe dirigente local que poderiam ser classificados como grandes comerciantes: os arenistas José da Silva Azi e Miguel Santos Fontes. Homens poderosos financeiramente que eram responsáveis por comercializar diversos produtos necessários para a sobrevivência e para atender às demandas materiais básicas da sociedade alagoinhense, dentre eles, a carne bovina – produzida na fazenda de Miguel Santos Fontes – o café, vestuário e confecções, gás de cozinha, artigos do lar, móveis e até sala de cinema, comercializados nas empresas pertencentes à José da Silva Azi.

Além disso, Zequinha Azi, como era chamado pelos seus clientes e amigos, era proprietário e sócio, juntamente com seu correligionário Miguel Santos Fontes, da Rádio emissora de Alagoinhas (frequência AM). Seu irmão, o ex-presidente da Câmara Municipal de Alagoinhas na legislatura 1963-1967, conseguiu se reeleger a deputado estadual naquelas eleições, conforme já foi mencionado na primeira seção deste capítulo. Fica mais do que nítida a presença da força econômica e política da família Azi no município, ocupando os diversos

---

<sup>257</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 31/01/1971, 1971.

espaços de decisão política, exceto, o governo municipal alagoinhense, pois os dois irmãos, mesmo já tendo afinidades e aliança com o carlismo, não apoiaram Murilo Cavalcanti.

Outra questão que não pode deixar de ser problematizada é acerca da profissão do vereador emedebista, José Dias da Silva. Nas atas das sessões ordinárias da Câmara Municipal foi encontrada a informação de que ele era comerciante. Entretanto, um elemento fundamental não pode passar despercebido: como ele era morador do distrito rural de Riacho da Guia, possivelmente, poderia ter sido um feirante na localidade ou até possuir um armazém ou qualquer loja que vendesse produtos perecíveis, agrícolas ou da pecuária, ou seja, mercadorias típicas que existem em feiras ao ar livre.

Assim, quando a informação mencionada na ata expõe que José Dias da Silva era comerciante, poderia ele ser um vendedor da feira livre do Riacho da Guia, cuja ocupação não o descaracteriza de ser chamado de comerciante. Pela ocasião de ser vereador do município, uma autoridade política relevante, é bem possível que tenham o colocado como comerciante e não feirante com o intuito de dar mais *status* social. Essa questão é abordada porque não foram encontradas fontes escritas ou relatos de memórias informando que ele tivesse uma loja ou uma barraca na feira livre.

Ainda sobre José Dias da Silva, vale ressaltar que na terceira sessão ordinária do primeiro período legislativo, ele solicitou uma licença de cento e oitenta dias e não completou seu mandato porque faleceu em decorrência de problemas de saúde, no dia 18 de maio de 1971. O criador e vendedor de caprinos, José de Deus Oliveira, conhecido popularmente como Zé do Bode, também, representante do distrito de Riacho da Guia, assumiu seu lugar na quarta sessão.

Entretanto, o que mais chamou atenção desse falecimento foi, mais uma vez, a força eleitoral que o distrito de Riacho da Guia tinha dentro do jogo político em Alagoinhas, pois os dois emedebistas daquela localidade tiveram juntos 852 votos, sendo 483 de José Dias da Silva e 369 de José de Deus Oliveira. Antes de 1971, o distrito rural foi representado pelo próprio José Dias da Silva no período de 1963-1967<sup>258</sup> e, principalmente, pelo fazendeiro e produtor de fumo de corda, José Lúcio dos Santos Silva, o coronel Santinho, tendo sido vereador por três mandatos: 1951-1955; 1955-1959; 1959-1963.<sup>259</sup>

Diferentemente de épocas passadas que tiveram a presença de ferroviários, funcionários públicos e até ex-presidente do Sindicato dos Operários da Indústria de Curtumes – categorias de trabalhadores que se elegeram vereadores em Alagoinhas nos finais dos anos 1940 até a

---

<sup>258</sup> Relação dos prefeitos e vereadores eleitos da Bahia em 1962, fornecido e digitalizado pela Secretaria de Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

<sup>259</sup> MORAIS, Op. Cit.



segunda metade da década de 1960<sup>260</sup> – na Câmara Municipal, na legislatura do “mandato tampão” as classes trabalhadoras foram representadas por dois professores e por dois comerciários. Apesar de ter naquela composição a participação de um líder estudantil, o período legislativo demonstra, mais uma vez, a força política e econômica dos comerciantes, fazendeiros e dos setores médios privilegiados.

Vale ressaltar, aqui, que os vereadores professores, o emedebista José Francisco de Jesus e a arenista Jurilda Bonfim Santana, mais o líder estudantil, o emedebista Antônio Henrique Cavalcante Xavier, não possuíram uma atuação parlamentar dentro do plenário municipal de forma vigorosa em defesa de suas classes ou grupos aos quais pertenciam. Primeiro, não esquecer de que a Câmara Municipal de Alagoinhas, possivelmente, era vigiada pelos órgãos de segurança da Ditadura Militar. Segunda questão, tem relação com o posicionamento político e ideológico deles que preferiram, como a maioria daqueles que ocuparam as cadeiras do legislativo, uma postura mais pragmática e cautelosa referente aos assuntos mais delicados.

Entretanto, isso não significou um avanço ou uma ausência de discussões acerca das demandas de infraestrutura urbana nas ruas e nos bairros das classes populares alagoinhenses, pois muitos desses parlamentares, mesmo que tenha sido de forma paliativa ou superficial, apresentaram questões e problemas de ordem local no plenário da Câmara Municipal. Dentre as principais necessidades ou urgências sociais pertencentes aos trabalhadores que foram debatidos nas sessões ordinárias estavam a pavimentação de ruas, a preocupação com a distribuição da rede elétrica ou a falta de iluminação pública, bolsas de estudos para alunos de famílias pobres e até aumento salarial dos funcionários da prefeitura e dos professores do município. Esses assuntos serão abordados na próxima seção deste capítulo.

A leitura das atas das sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Alagoinhas não deixaram dúvidas em relação ao posicionamento político-ideológico dos vereadores do MDB, e principalmente, da ARENA. Todos, durante todo o período da legislatura 1971-1973, atuaram política e ideologicamente no plenário, nos momentos de debates referente às questões e demandas da população alagoinhense ou durante as discussões

---

<sup>260</sup>A dissertação de Moisés Leal Morais (2011) ilustra bem os vereadores interlocutores das classes trabalhadoras nas legislaturas que antecederam o “mandato tampão”. Na legislatura 1948-1951: o ferroviário Almiro de Carvalho Conceição. Na Legislatura 1951-1955: o ex-presidente do Sindicato dos Operários das Indústrias de Curtumes de Alagoinhas, Romualdo Campos, os ferroviários, Eurico Costa e Thiago Evangelista dos Santos e o funcionário público do Estado da Bahia, Hildebrando Dias. Na legislatura 1955-1959 novamente, Romualdo Campos, Hildebrando Dias, Eurico Costa e mais outros dois ferroviários, Hostílio Ubaldo Ribeiro Dias, Amando Camões Filho. Na legislatura 1959-1963 Romualdo Campos, Hostílio Ubaldo Dias, os também ferroviários José de Araujo Batista e Thiago Evangelista dos Santos e o funcionário público Milton Ramos. Na legislatura 1963-1967: Romualdo Campos. Na legislatura 1967-1971: Hostílio Ubaldo Ribeiro Dias.

de projetos de lei e de temas externo ao município, com um alinhamento aos valores morais e às ideias desenvolvimento industrial e econômico da Ditadura Militar.

Em Alagoinhas, o ponto central de convergência entre a classe dirigente que ocupava as cadeiras do legislativo municipal foi o desejado desenvolvimento industrial. Tanto emedebistas, quanto arenistas, além de se posicionarem claramente nas sessões ordinárias como apoiadores convictos do governo Antônio Carlos Magalhães, debateram a necessidade de uma industrialização para o impulsionamento econômico do município. Mais uma vez, José Alves Dias demonstra que essa questão era o elo em comum entre as frações da burguesia nacional:

O desenvolvimento foi um dos aspectos principais de coesão da classe dirigente do país durante parte do período da ditadura. Centrados em torno de um tipo de liberalismo econômico e político adaptado às circunstâncias autoritárias e movimentando-se na órbita do imperialismo norte-americano, esses grupos superaram as demais divergências e mantiveram sua hegemonia no poder durante mais de duas décadas.<sup>261</sup>

No discurso de posse do prefeito emedebista Murilo Cavalcanti, abordou-se a questão da política de incentivos fiscais que a SUDENE desejaria implementar no Nordeste, destacando que lutaria para que Alagoinhas fosse selecionada como um polo de apoio do futuro parque industrial a surgir na Bahia.<sup>262</sup> Essa declaração aos 13 vereadores do MDB e da ARENA era para reforçar ainda mais seu alinhamento com o governo federal e estadual no âmbito do desenvolvimento econômico e industrial. Praticamente, de forma indireta, o novo chefe do executivo municipal fez um apelo aos parlamentares para unirem forças em torno de um desenvolvimento industrial no município.

Quase três meses depois, o prefeito emedebista enviou para Câmara Municipal um convite aos vereadores para uma reunião, a qual seriam tratados com alguns técnicos, acerca do Plano de Industrialização de Alagoinhas. O arenista Edson Oliveira foi o primeiro a se manifestar sobre o convite do chefe do executivo e, além de ressaltar que o tema industrialização era muito debatido no plenário, falou da relevância e da necessidade de comparecimento de todos os edis, independente do partido que representasse:

Nesta casa, muito se tem falado em industrialização. Assim, temos que entender que esta reunião pela sua importância, requer a presença de todos os representantes do povo, sem levar em conta qualquer partidário político, porque está em jogo os supremos interesses do povo de Alagoinhas.<sup>263</sup>

<sup>261</sup> DIAS, Op. Cit., p. 23-43.

<sup>262</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 31/01/1971, 1971.

<sup>263</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 23/04/1971, 1971, [s.p.].

O também arenista José Azi, adversário e rival político do prefeito Murilo Cavalcanti até aquelas eleições de 1970, criticou o local da reunião que seria no gabinete da prefeitura. E na defesa do seu correligionário, os vereadores emedebistas Antônio Henrique Cavalcante Xavier e José Francisco de Jesus se contrapõem ao discurso de José Azi. Enquanto o líder estudantil tentou contemporizar afirmando que o local da reunião estaria certo de ser realizado na Câmara Municipal, mas que os técnicos voltaram atrás por considerarem que não era um local apropriado, porque poderia inibir um debate mais profundo, o professor criticou e atacou seu colega dizendo que estranhava as palavras de José Azi, como se ele quisesse impedir a realização de uma reunião que “[...] tocava bem fundo nos interesses de Alagoínhas, particularmente das classes menos abastadas, pois iria abordar a questão da industrialização de Alagoínhas.”<sup>264</sup>

Vemos, aqui, principalmente na fala do vereador do MDB José Francisco de Jesus, uma clara percepção de que a industrialização em Alagoínhas poderia trazer emprego, gerar renda e outros benefícios para a classe trabalhadora, colocando-a como a salvadora do progresso e do desenvolvimento econômico. Em nenhum momento desse debate, nem o professor do Centro Integrado Luiz Navarro de Brito e nem os seus colegas, se questionaram e, tampouco, pautaram a respeito da qualificação da mão de obra ou quais os tipos de indústrias seriam mais adequados à realidade de recursos naturais encontrados no município. Os discursos nesse debate inicial se resumiram a ataques e defesas da personalidade e liderança política de Murilo Cavalcanti e num anseio a qualquer custo, sem se aprofundar em estudos técnicos ou questionar um rascunho do plano de industrialização que poderia ter vindo juntamente com o convite.

Como já visto no capítulo 1, naquele período do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, a extração de petróleo, o setor de comércio e serviços eram as principais atividades econômicas de Alagoínhas, possuindo agências bancárias, consultórios médicos e de dentistas, feira livre, lojas de móveis, autopeças, de vestuário etc. Lembrando novamente que Moises Morais demonstra em seu trabalho à seguinte conclusão: a presença da Petrobras no município não acarretou aumento das atividades de beneficiamento de produtos agrícolas.<sup>265</sup>

Segundo o censo demográfico de 1970, Alagoínhas possuía uma população de 77.963 habitantes, com 20.111 trabalhadores enquadrados na categoria de economicamente ativos, com a seguinte configuração por atividades econômicas: 6.834 na agricultura, pecuária, silvicultura, extração vegetal caça e pesca; 4.207 em atividades industriais; 1.893 no comércio de

---

<sup>264</sup> ALAGOÍNHAS. Câmara Municipal de Alagoínhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoínhas.** 23/04/1971, 1971, [s.p.].

<sup>265</sup> MORAIS, Op. Cit., p.25-26.

mercadorias, 2.931 na prestação de serviços; 1.745 em transportes, comunicações e armazenagem; 1.020 em atividades sociais; 840 na administração pública e 840 em outras atividades.<sup>266</sup>

Os dados econômicos acima mencionados demonstram claramente que Alagoinhas, dentro do período legislativo do “mandato tampão,” ainda era um município dependente das atividades relacionadas ao setor primário e terciário, ou seja, quase 58% da produção de riquezas era gerada pela agricultura, pecuária, comércio e prestação de serviços, enquanto apenas 21% provinham do ramo industrial.

Nas atas das sessões da Câmara Municipal, os discursos dos ex-vereadores explicitam uma percepção política de urgência e a necessidade de uma busca pelo desenvolvimento econômico no município. Mais uma vez a industrialização como a redentora. A indústria é colocada em mais uma legislatura pelos vereadores como a solucionadora de todos os problemas sociais do município.

O emedebista José Francisco de Jesus disse: “[...] que era o seu desejo de que tudo que se identificasse com os interesses de Alagoinhas, teria seu voto favorável [...]”. Antônio Cavalcanti Xavier (MDB): “[...] concitou os seus colegas a se unirem em torno dos interesses de Alagoinhas.” E a arenista Jurilda Bonfim Santana falou no mesmo tom que os seus colegas, dizendo: “[...] que a palavra oposição poderia significar impecilhos (*sic*) ao governo de alguém. Entretanto, ela aqui estaria para defender os interesses da comunidade, sem pretensões de obstacular (*sic*) qualquer marcha em favor do progresso do município.”<sup>267</sup>

Nas falas no plenário municipal, o termo “progresso” é usado como sinônimo de desenvolvimento pelo viés do capitalismo, com uma clareza ideológica voltada para a industrialização como meio fundamental de produção de riquezas e, conseqüente, desenvolvimento econômico. Dito isto, percebe-se aqui um notório alinhamento por parte dos vereadores emedebistas e arenistas com o governo militar e com o novo governador da Bahia, o qual prometia uma modernização e melhoramento na infraestrutura do estado.

Em relação a essa questão do alinhamento ideológico, atrelado ao discurso de posse do prefeito Murilo Cavalcanti, será preciso retomar um pouco a discussão acerca da influência ou penetração do carlismo no jogo político de Alagoinhas. Como já visto e abordado na segunda seção deste capítulo, a atuação política do governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, foi

---

<sup>266</sup> BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1970**. Série Regional, volume I, tomo XIII, Estado da Bahia, IBGE, 1973a.

<sup>267</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 07/04/1971, 1971, [s.p.].

relevante para contribuir com o resultado vitorioso para o MDB alagoinhense nas eleições de 1970. E a sua força política continuou agindo dentro da Câmara Municipal, pois todos os vereadores emedebistas, com mandatos para a legislatura 1971-1973, apoiaram e tinham o prazer de defender ou homenagear a nova liderança baiana.

O carlismo era um aliado essencial da Ditadura Militar aqui na Bahia. Através da sua atuação nos espaços de decisão política, Antônio Carlos Magalhães controlava o poder político e impedia qualquer ação contrária ou de resistência ao alinhamento com o governo federal. E juntamente com a propaganda oficial dos militares, essa atividade política autocrática do governador baiano, segundo José Alves Dias, dava a sociedade baiana uma falsa imagem de estar vivendo em uma democracia liberal.<sup>268</sup> Em suma, um mascaramento da realidade.

Para dominar os principais espaços de decisão política, Antônio Carlos Magalhães integrou os diversos interesses classe dominante baiana – e da classe dirigente alagoinhense – usando como plataforma política o anticomunismo e o desenvolvimento econômico e industrial.

Para Dias:

Para tanto, foi fundamental a manutenção de uma rede de relações na qual se garantissem o respeito à hierarquia e o funcionamento orgânico. Para a sua criação, optou-se pela cooptação de indivíduos com potencialidades políticas e eleitorais capazes de se integrar ou associar ao carlismo sem representar risco a liderança de Antônio Carlos Magalhães. Isso explica as atitudes refratárias com aqueles que ameaçaram a unidade do grupo ou sua hierarquia interna. Esse tipo de articulação ou organicidade foi essencial para a sobrevivência do carlismo em tempos de ditadura, nos quais a coesão era um atributo raro, mas essencial para a manutenção do *status quo* e preservação da proposta política dos militares e civis que estavam no poder<sup>269</sup>.

Vemos aqui uma Câmara Municipal composta por vereadores, independentemente do partido que estejam representando, alinhados em defender o “progresso” e “os interesses de Alagoinhas”, tendo Antônio Carlos Magalhães como um líder político estadual e aquele que seria o responsável por levar o desenvolvimento econômico para o município, seja através de indústrias seja da construção de estradas que facilitassem o escoamento da produção das diversas atividades econômicas do estado.

A influência política, o carisma e a liderança de Antônio Carlos Magalhães eram tão fortes dentro da Câmara Municipal de Alagoinhas que os vereadores da legislatura 1971-1973 faziam homenagens e elogios ao governador. O vereador arenista Edson Oliveira, na quinta sessão ordinária do primeiro período legislativo, propôs que a futura rodovia – que interligaria os

---

<sup>268</sup> DIAS, Op. Cit., p.22-24

<sup>269</sup> Ibid. p. 24.

municípios de Aramari, Ouriçangas, Pedrão e Irará a estrada Feira de Santana-Serrinha – a ser construída recebesse o nome do governador da Bahia.<sup>270</sup>

Com a justificativa de que aquela obra de infraestrutura rodoviária seria muito relevante para o desenvolvimento econômico de toda a região, o arenista teve seu requerimento aprovado. A ata não informa se a proposição foi acolhida por unanimidade, valendo destacar que naquele dia compareceram sete vereadores do MDB e quatro da ARENA. Assim, pode-se afirmar, sem erro, que teve voto emedebista em favor da homenagem ao governador da Bahia, que teria seu nome ligado a uma obra que poderia levar o progresso e o desenvolvimento econômico, na mentalidade dos vereadores, para Alagoinhas e região.

Na décima sessão ordinária do primeiro período legislativo, o emedebista Domingos Veloso encaminhou uma moção propondo um voto de confiança ao governo de Antônio Carlos Magalhães e do “[...] entusiástico louvor ao seu programa político-administrativo.”<sup>271</sup> Assim, proferiu suas palavras o vereador do MDB para justificar o encaminhamento daquela moção de homenagem ao governador da Bahia:

No dia quinze do mês corrente, enquanto os clubes de serviços desta cidade, levados por um sentimento cristão, faziam no estádio municipal uma partida de futebol, de caráter filantrópico, eu ouvia através da rede baiana de televisão, a palavra do governador Antônio Carlos Magalhães, dando contas ao povo da Bahia, dos seus dois primeiros meses de governo. Fiquei empolgado com as providências já tomadas pelo governador e com o seu programa de governo. Anunciava ele, haver afastado dos quadros administrativos mais de oitenta funcionários, que não cumpriam com seus deveres.<sup>272</sup>

Mais um episódio demonstrando um alinhamento político do MDB de Alagoinhas com o carlismo, que por conseguinte, se mostrava forte, ocupando, consistentemente, os espaços de decisão política espalhados pelo interior da Bahia. O líder dos emedebistas na Câmara Municipal pediu aos seus pares e foi, logicamente, aprovada por unanimidade a moção do voto de confiança no governo de Antônio Carlos Magalhães. Uma atuação clara de se colocar como aliado de um governo autoritário, pois como bem estão explícitas nas palavras ditas pelo próprio vereador, o chefe do executivo baiano afastou do serviço público estadual mais de 80 servidores e não houve qualquer questionamento, em relação à natureza desses afastamentos. O autoritarismo carlista era louvado dentro do plenário do legislativo municipal.

---

<sup>270</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 27/04/1971, 1971.

<sup>271</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 28/05/1971, 1971.

<sup>272</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 28/05/1971, 1971, [s.p.].

Mais uma questão acerca dessa moção apresentada por Domingos Veloso é o questionamento realizado pelo presidente da Câmara Municipal, Antônio Paolillo, se o propositor ansiava que o governador da Bahia tivesse conhecimento da proposição. Obviamente, o emedebista respondeu afirmativamente e destacou ainda que informasse ao chefe do executivo estadual que a moção foi aprovada de forma unânime pelos vereadores. Era necessário deixar bem ciente e informado ao líder que além de todos dentro daquela casa estarem sintonizados e alinhados com os seus projetos e com suas ideias de modernizar e industrializar o estado, também, acreditavam no sucesso das implementações do programa carlista. Mais uma atuação parlamentar, igualmente as outras moções apresentadas, pela sobrevivência política.

Outras situações demonstram também o alinhamento ideológico e político com o governo militar e com toda sua massa de propaganda oficial. O primeiro a ser mencionado foi protagonizado pelo vereador Domingos Seabra Veloso em uma sessão solene de formatura dos estudantes da quarta série do ginásio do Colégio Fleming ocorrida na Câmara Municipal. Veloso foi designado para ser o orador responsável pela mensagem que homenagearia os formandos. No pronunciamento citou um pensamento do fundador da Ação integralista Brasileira, Plínio Salgado, demonstrando, evidentemente, que o emedebista tinha um posicionamento político conservador:

[...] e dentre os tesouros que rebusquei, a nenhum achei de melhor trabalho do que estes, depositados naquele esplêndido “Código de ética do Estudante” de autoria de Plínio Salgado. “Faze da tua crença em Deus e nos destinos sobrenaturais do homem a luz que te guiará no meio da confusão dos desorientados e da corrupção dos costumes.”<sup>273</sup>

Esse episódio demonstra mais uma vez que a opção em se filiar ao MDB ou a ARENA, no município de Alagoinhas, não possuía um aspecto ideológico, ou seja, os novos membros não estavam preocupados com o conteúdo programático dos partidos, sendo as relações de afinidades, amizades, rivalidades ou inimizades preponderantes para a composição das duas legendas. Tanto a pequena e a média burguesia alagoinhense, formada por comerciantes e fazendeiros, quanto os setores médios do município, ingressaram nos dois partidos pensando de forma pragmática na eleição e busca por benesses políticas e não programática (preocupação com as questões das ideias políticas contidas nos programas dos partidos).

Outro episódio de indícios claros de alinhamento com a Ditadura Militar foi uma moção apresentada pelo vereador da ARENA José Azi e colocada em votação na sessão do dia 23 de

---

<sup>273</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 17/12/1971, 1971, [s.p.].

abril de 1971. A proposição foi subscrita por mais quatro vereadores e propunha um voto de aplausos ao comandante do 4º Batalhão da Polícia Militar em Alagoinhas, o coronel Vivaldo da Costa Lopes. Primeiro, vale destacar que era uma homenagem de um parlamentar da Câmara Municipal a uma autoridade do aparelho repressivo do governo ditatorial. A moção foi aprovada por todos os vereadores presentes, inclusive pelos emedebistas. Naquela sessão todos os vereadores do MDB e da ARENA estavam no plenário, sendo o dia em que José de Deus Oliveira tomou posse no lugar de José Dias da Silva.<sup>274</sup>

Semanas mais tarde, os vereadores do MDB Antônio Henrique Cavalcanti Xavier, Dimas Campos, Domingos Veloso e Álvaro Maia Nunes encaminharam, conjuntamente, uma Moção de reconhecimento para o médico Jairo Maia, “[...] pelos relevantes serviços prestados, durante doze anos, à frente do Tiro de Guerra 110.”<sup>275</sup> Os mesmos vereadores assinaram outra Moção, mas essa agora era de aplausos para o prefeito do município, Murilo Cavalcanti, que iria assumir a direção daquele órgão militar que mantinha um convênio com a prefeitura municipal desde a sua instalação. Tudo normal e trivial na Câmara Municipal, pois os emedebistas homenagearam um arenista politicamente influente no município e o prefeito que, além de ser correligionário dos quatro autores do documento, era e o principal líder político, até aquele momento, de Alagoinhas.

O pragmatismo político dos quatro emedebistas na autoria dessas duas moções é evidente. No entanto, o mais importante desse episódio foi o discurso proferido pelo vereador Antônio Henrique Cavalcanti Xavier sobre o sentido do Tiro de Guerra para Alagoinhas, dando amostras nítidas de uma posição política conservadora, com um conteúdo permeado pela religiosidade e com uma tendência militarista, expondo mais uma vez uma aliança com os valores e com os princípios éticos da Ditadura Militar. Disse ele:

Quero, mais uma vez, ressaltar o trabalho profícuo do ex-diretor do Tiro de Guerra 110 que trabalhou, ininterruptamente, durante doze anos pelo soerguimento de várias plêiades de rapazes que anualmente frequentam aquela escola sadia, onde aprendem amar a pátria, a Deus e ao próximo.<sup>276</sup>

No decorrer do discurso que enaltecia o órgão militar, ocorreu uma pequena tensão entre o orador emedebista e o arenista José Azi. Antônio Henrique Cavalcanti Xavier fez duras acusações ao seu colega, afirmando que o vereador da ARENA tinha chamado Murilo

<sup>274</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 23/04/1971, 1971.

<sup>275</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 01/06/1971, 1971, [s.p.].

<sup>276</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 01/06/1971, 1971, [s.p.].



Cavalcanti de subversivo na época da campanha eleitoral. José Azi não gostou e lançou um repto, refutando outra crítica que o edil do MDB tinha feito dizendo que o estado de precariedade do Tiro de Guerra quase o fez Alagoinhas perder aquela escola.<sup>277</sup>

As ilações ou afirmações do vereador emedebista contra o seu colega da ARENA, demonstram perfeitamente que, além de colocar o prefeito do MDB como uma espécie de salvador ou resgatador daquele convênio com o exército brasileiro, naquele conflito entre os dois membros da Câmara Municipal, a palavra subversivo soava como uma ofensa grave e ninguém queria ficar estigmatizado com aquela alcunha, pois todos dentro daquele parlamento sabiam exatamente que viviam, sob vigilância constante da Ditadura Militar.

É bom destacar duas questões fundamentais: a primeira é que Murilo e Jairo Azi, irmão do vereador arenista, foram presos pela repressão logo depois do golpe civil-militar de 1964 e depois liberados para exercerem seus mandatos, respectivamente, de prefeito e de presidente da Câmara Municipal. Foram detidos por causa dos seus antecedentes políticos. O vereador defendeu e apoiou as reformas de base propostas pelo governo do presidente João Goulart, enquanto o prefeito, além do histórico em advogar a favor dos ferroviários e dos trabalhadores da Petrobras, “na campanha da eleição presidencial de 1960, alegando ‘ser um moço pobre’ e que não fazia parte de ‘negociatas’ se manifestou publicamente em apoio a chapa que trazia o General Henrique Teixeira Lott e João Goulart[...]”<sup>278</sup>

A segunda questão é que a câmara Municipal de Alagoinhas, na legislatura 1971-1973, estava alinhada com os valores da Ditadura Militar. Certamente, não existia nenhum vereador subversivo ou comunista dentro daquele plenário. E em relação a esse alinhamento ideológico entre arenistas e emedebistas, observado já no primeiro período legislativo de 1971-1973, ficou ainda mais visível no segundo semestre quando houve uma aliança mais concreta entre eles.

No final da 5ª sessão extraordinária no início do segundo semestre de 1971, José Azi expôs abertamente a migração e adesão dos vereadores emedebistas a ARENA. Ao dar boas-vindas aos novos integrantes do partido afirmou que estava em uma situação confusa, porque antes ele era líder da oposição e, a partir daquele momento, deixava aquela posição. Assim relatou o líder arenista:

Estamos diante de uma situação um tanto confusa, nesta casa. Embora não tenha tido a satisfação de ouvir dos próprios vereadores que pertenciam ao MDB os seus ingressos na ARENA, tomei conhecimento de que a Câmara de Alagoinhas, agora, está constituída de doze vereadores daquela agremiação política. Na qualidade de líder da ARENA, anteriormente, tinha a condição de

<sup>277</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 01/06/1971, 1971.

<sup>278</sup> MORAIS, Moisés Leal. Op. cit. p.125

oposição, e essa, já praticamente, não existe em termos partidários, pois o prefeito também está na ARENA. Éramos dois líderes, eu e o dileto amigo vereador Domingos Veloso. Diante desse novo quadro, não sei como iremos ficar. O que não podemos negar, é o fato de existirem dois grupos políticos na ARENA.<sup>279</sup>

A presença de dois grupos políticos na ARENA alagoinhense nunca foi uma grande novidade naquela agremiação política. Vale lembrar que desde o seu surgimento em 1966, duas correntes disputavam o poder interno: os irmãos Azi e os irmãos Robatto Campos. Tanto que no pleito eleitoral de 1966, os donos do *Alagoinhas Jornal* mais o médico Jairo Maia apoiaram a prefeitura o candidato emedebista, Antônio de Figueiredo Carneiro, a prefeitura. Naquele momento, com a presença do grupo de Murilo Cavalcanti, a ARENA passava a ter 12 vereadores na Câmara Municipal e o prefeito do município.

Um fato interessante em relação a essa debandada emedebista para a ARENA é que a legislação brasileira que versava acerca da infidelidade partidária até aquele episódio era, especificamente, a Emenda Constitucional nº 1 de 17/10/1969 no Artigo 152. E assim estava escrito o texto:

*Parágrafo único.* Perderá o mandato no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais quem, por atitudes ou pelo voto, se opuser às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos de direção partidária ou deixar o partido sob cuja legenda foi eleito. A perda do mandato será decretada pela Justiça Eleitoral, mediante representação do partido, assegurado o direito de ampla defesa.<sup>280</sup>

Vale destacar um elemento muito relevante nessa situação de mudança de legendas: os vereadores e o prefeito não perderam seus mandatos, pois todos permaneceram nos seus cargos até o fim do período estabelecido pela legislação eleitoral. Aquela atitude coletiva não se configurou como infidelidade partidária porque no dia 21 de julho de 1971 foi promulgada a lei orgânica dos partidos políticos que estabelecia prazos para filiação partidária para a próxima eleição de 1972.<sup>281</sup> Já no dia 27 de agosto de 1971<sup>282</sup> foi publicada outra lei que dava uma nova redação a alguns artigos da lei sancionada há pouco mais de um mês, permitindo, assim, que aquela migração dos antigos membros do MDB não tivesse qualquer prejuízo político ou perda dos seus cargos eletivos de vereador e prefeito. Em suma, a nova lei orgânica dos partidos políticos determinava ao MDB e a ARENA que “[...] depois que receberem as fichas, terão de

<sup>279</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 06/08/1971, 1971, [s.p.].

<sup>280</sup> Emenda constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969. Disponível em: <https://bitly.com/GuFiMBYLs>. Acesso em: 10 nov. 2022.

<sup>281</sup> Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5682-21-julho-1971-357872-publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em: 10 nov. 2022.

<sup>282</sup> Lei nº 5.697, de 27 de agosto de 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5697-27-agosto-1971-357858-publicacaooriginal-1-pl.html> . Acesso em: 10 nov. 2022

encerrar o trabalho de filiação no dia 17 de novembro, ou seja, 60 dias antes das suas primeiras convenções partidárias.”<sup>283</sup>

Certamente, a nova lei orgânica dos partidos políticos foi mais um instrumento político-jurídico utilizado pela Ditadura Militar para tentar minar e esfacelar, ainda mais, o MDB depois da acachapante derrota nas eleições de 1970, pois isso auxiliaria os adesistas a migrarem para a ARENA de forma legal e sem nenhuma penalidade política. Lembrando e chamando a atenção que a migração para ARENA partiu do principal líder do MDB em Alagoinhas e, também, o mais influente político do município que tinha aderido ao carlismo: o prefeito Murilo Cavalcanti. Ele conseguiu arregimentar quase toda a bancada de vereadores eleitos, exceto, Domingos Veloso. O veterano político foi único emedebista que não se filiou a ARENA, mesmo estando, como foi visto nas páginas anteriores, ideologicamente alinhado com os valores da Ditadura Militar e sendo um entusiasta do governo Antônio Carlos Magalhães.

A comunicação oficial à Câmara Municipal feita pelos vereadores Antônio Paolillo, Aloísio Moura Costa, Antônio Xavier, Álvaro Maia Nunes, José de Deus Oliveira, Dimas Campos e José Francisco de Jesus, que passariam a integrar os quadros da ARENA, ocorreu<sup>284</sup> duas semanas depois do pronunciamento de José Azi, quando ele, naquela ocasião, abordou a problemática dessa nova situação política formatada pelos ex-emedebistas, caracterizando, como foi visto acima, de uma “situação um tanto confusa”.

O episódio da migração partidária provocou algumas situações pitorescas. Uma delas foi quando o vereador Aloísio Moura Costa ao defender um projeto de lei, que solicitava autorização para vender as ações da Petrobras pertencentes a prefeitura (esse fato será aprofundado na próxima seção), das críticas feitas por José Azi e Jurilda Santana, falou em reconhecimento do direito da oposição. Entretanto, o único vereador da oposição naquele momento seria o emedebista Domingos Veloso que não se opôs ao projeto. Ao solicitar aparte ao seu ex – correligionário, Veloso afirmou “[...]que atualmente está condicionado à oposição, mais (SIC) não está empenhado em combater o governo, quando suas pretensões forem justas.”<sup>285</sup>

O vereador Domingos Veloso, no momento do aparte ao pronunciamento de Aloísio Moura Costa que defendia o projeto do prefeito, caiu na armadilha da nova configuração

<sup>283</sup> PDR [...]. **Jornal do Brasil**, Biblioteca Nacional Digital, 22 e 23/08/1971, Coisas da política, 1971, p. 6.

<sup>284</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 20/08/1971, 1971, [s.p.].

<sup>285</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 24/08/1971, 1971, [s.p.].

político-partidária dentro da Câmara Municipal. Se levarmos em conta a composição das agremiações políticas presentes no legislativo naquele momento, Domingos Veloso estava coerente na sua argumentação. Entretanto, ele, até pouco tempo antes da debandada da bancada para a ARENA, era o líder do governo, murilista e carlista. Ele não era oposição mesmo estando no MDB.

Na realidade, a ARENA, naquele momento depois da migração dos vereadores emedebistas, estava com dois grupos antagônicos dentro da Câmara Municipal: um que apoiava e defendia o governo Murilo Cavalcanti e outro que era contrário desde as eleições de 1970, com destaque para as atuações de José Azi, Jurilda Santana e Altino Rocha. Essa nova situação político-partidária dentro do legislativo alagoanhense é mais um bom exemplo do pragmatismo político da república brasileira. Deixando claro ao leitor que, mesmo com a migração em massa da bancada emedebista para ARENA ainda no final do primeiro período legislativo do ano de 1971, a centralidade da análise da atuação parlamentar, no decorrer desse texto, ficará em torno dos oito vereadores eleito pelo MDB no pleito eleitoral de 1970, ou seja, todos que se filiaram a ARENA mais Domingos Veloso.

Portanto, os vereadores do MDB alagoanhense que pertenciam a um partido de oposição à Ditadura Militar em âmbito nacional, comportaram-se, em várias situações de debates ou em votação de projetos de lei, como se fosse membros da ARENA – antes mesmo da adesão pública e oficial exposta na 11ª sessão extraordinária - apresentando pequenas discordâncias em assuntos locais, com predomínio de rivalidades intrapessoais ou até as inimizades. Nos primeiros cinco meses da legislatura 1971-1973 se destacou de forma mais coesa, entre a bancada emedebista e a arenista, um alinhamento político e ideológico com os valores da Ditadura Militar, destacando-se o anseio pela industrialização no município, colocando-o como o fator preponderante para alcançar o desenvolvimento econômico. A filiação dos vereadores do MDB a ARENA apenas confirma essa afinidade ideológica com a Ditadura Militar e escancara que as relações pessoais eram tão relevantes quanto a confluência dos interesses político-econômicos de classe para a composição do quadro partidário na política alagoanhense.

#### 2.4 1971: O AUGES DO MURILISMO

No dia 27 de julho de 1971 o prefeito Murilo Cavalcanti envia um ofício à Câmara Municipal convocando os vereadores a apreciarem dezesseis projetos de leis de autoria do

executivo num intervalo de 60 dias de sessões extraordinárias.<sup>286</sup> As vinte e duas sessões extraordinárias realizadas por quase dois meses, certamente, foram os encontros mais acirrados e permeados de tensões políticas durante todo o período da legislatura do “mandato tampão”, pois a maioria das propostas, um total de nove, eram solicitando abertura de crédito para aquisição de terrenos e de efetuação de pagamentos.<sup>287</sup>

É bom chamar a atenção para o fato de que a convocatória ocorreu bem próximo ao processo de migração para ARENA do prefeito e dos sete vereadores que o acompanharam naquela decisão política. Lembrando que por ser um mandato eletivo de apenas dois anos para todos os vereadores e prefeitos brasileiros, o tempo de realização de grandes obras para chamar a atenção da população e a possibilidade de ter um enorme volume de recursos financeiros para a execução desses projetos, praticamente, seria inviável. Para pavimentar e urbanizar ruas, construir praças, hospitais, escolas e outras ações governamentais politicamente atraentes e visíveis a percepção do cidadão/eleitor, os chefes do executivo de cada município do Brasil precisariam ser muito hábeis nas suas articulações políticas para formatar alianças que oferecessem a oportunidade de cumprir com seus objetivos políticos.

E com Murilo Cavalcanti não foi diferente. Como já visto no final da seção anterior, ele foi líder e maestro da debandada emedebista para ARENA, pois tinha como aliado, desde as eleições de 1970, o governador Antônio Carlos Magalhães. O pragmatismo político de Murilo Cavalcanti foi cirúrgico porque levou consigo quase toda a sua base aliada para o novo partido e para o carlismo. E nisso, ainda conquistou o apoio do vereador Edson Oliveira que era do grupo de José Azi, seu adversário e opositor do prefeito.

---

<sup>286</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 27/07/1971, 1971

<sup>287</sup> Os projetos de leis submetidos a apreciação e votação da Câmara Municipal de Alagoinhas foram os seguintes: N°4/71, fixava contribuição para o programa de formação do patrimônio do Servidor público; N°5/71, solicitava autorização para a abertura de crédito no valor de Cr\$ 11.000,00, para pagar a COELBA, o fornecimento de energia para o Estádio Antônio Carneiro; N°06/71, autorização de abertura de crédito de Cr\$ 600,00 para quitar com a COELBA o fornecimento de energia a vila de Boa União [distrito Rural de Alagoinhas]; N°07/71, abertura de crédito no valor de Cr\$3.272,00 para pagamento da diferença de vencimentos dos auxiliares de ensino do quadro municipal; N°08/71, abertura de crédito no valor de Cr\$ 3.200,00 para pagamento de aluguel da casa do atleta; N°09/71, abertura de crédito no valor de Cr\$ 3.000,00 para pagamento de aluguel de um prédio; N°10/71, autoriza abertura de crédito de Cr\$ 30.000,00 para pagar despesas da reforma da casa do atleta; N°11/71, criação do serviço de agricultura e abastecimento do município de Alagoinhas; N°12/71, nova estruturação do quadro dos funcionários públicos municipais; N° 13/71, autoriza a celebração de convênio com o fundo rodoviário nacional; N° 14/71, autorização para vender as ações da Petrobras; N° 15/71, dispunha sobre a administração e utilidade da praça de esportes de Alagoinhas; N° 16/71 autorizava compensação de crédito com instituições privadas de ensino; N° 17/71, autorização de abertura de crédito de Cr\$ 45.000,00 para aquisição de uma terreno para construção da biblioteca pública municipal; N° 18/71, autorização de abertura de crédito de Cr\$ 30.000,00 para aquisição de um terreno a ser doado a TEBASA; N° 19/71, autorização de abertura de crédito para a compra de um terreno, no qual seria construído o mercado público e a localização da feira livre.

Essa nova configuração político-partidária dentro da Câmara Municipal de Alagoinhas causou incômodos e desconforto a oposição capitaneada por José Azi. Ele percebeu uma ameaça real a sua corrente dentro da ARENA, com a presença do grupo de Murilo Cavalcanti no partido. Tanto que na 12ª sessão extraordinária, em um dos debates mais acalorados nas apreciações dos projetos de lei, um trecho da ata esclarece e demonstra bem essa impressão tida através de um pronunciamento do vereador Edson Oliveira que foi subscrito em 3ª pessoa pelo 2º secretário da Câmara Municipal, Antônio Henrique Cavalcante Xavier:

Por fim, o vereador Edson Oliveira, fez referências a uma afirmativa do vereador José Azi, no sentido de que lhe haviam levado um vereador. O vereador Edson Oliveira, disse que a ele ninguém levava, pois estava sempre onde esteve, e a modificação que se operou nos grupos da casa, ele recebeu como um engrossamento de fileiras. Estaria contra, se o prefeito estivesse no MDB mandando mensagens políticas e ele as tivesse (*SIC*) dando cobertura. Como ele está se comportando, não está fugindo das linhas partidárias.<sup>288</sup>

Sete vereadores eleitos pelo MDB nas eleições de 1970, agora arenistas, mais o emedebista Domingos Veloso e o ex-opositor Edson Oliveira faziam parte da bancada de apoio e defesa do governo Murilo Cavalcanti. O prefeito, ao que tudo indica, seguiu bem a cartilha do seu padrinho político, o governador Antônio Carlos Magalhães, ao controlar todos os espaços de decisão política do município: o governo, o parlamento e o partido (mesmo que dentro dele existisse quatro grupos políticos, o do prefeito era hegemônico). Em suma, aquele período de sessenta dias de sessões extraordinárias representou o auge do murilismo dentro da história política em Alagoinhas.

E para realçar bem esse novo cenário na política local alagoinhense, o historiador José Alves Dias fez uma reflexão sobre essa questão do controle do poder político ao estudar as estratégias perpetradas por ACM para se manter dentro dele e que serve de forma adequada para explicar essa nova realidade construída naquele momento em Alagoinhas:

Por isso, mesmo com a ditadura, o diretório regional do partido governista e a Assembleia Legislativa continuaram a ser os núcleos de decisão política fundamentais. Tudo isso resultava no fato de o grupo que estivesse determinado a conquistar o governo e hegemonizar o poder político em nível estadual – além de obter apoio da cúpula militar – deveria controlar, também, o núcleo local do partido e o parlamento.<sup>289</sup>

Com o controle do parlamento, tendo nove vereadores compondo a bancada governista e com a presidência, a 1ª e a 2ª secretária da mesa executiva do legislativo municipal, o governo Murilo Cavalcanti não teve nenhuma dificuldade em aprovar os dezesseis projetos de lei, apesar

<sup>288</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 24/08/1971, 1971

<sup>289</sup> DIAS, op. cit. p.115

da oposição ferrenha cheia de críticas e ironias de José Azi e dos votos contrários de Jurilda Santana e Altino Rocha. O vereador, e futuro prefeito de Alagoinhas em 1977-1983, Miguel Santos Fontes, também votou junto com os três colegas opositores em vários momentos. Entretanto, durante todo o primeiro e segundo período legislativo do ano de 1971, inclusive naquelas vinte e duas sessões extraordinárias, não se pronunciou em nenhum momento no plenário.

Pelo lado da bancada governista, o vereador que manteve o comportamento de passividade de Miguel Santos Fontes dentro da Câmara Municipal foi José de Deus Oliveira. Sendo que a diferença entre eles é que enquanto o opositor (quando estava presente, pois faltava muitas sessões) votava contra o governo, o da base do governo sempre estava a favor. O governista funcionou como uma espécie de peão do jogo de tabuleiro do xadrez, servindo para aumentar a defesa e o apoio ao governo Murilo Cavalcanti apenas de forma quantitativa e não qualitativa.

A respeito dessa relação entre oposição e situação dentro do legislativo alagoinhense, o vereador opositor José Azi fez um pronunciamento bastante esclarecedor do estado em que se encontrava, demonstrando nas entrelinhas a força do poder e da influência política que Murilo Cavalcanti estabeleceu no município. Na primeira sessão ordinária do segundo período legislativo daquele ano de 1971, logo depois dos sessenta dias das sessões extraordinárias, assim disse o opositor:

Embora os vereadores desta casa, pertençam quase na sua totalidade à Arena, temos uma minoria, que não pode ser considerada como opositora, de vez que, o prefeito do município é integrante daquela agremiação política. Entretanto, em parte, discordamos da sua administração. Somos daqueles que não se preocupam em sermos agradáveis ao poder executivo.<sup>290</sup>

A grande maioria dos temas ou questões que abordavam aqueles projetos de leis já tinham sido objetos de debates fervorosos, entre os vereadores na Câmara Municipal, há alguns meses antes daquele período de sessenta dias de sessões extraordinárias. Nos primeiros meses do primeiro período legislativo de 1971, o acesso gratuito de vereadores no estádio municipal, a concessão de bolsas para estudantes em escolas particulares, a transferência da concessão da energia elétrica para a COELBA e os salários e outras questões que envolviam os funcionários públicos municipais foram alguns dos assuntos tratados.

Um desses debates que merecem destaque, por mais supérfluo que possa parecer, é em relação a lei que regulamentava a administração e utilidade da praça de esportes, ou seja, do Estádio Municipal Antônio Carneiro. A inauguração do equipamento destinado a realização de

---

<sup>290</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 08/10/1971, 1971

partidas de futebol, esporte mais popular do mundo, gerou mais uma alternativa de cultura e lazer, principalmente para as classes de trabalhadores menos favorecidas, dentro de um município com pouquíssimas opções de entretenimento. E quem começou esse debate foi o vereador Antônio Henrique Cavalcante Xavier. Ele e mais três colegas do legislativo assinaram um requerimento solicitando providências para que os membros da Câmara Municipal não fossem mais desrespeitados na entrada do estádio municipal.<sup>291</sup>

Ocorreu uma discussão no plenário da Câmara Municipal acerca da entrada gratuita no estádio municipal. E cabe aqui uma pergunta: o simples fato de ser vereador ou um representante do povo, dá o direito de entrar gratuitamente no estádio ou em qualquer outro estabelecimento de administração pública sem um projeto de lei que regulamente esse benefício?

Aqui fica exposta uma questão que envolve uma prática recorrente na política brasileira: a mistura e a falta de limites entre o interesse público e o privado. Entre opiniões contrárias e a favor de uma entrada gratuita, merece atenção a posição de Edson Oliveira. Ele falou que o mais importante era discutir um preço mais acessível para o operário de Alagoinhas, argumentando que esse deveria ser a função dos vereadores. Entretanto, apoiou Antônio Henrique Cavalcante Xavier e José Francisco de Jesus, recomendado aos protagonistas do episódio da restrição na entrada do estádio municipal, que se aquele requerimento assinado pelos dois fosse transformado em um projeto lei, teria seu apoio.<sup>292</sup>

Provavelmente, Antônio Henrique C. Xavier ouviu atentamente o discurso de Edson Oliveira e se aproveitando do trânsito político que tinha com o prefeito Murilo Cavalcanti, como bem informa as atas das sessões na Câmara Municipal quando o vereador falou inúmeras vezes que teve audiência ou conversou informalmente com o prefeito, solicitou ao chefe do executivo que propusesse um projeto de lei que dispusesse acerca da administração e utilidade da praça de esportes. Não é nenhum absurdo essa hipótese porque o líder dos estudantes era um defensor árduo do chefe do executivo naquele legislativo.

Quando entrou em apreciação, o projeto recebeu uma emenda proposta pelo vereador Álvaro Maia e assinada por mais nove vereadores, estabelecendo vinte vagas na tribuna de honra do Estádio para as autoridades dos três poderes municipais.<sup>293</sup> Vemos aqui que os

---

<sup>291</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 13/04/1971, 1971

<sup>292</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 13/04/1971, 1971

<sup>293</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 21/09/1971, 1971



membros da Câmara Municipal de Alagoinhas legislando matérias ou questões que atendessem aos interesses particulares deles, utilizando o entretenimento do futebol profissional para se beneficiarem.

Entretanto, vale ressaltar que a mesma lei também beneficiou os estudantes secundaristas de Alagoinhas que tiveram o direito a meia entrada no Estádio de Futebol. Antônio Henrique C. Xavier disse logo após a aprovação que “[...] o benefício que se concretiza em favor dos estudantes de Alagoinhas, que são os pioneiros na aquisição do benefício proposto naquele instrumento de lei.”<sup>294</sup> Além dele, o vereador Dimas Campos, outro que se colocava como representante da categoria, também fez um pequeno discurso de agradecimento e apoio aquela demanda.

Era uma questão de honra para Antonio Henrique C. Xavier que naquela sessão de 13 abril de 1971 teve embates com Altino Rocha acerca dessa questão da gratuidade ou do livre acesso de vereadores no estádio municipal recém-inaugurado. No mesmo dia, ocorreu um debate sobre a concessão da energia elétrica do município para a COELBA. Os vereadores Altino Rocha, José Azi e Edson Oliveira se mostraram contra a possibilidade de o serviço ser explorado pela estatal baiana. Afirmaram a existência de alguns problemas na estação abaixadora, mas argumentaram que a prestação do serviço gerida pela prefeitura era uma excelente fonte de receita para o município.

Dos vereadores eleitos pelo MDB, Aloisio Moura Costa foi o único a falar naquele debate iniciado pela oposição, hesitando e fugindo de polêmicas que pudessem comprometer de fato o futuro projeto do prefeito. O vereador disse que não tinha conhecimento suficiente para opinar e voltou a tocar no problema do episódio da entrada dos vereadores no estádio municipal, apoiando a proposta de Domingos Veloso para a possibilidade da criação de uma comissão de inquérito para apurar os fatos ocorridos.<sup>295</sup>

Intencionalmente, com um claro intuito de defender Murilo Cavalcanti de críticas da oposição de uma ideia que não agradava, os vereadores que foram eleitos pelo MDB não entraram em discussão no assunto sobre a concessão da energia elétrica para a COELBA. Não tiveram a habilidade de entrar em um debate mais profundo contra José Azi, Altino Rocha e

---

<sup>294</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 21/09/1971, 1971

<sup>295</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 13/04/1971, 1971

Edson Oliveira que eram contrários a estatal baiana assumir a gestão de distribuição de energia elétrica em Alagoinhas.

Os trabalhos de Carlos Nassaro Araújo da Paixão<sup>296</sup> e Moises Leal Moraes<sup>297</sup> mostraram que Alagoinhas, entre 1930 e 1964, passou por extrema dificuldade em relação ao fornecimento de energia elétrica para a população, principalmente, para os bairros mais afastados do centro da cidade, composto em sua grande maioria pelas classes trabalhadoras. Em suma, o argumento de que o fornecimento era uma boa fonte de receita para a prefeitura era muito frágil, até porque no ano de 1971, como bem disse os vereadores defensores pela não concessão do serviço a estatal baiana, existiam problemas com a estação abaixadora que não eram simples. O fato é que a energia não chegava para todas as residências e vivia com constantes cortes temporários ou falhas no fornecimento ainda naquele ano de 1971.

O próprio vereador José Azi, no dia 5 de novembro de 1971, em um discurso longo, expôs no plenário da Câmara Municipal a situação de precariedade do serviço de distribuição de energia elétrica no município de Alagoinhas, acusando o prefeito Murilo Cavalcanti de não tomar nenhuma providência para sanar o problema porque a intenção real dele era oferecer a concessão a estatal baiana COELBA:

[...]pela deficiência gritante apresentada pelo serviço de energia elétrica do município. Agora, quase todos os dias o serviço sofre interrupção, o que tem causado grandes prejuízos ao povo. Não sei qual a razão, porque até agora o prefeito não tomou as providências visando sanar as dificuldades. [...] estamos voltando aos tempos primitivos dos candieiros e dos fifós. [...] Já tive a oportunidade de falar sobre este problema, e é do conhecimento de todos, que a tendência do atual prefeito, é de entregar a exploração do serviço de luz a COELBA.<sup>298</sup>

Na maioria das ocasiões em que essa discussão da energia elétrica era levantada no plenário da Câmara Municipal de Alagoinhas, a base governista do prefeito Murilo Cavalcanti se calava. É bem provável que o argumento do vereador José Azi estivesse coerente. O chefe do Executivo municipal, aliado do governador Antônio Carlos Magalhães que queria uma ação maior da COELBA na Bahia, dava sinais óbvios de que queria conceder o serviço de exploração para a estatal baiana, agradando assim seu padrinho político e se livrando de um problema complexo e dispendioso que era reestruturar ou melhorar a estação abaixadora do município.

---

<sup>296</sup> PAIXÃO, Op. Cit.

<sup>297</sup> MORAIS, Op. cit.

<sup>298</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 05/11/1971, 1971

O problema do serviço de distribuição em Alagoinhas era tão complexo e deficiente que na sessão seguinte, no dia 9 de novembro, Aloisio Moura Costa, base do governo, discordou de José Azi ao afirmar que existia uma intenção de conceder a exploração elétrica para a COELBA, defendendo Murilo Cavalcanti e afirmando que o prefeito tinha solicitado, junto a secretaria de Minas e energia, um engenheiro eletromecânico para sanar os problemas. Entretanto, essa argumentação não exime o real objetivo do governo naquele momento. Será que a busca por um profissional capacitado resolveria todas as complexidades e questões que envolviam aquele tema? A ata nos mostra, claramente, a resposta para essa interpelação:

O vereador José Azi, disse que a notícia era auspiciosa, porém não era tudo. Se porventura a notícia desse conta de que já havia sido aberta uma concorrência para restauração do sistema, aí, seria uma grande notícia. O vereador Aloisio, reafirmando não pretender estabelecer debates em torno do assunto, agradeceu o aparte e deu por encerrado seu pronunciamento.<sup>299</sup>

Um outro assunto também foi motivo de interessantes contendas políticas entre os vereadores da Câmara Municipal de Alagoinhas: a questão da construção da Biblioteca pública. No primeiro dia da leitura e da votação do parecer sobre o projeto de lei que solicitava a abertura de um crédito no valor de Cr\$ 45.000,00 para a aquisição de um terreno, no qual seria construída aquele equipamento, o emedebista José Francisco de Jesus saiu da sessão antes do término. Como professor do centro integrado Luiz Navarro de Brito, deixou de participar da primeira discussão de um relevante assunto que envolvia sua profissão.<sup>300</sup>

A ata da sessão não informa o motivo da saída antecipada do plenário do vereador José Francisco de Jesus. O certo é que ele deixou de debater e votar no primeiro dia da apreciação de um projeto que causava um grande dilema para ele: se votasse a favor, estaria apoiando o governo a comprar um terreno, segundo os vereadores da oposição ao governo Murilo Cavalcanti, supervalorizado para os padrões imobiliários de Alagoinhas. É bom mencionar que o terreno fica localizado na praça Ruy Barbosa, que naquela época era um dos locais mais valorizados da sede do município.<sup>301</sup>

Se votasse contra, na qualidade de professor, José Francisco de Jesus deixaria a maioria de seus eleitores, composta provavelmente por colegas de profissão, estudantes com direito a

<sup>299</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 09/11/1971, 1971

<sup>300</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 03/08/1971, 1971

<sup>301</sup> Atualmente, a Praça Ruy Barbosa ainda é uma localidade muito valorizada por estar no centro da cidade. Entretanto, o valor dela em 1971, proporcionalmente falando, tomando como referência os outros bairros naquele ano, era maior do que é hoje.

voto e os seus respectivos familiares, inconformados, porque era uma pauta ligada ao tema da educação que como bem disse a vereadora e professora Jurilda Santana, beneficiaria os estudantes pobres que não tinham condições financeiras de adquirir livros.<sup>302</sup>

Em sua primeira votação, o projeto foi aprovado por seis votos a favor e três contra. Além de Jurilda Santana e Altino Rocha, Domingos Veloso também foi contrário ao projeto. Álvaro Maia Nunes falou em progresso de Alagoinhas e em aprimoramento da cultura dos jovens estudantes que iriam se beneficiar da estrutura da biblioteca pública municipal. Apesar de considerar o preço do terreno abusivo, Nunes votou favorável pela aquisição do lote. O posicionamento de Jurilda Santana foi de se colocar contra o projeto por causa do valor do terreno. Todavia, deixou bem claro a relevância da construção de uma biblioteca pública, pois “[...] os livros estão cada vez mais caro e o seu manuseio é indispensável aos estudantes, geralmente pobres.”<sup>303</sup>

Alagoinhas possuía uma considerável massa de trabalhadores pobres que não tinham condições financeiras para adquirir livros essenciais no processo da aprendizagem escolar dos seus filhos ou deles próprios, pois muitos deles estudavam a noite e trabalhavam pelo dia. Tanto que em uma dessas sessões extraordinárias, o vereador Antônio Henrique C. Xavier abordou uma questão relevante a respeito da possibilidade de extinção do curso Normal noturno em duas escolas particulares de Alagoinhas:

Alguns colégios, ou melhor o Educandário Senhora Santana e Colégio de Alagoinhas, vivem dias de expectativa em virtude da iminente extinção do curso Normal noturno. Se isso ocorrer, o que será desses estudantes, que por motivos óbvios não podem frequentar os cursos diurnos?<sup>304</sup>

Aquela decisão poderia acarretar grande prejuízo para os estudantes, pois eles não tinham condições de estudar no turno diurno em decorrência de trabalharem nesse período, tendo apenas a noite para poder frequentar a escola. Uma demanda da classe dos trabalhadores que foi apoiada por todos os vereadores presentes na sessão.<sup>305</sup> Mais uma atuação do vereador Antônio Henrique C. Xavier em prol dos setores estudantis, que do mesmo modo manteve o

---

<sup>302</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 03/08/1971, 1971

<sup>303</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 03/08/1971, 1971

<sup>304</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 27/08/1971, 1971

<sup>305</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 27/08/1971, 1971

posicionamento em relação a questão da aquisição de um terreno para a construção da biblioteca pública, votando a favor do projeto de lei.

Exatamente uma semana depois da primeira discussão, acerca do projeto de lei que autorizava a abertura de crédito para a compra do terreno da futura biblioteca pública municipal, é realizada a última apreciação no plenário do legislativo. O vereador José Azi, ausente na sessão realizada no dia 03 de agosto de 1971, fez um discurso incisivo e crítico a proposta do governo, dando seu voto por escrito. Assim disse o líder da oposição:

O projeto nº 17[...] traz irregularidades gritantes. Não sou contra que a prefeitura venha adquirir uma área de terra por esse preço. Acho até um projeto grandioso que vem atender os anseios da juventude estudantil de Alagoinhas. Sou contra os termos pelos quais o Sr. Prefeito fixa o local e o valor do terreno. Conhecemos muito bem Alagoinhas, que no centro da periferia é composta de áreas importantes. Por uma questão de escrúpulo do Poder executivo, ao invés de determinar uma área, deveria proceder de acordo com a lei. Quero me antecipar com meu voto, e vou fazê-lo por escrito, para que fique sob a guarda desta casa. É uma declaração de voto, para que não haja deturpação no futuro, do que vou falar sobre o assunto.<sup>306</sup>

Nenhum vereador se colocou contra a construção da biblioteca pública. Era um projeto de lei que favorecia, nitidamente, os setores estudantis, principalmente os mais pobres ou com baixo poder aquisitivo. A concretização da construção da biblioteca pública municipal possibilitaria para os estudantes alagoinhenses a oportunidade de ter acesso gratuito a livros e conseqüentemente, a otimização da aprendizagem e do conhecimento. O próprio líder da oposição, momento depois do primeiro discurso e mesmo votando contra, coloca a construção da biblioteca como um instrumento que auxiliaria o desenvolvimento de Alagoinhas: “Ninguém é contra o desenvolvimento de Alagoinhas, e isso seria uma aberração.”<sup>307</sup>

Essa afirmação contundente do vereador é tão emblemática para explicar a relevância daquele projeto para o município que até a escritora Maria Feijó enviou uma carta para a Câmara Municipal de Alagoinhas, cerca de um mês e meio depois, solicitando aos vereadores apoio e empenho em matérias relacionadas a construção da biblioteca pública. Nenhum edil, principalmente os eleitos pelo MDB e apoiadores do governo Murilo Cavalcanti, queria ficar rotulado como aquele que ficou contra o progresso da cidade.<sup>308</sup>

---

<sup>306</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 10/08/1971, 1971

<sup>307</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 10/08/1971, 1971

<sup>308</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 21/09/1971, 1971

Por isso o voto de José Azi foi por escrito. Era preciso deixar bem claro que o erro estava na maneira como projeto chegou a Câmara Municipal. Como opositor do governo Murilo Cavalcanti e fiscalizador do executivo, encontrou uma falha concreta e passível de crítica na redação da lei que, segundo ele, estava ferindo os interesses de Alagoínhas. Entretanto, independente de que estivesse impregnado ou não de boas intenções, sua atuação significou uma tentativa de dificultar a aprovação de uma proposta que daria ainda mais visibilidade política positiva para o prefeito perante a sociedade.

Já os vereadores eleitos pelo MDB, que naquele momento estavam em processo de migração para a ARENA, mantiveram seu papel de tropa de choque do chefe do executivo e ajudaram com muita folga a aprovação do projeto de lei por oito votos a favor e quatro contra (Jurilda Santana, José Azi, Miguel fontes e Altino Rocha). Os destaques ficaram para Domingos Veloso e José Francisco de Jesus, os quais, respectivamente, na sessão do dia 3 de agosto de 1971, votou contra e se ausentou.

No momento da segunda discussão sobre o projeto de lei que pedia abertura de crédito para a aquisição do terreno da biblioteca municipal, José Francisco de Jesus, diferentemente da semana anterior e por estar presente na sessão, defendeu a proposta do executivo e o próprio prefeito, tendo fortes embates com José Azi, ao ponto de ele negar apartes para o opositor, gerando um descontentamento. E assim foram as explicações e argumentações do professor:

Motivado por discussões calorosas e objetivas, sou forçado a dar minha modesta participação. Bem sei que não foi protestado o valor proposto para a aquisição do terreno onde será construída a biblioteca pública de Alagoínhas. Entretanto, na tarde de hoje, tomei conhecimento que o preço da área foi reduzida [SIC] para quarenta mil cruzeiros, um esforço do chefe do poder Executivo. [...] Aí ficou claro o zelo que teve o Sr. Prefeito pela coisa pública. O crédito foi solicitado, isto não quer dizer que o preço será aquele, foi uma estimativa. [...] Como dizia Sr. Presidente, querer se reprovar um projeto como esse, é nada mais, nada menos do que tentar atrasar uma obra grandiosa para Alagoínhas.<sup>309</sup>

A fala do vereador e professor José Francisco de Jesus no plenário da Câmara Municipal teve dois grandes objetivos que foram alcançados. O primeiro era defender o projeto formulado pelo Governo Murilo Cavalcanti, colocando-o como viável, relevante e necessário para município, estabelecendo que quem fosse contrário queria o atraso do município. Já o segundo, tinha como alvo José Azi. Cada palavra ou expressão dita, principalmente o “tentar atrasar uma

---

<sup>309</sup> ALAGOÍNHAS. Câmara Municipal de Alagoínhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoínhas.** 10/08/1971, 1971

obra grandiosa”, foram direcionadas como flechas ao opositor que chegou a se incomodar e causar ainda mais mal-estar dentro do plenário, com provocações e ironias de ambos os lados:

[...] e este [José Azi] dirigindo-se ao vereador José Francisco de Jesus, disse que exigia ser tratado dentro da ética parlamentar, e além do mais, o vereador José Francisco de Jesus, deturpava as suas palavras, e isto não se justificava, pois ele não se pronunciara em outros idiomas que não o nosso. Contraparteando, o vereador José Francisco de Jesus, disse que se regosijava [SIC] em saber que no plenário havia colegas que falavam mais de um idioma, inclusive o hebraico.<sup>310</sup>

Depois desse embate entre José Azi e José Francisco de Jesus, foi a vez de entrar em cena os vereadores Antônio Henrique C. Xavier e Dimas Campos contra o opositor Altino Ribeiro Rocha. A estratégia utilizada foi semelhante a utilizada pelo professor momentos antes, acusando a oposição ao governo Murilo Cavalcanti de votar contra o segmentos dos estudantes. E nessa linha, Dimas Campos afirmou: “Quero deixar bem patente, que os vereadores representantes da classe estudantil, aqui estão cumprindo os seus deveres e não estão contra a construção da biblioteca de Alagoinhas.”<sup>311</sup>

Os três representantes dos estudantes, os quais o vereador Dimas Campos mencionou na sua breve fala, era ele, Antônio Henrique C. Xavier e José Francisco de Jesus. Perceba que Jurilda Santana, mesmo sendo uma conceituada professora do município, não foi incluída nessa representatividade. Primeiro porque não fazia parte do mesmo grupo político que estava na defesa do governo Murilo Cavalcanti. Segundo porque ela votou contra o projeto nas duas oportunidades. E vale ressaltar que tanto a vereadora como Altino Ribeiro Rocha, utilizaram as mesmas argumentações de José Azi para votar contrário ao projeto de lei que autorizava a compra do terreno para a construção da biblioteca municipal: a determinação do local e valor estipulado do lote.

O vereador Edson Oliveira formulou uma emenda ao projeto de lei que tentasse conciliar a posição da oposição com a proposta do governo municipal. A emenda, além de ter sido aprovada, foi alvo de congratulações por parte José Azi e de Domingos Veloso, o qual indo um pouco na contramão da posição tomada por Dimas Campos e Antonio Henrique C. Xavier, que consideravam a construção da biblioteca como uma vitória dos estudantes, afirmou que seria uma obra para todo o povo alagoinhense:

---

<sup>310</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 10/08/1971, 1971

<sup>311</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 10/08/1971, 1971

Em dada minha posição nesta casa, em relação a este projeto, que não dei meu apoio, na primeira votação, quero fazer um esclarecimento. Tendo em vista que a emenda visou conciliar pontos de vistas, sobretudo, o ponto de vista do ilustre vereador José Azi. Pela emenda, fica excluída a possibilidade do poder executivo, adquirir aquela área. Ele terá que fazer uma espécie de licitação, coletando não preços, mas terrenos para aquela finalidade. [...] Devemos, todavia, pleitear uma biblioteca para o povo, porque uma biblioteca para o povo é uma biblioteca para o estudante, e uma biblioteca para o estudante não é uma biblioteca para o povo. Jamais, poderia ser contra a construção de uma biblioteca, mas contra o projeto no seu geral.<sup>312</sup>

Mesmo fazendo parte do grupo político de Murilo Cavalcanti, ajudando a elegê-lo prefeito de Alagoinhas nas eleições de 1970 e tendo fortes afinidades com o governo estadual de Antônio Carlos Magalhães, Domingos Veloso, naquele discurso no plenário da Câmara Municipal, tentava demonstrar uma independência política em relação ao chefe do executivo, pois tanto o prefeito como os outros sete emedebistas estavam no processo de filiação para a ARENA, enquanto ele foi o único que continuou no MDB.

Nos debates e nos embates políticos entre os vereadores no plenário da Câmara Municipal de Alagoinhas acerca do projeto de lei que solicitava autorização de abertura de crédito para a aquisição do terreno destinado para construção da futura biblioteca pública, ficou evidente a ausência de recursos financeiros suficientes, da prefeitura, para a concretização daquele equipamento. A quantidade de propostas de autorização de abertura de crédito, como já visto anteriormente no início dessa seção, era mais da metade do total que iriam para análise dos membros do legislativo.

A solução encontrada pelo governo Murilo Cavalcanti foi apresentar um projeto de lei - era um daqueles dezesseis inseridos na pauta para apreciação naquele período de sessões extraordinárias - pedindo autorização para vender as ações da Petrobras pertencentes a prefeitura municipal de Alagoinhas. E mais uma vez, e não poderia ser diferente, houve aprovação da proposta do governo de nove votos a favor contra três, na primeira discussão. Para os três opositores contrário ao projeto, José Azi, Jurilda Santana e Altino Ribeiro Rocha, a venda daqueles papéis acionários não tinha sentido, argumentando que poderia construir a biblioteca pública “sem ser preciso se desfazer dos patrimônios do município.”<sup>313</sup>

Antônio Henrique C. Xavier tentou explicar, segundo José Azi, sem o devido domínio do assunto, como funcionava o processo de compra e venda de ações para justificar a defesa

---

<sup>312</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 10/08/1971, 1971

<sup>313</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 24/08/1971, 1971



daquele projeto de lei. Além de mostrar o confronto entre o opositor e o vereador da bancada governista, a ata relatou que “o vereador José Azi, ainda recordou que as ações ora em debate, foram adquiridas no seu período de governo municipal. E se os prefeitos se aproveitassem das subscrições regulares, o número de ações atualmente, seria muito maior.”<sup>314</sup>

A impressão inicial que se tem é que naquela oposição do vereador a venda das ações da Petrobras teve um pouco, provavelmente, de um teor de vaidade por ter sido ele um dos responsáveis pelo legado deixado e que agora seria dizimado para a construção de uma biblioteca pública, a qual não seria lembrado por ser um dos responsáveis. E certamente, foi uma fala atacando os dois prefeitos que o sucederam, Murilo Cavalcanti [1963-1967] e Antônio Carneiro [1967-1971], os adversários políticos do vereador, chamando-os, de forma implícita ou nas entrelinhas do texto, de incompetentes por não ter ampliado o patrimônio da prefeitura nas suas gestões.

O vereador Dimas Campos, até por compor a base do governo na Câmara Municipal, utilizou-se da estratégia de acusar os opositores, mais uma vez, de serem contrários a construção da biblioteca pública. Defendeu de forma dura o projeto de lei e o prefeito Murilo Cavalcanti, tendo conflitos e alguns desentendimentos com o opositor, Altino Ribeiro Rocha. Antônio Henrique C. Xavier, outro defensor árduo do projeto, deixou bem claro que se não houvesse a aprovação da autorização para vender as ações da Petrobras, não haveria a possibilidade de se concretizar a obra, desafiando os membros da oposição a encontrarem alternativas viáveis:

[O vereador Antônio Xavier] frisou que não queria afirmar que estavam querendo atrofiar a administração municipal, mas gostaria que sugerissem ou indicassem quais os meios e condições, e se não o fizessem, julgava válida e correta a venda das ações.<sup>315</sup>

Aprovação final do projeto de lei, a segunda e última discussão, aconteceu na sessão seguinte, com nove votos a favor e dois contra, tendo Miguel Fontes e José Azi como aqueles que foram contrários.<sup>316</sup> Altino Ribeiro Rocha e Jurilda Santana que na primeira apreciação votaram contra se ausentaram naquela ocasião. A autorização da venda das ações da Petrobras foi mais uma vitória esmagadora da bancada governista dentro da Câmara Municipal de

---

<sup>314</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 24/08/1971, 1971

<sup>315</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 24/08/1971, 1971

<sup>316</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 27/08/1971, 1971

Alagoinhas, demonstrando o poder e a influência política do prefeito Murilo Cavalcanti dentro do seu grupo, não dando espaços para divergências que pudessem comprometer seus projetos.

É necessário destacar, acerca desse debate da construção da biblioteca pública municipal, a questão da modernização da cidade de Alagoinhas. José Dias aborda essa problemática no seu livro ao afirmar que uma das características do carlismo e dos governos da Ditadura Militar foi uma gestão pautada não somente na ideia de um desenvolvimento industrial. Era preciso, também, uma empreitada pela modernização, que significava o incremento da estrutura urbana, a remodelação da feição das cidades e a abertura de estradas.<sup>317</sup> Enquanto governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães reconfigurou o cenário urbano do estado numa clara estratégia política de superar Luís Viana e Juracy Magalhães, seus antigos aliados.<sup>318</sup> E o historiador fez a seguinte análise:

Durante os quatro anos de seu primeiro governo, ACM dedicou-se à tarefa de consolidar sua carreira política conferindo à administração estadual um caráter personalista e uma orientação conservadora. Sua personalidade forte, arrogante e autoritária impôs um ritmo frenético ao campo político e administrativo, dando maior visibilidade às mudanças tecnocráticas e às alterações na arquitetura urbana. Essas características pessoais, impulsionadoras da modernização urbana e da industrialização econômica - um modo de administração pública cada vez mais comum naquele momento -, refletiam a postura ideológica conservadora consoante com os princípios da classe dirigente à qual ele pertencia.<sup>319</sup>

Murilo Cavalcanti, utilizando a mesma estratégia do seu padrinho político para se destacar perante os seus opositores, procurou através de obras e de pavimentações de ruas se colocar como um gestor público preocupado com em modernizar a cidade. A biblioteca pública era o sinônimo dessa modernização.

As divergências entre o grupo liderado por José Azi e a bancada governista ficavam apenas no âmbito de algumas questões da política local, como foi mostrado nessas aprovações dos projetos de lei nas sessões extraordinárias. Já foi abordado, na seção anterior, que entre eles havia um alinhamento ideológico aos valores morais da Ditadura Militar e, principalmente, em relação a um desenvolvimento econômico industrial para Alagoinhas.

Em relação a essa questão do alinhamento ideológico entre os dois grupos existentes dentro da Câmara Municipal de Alagoinhas é preciso dizer que um pouco antes da fala do líder da ARENA acerca da migração partidária na sessão extraordinária do dia 6 de agosto de 1971,

---

<sup>317</sup> DIAS, Op. Cit., p. 171

<sup>318</sup> Ibid., p. 192

<sup>319</sup> Ibid.

Álvaro Maia Nunes parabenizou o discurso do vereador Altino Ribeiro Rocha, cujo pronunciamento foi quase uma homenagem ao presidente Médici e aos "[...]governos revolucionários [que] têm (SIC)sido justos com o povo brasileiro."<sup>320</sup>

Tanto o vereador da ARENA quanto o eleito pelo MDB estavam parabenizando o governo militar num momento da votação do projeto de lei que obrigava todos os municípios brasileiros destinarem uma contribuição financeira para o programa de formação do patrimônio do servidor público municipal. Vale frisar que o projeto foi aprovado por unanimidade e que não houve nenhuma contestação ao discurso do colega da ARENA por parte dos outros emedebistas (naquele momento ainda estavam no processo de mudança partidária) presentes naquela sessão extraordinária. Não houve nenhum posicionamento em prol da defesa da municipalidade ou algum pronunciamento crítico em relação a proposta dos militares que não respeitava a jurisdição administrativa, ou seja, a autonomia do município de gerenciar e tomar decisões sobre seus problemas de acordo com sua realidade.

A atuação de passividade e de homenagem frente a essa proposta formulada pelo governo federal em um parlamento controlado pelos órgãos de segurança do Estado e alinhado ideologicamente aos valores morais da Ditadura militar, dificilmente, ocorreria uma atitude mínima de oposição. Contudo, quando o assunto era uma questão local, como por exemplo, o projeto de lei que solicitava autorização para abertura de crédito para cobrir as despesas relacionadas a casa do atleta, o clima político fervia no plenário da Câmara Municipal.

Outro projeto de lei duramente criticado pela oposição foi o que solicitava abertura de crédito para comprar três lotes e, conseqüentemente, doá-los a estatal baiana de telefonia, a TEBASA. José Azi não poupou palavras, acusando que aquela aquisição e a posterior doação seria para beneficiar o ex-prefeito Antônio Carneiro, aliado político de Murilo Cavalcanti:

Talvez, por trás de tudo isso, essa doação tenha outro objetivo. E esse eu digo no meu voto, a finalidade, provavelmente seja para beneficiar o ex-prefeito. Em nenhum outro local de nossa cidade, um lote alcaçaria tamanho preço. O poder executivo, não propiciou oportunidades a tantos quantos quisessem participar dessa venda, mesmo por uma questão de escrúpulos. Parece uma coincidência, mas todos os projetos que tem chegado a esta casa, vem beneficiando os amigos e correligionários do prefeito.<sup>321</sup>

As duríssimas acusações de José Azi é mais um entre os incontáveis episódios de favorecimentos, nepotismo e clientelismo empregado pelas classes dirigentes ocupantes dos

---

<sup>320</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 06/08/1971, 1971, [s.p.].

<sup>321</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 03/09/1971, 1971, [s.p.].

espaços de decisão política ao longo de toda república brasileira. E é importante destacar que depois do discurso de José Azi no plenário, a bancada governista não confrontou o opositor.

Entretanto, como forma de tentar uma aprovação mais célere e sem muito debate, o vereador Edson Oliveira argumentou pela aprovação do projeto de lei, que pedia autorização de uma abertura de crédito para aquisição de três terrenos a serem cedidos a TEBASA, apelando para a segurança nacional e mostrando que o governo Murilo Cavalcanti e o estadual liderado por Antônio Carlos Magalhães estavam alinhados com aquela política estabelecida pela Ditadura Militar.

Não será demais que o nosso município contribua para a implantação de um sistema que vai beneficiar a nossa coletividade. Nós que tanto reclamamos que Alagoinhas, não possuía telefones. Por outro lado, é um plano do governo, ligado ao sistema de segurança nacional.<sup>322</sup>

Fica nítido e evidente que, no período de quase sessenta dias de sessões extraordinárias e no restante do ano de 1971, o adesismo prevaleceu no jogo político alagoinhense, desidratando ainda mais o diretório municipal do MDB e demonstrando, definitivamente, a força da influência e da estratégia de dominação política implementada pelo governador Antônio Carlos Magalhães.

Ademais, vale ressaltar, igualmente, a relevância da liderança local do prefeito Murilo Cavalcanti, o maestro e arquiteto do seu grupo, fazendo com que seus vereadores apoiadores o seguissem para ARENA e para o Carlismo, arregimentando mais aliado e, conseqüentemente, tornando a base do seu governo na Câmara Municipal mais fortalecida e consolidada. Um discurso proferido por José Azi no plenário é emblemático e corrobora essa argumentação: “Já que nesta casa, o prefeito não tem, apenas, uma maioria e sim um rolo compressor, como já foi dito, que teremos de vê-lo esmagar o que considero de mais precioso para nós, que é o serviço de energia elétrica.”<sup>323</sup>

O rolo compressor da base governista do prefeito Murilo Cavalcanti foi tão poderoso que no final de 1971 e nas primeiras sessões de 1972, em um ano de eleições municipais, os projetos de lei enviado pelo executivo a Câmara municipal solicitando abertura de crédito para auxiliar nas despesas do Alagoinhas Atlético Clube foram todos aprovados. Lógico que apenas a oposição formada por apenas quatro vereadores votou contrário e desferiu duríssimas críticas tanto a bancada situacionista quanto ao chefe do executivo municipal.

---

<sup>322</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 03/09/1971, 1971, [s.p.].

<sup>323</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 05/11/1971, 1971, [s.p.].

A minoria, independentemente das estratégias utilizadas, como faltar ou se retirar das sessões, se sentia encurralada com a bancada situacionista e não conseguia barrar os projetos do executivo que não fosse do seu interesse político-ideológico. Certamente, o único tema que traria uma derrota e, conseqüentemente, um prejuízo a imagem política do prefeito Murilo Cavalcanti, seria a concessão da exploração da energia elétrica para a COELBA. A imensa maioria dos vereadores, inclusive da base governista, era contrária a essa ideia. Essa afirmativa tem tanta coerência que durante a legislatura 1971-1973 o executivo não enviou um projeto que autorizava ceder o serviço de distribuição do município para a estatal baiana.

O governo do prefeito Murilo Cavalcanti usou e abusou do seu poder dentro do Legislativo alagoinhense, aprovando todo tipo de projeto, inclusive, conseguindo financiar um clube de Futebol se utilizando de um artifício legal para executar essas despesas. Em forma de projetos de lei para ser apreciado por todos os vereadores da Câmara Municipal e, conseqüente, ser autorizado pela sua bancada, destinou ao Alagoinhas Atlético Clube o valor de Cr\$ 80.000,00.<sup>324</sup> Dentro desse valor não estão contabilizadas as verbas direcionadas para a reforma da Casa do Atleta, uma espécie, também, de concentração e hospedagem para os jogadores de futebol que não eram do município.

A política do “pão e do circo” alagoinhense estava bem visível. Com um descalabro e injustificável financiamento usando o dinheiro público a ser destinado para uma associação privada, um clube de futebol profissional, que não conseguia ou não tinha estratégia administrativa para arcar com suas despesas correntes. E isso tudo teve o apoio de toda a bancada dos vereadores eleitos pelo MDB no pleito de 1970, que usava o futebol como uma forma de angariar e preservar seus interesses mais diversos.

---

<sup>324</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 07/04/1972, 1972, [s.p.].

### 3 CAPÍTULO 3. CLASSE DIRIGENTE EM CONFLITO: O CASO DO ASSASSINATO DO VEREADOR CELSO MAGALHÃES DANTAS

#### 3.1 SANGUE DERRAMADO NA CÂMARA MUNICIPAL EM 1956

Antes de abordar as principais questões que envolveram o caso do assassinato de Celso Magalhães Dantas, é relevante mencionar outro crime de natureza política, ocorrido na Câmara Municipal de Alagoinhas no dia 7 de maio de 1956, ainda que seja de forma breve e sem o aprofundamento do qual ele merece. Está se falando aqui do tiroteio na casa legislativa alagoinhense, cujo conflito armado provocou a morte de Darcy Carvalho, filho do prefeito Antônio Martins de Carvalho Junior, e o ferimento de três vereadores da oposição: Hildebrando Dias, João Nou e Hostílio Ubaldo Dias. Sobre esse violento episódio do jogo político alagoinhense, na ata daquela sessão pode ser encontrado o seguinte relato:

Nessa altura dos trabalhos legislativos da presente sessão, surgiu do meio dos assistentes, e que de pé já se encontrava o Bel. Darcy Carvalho, Secretário da Prefeitura, que em voz alta e agitada, dirigindo-se ao Sr. Presidente disse que protestava contra a ata que acabava de ser aprovada e que pedia ao vereador João Nou, para que ele repetisse o que havia dito do seu pai. Fazendo soar a campainha, o Sr. Presidente disse ao interpelante que a assistência não podia se manifestar. Nesse ínterim os vereadores Eurico Costa, Horácio Leal Dantas e Milton Batista de Souza Leite, que se encontravam na porta da antessala, bateram palmas dizendo que a assistência podia se manifestar, no que foi imitado por quase toda a assistência. No meio dessa confusão verificou-se que o Bel. Darcy Carvalho, pulava o gradio que separa a assistência do plenário e de arma em punho dizia para o Sr. Presidente: “isto ainda é sobre o repto de honra”. A partir desse momento, deu-se um tremendo tiroteio e nada mais pode ser percebido.<sup>325</sup>

O vereador emedebista Antônio Henrique Cavalcante Xavier rememorou no plenário da Câmara Municipal, em uma sessão ordinária ocorrida em 7 de maio de 1971, exatamente quinze anos depois, o assassinato de Darcy Carvalho, condenando o episódio já acontecido e praticamente, implorando que fatos violentos como aquele não ocorressem mais, afirmando que o legislativo naquele momento era harmonioso, não cabendo infâmia, nem calúnia e que imperasse a ética. Escolhido pelo Presidente da casa, Antônio Paolillo, para celebrar a memória do jovem filho do prefeito assassinado naquele brutal crime, falou o edil:

Há precisamente quinze anos, nesta casa, para a tristeza do povo de Alagoinhas, desenrolaram-se acontecimentos gravíssimos, culminando com a

---

<sup>325</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 07/05/1956, 1956, [s.p.].

perda de uma vida preciosa. Não há como negar que nós atualmente temos um poder legislativo pacífico, harmonioso e porque não dizer, com fé em Deus, isto jamais haverá de repetir em Alagoinhas. Aqui neste recinto, perdeu a vida um dos jovens entusiastas de Alagoinhas, o bacharel Darci Carvalho. Não quero entrar no mérito do assunto, pois não pretendo ferir sensibilidades, porém quero deixar patente que tudo deveremos fazer para que acontecimentos dessa espécie não voltem a acontecer, não se deve permitir que o recinto sagrado do Poder Legislativo, volte a ser palco de cenas sangrentas.<sup>326</sup>

Algumas questões relevantes acerca desse discurso proferido pelo emedebista precisam ser problematizadas para um melhor entendimento, a respeito da atuação parlamentar do vereador. Primeiro, como foi relatado no primeiro capítulo dessa dissertação, em 1969 ocorreu a cassação de mandato do vereador do MDB, Hostílio Ubaldo Ribeiro Dias, perpetrada pelos seus próprios colegas de casa. O outro ponto é que o jogo político dentro de qualquer Câmara Municipal, na Assembleia Legislativa e no Congresso Federal nunca foi e nem será um paraíso. São espaços de decisão política de disputa e conflitos constantes. O fato de não ocorrer violência física não significa haver um clima de harmonia.

Segundo que, possivelmente, Antônio Henrique Cavalcanti Xavier foi escolhido pelo presidente da Câmara Municipal para rememorar aquele acontecimento, por ser um jovem líder estudantil do município. Era o início de carreira política do líder estudantil do CESA, não tendo qualquer participação nos grupos que se envolveram nos conflitos geradores do crime. Assim, talvez fosse uma tentativa por parte de Antônio Paolillo de criar um ambiente favorável e tranquilo para a administração de Murilo Cavalcanti ao rememorar o assassinato com palavras que evocasse união, paz, responsabilidade e bom senso.

O texto falado pelo emedebista foi uma tentativa de provocar reflexões nos vereadores contrários ao governo do prefeito Murilo Cavalcanti, exortando de forma bem suave e tácita, a maneira de como cada membro daquela legislatura deveria se comportar para criticar ou se opor aos projetos ou a administração municipal. Assim, o tom das palavras de Antônio Henrique Cavalcanti Xavier foi conciliador, com uma preocupação clara de não provocar animosidades e, simultaneamente a isso, alertando para os seus colegas sobre a responsabilidade em não cometer calúnia e difamação dentro do plenário municipal.

Os motivos do confronto armado naquele 7 de maio de 1956 foram as duríssimas acusações e críticas ditas pelo vereador João Nou, contra o prefeito Antônio Martins de Carvalho Junior, em relação à situação da cadeia pública do município. Colocando como injustas e caluniosas as palavras do opositor. O prefeito não se furtou do embate e com o

---

<sup>326</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 07/05/1956, 1956, [s.p.].

intuito de se defender, contra-atacou com publicações de boletins, distribuindo pela cidade e desafiando o seu opositor a provar todas as acusações.<sup>327</sup>

Ser acusado de “profundamente desumano e espertamente desonesto”<sup>328</sup> por um opositor político feriu a honra e os brios de Antônio Martins Carvalho e de seu filho, independentemente de o acusador ter ou não razão no seu julgamento. Não cabe aqui fazer juízo de valor a respeito da atitude de João Nou ou da administração do prefeito, pois o relevante é compreender que os impropérios e as acusações, verbalizadas e escritas, machucaram e ofenderam bastante Darcy Carvalho, a ponto de ele ir armado para a Câmara Municipal e tomar satisfações. Em cima desse precedente histórico, o discurso de Antônio Henrique Cavalcanti Xavier, tacitamente, foi construído com esse propósito de demonstrar e até tentar provocar mais cautela na Câmara Municipal, em relação às palavras e críticas a serem ditas no transcorrer dos trabalhos na casa.

O assassinato de Darcy Carvalho foi abordado na historiografia alagoinhense, de forma lateral, primeiro por Moisés Soares Leal<sup>329</sup>, depois por Ede Ricardo de Assis Soares e, mais recentemente, por Tatiane Figueiredo Araújo<sup>330</sup>. Nos trabalhos desses três autores o que mais chamou atenção foi uma afirmação formulada pelo historiador Ede Soares, em relação às repercussões políticas daquele conflito para a história política do município de Alagoinhas. Em sua dissertação de mestrado, o pesquisador, de maneira muito perspicaz, afirmou que os envolvidos no tiroteio da Câmara seriam os próximos protagonistas e líderes no jogo político alagoinhense. Escreveu ele:

Não seria exagero afirmar que aquela situação acabou abrindo espaço para uma nova conjuntura política em Alagoinhas, onde novos atores sociais se aproveitaram das vagas abertas com aquela crise e chegaram ao poder. Até porque João Nou e Darcy Carvalho eram pessoas com condição de disputar as eleições seguintes à prefeitura municipal. No entanto, o primeiro foi assassinado e o segundo acabou preso preventivamente, o que abriu espaço à prefeitura para atores sociais de menor expressão, como José Azi e Murilo Cavalcante – respectivos prefeitos de Alagoinhas nas legislaturas seguintes.<sup>331</sup>

Foi necessário voltar dezesseis anos e relatar, brevemente, esse conflito sangrento porque as duas personalidades políticas citadas por Ede Soares – José Azi e Murilo Cavalcanti – estão ligados, diretamente ou indiretamente, ao assassinato do vereador Celso Magalhães Dantas. Ambos, dominaram o cenário político de Alagoinhas, como adversários, durante catorze anos, começando nas eleições de 1958 e findando no surpreso e icônico pleito eleitoral de 1972, no

---

<sup>327</sup> MORAIS, Op. Cit.

<sup>328</sup> Ibid., p. 102.

<sup>329</sup> Ibid.

<sup>330</sup> ARAUJO, Op. Cit.

<sup>331</sup> SOARES, Op. Cit., p. 136.



qual ficaram expostas as disputas pelo poder político entre os membros da classe dirigente, tanto dentro do MDB como no interior da ARENA.

### 3.2 UM LÍDER CARISMÁTICO ENCURRALADO

Depois desse curto esclarecimento para demonstrar uma relação política entre os dois crimes, vamos a fundo nessa história misteriosa e cheia de contradições que envolveu esse crime: Celso Magalhães Dantas, eleito vereador pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), com 761 votos no pleito eleitoral de 1972<sup>332</sup> e que, possivelmente, seria líder do Governo do, também, emedebista Judélio de Souza Carmo, foi assassinado em 18 de janeiro de 1973, por dois homens mascarados e armados com revólveres em sua casa, sendo alvejado com um tiro na garganta, enquanto lia um livro na cabeceira da mesa na companhia de sua esposa, Etelinda Schramm Dantas e de uma outra mulher que assistia a novela “Selva de Pedra”, da emissora Rede Globo de televisão.<sup>333</sup>

No avanço das investigações policiais, os autores do crime, Charles Bittencourt Junior e Benjamim Disraeli Ribeiro Araújo, foram presos e acusaram como mandantes o prefeito do município de Alagoinhas, o advogado Murilo Coelho Cavalcanti da ARENA. Seu irmão, Flávio Coelho Cavalcanti, tesoureiro do INPS e Diretor do Alagoinhas Atlético Clube, também foi denunciado como suposto autor intelectual. Os dois eram filhos do ex-deputado estadual, o médico Ladislau de Azevedo Cavalcanti, falecido em 1967.

Os executores do vereador falaram que receberiam a quantia de vinte mil cruzeiros para a realizar a encomenda. A partir dessa declaração - sendo ela, possivelmente, de autoria intelectual de um importante membro dos setores médios da sociedade alagoinhense e ocupante do principal cargo público da cidade - o caso passou a ter uma possibilidade de ser um crime político.<sup>334</sup>

A título de informação e para deixar ainda mais intrigante esse crime, um dos assassinos, Benjamim Disraeli Ribeiro Araújo, que além de ter sido em eleições anteriores a de 1972, cabo

---

<sup>332</sup> Formulário de Resumo do Resultado da Eleição Municipal de 1972, da cidade de Alagoinhas-Bahia, fornecido digitalizado pela Secretaria de Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

<sup>333</sup> BRASIL. SIAN. Sistema de informações do Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação. Agência de Salvador. Documento de informações nº 11/21/ASV/SNI/73. 1973b. Disponível em: <https://sian.an.gov.br>. Acesso em: 05 set. 2020.

<sup>334</sup> POLÍCIA [...]. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital, 25/01/1973. 1º caderno, 1973, p. 05.

eleitoral de Murilo Cavalcanti, era amigo íntimo dele.<sup>335</sup> O crime aconteceu quando finalizava uma partida amistosa de futebol no Estádio Municipal Antônio Carneiro – situado a mais ou menos uns 300 metros da residência do emedebista – entre o Alagoinhas Atlético Clube e o Palestra<sup>336</sup>. O jogo futebolístico oportunizou aos dois autores do crime se camuflarem e fugirem no meio dos torcedores que saíam após o apito final. Segundo o relato dado ao *Jornal da Bahia* pelo coronel da Polícia militar e Delegado Regional, João Adolfo, “tudo [crime] foi premeditado porque os criminosos aproveitaram a realização da partida para perpetrar o assassinato.”<sup>337</sup>

### 3.3 A “PANELINHA” DO PREFEITO E POSSÍVEIS MOTIVOS DO CRIME

Em entrevista ao *Jornal da Bahia*, Charles Bittencourt Junior, o responsável por apertar o gatilho do revólver calibre 32 contra o vereador emedebista, relatou em detalhes como foram os encontros com Murilo Cavalcanti para o acerto da empreitada criminosa, elucidando o porquê de o ex-prefeito querer liquidar a vida do seu adversário, como bem mostra o trecho da matéria publicada:

Murilo, segundo Charles, estava muito nervoso e temeroso. Celso havia ameaçado denunciá-lo, chegando a dizer, textualmente: "Em fevereiro vou desmanchar a panelinha do prefeito Murilo"- Portanto, tinha que morrer antes disto - disse Charles.<sup>338</sup>

Que “panelinha” era essa que o emedebista queria acabar? Segundo a viúva, em entrevista ao *Jornal A Tarde* treze dias após o assassinato do seu marido, era um esquema de corrupção praticado pelo Prefeito Murilo Cavalcanti e seu governo. Ela afirmou categoricamente que:

Murilo mandou matar Celso por temer a desmoralização pública. Meu marido não escondia a ninguém que, quando tomasse posse, iria levar ao conhecimento do povo as falcatruas que estavam sendo cometidas na Prefeitura de Alagoinhas pela atual administração e isso, vocês vão ver, vai ficar provado. [...]Inclusive o desvio do leite doado pelo programa “Alimentos para a paz” e que se destinava as crianças. Ao invés delas, Murilo encaminhava todo leite para os porcos de Flávio e isso Judélio conseguiu fotografar.<sup>339</sup>

<sup>335</sup> MIRANDA, Alberto. Crime revolta e abala Alagoinhas. **Jornal da Bahia**, Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 24/01/1973, 1973, p. 6.

<sup>336</sup> Para que não confunda o leitor, informa-se que, Palestra, aqui, é o time de futebol que jogou contra o Alagoinhas Atlético Clube.

<sup>337</sup> MIRANDA, op. cit., p. 6.

<sup>338</sup> MATADORES [...]. **Jornal da Bahia**, Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 07/01/1977, 1977, p. 06.

<sup>339</sup> VIÚVA [...]. **A Tarde**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 31/01/1973. Seção de Crime, [s.p.].

Essa pesquisa se comprometeu em se aprofundar sobre as acusações que Celso Magalhães Dantas, e depois sua esposa, fez contra Murilo Cavalcanti por causa de um bom motivo: nenhuma fonte pode ser negligenciada, mas analisada com desconfiança crítica. Nas atas das sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal de Alagoinhas não foi encontrada nenhuma atuação parlamentar dos vereadores do MDB e da ARENA, denunciando ou questionando as contas do prefeito. E vale lembrar que na Câmara Municipal naquela legislatura de 1971-1973, o prefeito sofria uma dura e acirrada oposição por parte de José Azi, Altino Ribeiro Rocha e Jurilda Bonfim Santana. E nenhum dos três vereadores opositores denunciou algum desvio de leite do programa “Alimentos para a paz”. Aliás, o assunto ou tema “Alimentos para a paz”, nos dois anos da legislatura 1971-1973, nunca foi objeto de discussão entre os 13 vereadores.

Ainda assim, essa pesquisa insistiu nessa questão e encontrou no depoimento do irmão de Judélio, Juscélio Carmo, referência a esse suposto ato de corrupção de desvio do leite em pó do programa “Alimentos para a paz”. Em uma das séries de entrevistas concedida para esse trabalho, ele afirmou que Judélio Carmo, juntamente com um fotógrafo, foram ao sítio de Flávio Cavalcanti e presenciaram o momento do descarregamento da mercadoria feita pelos caminhões. Segundo o entrevistado, o jornalista emedebista, que na época era vereador, publicou uma matéria denunciando esse ato no jornal *A Tarde*.<sup>340</sup> Contudo, não foi encontrada, mesmo com um trabalho árduo de vasculhar minuciosamente os arquivos, essa suposta reportagem publicada denunciando o tal desvio de leite para alimentar os porcos.<sup>341</sup>

Esse possível motivo que levou a morte do vereador emedebista é mais um rotineiro exemplo de desvios de recursos e aparelhamento do poder público. Esses casos de corrupção são praticados por atores sociais que estiveram no controle do poder político ao longo de toda a república, com o intuito de favorecer seus interesses políticos e, principalmente, econômicos. Em Alagoinhas, essa prática de dilapidação do erário público não foi diferente. A classe dirigente alagoinhense, composta de comerciantes, fazendeiros e por membros dos setores médios, que ocuparam os cargos públicos no legislativo e no executivo, ao longo de quase toda

---

<sup>340</sup> CARMO, Juscélio de Souza. Juscélio Carmo, **depoimento** (2022). Entrevista concedida a Wagner Pimentel. Alagoinhas-BA, 10 de março de 2022.

<sup>341</sup> O fato de não ter encontrado a reportagem escrita por Judélio Carmo não significa que houve mentira por parte do seu irmão. Seria uma irresponsabilidade afirmar isso, pois é bem possível que tenha ocorrido diversas outras possibilidades para o não aparecimento dessa hipotética fonte. Uma delas é a supressão ou desaparecimento intencional do jornal e, a falta de recursos humanos e financeiros por parte dessa pesquisa em não ter explorado ainda mais os arquivos disponíveis.

sua história política, se beneficiou economicamente e aumentou significativamente seu patrimônio pessoal.

O fato é que Celso Magalhães Dantas não detinha documentos e nem relatórios financeiros fiscalizados pela Câmara Municipal ou por qualquer outro órgão, que relatasse algum tipo de corrupção ativa ou passiva, realizada pelo governo do prefeito Murilo Cavalcanti. Depois do assassinato do emedebista não houve qualquer tipo de denúncia ou apresentação de relatórios à justiça ou à imprensa, partindo diretamente de seus familiares.

É bom destacar que essa prática de acusar o oponente de “ladrão” ou “corrupto” é muito comum no jogo político brasileiro, principalmente, em cidades pequenas e médias do interior. O que acusa, ainda mais se nunca ocupou um cargo público eletivo, sempre se coloca numa posição superior e de arauto da ética e da moral. Deixando bem claro que não era o caso de Celso Magalhães Dantas, pois o emedebista em Alagoinhas, independentemente de ser ou não um guardião da honestidade e da boa prática na política, ele gozava da reputação de falar demasiadamente.<sup>342</sup>

Acerca dessa característica marcante, José Francisco dos Reis, que foi eleito vereador no pleito de 1972 pela ARENA, tinha a mesma percepção, afirmando e utilizando de uma expressão popular, denominou a vítima a alcunha de *boquirroto*, ou seja, para ele o comerciante falava muito: “Celso, na verdade... Ô meu Deus! Como eu vou dizer isso sendo amigo, mas é a compreensão. A gente não pode fugir da verdade. No meu entender, Celso era um boquirroto. Celso falava mais do que ele poderia provar.<sup>343</sup> A mesma impressão sobre esse aspecto presente na atuação do emedebista tinha o ex-vereador Marco Antunes Boiron Cardoso, correligionário da vítima e eleito para a legislatura 1973-1977: “Celso só tinha... O que é que Celso tinha? Celso só era falação. [*risos*] Só falava demais. Era aquele que discutia fácil, apaixonado pelas coisas.”<sup>344</sup>

Vale mencionar, aqui, que José Francisco do Reis destacou que o emedebista assassinado não tinha provas de possíveis atos de corrupção do governo Murilo Cavalcanti, relatou que Flávio Cavalcanti tinha um temperamento violento e afirmou sem titubear, sem acusar ou identificar ninguém, que o crime foi encomendado:

Murilo tinha um irmão, que todos sabem do temperamento de Flávio, [...] de um temperamento extremamente violento. E é isso. Juntou toda aquela história, com assassino, que era Charles e tal. O envolvimento, enfim, que a

<sup>342</sup> ALAGOINHAS [...]. **A Tarde**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 20/01/1973. Seção de Crime, 1973b, [*s.p.*].

<sup>343</sup> REIS, José Francisco dos. **Chico Reis, depoimento (2021)**. Entrevista concedida à Wagner de Souza Pimentel e José Jorge Andrade Damasceno. Alagoinhas-BA, 08 de fevereiro de 2021.

<sup>344</sup> CARDOSO, Marco Antunes Boiron. **Marco Antunes, depoimento (2022)**. Entrevista concedida à Jorge Damasceno. Alagoinhas-BA, 21 de março de 2022.

mim, me parece que política também terminou cobrindo isso. Agora, ali, *pra mim*, não resta nenhuma dúvida que foi um assassinato encomendado para calar uma voz que se prenunciava perigosa, para o que acontecia. Mas, *pra mim*, falava mais do que poderia integrar, que as coisas não eram tão fácil nem eram feitas assim abertamente *pra...*<sup>345</sup>

Vale salientar que tanto Marco Antunes quanto José Francisco dos Reis fazem afirmações com memórias ressignificadas pelo tempo. Suas percepções acerca do comportamento de Celso Magalhães Dantas podem ter sido exageradas, conjecturando o fato dele ser muito falante ter sido o motivo do crime. Maurice Halbwachs auxilia no entendimento desses dois depoimentos ao ter afirmado que “[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada.”<sup>346</sup>

Vale ressaltar que no processo de imersão de fontes desta pesquisa foi encontrada a seguinte informação: os salários do funcionalismo público municipal estavam atrasados do período do embate eleitoral até pelo menos o dia do assassinato. Em relato ao jornalista do *A Tarde*, o funcionário público identificado como Marcos Sousa disse:

Sou funcionário há vários anos e nunca aconteceu de atrasar nosso pagamento durante quatro meses. É realmente, uma situação difícil para nós funcionários. Estamos vivendo de tomar dinheiro emprestado e de comprar fiado nos armazéns. Alguns comerciantes já não estão mais vendendo fiado e algumas famílias de colegas estão passando necessidades.<sup>347</sup>

O depoimento do servidor público traz à tona uma questão significativa: o silenciamento desse fato por parte dos ex-vereadores entrevistados. Tanto José Francisco dos Reis (ARENA) quanto Marco Antunes Boiron Cardoso (MDB) não falam desses quatro meses de atraso de salários dos trabalhadores da prefeitura no governo de Murilo Cavalcanti. Entretanto, o arenista, para justificar sua participação na formulação do documento que iniciaria o processo de *impeachment* do futuro prefeito Judélio de Souza Carmo, em 1975, fez questão de mencionar que o funcionalismo público estava sofrendo com atraso de pagamento nos salários naquele governo:

Judélio fazia coisas na Prefeitura praticamente impossíveis que não era sadio, eu diria. Não era nem religioso que você respeitasse algumas atitudes, ou decisões que eram tomadas pelo prefeito Judélio Carmo. A nossa obrigação era preservar, por diversos valores, o Município. Nós notávamos que Judélio privilegiava, dentro do quadro de funcionários municipais, as pessoas que eram ligadas a ele, quem ele gostava. Ele sempre privilegiava a ponto de um

<sup>345</sup> REIS, Op. Cit.

<sup>346</sup> HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990, p.71

<sup>347</sup> BRITO, Reynivaldo; MOTA, Valter. Apesar dos Boatos, posse foi tranquila: Alagoinhas **A Tarde**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 02/02/1973,1973, p.03

funcionalismo público sofrer um atraso de 4 meses de salário. Esse atraso não se constituía no todo, porque ele sempre facilitava, repassando alguma parte de dinheiro, através de recibo. Evidentemente *pra* funcionários que, apesar de oficialmente não receberem um salário, mas talvez tivesse recebido mais que um mês. Bastava ele gostar.<sup>348</sup>

Possivelmente, o carisma e a liderança política que o ex-prefeito representava para a sociedade de Alagoinhas ainda é muito preponderante dentro da mentalidade e do imaginário coletivo alagoinhense, fazendo com que algumas análises, percepções e memórias possam sofrer influência desses sentimentos provocados pelo personalismo político. Aliado a isso, é evidente o posicionamento crítico que o arenista José Francisco dos Reis tinha acerca da atuação de Judélio Carmo, como gestor público daquele período, denominando-o de uma pessoa irresponsável com trato da coisa pública. Assim, suas lembranças e avaliações sobre o ex-prefeito do MDB estão carregadas de diversos sentimentos e adjetivos pejorativos, mesmo reconhecendo características e habilidades políticas positivas.

Diferentemente, ocorreu com a avaliação da gestão do governo de Murilo Cavalcanti. Antes do assassinato de Celso Magalhães, ele era visto como um grande líder político responsável e defensor dos ferroviários. Existia um murilismo muito forte no município de Alagoinhas que a imagem de bom gestor e de um homem moderno e inteligente, não escancaravam erros administrativos no seu último mandato de prefeito, como por exemplo, o atraso salarial dos servidores municipais. E nas fontes consultadas para essa pesquisa, entre elas, essas memórias de ex-vereadores do período e as atas das sessões da Câmara Municipal não indicam que o emedebista utilizou esse atraso do pagamento dos rendimentos do funcionalismo público municipal, como uma estratégia de campanha eleitoral, para degradar a imagem de Murilo Cavalcanti e, conseqüentemente, do seu governo.

O ex-vereador da ARENA, José Francisco dos Reis, declarou uma percepção interessante acerca do comportamento de Celso Magalhães Dantas nas eleições de 1972, afirmando que ele “[...] foi eleito em cima, exatamente de algumas bravatas verbais, cometidas durante a campanha. Ele se colocou intransigentemente ao lado de Judélio, não é? E ameaçava quando entrasse na prefeitura descobrir todos os podres da administração que estava.”<sup>349</sup>

Celso Magalhães Dantas falava abertamente para quem quisesse ouvir que iria mostrar todas as falcatruas do prefeito Murilo Cavalcanti, mas, como já foi dito acima, não foi o fato do atraso salarial dos trabalhadores da prefeitura que fez recrudescer ainda mais as rivalidades políticas e pessoais. Existe a possibilidade de Celso Magalhães Dantas ter sido assassinado por

---

<sup>348</sup> REIS, Op. Cit.

<sup>349</sup> Ibid.

motivos de rixas, rivalidades pessoais ou até mesmo devido a sua atividade profissional de comerciante, tendo as desavenças, as provocações e os conflitos da campanha eleitoral de 1972 como uma espécie de cortina de fumaça para o assassinato dele.

O *Jornal do Brasil* e o *Jornal da Bahia* relataram que na festa de comemoração da eleição de 1972, na passeata da vitória do MDB, logo depois dos resultados, o vereador emedebista eleito teria sido agredido com um soco na barriga desferido por Murilo Cavalcanti, pois “[...] as comemorações da facção vitoriosa teriam irritado o prefeito.”<sup>350</sup> O periódico baiano fez uma descrição detalhada da briga de rua entre o vereador emedebista eleito e o principal acusado de ser o mandante intelectual do crime: “[Celso Magalhães Dantas] era bastante estimado na cidade e a única vez que brigou foi na “passeata da vitória”, quando foi agredido pelo sr. Murilo Cavalcanti com violento soco no estômago, que o atirou contra seu automóvel, danificando-o.”<sup>351</sup>

Contradizendo o que foi escrito na reportagem do *Jornal da Bahia*, ao afirmar que o comerciante era muito estimado em Alagoinhas, os depoimentos dos irmãos Cavalcanti, dados à polícia no momento dos interrogatórios, relatam uma outra versão acerca da imagem da vítima. Nos relatos aparecem a descrição da agressão cometida por Flávio Cavalcanti, sob Celso Magalhães Dantas, num posto de gasolina da cidade por causa de uma dívida de uma peça de automóvel que tinha comprado na loja do emedebista em novembro de 1972, ou seja, dois meses antes do crime ocorreu um conflito corporal entre um dos acusados de ser o mandante do crime e a vítima.<sup>352</sup>

Além desse fato, ambos os acusados afirmaram que o comerciante tinha uma maneira explosiva de cobrar a seus fregueses, expondo ao delegado que chegou a imaginar que o motivo do crime poderia ter sido de vingança por causa dessas atitudes, mas voltou atrás naquela hipótese por perceber que geralmente quem se vinga é perverso e raivoso e lembrou que a vítima tomou apenas um único tiro. Sobre esse possível temperamento do vereador eleito, Murilo Cavalcanti disse:

[...] muitas vezes invadia casa da família em débito e na ausência do chefe da casa apanhava os pertences que tinha vendido a prazo e cujo pagamento se

<sup>350</sup> MIRANDA, Alberto. Crime revolta e abala Alagoinhas. *Jornal da Bahia*. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 20/01/1973, 1973, p. 6.

<sup>351</sup> MIRANDA, Op. Cit.

<sup>352</sup> Vale destacar que no depoimento de Flávio Cavalcanti, quando perguntado pelo delegado se já tinha agredido o vereador emedebista, ele diz que “[...] num sábado a tarde, presumivelmente no mês de dezembro, se não falha a memória, na véspera do jogo do Alagoinhas Atlético Clube contra o Itabaiana do Estado de Sergipe, dirigiu-se a casa de peças, de propriedade do senhor Celso Magalhães Dantas [...] Flávio errou na data. O jogo entre as duas equipes foi no dia 19/11/1972 (*Jornal do Brasil*. 20/11/1972, p. 24). BRASIL. SIAN. Sistema de informações do Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação. Agência de Salvador. Documento de informações nº 11/21/ASV/SNI/73. 1973b. Disponível em: <https://sian.an.gov.br>. Acesso em: 05 set. 2020.

encontrava em atraso, recusando-se a devolver o dinheiro recebido; uma investigação em Alagoinhas há de encontrar centenas de casos dessa natureza [...] <sup>353</sup>

Se o atrito que teve com Flávio Cavalcanti por causa de uma negociação comercial envolvendo uma peça de automóvel ou as gozações e provocações realizadas por Celso Magalhães Dantas, na festa comemorativa da vitória do MDB das eleições de 1972, tivessem sido suficientes para a construção de uma rivalidade pessoal com os irmãos Cavalcanti, e, também, ainda que elas fossem o fator preponderante para o planejamento de sua morte, ainda assim, não descaracterizará o cerne da questão que envolve o caso, ou seja, não deixa de ser um crime político mesmo que, possivelmente, o vereador emedebista diplomado tivesse sido assassinado por conta daqueles dois episódios.

Se possíveis vinganças de fregueses enraivecidos pela maneira como eram tratados pela vítima no momento da cobrança de dívidas, é obvio, que o crime deixaria de ser de natureza política. Mas vale ressaltar que as investigações policiais não encontraram nenhum indício de que o assassinato foi motivado por ressentimento ou revanchismo de algum cliente do emedebista. Celso Magalhães Dantas foi assassinado por dois homens que afirmaram que receberiam uma quantia muito maior do que um simples eletrodoméstico tomado a força da casa dos clientes pelo comerciante.

O intrigante e a relevância nessa questão é que o vereador eleito pelo MDB foi assassinado quase dois meses depois de uma briga de rua que teve a participação direta de seu principal oponente político, o qual sofria acusações de ser corrupto pela boca do emedebista. É significativo realçar que esse conflito pessoal ocorrido na passeata da vitória teve a participação direta, segundo as investigações, dos principais suspeitos da encomenda do crime que era o prefeito de Alagoinhas, o mesmo que não conseguiu eleger seu sucessor.

### 3.4 UM NOVO ARRANJO POLÍTICO

É bom lembrar, mais uma vez, que, em plena campanha eleitoral municipal no ano de 1970, o governador recém-eleito, Antônio Carlos Magalhães, declarou apoio público ao candidato do MDB à prefeitura. <sup>354</sup> Naquelas eleições, todos os emedebistas eleitos – o prefeito e os vereadores - aderiram ao carlismo, conquanto permanecessem no MDB. No pleito seguinte, em 1972, disputaram os cargos eletivos do legislativo pela ARENA, quando, conforme visto

---

<sup>353</sup> Depoimento [...]. **Tribuna da Bahia**, Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 30/01/1973, 1973, p. 8.

<sup>354</sup> ARENA [...]. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital, 15 e 16/11/1970. 1º caderno, 1970, p. 5.



no capítulo anterior, em agosto de 1971, migraram para o novo partido e aderiram ao carlismo.<sup>355</sup>

Com essa adesão de emedebistas a ARENA e, principalmente ao carlismo, fica nítido uma reconfiguração no arranjo de grupos no jogo político alagoinhense. Vale destacar que nas eleições municipais de 1972 ocorreu uma aliança entre as correntes arenistas em torno da candidatura de José Libório, certamente, pela forte presença da influência de Antônio Carlos Magalhães.

A acusação dos assassinos de Celso Magalhães Dantas ao afirmar que Murilo Coelho Cavalcanti foi o mentor intelectual do crime, contribuiu ainda mais para um rearranjo de forças políticas, mesmo sendo por um curto período, o da legislatura 1973-1977. O “Crime de Alagoinhas”<sup>356</sup> uniu os dois principais grupos políticos da ARENA em prol da defesa da inocência do ex-prefeito.

O assassinato de um vereador eleito, diplomado e às vésperas de tomar posse, obviamente, provocou reações de aliados e adversários políticos dentro da Câmara Municipal de Alagoinhas. A maneira como aconteceu e a repercussão causada, principalmente depois da iniciação das investigações policiais, não poderia e não tinha como passar despercebido no legislativo municipal. Nas terceira e quarta sessões extraordinárias ocorridas no dia 29 de janeiro de 1973, que seriam as últimas da legislatura 1971-1973, três questões chamaram a atenção e são de suma importância para serem alvos de problematização e de uma análise crítica e objetiva.

A primeira questão diz respeito ao modo como foi relatado o assassinato de Celso Magalhães Dantas naquelas duas sessões: não se fala em assassinato. Na terceira sessão, a servidora responsável por transcrever o que acontecia no plenário narrou que foi lido o “[...] ofício da Câmara Municipal de São Francisco do Conde, apresentando condolências pelo passamento do vereador Celso Magalhães Dantas.”<sup>357</sup> Na quarta sessão realizada dez minutos depois, a vereadora da ARENA Jurilda Santana apresentou uma moção de sua autoria e assinada por todos os vereadores presentes no dia, externando “[...] um voto de pesar (*sic*) pela trágica morte do vereador eleito, Celso Magalhães Dantas.”<sup>358</sup>

<sup>355</sup> Formulário de Resumo do Resultado da Eleição Municipal de 1970, da cidade de Alagoinhas-Bahia, fornecido e digitalizado pela Secretaria de Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

<sup>356</sup> Essa expressão foi muito utilizada pelos jornais baianos e de outros estados que circulavam no período para nomear o assassinato de Celso Magalhães Dantas.

<sup>357</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 29/01/1973, 1973a, [s.p.].

<sup>358</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 29/01/1973, 1973a, [s.p.].

A segunda questão que não tem como deixar de ser notado é sobre outra apresentação de moção da vereadora arenista, igualmente assinada pelos colegas presentes, expressando “[...] solidariedade e irrestrito apoio ao prefeito Murilo Cavalcanti.”<sup>359</sup> Uma moção de pesar pela “trágica morte” de um vereador e outra de “solidariedade e irrestrito apoio” ao suposto mandante e responsável pela morte dele, sem que houvesse ainda a finalização das investigações policiais, isentando o suspeito, é muito peculiar e interessante para ser averiguado, pois por mais que a história política dos partidos no Brasil seja caracterizada por alianças pragmáticas, infidelidade partidária e personalismos, existe uma contradição imensa nessa atuação parlamentar coletiva que precisa de uma justificativa fundamentada.

A terceira questão se relaciona com a segunda, mas aconteceu em 5 de janeiro de 1973, na primeira sessão extraordinária ocorrida treze dias antes do assassinato. A vereadora Jurilda Bonfim Santana foi nomeada Delegada Escolar do município de Alagoinhas pelo governador do Estado da Bahia, Antônio Carlos Magalhães. Partindo desse fato tem-se a oportunidade de entender o porquê de duas moções contraditórias terem sido encaminhadas pela vereadora arenista, ao observar a postura, em relação ao crime, do governador na época, que era correligionário de Murilo Cavalcanti, Jairo e José Azi.

Num primeiro momento, ao tomar ciência do assassinato do vereador do MDB, o chefe do executivo estadual baiano que se encontrava em São Paulo, “[...] telefonou para o secretário de segurança, Coronel Joalbo Figueiredo Barbosa, mandando instaurar o inquérito.”<sup>360</sup> Quando o governador Antônio Carlos Magalhães retornou de viagem, tendo depois tomado conhecimento das investigações, declarou em coletiva de imprensa que tinha determinado um aprofundamento na apuração dos fatos para que fossem levados até as últimas consequências.<sup>361</sup>

O depoimento dos assassinos acusando os irmãos Cavalcanti como mandantes do crime fez o governador Antônio Carlos Magalhães, aconselhado por uma assessoria jurídica, determinar a prisão dos dois suspeitos. Contudo, a atuação do advogado de defesa, Raul Chaves, declarando a imprensa que a prisão era ilegal “[...] em virtude da ausência do flagrante e da ordem de autoridade judiciária” e ainda, desferindo críticas ao secretário de segurança, fez o governador mudar sua posição inicial.<sup>362</sup> Segundo o documento de informações produzido pela

---

<sup>359</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 29/01/1973, 1973a, [s.p.].

<sup>360</sup> BAHIA [...]. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital, 20/01/1971, 1º caderno, 1971, p. 04.

<sup>361</sup> BRASIL. SIAN. Sistema de informações do Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação. Agência de Salvador. Documento de informações nº 11/21/ASV/SNI/73. 1973b. Disponível em: <https://sian.an.gov.br>. Acesso em: 05 set. 2020.

<sup>362</sup> BRASIL, op. cit., p. 03.

agência de Salvador do SNI, “[...] o governador ACM mudou de atitude em relação ao problema e vem cerceando a autoridade e liberdade de ação do Secretário de Segurança[...]”.<sup>363</sup>

Observa-se na leitura desse documento, a expressão usada pelo agente do SNI, para descrever as novas ações do governador Antônio Carlos Magalhães diante de fatos novos surgidos no inquérito policial, principalmente, depois do depoimento do prefeito eleito Judélio Carmo que acusava os irmãos arenistas, Jairo e José Azi, como outros possíveis mandantes. O funcionário da agência de inteligência deixa a entender que o chefe do governo da Bahia interferiu de forma direta nas investigações, tirando a autoridade do secretário de segurança. As ações do governador não deixam dúvidas sobre isso.

Antônio Carlos Magalhães delegou ao procurador geral do Estado, Ivan Americano da Costa, que acompanhasse de perto as investigações. No documento de informações do SNI, além de relatar que o governador baiano tinha comunicado ao secretário de segurança que não aceitaria a inquirição dos irmãos Azi, também demonstra como o subordinado agiu em prol dos interesses do seu chefe.

Essa autoridade [Procurador Geral] vem tumultuando as investigações e tem procurado conduzir os rumos das diligências, mantendo o governador informado de todos os passos. Solicitou, com veemência, que todos os indiciados fossem reinquiridos, o que foi negado pelo Secretário de Segurança, com quem se atritou. A negativa foi baseada no fato de um dos executantes, Benjamim Disraeli Ribeiro Araújo haver declarado a um proposto policial que, se fosse ouvido novamente, negaria as acusações anteriores em que apontara os irmãos Cavalcanti como mandantes do crime.<sup>364</sup>

Para tentar compreender, de forma mais nítida essa interferência de Antônio Carlos Magalhães no caso do assassinato do vereador Celso Dantas, vale a pena mencionar a análise de Dias sobre a atuação política e a relação, do então governador da Bahia, com os militares naquele período. Segundo o historiador, ACM ajudou a sustentar a Ditadura Militar, na Bahia, sincronizando os seus interesses e do palácio do planalto, independente do presidente que o ocupasse.

Assim, o carlismo, além de estar em sincronia com o bloco central do poder nos momentos cruciais da política nacional, também manteve a integração de seus consorciados na Bahia. Para tanto, foi fundamental a manutenção de uma rede de relações na qual se garantissem o respeito à hierarquia e o funcionamento orgânico. Para a sua criação, optou-se pela cooptação de indivíduos, [entre eles, Murilo Cavalcanti que era do MDB], com

---

<sup>363</sup> BRASIL, op. cit., p. 03.

<sup>364</sup> Ibid.

potencialidades políticas e eleitorais capazes de se integrar ou associar ao carlismo sem representar risco à liderança de Antônio Carlos Magalhães.<sup>365</sup>

Diante do que relatou José Dias, percebe-se que o político baiano tinha respaldo para agir livremente nos espaços de decisão política, e, como foi visto nos documentos de informações do SNI, nos bastidores daquele inquérito policial, ACM, sem nenhum pudor e sem se importar com as acusações dos jornais baianos que o caracterizavam de indivíduo arbitrário<sup>366</sup>, interferiu premeditadamente nas investigações do crime para favorecer seus velhos e novos correligionários políticos da ARENA de Alagoinhas.

Sendo assim, a explicação mais objetiva e clara para a atuação de Jurilda Santana, ao ser autora de duas moções que, ao mesmo tempo afagava a família enlutada e, o principal acusado de ser um dos mandantes do assassinato de Celso Magalhães Dantas, sendo ambas assinadas, tanto por arenistas, quanto por emedebistas, era a forma e as estratégias políticas utilizadas pelo governador da Bahia. A vereadora – que acabara de receber um importante cargo público – e todos os seus colegas estavam demonstrando, também, apoio total para um aliado de Antônio Carlos Magalhães, o qual fez de tudo para eximi-lo de qualquer suspeição no crime, repetindo o que já foi dito acima, interferindo diretamente no processo e no inquérito policial.

Vale ressaltar que as duas moções foram assinadas por todos os oito vereadores presentes, tanto por aqueles que conseguiram a reeleição, quanto os que foram rejeitados pelas urnas. Os parlamentares municipais signatários vitoriosos nas eleições de 1972 foram os seguintes: os ex-emedebistas eleitos no pleito de 1970 e agora pela ARENA, José Francisco de Jesus, Dimas Rodrigues Campos, José de Deus Oliveira e o velho arenista José da Silva Azi.

Os signatários que não estariam na próxima legislatura foram Álvaro Maia Nunes, Antônio Henrique Cavalcanti Xavier, Aloisio Moura Costa e Jurilda Bonfim Santana, como já foi dito acima, a autora da moção e futura delegada escolar. Os cinco membros ausentes foram: Miguel Santos Fontes; Altino Ribeiro Rocha; Edson Oliveira; o presidente da Câmara Municipal, Antônio Paolillo e Domingos de Almeida Seabra Velloso, o único dos faltosos que continuaria como vereador. Ele era primeiro e único suplente do MDB que assumiria o lugar de Celso Magalhães Dantas.

Em momento algum na sessão, os vereadores expressaram palavras de apoio à Judélio Carmo. Percebe-se que aquela última sessão da legislatura 1971-1972 deixava, bem claro, que o novo prefeito não teria apoio da Câmara Municipal no seu governo, pois os vereadores reeleitos prestaram solidariedade e apoio ao principal suspeito de ser mandante do crime,

---

<sup>365</sup> DIAS, Op. Cit., p. 23.

<sup>366</sup> BRASIL, op. cit.

mesmo diante de um inquérito policial que expunha as graves acusações e os fortes indícios da participação intelectual dele em planejar o assassinato.

Além do mais, vale ressaltar que nos discursos proferidos no plenário não foi mencionada a hipótese de o crime ter sido de natureza política e tampouco houve clamores por justiça ou pressão por parte de nenhum dos membros da casa por uma averiguação do assassinato. A ausência e o silêncio dos vereadores naquela sessão, às vésperas da posse do novo prefeito que era emedebista, associado ao fato da migração do grupo aliado de Murilo Cavalcanti para a ARENA, pressupõe tensões políticas que afetariam o futuro governo Judélio Carmo, mesmo tendo tido, dois meses antes, uma vitória surpreendente no pleito eleitoral de 1972.

Uma outra situação que ocorreu naquele mesmo dia foi a fala de José Azi se defendendo no plenário da Câmara Municipal contra as acusações de que ele poderia ter tido alguma participação no assassinato. O arenista, quando se discutia a moção de solidariedade à Murilo Cavalcanti, argumentou bem sua defesa, duvidou das notícias veiculadas pela imprensa e falou sobre a relação política desenvolvida com o homenageado. Na primeira parte de seu discurso naquela sessão, a servidora transcreveu da seguinte forma:

Continuando a discussão da matéria, falou o vereador José Azi, dizendo que se sentia a vontade para discutir o assunto, uma vez que era do conhecimento da casa, e de Alagoinhas, a sua conduta como representante de um grupo na câmara, que fazia oposição ao prefeito Murilo Cavalcanti. Lembrou que foi seu correligionário em campanhas passadas, e no último pleito formou ao seu lado, como membro da ARENA, em favor da candidatura do Sr. José Libório. Jamais poderia admitir o envolvimento do prefeito nos acontecimentos que abalaram a nossa terra nos últimos dias. [...] frisando que não desejava entrar no mérito do problema, porém, não lhe convencia o que vinha sendo divulgado pela imprensa.<sup>367</sup>

Nesse primeiro trecho nota-se a necessidade de José Azi tentar demonstrar para seus pares e para a sociedade alagoinhense todo seu apoio à Murilo Cavalcanti, acreditando que as suspeições impostas a ele não tinham fundamento. Era um depoimento de um ex-opositor de um governo, que se findava em dois dias, e ao mesmo tempo, de um atual aliado que caminharam juntos nas eleições de 1972, apoiando a candidatura de José Libório, tendo também ao lado, o governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães.

No fim da sessão, José Azi pede a palavra no momento destinado às explicações pessoais. De maneira mais contundente e ácida, o arenista acusa a imprensa de Salvador de publicar notícias deturpadas, “[...] dando feições diferentes a realidade dos fatos, intranquilizando a família alagoinhense.” Citando a *Tribuna da Bahia*, a transcrição da ata nos mostra que o

---

<sup>367</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas.** 29/01/1973, 1973a, [s.p.].

vereador da ARENA se incomodou com o depoimento de Judélio Carmo ao referido jornal, esperando retratação do prefeito eleito:

[...] referiu-se ao depoimento do Prefeito eleito publicado na tribuna da Bahia, divergindo o seu pronunciamento feito na Rádio Emissora de Alagoinhas, quando lhe isentou e ao seu irmão de qualquer participação nos acontecimentos que culminaram com o assassinato de Celso Magalhães Dantas. Aguardava que o mesmo procurasse a imprensa para desfazer as acusações contidas no jornal. “A Tribuna da Bahia”, do contrário, não teria outra alternativa senão bater as portas da justiça para colocar as coisas nos devidos lugares, embora reconhecesse que nada repararia a repercussão que o fato alcançou na opinião pública.<sup>368</sup>

Os irmãos Jairo e José Azi não foram indiciados e tampouco, levados à interrogatório policial. Independente da interferência de Antônio Carlos Magalhães, provavelmente, as acusações de Judélio Carmo e os boatos que corriam solto na boca de palpiteiros na cidade de Alagoinhas, ocasionados pelas publicações dos jornais, não tinham fundamentos sólidos suficientes para que as autoridades policiais seguissem por uma nova linha de investigação. Já em relação à Murilo e Flávio Cavalcanti, ambos ficaram poucos dias presos e saíram por força de um *habeas corpus*, por não se comprovar a participação deles no crime.<sup>369</sup> Vale destacar que os irmãos Cavalcanti nunca foram a julgamento.

### 3.5 O “CRIME DE ALAGOINHAS” NO COTIDIANO DO ALAGOINHENSE

O crime foi noticiado e acompanhado pelos principais periódicos baianos que circulavam à época, como por exemplo, *A Tarde*, *Tribuna da Bahia* e *o Jornal da Bahia*. É obvio que os maiores interessados em publicizar e acompanhar de perto aquele fato trágico, fornecendo informações todos os dias aos seus leitores, fossem os jornais do estado da Bahia. Entretanto, outros veículos de comunicação de outras regiões noticiaram o assunto, a exemplo do *Jornal do Brasil* (RJ), *O Globo* (RJ) e até a *Folha de São Paulo*. No dia 20 de janeiro de 1973, o *Jornal do Brasil* publicou a notícia na capa com o seguinte título: “Vereador de Alagoinhas é assassinado.”<sup>370</sup> No mesmo dia, *O Globo* noticiou com uma pequena nota: “Vereador do MDB morto a tiros: Bahia.”<sup>371</sup>

<sup>368</sup> ALAGOINHAS, op. cit.

<sup>369</sup> BRITO, Reynivaldo; MOTA, Valter. Apesar dos Boatos, posse foi tranquila: Alagoinhas **A Tarde**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 02/02/1973, 1973, p.03

<sup>370</sup> VEREADOR [...]. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital, 20/01/1973, capa, 1973a.

<sup>371</sup> VEREADOR [...]. **O Globo**. 20/01/1973. Matutina, Geral, p. 11, 1973.

Dos jornais fora da Bahia, aquele que mais acompanhou e cobriu regularmente o assassinato do vereador do MDB foi o *Jornal do Brasil*. Além de informar, com frequência, o caminho das investigações policiais, as novidades e os depoimentos dos envolvidos, deu holofotes para outros assuntos que eram ramificações daquele caso traumático da história política alagoinhense: a disputa pelo poder político entre a classe dirigente do Município. A morte de Celso Dantas fez Alagoinhas e os seus tensionamentos políticos virarem destaques nacionais.

O *Jornal do Brasil* ao aprofundar e detalhar as informações sobre o assassinato do vereador escreveu que “O crime chocou a opinião pública de Alagoinhas, conhecido reduto da oposição desde antes da revolução de 1964, e considerado ao lado de Feira de Santana, como o mais politizado do estado.”<sup>372</sup>

Em relação à Alagoinhas ser considerada “reduto da oposição”, o jornalista da sucursal em Salvador, que escreveu a notícia, tinha uma percepção política que provavelmente foi fundada por causa das greves dos ferroviários, no início dos anos 1960, ou também, devido às prisões de líderes estudantis, vereadores e pessoas consideradas subversivas ou comunistas na cidade, nos dias que sucederam o golpe civil-militar. Naquela época, Alagoinhas era conhecida entre os militares como uma “cidade vermelha”, tanto que uma Junta Militar foi designada, em maio de 1964, para a realizar interrogatórios e encarceramentos.<sup>373</sup>

Arleide Farias de Santana, em seu estudo sobre as consequências do golpe civil-militar de 1964 em Alagoinhas, expõe o depoimento do capitão do exército, Antônio Bião Martins, explicando como esse rótulo de “cidade vermelha” ficou associado ao povo alagoinhense: “[O estigma] se deu por causa da infiltração de ideias comunistas e, portanto, subversivas, na rede ferroviária.”<sup>374</sup> Essa afirmação dada pelo oficial do exército à historiadora é também defendida por membros partidários da própria esquerda.

O memorialista e militante comunista Pedro Marcelino explanou em entrevista essa percepção e defendeu a existência de uma faceta progressista do povo alagoinhense ao rememorar a campanha eleitoral de 1972, o mesmo pleito que elegeu Celso Magalhães Dantas, para vereador, e Judélio de Souza Carmo, para prefeito: “Mas, como a cidade progressista que

<sup>372</sup> VEREADOR [...]. *Jornal do Brasil*. Biblioteca Nacional Digital, 20/01/1973, 1º caderno, 1973a, p. 4.

<sup>373</sup> MORAIS, Moisés Leal. **Urbanização, Trabalhadores e seus interlocutores no Legislativo Municipal: Alagoinhas-Bahia, 1948-1964**. 2011. 150f. Dissertação (Mestrado em História local e Regional) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2011. p.112-124.

<sup>374</sup> SANTANA, Op. Cit., p. 41.

é, Alagoinhas reagiu a essa postura do Murilo. E, em 1972, a resposta veio em forma de apoio popular extraordinário à candidatura do Judélio Carmo”.<sup>375</sup>

O simples fato de eleger Judélio Carmo, prefeito de Alagoinhas, não demonstra e não pode ser um parâmetro para confirmar, categoricamente, a existência de um povo predominantemente de esquerda e progressista, como disse Pedro Marcelino, ou como convenientemente, costuma ainda afirmar alguns setores da esquerda local, bem como ao adjetivar os militares no período da Ditadura Militar. E essas percepções políticas de considerar o alagoinhense um opositor ao governo militar, provavelmente, influenciou a escrita do jornalista do *Jornal do Brasil*.

Na sua dissertação de mestrado, Carlos Nássaro Araújo da Paixão constata que “[nos anos 1930 a 1948] proprietários de terras e comerciantes ainda apresentavam uma presença muito importante na política municipal. Isto pode se explicar pelas atividades que desempenhavam ligadas à própria produção de riquezas para cidade.”<sup>376</sup> Nos anos seguintes, inclusive na eleição de 1972, o perfil social dos vereadores que compuseram a Câmara Municipal de Alagoinhas sofreu pouquíssimas alterações. Mesmo depois do retorno das eleições diretas, da atuação político-partidária e da reabertura das Casas Legislativas em 1948, o povo ou eleitorado alagoinhense escolheu para compor a Câmara Municipal, em sua grande maioria, representantes ou setores das famílias mais ricas da cidade.

O rastreamento das fontes disponíveis e os trabalhos de Moisés Morais e Carlos Nássaro Paixão nos mostra, a partir de 1948, um cenário político um pouco mais diversificado em relação aos anos anteriores: profissionais liberais e até interlocutores das classes trabalhadoras [ferroviários, curtumeiros e professores], passaram a ocupar os assentos do legislativo alagoinhense, mas sendo minoria no plenário.

E no período do bipartidarismo não foi diferente, pois tanto MDB e a ARENA eram legendas dominadas pelo pequeno e médio comerciante local, juntamente, com alguns membros dos setores médios alagoinhense, tendo como líderes algumas personalidades com carisma e apoio popular considerável. Entre eles figuraram Murilo Cavalcanti [foi do MDB de 1966 até 1972 e depois ARENA] e Judélio Carmo (MDB), os envolvidos de forma direta no caso do assassinato do vereador Celso Magalhães Dantas.

Referente à percepção da opinião pública alagoinhense em relação ao crime, a impressão inicial na leitura das fontes é de que o clima no ambiente político e nas rodas de conversas em

---

<sup>375</sup> PINTO NETO, Pedro Marcelino. **Pedro Marcelino, depoimento (2022)**. Entrevista concedida à Wagner Pimentel. Alagoinhas-BA, 06 de março de 2022.

<sup>376</sup> PAIXÃO, Op. Cit., p. 79.



bares e barbearias estava pesado e repleto de comoção. Segundo o *Jornal da Bahia*, possivelmente, com muito exagero e sensacionalismo do jornalista, mais de 10 mil pessoas acompanharam o funeral de Celso Magalhães Dantas.<sup>377</sup>

Independentemente de ser fato ou não essa quantidade de presentes no sepultamento do vereador emedebista, *a priori*, fica constatado de que a multidão e a tensão política relatadas pelo jornal são justificadas pelo fato do edil eleito ter sido assassinado a catorze dias antes da posse na Câmara Municipal, e era dentre os quatro vereadores eleitos do MDB, o mais cotado para ser líder do governo, Judélio Carmo, seu correligionário. Além dessas duas questões relevantes que envolviam o assassinato do emedebista, vale lembrar que ele era comerciante e vendia produtos domésticos no famigerado “fiado”, ou seja, parcelava a compra em sua loja para diversas famílias.

O acesso aos periódicos que circulavam na época nos fornece o mínimo de informações acerca da sensação de medo, revolta e, principalmente, de boatos que se espalhavam na população alagoinhense. A prisão dos dois rapazes acusados pelo crime, e consequentemente, o depoimento às autoridades policiais afirmando que o assassinato de Celso Magalhães Dantas foi encomendado pelos irmãos Cavalcanti, caiu como uma fagulha num barril de pólvora dentro do cenário político-partidário no município de Alagoinhas e gerou muita curiosidade e anseio por parte da população em se manter informada sobre o caso.

O jornal *A Tarde*, por exemplo, noticiou o esgotamento de suas edições na cidade, afirmando que os exemplares eram vendidos até dez vezes do valor de capa.<sup>378</sup> Pedro Marcelino recordou, em entrevista para essa pesquisa, algumas lembranças sobre o comportamento do alagoinhense em relação ao crime:

[...] o jornal “A Tarde” todo dia... O jornal “A tarde” abriu uma sessão especial *pra* tratar desse crime, e as pessoas *iam* esperar o ônibus que trazia esse jornal lá no Riacho do Mel. Corria todo mundo. Tinha um horário que chegava, chegava os exemplares, e esses jornais, exemplares eram disputados a tapa. Entendeu? [*risos*] E cada um com seu exemplar na mão, fazendo uma leitura, e evidentemente tomando partido por uma por outra.<sup>379</sup>

Seguindo pela mesma pauta jornalística de apresentar a ótica da opinião pública alagoinhense a respeito do “Crime de Alagoinhas”, a *Tribuna da Bahia* também expôs sua

<sup>377</sup> MIRANDA, Alberto. Crime revolta e abala Alagoinhas. **Jornal da Bahia**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 20/01/1973, 1973, capa.

<sup>378</sup> Esgotam-se Edições. **Jornal A Tarde**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia. 24/01/1973, 1973.

<sup>379</sup> PINTO NETO, Pedro Marcelino. **Pedro Marcelino, depoimento (2022)**. Entrevista concedida à Wagner Pimentel. Alagoinhas-BA, 06 de março de 2022.

percepção, em uma de suas matérias, acerca do clima de tensão e temeridade instaurada na cidade que foi ocasionado pelo crime:

A cidade está num clima de tensão e expectativa. Os comentários se sucedem pelas esquinas, pelas casas, pelos cantos das ruas. A maioria da população constrangida e chocada com o grave acontecimento. As famílias de alagoinhas estão sobressaltadas. Estão temerosos de que novos crimes ocorram.<sup>380</sup>

Percebe-se claramente, como bem analisou o historiador Boris Fausto em seus estudos sobre a criminalidade na cidade de São Paulo entre 1880 e 1924<sup>381</sup>, que o crime é um componente integrante no cotidiano de uma parte da população alfabetizada, após o surgimento de uma imprensa sensacionalista, afirmando categoricamente que existe uma hierarquia no crime: “Vai-se operando entretanto uma hierarquização mais clara dos delitos, segundo o prestígio dos envolvidos, as circunstâncias em que ocorrem ou os objetivos visados.”<sup>382</sup>

Assim, ao relacionar essa conclusão de Fausto com o “crime de Alagoinhas”, juntamente como os relatos expostos nos periódicos e nas memórias de quem experienciou o episódio, pode-se afirmar que o assassinato do vereador do MDB Celso Magalhães Dantas foi, por um período mais ou menos de três meses, um componente intrínseco do dia a dia do alagoinhense, colocando em destaque o município nos principais jornais da Bahia e de alguns de fora do estado por conta da trágica morte de um membro da Câmara Municipal.

Judélio Carmo, prefeito eleito em 1972, em depoimento no interrogatório policial que averiguou o crime, fez acusações e insinuações graves de que houve participação indireta dos irmãos Jairo e José Azi, respectivamente, deputado estadual e vereador de Alagoinhas, ambos da ARENA e adversários políticos da vítima e dele.<sup>383</sup> É bom ressaltar que nos depoimentos dos executantes do crime concedido às autoridades policiais, tanto Charles Bittencourt Júnior, quanto Benjamim Disraeli Ribeiro Araújo não mencionaram e nem acusaram os irmãos Azi de serem os autores intelectuais ou mandantes do assassinato.<sup>384</sup>

Diante disso, por que Judélio Carmo cometeria a atitude de acusar em público, os dois principais líderes de uma das correntes da ARENA de Alagoinhas, as vésperas de iniciar seu Governo que não teria maioria na Câmara Municipal? A resposta para essa pergunta vem do

---

<sup>380</sup> PRISÃO [...]. **Tribuna da Bahia**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia. 26/01/1973, 1973, p. 8.

<sup>381</sup> FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

<sup>382</sup> FAUSTO, Op. Cit. p. 26.

<sup>383</sup> BRASIL. SIAN. Sistema de informações do Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação, Agência de Salvador. Documento de informações nº 11/21/ASV/SNI/73. 1973b. Disponível em: <https://sian.an.gov.br>. Acesso em: 05 set. 2020.

<sup>384</sup> BRASIL. SIAN. Sistema de informações do Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação, Agência de Salvador. Documento de informações nº 11/21/ASV/SNI/73. 1973b. Disponível em: <https://sian.an.gov.br>. Acesso em: 05 set. 2020.

fato de uma nova descoberta no avanço das investigações policiais e de um depoimento dele, dado ao jornal carioca *O Globo*, ainda sob o calor dos acontecimentos e, principalmente, dos boatos e dos “achismos” da opinião pública. Esses dois pontos foram de fundamentais importância para tentar compreender os motivos que o levaram a acusar Jairo e José Azi de serem possíveis mandantes, juntamente, com os irmãos Murilo e Flávio Cavalcanti.

Em relação à nova descoberta nas investigações policiais, segundo as declarações à imprensa do secretário de segurança, Coronel Joalbo Figueiredo Barbosa, Judélio Carmo, também, seria um dos alvos dos assassinos, ou seja, a encomenda do crime era para tirar a vida do futuro prefeito e do vereador.<sup>385</sup> Mesmo não tendo sido mencionados pelos executores do crime como autores intelectuais, os irmãos Azi, membros da classe dirigente alagoinhense e protagonistas nas disputas eleitorais na cidade desde de 1958, eram rivais políticos de Judélio Carmo, também, pertencente ao núcleo de famílias poderosas economicamente do município.

Já referente ao depoimento de Judélio Carmo ao jornal *O Globo*, demonstra uma clara e evidente disputa pelo poder político na cidade entre a classe dirigente, expondo um provável motivo que o levou a acusar, de forma peremptória, os irmãos Azi: “As famílias Cavalcanti e Azi há muito tempo dominam a política em Alagoinhas. Elas se recusam a admitir o surgimento de um novo líder.”<sup>386</sup> Acerca dessa impressão política do prefeito eleito, Marco Antunes Boiron Cardoso, um dos candidatos emedebista, eleito vereador nas eleições de 1972 e aliado de Judélio Carmo, extraiu de suas memórias e relatou uma percepção do contexto político da época semelhante ao que disse seu correligionário, ou seja, havia claramente no município um controle do poder político nas mãos de duas famílias que não queriam ceder um milímetro de espaço:

Então, votei Murilo em 70, e Judélio começou a se movimentar já contra Murilo, contra Murilo [risos], porque não lhe deram espaço. Não lhe deram espaço, e ele precisava de espaço. E ele tinha razão, porque ele era um político jovem e inteligente, jornalista preparado, gostava de política, e queria abrir os seus caminhos. Isso não estava... Eles não estavam lhe dando essa oportunidade, essa condição. Então, ele rompeu. Ele rompeu e partiu *pra* formar um grupo dele... um grupo dele. Foi nessa ocasião que eu conheci Judélio.<sup>387</sup>

Diante da declaração de Judélio Carmo pode-se desenvolver a hipótese de que o novo prefeito utilizou uma estratégia política de construir uma narrativa para acusar Jairo e José Azi e assim, desgastar a imagem dos dois e alijá-los da disputa pelo poder político local. Não está

<sup>385</sup> BAHIA [...]. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital. 26/01/1973. 1º caderno, 1973, p. 3. INQUERIDO [...]. **O Globo**. Site acervo O Globo, 26/01/1973, Matutina, Geral, 1973, p. 12.

<sup>386</sup> BAHIA [...], op. cit.

<sup>387</sup> CARDOSO, Marco Antunes Boiron. **Marco Antunes, depoimento (2022)**. Entrevista concedida à Jorge Damasceno. Alagoinhas-BA, 11 de março de 2022.

se falando, aqui, que Judélio Carmo criou uma mentira para favorecer os seus interesses pessoais ou políticos. Longe disso, pois, como já foi dito no início deste capítulo, a função do historiador é apresentar uma explicação histórica e não julgamentos.

O prefeito eleito do MDB não construiu a versão da participação dos irmãos Azi no assassinato de Celso Magalhães Dantas do nada. É bom sempre lembrar que o emedebista, além de ser jornalista, tendo trânsito, influência e conhecimento pelas mais diversas redações dos periódicos baianos, *status* esse que, possivelmente, o fazia obter informações privilegiadas e especulações de seus antigos colegas de profissão, ele era também, uma personalidade política carismática e popular, características essenciais para ser bem recebido pelo povo em botecos, bares, restaurantes ou bancos de praça.

É bem possível que Judélio Carmo tenha conversado com aliados e apoiadores sobre o caso, um hábito trivial de qualquer político ou pessoa envolvida em uma tragédia, pois, os curiosos e palpiteiros querem dirimir suas dúvidas e explicar suas opiniões. Os boatos surgiam em rodas de conversas e até saíam de dentro da própria delegacia de polícia, como relatou o *Jornal do Brasil*: “Nos meios policiais fala-se com insistência na participação indireta do Deputado estadual Jairo Azi e seu irmão o vereador José Azi, nos acertos que culminaram com o assassinato de Celso Magalhães.”<sup>388</sup>

Aliando toda essa situação de boataria e das notícias veiculadas nos jornais<sup>389</sup> que cobriam o crime com a sua percepção política de que as famílias Cavalcanti e Azi “[...] se recusam a admitir o surgimento de um novo líder”, Judélio Carmo realmente construiu a ideia de uma provável participação indireta dos irmãos Azi no assassinato de Celso Dantas, com argumentos plausíveis, mas sem evidências fortes e concatenadas com a investigação oficial da polícia que pudessem colocá-los na prisão.

Uma segunda hipótese acerca das inferências e acusações do prefeito emedebista diante do assassinato de um vereador, que além de ser seu correligionário era seu amigo, foi a possibilidade de se colocar como um novo líder político que escapou de um atentado impetrado por seus principais adversários da eleição de 1972, e, vê-los sendo presos por um crime brutal e traumático foi a ocasião perfeita para uma acusação que os alijassem do jogo político ou que os enfraquecessem eleitoralmente.

---

<sup>388</sup> BAHIA [...]. *Jornal do Brasil*. Biblioteca Nacional Digital, 26/01/1973. 1º caderno, 1973, p. 3.

<sup>389</sup> Os boatos em relação a participação dos irmãos Azi eram tão fortes que o *Jornal Tribuna da Bahia* publicou uma carta do deputado Jairo Azi, como direito de resposta, na sua edição de 30/01/1973. Jornalistas ansiosos em dar um “furo”, alimentava ainda mais os boatos, sem cautela e sem uma rigidez nas apurações. *CARTA[...] Tribuna da Bahia*. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 30/01/1973, p.03,1973.

Porém, as provas eram circunstanciais e o jovem novo líder político de Alagoinhas teve que arcar com as consequências de suas atitudes. A acusação de Judélio Carmo gerou indignação nos irmãos arenistas e aumentou ainda mais as tensões políticas na cidade. Os Azi ameaçaram “[...] entrar com queixa-crime, na justiça, contra o prefeito do MDB, por se sentirem injuriados, com suas declarações, envolvendo-os no assassinato do vereador Celso Magalhães Dantas [...].”<sup>390</sup>

### 3.6 O DIA DA POSSE DE JUDÉLIO CARMO

A soltura do ex-prefeito acusado de um crime contra um adversário político mexeu com os sentimentos da população e dos políticos alagoinhenses, principalmente dos seus aliados. Na solenidade de posse do executivo, realizada pela tarde, compareceram seis, dos treze vereadores, empossados na parte da manhã. Dos presentes, quatro eram do MDB e dois eram da ARENA,<sup>391</sup> pois, tudo indica pelos relatos das fontes consultadas e confrontadas, a ausência de sete vereadores arenista deveu-se ao fato de que foi formada uma comitiva para ir à Salvador buscar e apoiar o ex-prefeito Murilo Cavalcanti e seu irmão.

Apesar do atraso na cerimônia, dos boatos organizados e do clima de intranquilidade na cidade de Alagoinhas, Judélio Carmo foi empossado pelo Juiz de direito, Rui Dias Trindade sem nenhum incidente.<sup>392</sup> Entretanto, um trecho do seu discurso de posse do prefeito do MDB requer um pouco mais de atenção por demonstrar um conflito pela disputa do poder político local entre os membros da classe dirigente, representada naquele momento pelos irmãos Jairo e José Azi, juntamente com um líder político popular e carismático que fazia parte dos setores médios da sociedade alagoinhense, o advogado Murilo Cavalcanti, contra a insurgência de Judélio Carmo, como o mais novo líder no cenário da política local:

[...] Alagoinhas sofre do mal da estagnação econômica, responsável pelo sufocamento de suas lideranças [...]. O acirramento das disputas políticas prejudicou a conjugação de esforços em busca de objetivos comuns. [...] Reconhecemos que a nossa vitória, no último pleito, significa a quebra de uma estrutura que se dispunha a perdurar no comando desta terra. Muitos são os descontentes com a irreversibilidade da situação.<sup>393</sup>

<sup>390</sup> IRMÃOS [...]. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital, 23/02/1973, p.03, 1º caderno, 1973.

<sup>391</sup> ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 01/02/1973, 1973a.

<sup>392</sup> BRITO; MOTA, op. cit.

<sup>393</sup> Ibid.

De acordo com o que foi abordado até aqui, em relação ao assassinato de Celso Magalhães Dantas, apresenta-se à seguinte conclusão: o “crime de Alagoinhas” pode ser caracterizado como político, pois evidenciou de maneira latente as tensões e os conflitos envolvendo diretamente representantes do MDB e da ARENA. Entre eles, o advogado e prefeito do município, Murilo Cavalcanti, que no imaginário do senso comum ou na memória coletiva do crime, afirmava que ele foi cooptado por Antônio Carlos Magalhães, logo depois do assassinato de Celso Magalhães Dantas. Entretanto, as fontes confrontadas informam que Murilo Cavalcanti foi sugado pelo carlismo já na campanha eleitoral de 1970, como já foi relatado aqui nesse texto.

Mesmo não tendo sido comprovado a participação dos irmãos Cavalcanti e tampouco dos irmãos Azi – que sequer foram mencionados nos depoimentos oficiais dos dois executores – impedindo de serem pronunciados pela justiça baiana como mandantes do assassinato do vereador emedebista, ainda assim, o envolvimento dos nomes deles em formas de boatos e acusações nesse episódio criminal, pôde ajudar a expor, também, as tensões políticas dentro do MDB de Alagoinhas, demonstrando que já havia uma divisão entre os seus principais membros bem antes do dia 18 de janeiro de 1973.

Essas rivalidades e tensões políticas intrapartidária, ocorridas no diretório do MDB alagoinhense, possivelmente, aumentaram ainda mais no período eleitoral quando Murilo Cavalcanti – que desde as eleições de 1970 foi apoiado publicamente por Antônio Carlos Magalhães (ARENA) – e os candidatos a vereadores aliados dele, que estavam sob sua liderança, migraram para ARENA um ano antes das eleições de 1972, deixando os emedebistas fragilizados e quase sem perspectivas eleitorais. É bom destacar que as lideranças nacionais do MDB, naquele período de preparação para a campanha eleitoral de 1972, temiam a extinção do partido na Bahia.

Esse medo de um provável desaparecimento do MDB na Bahia, conseqüentemente, também demonstrava a importância eleitoral de Alagoinhas, em âmbito estadual e nacional, para as principais lideranças emedebistas naquela época. Um claro exemplo que fundamenta essa afirmação foram as divergências e os tensionamentos políticos internos ocorridos no diretório municipal alagoinhense, quando “[...] a candidatura do Sr. Judélio Carmo somente se registrou porque o Senador Danton Jobim, na qualidade de Presidente da Comissão Regional, nomeada pela Executiva Nacional, tomou a iniciativa de requerer.”<sup>394</sup>

---

<sup>394</sup> POLÍTICOS [...]. **A Tarde**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 14/09/1972, 1972, p. 3.

Para que a candidatura a prefeito de Judélio Carmo fosse de fato homologada foi preciso a interferência da executiva nacional do partido, tendo como protagonista nessa ação política, um senador do antigo estado da Guanabara, local onde ocorreu a principal vitória do MDB nas eleições de 1970.<sup>395</sup> Esse episódio demonstra que, além do município de Alagoinhas ter possuído uma certa relevância eleitoral e ser estratégico politicamente para o MDB nacional, o novo chefe do poder executivo municipal, além de sofrer rejeição dentro de sua própria legenda, enfrentava a forte influência política de Murilo Cavalcanti. Só para embasar ainda mais esse argumento, vale informar que nas eleições de 1972, a ARENA colocou vinte e três candidatos a vereador para disputar aquele pleito, enquanto o MDB apresentou apenas cinco candidatos.<sup>396</sup>

A migração da bancada emedebista para a ARENA nos primeiros meses da legislatura 1971-1973 esvaziou o partido. Em relação a esse tensionamento político emedebista, em torno da candidatura de Judélio Carmo, o ex-vereador Marco Antunes Boiron Cardoso comentou sobre como foi o desenrolar da convenção municipal do MDB que declarou o jornalista como prefeiturável:

Me aproximei de Judélio, e começamos um trabalho *pra* que Judélio se tornasse... se tornasse candidato a prefeito de Alagoinhas, *né*, na sucessão de Murilo. Mas, precisava da convenção. Judélio precisava de um espaço, *né*, *pra* conseguir ser candidato à prefeito. *Aí* teve a convenção, aquela confusão muito grande, aquela luta. E Judélio conseguiu os 20%, não é? E 20% era o percentual necessário *pra* que você tivesse direito a se candidatar. Murilo, claro, fez 80% dos convencionais [*risos*], mas os 20% deram a Judélio a condição de ser candidato, e eu era o convencional nessa época. E eu era convencional.<sup>397</sup>

Ainda sobre esse processo da construção da candidatura de Judélio Carmo, o ex-vereador Carlos Navarro Filho relatou uma questão de suma importância, se colocando como um dos responsáveis do emedebista se tornar uma opção para aquele pleito eleitoral:

Logo depois de casado, Judélio me procurou, disse: “Navarrinho, olha, a coisa lá desbandeirou, já não tem mais grupo e tal, rompeu com Jairo Maia, o próprio MDB já não é mais o mesmo, *pa, pa, pa*, Manso Pimentel saiu, não sei por que, e tal, e como nós somos membros natos do Diretório, um de nós pode ser candidato a prefeito, entendeu? E ele veio cá, ele... acho que a ideia dele era ele mesmo, mas ele veio cá dizer: “Olha, e eu lhe apoio, eu vim aqui *pra* dizer que lhe apoio, *vamo* pra lá, entendeu? Porque aí, a gente toma conta do Diretório, tal, tal e eu lhe apoio.” Mas aí, a minha mulher, recém-casada, disse: “Nem pensar! Nem discutir!” e aí, eu digo: “Ó, Judélio, não vai dar, mas eu vou lhe apoiar”. E aí fui *pra* ir *pra* apoiar Judélio, entendeu? Apoiar o lançamento da candidatura, apoiar, consolidar a candidatura, não a campanha.<sup>398</sup>

<sup>395</sup> MDB [...]. **Jornal do Brasil**, Biblioteca Nacional Digital. 28/11/1970, Coisas da política, 1970b, p. 6.

<sup>396</sup> ELEIÇÃO [...]. **A Tarde**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 16/11/1972, p. 03.

<sup>397</sup> CARDOSO, Marco Antunes Boiron. **Marco Antunes, depoimento (2022)**. Entrevista concedida à Jorge Damasceno. Alagoinhas-BA, 11 de março de 2022.

<sup>398</sup> FILHO, Carlos Navarro. Carlos Navarro, **depoimento (2022)**. Entrevista concedida a Wagner Pimentel. Alagoinhas-BA, 16 de julho de 2022.

O importante para se destacar desses dois depoimentos de testemunhas que vivenciaram aquele momento é a extrema dificuldade enfrentada por Judélio Carmo para se candidatar a prefeito de Alagoinhas nas eleições de 1972. Além de ter precisado da assinatura de Carlos Navarro Filho e do apoio de Marco Antunes Boiron Cardoso na convenção municipal, o ex-vereador teve que ter o auxílio político interno da executiva nacional do MDB.

Como a legislação eleitoral não permitia sua migração para ARENA no meio do processo eleitoral, Murilo Cavalcanti, certamente, manipulou e orquestrou a saída dele e de seus aliados para lá, como já foi visto no capítulo anterior, esvaziando o diretório municipal emedebista, deixando-o em frangalhos e dificultando a vida política de Judélio Carmo, que queria ser candidato a prefeito no pleito eleitoral de 1972.

Com essa baixa considerável de vereadores e do seu principal líder que deixou um espaço político pequeno dentro da agremiação partidária ocupado por Judélio Carmo ao ver aquela oportunidade, ocorreu uma tentativa frustrada de Murilo Cavalcanti para controlar o partido, mesmo sendo membro naquele momento da ARENA. Segundo o depoimento de Juscélio Carmo, irmão de Judélio, houve claramente uma ação planejada por parte do prefeito arenista em obstaculizar a candidatura do ex-vereador, da legislatura 1967-1971, que se tornaria prefeito e o mais novo líder político do município:

Então, eu tenho a impressão que esse mandato de Murilo Tampão (*SIC*) já foi pela arena, deixando o Manso Pimentel no MDB. Ele [Murilo Cavalcanti] controlava o MDB. E aí foi onde houve o rompimento de Domingos Veloso com o Murilo e Domingos Veloso foi praticamente o baluarte na na na nos 20% que você disse que Marco Antunes falava ou falou é... pra Judélio conseguir assumir a sublegenda pra sair candidato em 72 e derrotar Zé Libório, né? Então Navarro já estava em Salvador, mas ele continuava no PMDB(*SIC*) em Alagoinhas e aí deve ter Judélio precisado dele pra como é que diz? Tornar a candidatura dele válida. Mas aí Manso Pimentel foi derrotado por Judélio. Foi uma convenção no carneirão moço. Foi um negócio assombrou. Foi muita gente. Foi quase como uma eleição. Se não me engano parece que deu 3000 pessoas essa convenção ficou falada na época, Murilo injetando Manso de qualquer jeito pra Judélio não ter condição de ser candidato. Judélio foi candidato por poucos votos, pouquíssimos que deu condição dele ser candidato.<sup>399</sup>

O que chama atenção em relação a esse breve depoimento de Juscélio Carmo é a relevância que a convenção municipal teve para a formalização e oficialização da candidatura do Judélio Carmo a prefeito de Alagoinhas e, também, do poder e da influência política de Murilo Cavalcanti sob os membros do seu grupo ainda filiados ao MDB, tendo o comerciante

---

<sup>399</sup> CARMO, Juscélio Souza. Juscélio Carmo, **depoimento (2022)**. Entrevista concedida a Wagner Pimentel. Alagoinhas-BA, 11 de dezembro de 2022.



Manso Pimentel como um aliado de primeira ordem na sua estratégia de tentar controlar o jogo político local.

Ao cotejar as fontes da convenção emedebista no pleito eleitoral de 1972 no município de Alagoinhas, vale salientar algumas contradições, discordâncias e convergências em comparação com os depoimentos dados pelos entrevistados que experienciaram aquela situação.

O jornal *A Tarde* noticiou o evento e afirmou que:

A convenção partidária [do MDB] foi realizada nas dependências da associação comercial e todos os convencionais presentes sufragaram o nome do jovem oposicionista. A convenção emedebista foi assistida por inúmeras pessoas e uma manifestação popular foi promovida no seu encerramento.<sup>400</sup>

A convergência das fontes confrontadas é a realização da convenção ter legitimado Judélio Carmo como candidato a prefeito pelo MDB e o interesse popular pelo evento realizado. Juscélio Carmo afirmou que a reunião emedebista ocorreu no estádio municipal Antônio Carneiro com a presença de 3000 pessoas. Depois, em uma outra entrevista, ele refez seu depoimento ao ter contato com essa reportagem do jornal *A Tarde* e disse:

[...] eu não me lembro dessa convenção ter sido na associação comercial, convenção parece que foi no carneirão, ou ia ser no carneirão e parece que Murilo não autorizou e foi pra asso... acho que foi, ia ser é... depois se falou que foi tão grande que se fosse no carneirão que... sei bem não, mas eu me lembro que tinha uma história da convenção ter sido no carneirão, mas ai tá dizendo foi na associação comercial? Seria possível ter 3000 pessoas dentro da associação comercial de Alagoinhas?<sup>401</sup>

A contradição dos dois depoimentos dados por Juscélio Carmo obriga a citar Michel Pollak, quando ele afirmou que na memória ocorre muitas vezes transferências e projeções de eventos, lugares e personagens. Além disso, ele destaca que a experiência individual de uma pessoa na vida pública pode ocasionar, em datas da vida privada ou pública, assimilações, separações ou ausências nos relatos.<sup>402</sup>

Fica óbvio que no depoimento do irmão de Judélio Carmo é mais um exemplo projeção de lugar, possivelmente, provocado pelo poder político que Murilo Cavalcanti tinha no município ao ponto de impedir que a convenção do MDB fosse realizada no estádio municipal, aliado ao fato de tentar celebrar a memória do emedebista como um grande líder popular. Tendo sido no carneirão ou na associação comercial, o fato é que, no cotejo das fontes, fica claro o

---

<sup>400</sup> PARTIDOS[...]. *A Tarde*. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 31/08/1972, p. 08.

<sup>401</sup> CARMO, Juscélio de Souza. Juscélio Carmo, **depoimento (2022)**. Entrevista concedida a Wagner Pimentel. Alagoinhas-BA, 17 de março de 2022.

<sup>402</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade Social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p.202-203

seguinte: a candidatura do jornalista a prefeito de Alagoinhas, em 1972, foi o nascimento de mais um novo líder político no município.

A questão fundamental é que nessa reportagem do jornal *A Tarde* o não-dito chamou mais atenção: não foi mencionada a forte presença e influência do prefeito Murilo Cavalcanti dentro do diretório do MDB mesmo já tendo migrado para a ARENA desde agosto de 1971. Os depoimentos de Juscélio Carmo e Marco Antunes Boiron Cardoso dão bons indícios desse poder político do chefe do executivo alagoinhense, pois confrontando e relacionando esses relatos com o fato de Judélio Carmo ter tido muita dificuldade em registrar sua candidatura à prefeitura de Alagoinhas, é muito provável que realmente ocorreram interferências e ingerências políticas do ex-advogado dos ferroviários, lembrando que naquele momento ele, em 1972, já estava de corpo e alma inserido no carlismo para nunca mais sair.

Portanto, o assassinato de Celso Magalhães Dantas deixou mais nítida as disputas não apenas dentro do MDB, mas também nos outros espaços de decisão política, principalmente na Câmara Municipal. A percepção que se tem é de um MDB fragmentado pela infidelidade partidária ocasionada pelo adesismo – a forte influência política autocrática de ACM nas eleições de 1970 – e pela falta de conteúdo programático e ideológico consistente, na maioria dos seus vereadores, resultando em uma presa fácil para a ARENA. Tal constatação fundamenta-se no fato de que Judélio Carmo teve dificuldade para se candidatar e, posteriormente, para governar, o que terminou resultando em um processo de *impeachment*, impetrado pelos arenistas em 1975, orquestrado pela liderança de José da Silva Azi. Tema que já não poderá ser aqui discutido, por estar fora do contexto temporal em que se insere esta pesquisa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo dessa pesquisa foi analisar o papel da Câmara Municipal de Alagoinhas na legitimação da Ditadura Militar no município num contexto de intensa pressão sobre as casas legislativas do país e grande movimentação política. A atuação dos vereadores com discursos de enaltecimento ao governo autoritário e, principalmente, as apresentações de moções homenageando atores sociais responsáveis pela manutenção daquela ordem, foram essenciais para dar uma aparência e uma sensação de viver em um regime distinto do que começava a se configurar.

A partir dessa questão ficou mais nítido compreender o papel exercido pelos emedebistas dentro das regras do jogo político estabelecido pela Ditadura Militar, tanto em nível nacional, quanto no estadual e, principalmente, que foi o mais relevante aqui neste trabalho, no municipal. A situação política e eleitoral vivida pelo MDB nacional e estadual da Bahia, no ano de 1970, foi difícilíssima, ao ponto de quase ter provocado a extinção desse partido criado pelo regime para lhe fazer oposição consentida. Fato esse que deixou bastante preocupada as principais lideranças partidárias, pois o instrumento da sublegenda contribuiu muito mais para o fortalecimento da ARENA do que para uma equidade entre as duas agremiações nas cinco eleições no período do bipartidarismo brasileiro.

Os vereadores emedebistas de Alagoinhas, nas duas primeiras legislaturas após o golpe de 1964, mantiveram um comportamento parlamentar e vivenciaram situações políticas peculiares na Câmara Municipal e no jogo político local, se comparado aos seus colegas do Congresso Nacional e da Assembleia Legislativa. Dentre as várias particularidades que ocorreram no jogo político alagoinhense, o apoio público dado pelo governador Antônio Carlos Magalhães ao candidato a prefeito do MDB Murilo Coelho Cavalcanti, em 1970, parece ter sido fundamental.

Foi visto aqui que a influência do carlismo na política municipal de Alagoinhas trouxe à tona elementos relevantes para o entendimento da maneira como se operavam as relações político-partidárias entre emedebistas e arenistas, tendo como referência a atuação de Antônio Carlos Magalhães. A bancada emedebista alagoinhense não apenas se aliou ao carlismo, como também, andou de mãos dadas com a Ditadura Militar, tendo vereadores que convergiam com os arenistas algumas características, como por exemplo, o pensamento político conservador e a percepção de um desenvolvimento econômico pautado na industrialização.

Relacionando a força política autocrática e carismática do carlismo com os números dos resultados das eleições de 1970, no município de Alagoinhas, foi demonstrado que a vitória

eleitoral emedebista foi ocasionada não apenas pelo apoio político do governador Antônio Carlos Magalhães a Murilo Cavalcanti, mas também por causa da forte liderança que o ex-advogado dos ferroviários exercia na sociedade alagoinhense. A aliança entre os dois líderes foi fundamental para o sucesso eleitoral no pleito eleitoral de 1970.

A questão do adesismo dentro do MDB alagoinhense e a conseqüente debandada da bancada para ARENA no final do primeiro período legislativo do ano de 1971, aliada a presença do carlismo no jogo político local, foi avassaladora, vitoriosa e representou o auge do murilismo em Alagoinhas. O ano de 1971, sem sombra de dúvidas, foi o clímax da trajetória política de Murilo Coelho Cavalcanti, pois além de ter orquestrado a saída de todo o seu grupo para ARENA, causou um mal-estar com as outras correntes existentes no partido.

Ademais, Murilo Cavalcanti conseguiu mais poder político, aprovando todos os projetos na Câmara Municipal tornando-se capaz de controlar, efetivamente, os três espaços de decisão política, aglutinando todos os grupos arenistas em torno da candidatura de José Libório a prefeito de Alagoinhas em 1972. Vale ressaltar que esta eleição foi a única, depois da institucionalização da sublegenda, em que a ARENA de Alagoinhas disputou com apenas um único candidato.

Essa força política e liderança de Murilo Cavalcanti no município de Alagoinhas foram elementos relevantes e essenciais para não se pensar as divisões e as tensões políticas dentro do MDB alagoinhense de forma binária. Era muito mais do que uma simples polarização entre adesista e autênticos. Além dos interesses de classes envolvidos, a questão do personalismo político foi também relevante nas relações partidárias e intrapartidárias.

Em relação ao “Crime de Alagoinhas” ficou demonstrado que o assassinato do comerciante Celso Magalhães Dantas, eleito vereador nas eleições de 1972, representou o momento mais conturbado na trajetória política de Murilo Cavalcanti e gerou um inesperado escândalo dentro do cenário político-partidário do município de Alagoinhas. Esse trágico episódio político provocou medo, revolta e boatos entre a população alagoinhense, chegando ao ponto de diversos periódicos baianos e nacionais noticiarem com frequência o fato e provocar nos curiosos muita procura por informações nas bancas de jornais. O crime mexeu no cotidiano do alagoinhense.

Acusado pelos assassinos de ter sido um dos responsáveis por encomendar a morte do seu adversário, Murilo Cavalcanti ficou acuado, perdeu espaço político e viu o nascimento de um outro líder local, o jornalista Judélio de Souza Carmo que foi eleito prefeito pelo MDB nas eleições de 1972. Um novo líder que pagou um preço muito alto em 1975, quando sofreu o processo de impeachment, porque ousou desafiar o carlismo e o murilismo na campanha

eleitoral de 1972 ao obter a porcentagem mínima para se postular como candidato a prefeito por uma sublegenda do MDB.

Ficou claro que o MDB ainda sofria fortes ingerências e influências políticas de Murilo Cavalcanti, mesmo ele estando na ARENA. Assim, Judélio Carmo se candidatou a prefeito de Alagoinhas em 1972 em um partido esfarelado pelo adesismo e pelo carlismo, tendo apenas cinco candidatos a vereador em seu palanque eleitoral. E sua vitória naquele pleito eleitoral representou, certamente, a maior façanha de um candidato à prefeitura em toda a história política de Alagoinhas.

A interferência política do Governador Antônio Carlos Magalhães, em favor dos seus aliados políticos, nas investigações policiais acerca do “Crime de Alagoinhas” foram cruciais para demonstrar o seu poder autocrático e contribuiu para prejudicar o andamento das diligências que poderiam desvendar o motivo principal que levou ao assassinato do vereador emedebista.

Em relação as tensões e repercussões políticas ocasionadas depois do assassinato do vereador eleito Celso Magalhães Dantas, verificou-se que a atuação dos vereadores ocorridas nas duas últimas sessões extraordinárias da legislatura 1971-1973 sinalizavam um rearranjo temporário entre o grupo político de José Azi e o de Murilo Cavalcanti. E esse novo arranjo estava intrinsecamente ligado a presença do carlismo no cenário do jogo político de Alagoinhas.

A solidariedade e o apoio irrestrito de todos os membros da Câmara Municipal de Alagoinhas ao prefeito Murilo Cavalcanti, que se encontrava preso, revelou que boa parte da classe dirigente alagoinhense se encontrava sob o domínio político do governador da Bahia. Essa questão demonstra, mais uma vez, o poder do carlismo em aglutinar frações de classe e oligarquias em torno de um mesmo grupo.

O desenvolvimento dessa pesquisa apresentou várias possibilidades de objetos de estudos interessantíssimos e controversos da história política de Alagoinhas. Obviamente, entre eles, destacam-se Murilo Coelho Cavalcanti, Judélio de Souza Carmo, José da Silva Azi, Jairo Azi e Jairo Maia. É igualmente válido e significativo pesquisar a ARENA alagoinhense, observando atentamente como se deu sua formação no município e, conseqüentemente, os tensionamentos internos entre as correntes políticas existentes.

Particularmente, nesse trabalho o que mais chamou atenção foi essa pequena parte da trajetória política de Murilo Cavalcanti. Parte-se do pressuposto de que ele saiu da condição de advogado dos ferroviários alagoinhense no início dos anos 1960 (exercendo o cargo de deputado estadual) e de defensor das reformas de base do governo João Goulart para se tornar

um membro do grupo político de Antônio Carlos Magalhães, nas eleições de 1970, por causa do seu alinhamento político e da aliança eleitoral no pleito de 1966 com a corrente arenista minoritária liderada pelo influente médico Jairo Maia.

Assim, o governador da Bahia por saber que Murilo Cavalcanti já tinha sido prefeito e, também, por querer controlar outros espaços de decisão política fora do diretório da ARENA, escolheu o advogado como seu candidato no pleito eleitoral de 1970 em detrimento aos outros três arenistas concorrentes. Estabelecendo e dando início a uma nova configuração e faceta política ao ex-advogado dos ferroviários que um dia foi defensor das reformas de base do governo João Goulart.

## FONTES PRIMÁRIAS

ABAIXO-ASSINADO pede júri para os irmãos Cavalcanti, em Alagoinhas. **A Tarde**, Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 07/01/1977, 1977.

ALAGOINHAS. Câmara Municipal de Alagoinhas. **Atas em arquivo na Câmara Municipal de Alagoinhas**. 1956, 1966, 1967, 1968, 1969, 1970, 1971, 1972, 1973a.

ALAGOINHAS na expectativa de novos crimes. **A Tarde**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 20/01/1973. Seção de Crime, 1973b.

ALAGOINHAS poderá ter seu centro industrial. **A Tarde**. Salvador: Instituto geográfico e histórico da Bahia, 16/10/1972, 1972, p.5.

ARENA baiana espera ter maioria tranquila em todos os níveis do Pleito. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital. 15 e 16/11/1970. 1º caderno, 1970.

ASSEMBLEIA aprova a encampação de Capuava e diz como fazê-la. **Jornal do Brasil**, Biblioteca Nacional Digital. 20/10/1963, 1º caderno, 1963, p.28

ASSUMPCÃO, Regina Céli. Câmara dos Deputados. Portal da Câmara dos Deputados. **Em meio a pedidos de justiça, Câmara devolve mandato a cassados pela ditadura**. Brasília: Agência Câmara de Notícias. 07/12. 2012. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/391588-em-meio-a-pedidos-de-justica-camara-devolve-mandato-a-cassados-pela-ditadura/>. Acesso em: 05 maio 2020.

ATA do resultado das Eleições municipais de 1966 de Alagoinhas-Bahia, fornecido e digitalizado pela Secretaria de Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

BAHIA busca dois mascarados que mataram líder do MDB. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital, 20/01/1971, 1º caderno, 1971, p. 04.

BAHIA confirma prisão do prefeito como mandante do crime de Alagoinhas. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital, 26/01/1973. 1º caderno, 1973.

BAHIA dá novo poço de petróleo. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital. 17/06/1967, 1967, capa.

BAHIA. Tribunal Regional Eleitoral. **15ª Primavera dos Museus**. TRE/BA. Recuperação e disponibilização dos resultados: Eleições de 1932 a 1993. [s.d.]. Disponível em: <https://bitly.com/aaaEDB>. Acesso em: 08 set. 2022.

BALANÇO geral e demonstração da conta de lucros e perdas 1967. **Diário de Notícias**. Biblioteca Nacional Digital. 05/03/1968, 1968, 3ª seção, p.4

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 1970**. Série Regional, volume I, tomo XIII, Estado da Bahia, IBGE, 1973a.

BRASIL. SIAN. Sistema de informações do Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informação, Agência de Salvador. Documento de informações nº 11/21/ASV/SNI/73. 1973b. Disponível em: <https://sian.an.gov.br>. Acesso em: 22 mar. 2021.

BRITO, Reynivaldo; MOTA, Valter. Apesar dos Boatos, posse foi tranquila: Alagoinhas **A Tarde**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 02/02/1973, 1973, p.03

CARDOSO, Marco Antunes Boiron. **Marco Antunes, depoimento (2022)**. Entrevista concedida à Jorge Damasceno. Alagoinhas-BA, 21 de março de 2022.

CARMO, Judélio de Souza. O futuro tem encontro marcado em Alagoinhas. **Revista O Cruzeiro**. Biblioteca Nacional Digital. 27/07/1968, p.90-91

CARMO, Juscélio de Souza. **Juscélio Carmo, depoimento (2022)**. Entrevista concedida à Wagner Pimentel. Alagoinhas-BA, 11 de dezembro de 2022

CARMO, Juscélio de Souza. **Juscélio Carmo, depoimento (2023)**. Entrevista concedida à Wagner Pimentel. Alagoinhas-BA, 17 de março de 2023

COELHO NETO, Rogério. Dúvida sobre a duração dos mandatos mantém prefeitos sem nada a realizar. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital, 17/09/1967, 1º caderno, 1973, p.4.

CONFIRMADA a existência de petróleo em Santo Estevão. **O jornal**. Biblioteca Nacional Digital. 20/06/1967, 1º caderno, 1967, p.6

CARTA do deputado Jairo Azi. **Tribuna da Bahia**. Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 30/01/1973, p.03, 1973.

DEPOIMENTO de Murilo. **Tribuna da Bahia**, Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 30/01/1973, 1973.

DEZ mil ferroviários. Dez dias de greve. **Novos Rumos**. 11 a 17/03/1960, Ano II, Nº 54, 1960, p.2.

ELEIÇÃO: Festa no interior e indiferença na capital. **Jornal A Tarde**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 16/11/1972.

FORMULÁRIO de Resumo do Resultado da Eleição Municipal de 1966 de Alagoinhas-Bahia, fornecido e digitalizado pela Secretaria de Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

FORMULÁRIO de Resumo do Resultado da Eleição Municipal de 1970 de Alagoinhas-Bahia, fornecido e digitalizado pela Secretaria de Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

FORMULÁRIO de Resumo do Resultado da Eleição Municipal de 1972 de Alagoinhas-Bahia, fornecido e digitalizado pela Secretaria de Informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

FRANÇA quer financiar a Bahia. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital. 24/05/1967, 1967, 1º caderno, p.16

HOMENS e negócios. **Jornal do Comércio**. Biblioteca Nacional Digital. 20/03/1965, 1965, 2º caderno, p.1



INQUERIDO o prefeito Mandante. **O Globo**. Site Acervo O Globo. 26/01/1973, Matutina, Geral, 1973.

INSTANTÂNEOS Geoeconômicos. **Diário de Notícias**. Biblioteca Nacional Digital. 25/04/1965, 1965, 3ª seção, p.2

IRMÃOS [...]. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital. 23/02/1973, p.03, 1º caderno, 1973.

JANELA. **Diário de Pernambuco**. Biblioteca Nacional Digital. 23/07/1967, 1967, 3º caderno, p.3

JORRA mais petróleo. **Revista Manchete**. Biblioteca Nacional Digital. 21/05/1960, nº 422, 1960, p.60-64

LESSA, Daniele. Câmara dos Deputados. Portal da Câmara dos Deputados. **Especial Cassações 5** – A ditadura militar foi o período com mais cassações na história política Brasileira (11'46"). Brasília: Agência Câmara de Notícias. [s.d.]. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/266060-especial-cassacoes-5-a-ditadura-militar-foi-periodo-com-mais-cassacoes-na-historia-politica-brasileira-1146/>. Acesso em: 10 out. 2022.

MDB da Bahia denuncia o adesismo. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital. 08/10/1970, 1º caderno, 1970a, p. 4.

MDB da Guanabara é uma oposição sitiada. **Jornal do Brasil**, Biblioteca Nacional Digital. 28/11/1970, Coisas da política, 1970b.

MDB deve buscar um novo caminho. **Jornal da Bahia**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 12/12/1970, 1970c.

MIRANDA, Alberto. Crime revolta e abala Alagoinhas. **Jornal da Bahia**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 20/01/1973, 1973, capa.

MIRANDA, Alberto. Morte de Vereador revolta Alagoinhas. **Jornal da Bahia**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 20/01/1973, 1973, p.6

MURILO já está morando em Salvador e Flávio retorna a Alagoinhas. **Tribuna da Bahia**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia. 06/02/1973, p.8.

MURILO, um líder? **Tribuna da Bahia**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 25/01/1973, p. 8.

NAVARRO FILHO, Carlos. **Carlos Navarro, depoimento (2022)**. Entrevista concedida a Wagner Pimentel. Alagoinhas-BA, 16 de julho de 2022.

NCr\$ 1 MILHÃO E 300 MIL liberados para abastecimento d`água e rodovias. **Diário de Pernambuco**. Biblioteca Nacional Digital. 06/12/1968, 1968, 1º caderno, p.5

NOVA zona de petróleo na Bahia. **O jornal**. Biblioteca Nacional Digital. 13/03/1965, 1965, capa.

PARTIDOS indicam nomes às eleições de 15 de novembro. **A Tarde**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 31/08/1972, p.8.

PDR ficará 40 dias sem concorrência. **Jornal do Brasil**, Biblioteca Nacional Digital. 22 e 23/08/1971, Coisas da política, p.6.

PETROBRAS tem mais petróleo na Bahia. **Correio da Manhã**. Biblioteca Nacional Digital. 08/07/1967, 1967, 1º caderno, p.13

PINTO NETO, Pedro Marcelino. **Pedro Marcelino, depoimento (2022)**. Entrevista concedida à Wagner Pimentel. Alagoinhas-BA, 06 de março de 2022.

POLÍCIA baiana busca agora mandantes do assassinato do vereador Celso Dantas. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital. 25/01/1973. 1º caderno, 1973.

POLÍCIA federal investigará a invasão do INPS de Alagoinhas. **A Tarde**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 28/08/1968, 1968, p. 03.

POLÍTICA e Políticos. Explicações do prefeito. **A Tarde**. Salvador: Instituto geográfico e histórico da Bahia, 19/10/1972, 1972, p.3.

POLÍTICOS e Política, Lideranças oposicionistas temem a extinção do partido na Bahia. **A Tarde**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 14/09/1972, 1972.

PREFEITOS nos cargos até 70. **A Tribuna**. Biblioteca Nacional Digital, 02/10/1967, 1967, p.3

PRISÃO de Murilo não causou Surpresa em Alagoinhas. **Tribuna da Bahia**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 26/01/1973, 1973.

RAIO laser. **Tribuna da Bahia**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 18/11/1970. 1970,

REIS, José Francisco dos. **Chico Reis, depoimento (2021)**. Entrevista concedida à Wagner Pimentel e Jorge Damasceno. Alagoinhas-BA, 27 de fevereiro de 2021.

RECONCAVO reclama royalties. **Jornal do Brasil**, Biblioteca Nacional Digital. 06/06/1963, 1º caderno, 1963, p.3.

RECONTAGEM de votos da capital começará hoje. **Jornal A Tarde**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 28/11/1966, 1966.

ROYALTIES da Petrobras para a Bahia. **Diário de Notícias**. Biblioteca Nacional Digital. 18/11/1961, 1961, 1ª seção, p.6

TEVE até um Gavião na festa de Alagoinhas. **Tribuna da Bahia**, Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 25/01/1971, 1971.

TOM ZÉ. Parque Industrial. Recife: Rozenblit, 1968. 3:15 min

ULISSES Guimarães pede um esforço geral pela seriedade das eleições. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital. 29 e 30/11/1970, 1º caderno, 1970.

VEREADOR de Alagoinhas é assassinado. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital. 20/01/1973, capa, 1973a.

VEREADOR do MDB morto a tiros: Bahia. **O Globo**. Site Acervo O Globo, 20/01/1973. Matutina, Geral, 1973.

VEREADOR faltou as sessões sem licença e teve mandato extinto. **A Tarde**. Salvador: Instituto geográfico e histórico da Bahia, 14/10/1969, 1969, p. 02.

VIÚVA de Celso: "Murilo mandou matar e isso vai ficar provado". **A Tarde**. Salvador: Biblioteca Central do Estado da Bahia, 31/01/1973. Seção de Crime.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Tatiane Figueiredo. **“O aço se testa no fogo e o líder se faz na luta”**: atuação do ferroviário Hostílio Ubaldo Ribeiro Dias na Câmara Municipal de Alagoinhas (1955-1963). 2021. 170f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2021.
- ARAÚJO, Tatiane Figueiredo. **A vida nos trilhos**: profissionalização, trabalho e política partindo das memórias de uma ferroviário. 2013. 97f. Trabalho de Conclusão de Curso de (Graduação em História) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2013.
- BARROS, José D’Assunção. **O projeto de pesquisa em história**: da escolha do tema ao quadro teórico. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BARROS, José D’Assunção. **Fontes históricas**: introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2019. Edição Kindle.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 64. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 14, n. 27, p. 179-196, 1994.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Brasiliense, 2004.
- COUTINHO, Carlos Nelson(org.). **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- DANTAS NETO, Paulo Fábio. **Tradição, autocracia e carisma**: a política de Antônio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974). Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.
- DIAS, José Alves. **Rumo ao palácio**: as estratégias de dominação do espaço político na Bahia durante a ditadura (1966-1982). Vitória da Conquista: Editora da UESB, 2016.
- DREIFUSS, René A. **1964**: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). 2. ed. São Paulo: Edusp, 2014.
- FERREIRA, Muniz. O Golpe de Estado de 1964 na Bahia. **Clio: Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 22, n. 1, p. 85-101, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/2WbdNIp>. Acesso em: 05 maio 2020.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.9, n. 20, p. 05-74, 2017. Disponível em: <https://encurtador.com.br/ikwxT>. Acesso em: 05 abril 2022.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3fTVf7l>. Acesso em: 16 maio 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HEY, Ana Paula. Elites, no plural. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 1-8, 2017.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. **Teoria das Elites**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011

JACOBINA, André Teixeira. **Clivagens partidárias: ARENA e MDB baianos em tempos de distensão (1974-1979)**. 173f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

KINZO, Maria D'alva G. **Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. Tradução: Heloisa Perrone Attuy. São Paulo: Vértice, 1988.

LIMA, Keite Maria Santos do Nascimento. **Entre a ferrovia e o comércio: urbanização e vida urbana em Alagoinhas (1868-1929)**. 2010. 148f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

LIMA, Keite Maria Santos do Nascimento. Bahia and San Francisco railway, a ferrovia que rasgou o interior baiano: impactos econômicos, políticos e sociais nas vilas e povoados do primeiro trecho (1852-1863) *In*: SAMPAIO, Moisés de Oliveira; FERNÁNDEZ, Sandra (org). **Brasil e Argentina na pesquisa regional/local contemporânea: escalas, periodizações e problemas**. Salvador: EDUFBA, p.31-53, 2021, p.33

LIMA, Thiago Machado de. **Entre a política e a religião: o golpe civil-militar de 1964 na cidade de Esplanada, Bahia**. 2015. 220f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2015.

MAGALHÃES, Marionilde B. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 17, n. 34, [s.p.], 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01881997000200011>. Acesso em: 03 abr. de 2023.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. Tradução e notas Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAIS, Moisés Leal. **Urbanização, trabalhadores e seus interlocutores no legislativo municipal: Alagoinhas-Bahia, 1948-1964**. 2011. 150f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2011.

MORAIS, Moisés Leal; SOARES, Ede Ricardo de Assis. O golpe civil-militar de 1964 em Alagoinhas: adesão à ordem ditatorial e repressão política. *In*: ZACHARIADES, Grimaldo (org.). **Ditadura militar na Bahia**: História de autoritarismo, conciliação e resistência. Salvador: EDUFBA, p. 55-78, 2014.

MOTA, Cristiane Lopes da. O golpe de 1964 e seus impactos em Santo Antônio de Jesus. *In*: MEDICCI, Ana Paula (org.). **Veredas da história política**. Salvador: EDUFBA, 2017, p. 92-112, 2017, E-book.

MOTA, Cristiane Lopes da. **O golpe de 1964 e suas reverberações em Santo Antônio de Jesus**. Salvador: Sagga, 2016.

MOTA, Cristiane Lopes da. Olhares acerca do regime civil/militar em Santo Antônio de Jesus. *In*: ENCONTRO BAIANO DE ESTUDOS EM CULTURA, 3., 2012, Cachoeira. **Anais [...]**. Cachoeira: UFRB, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/2YKosdX>. Acesso em: 27 ago. 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

NADER, Ana Beatriz. **Autênticos do MDB, semeadores da democracia**: história oral de vida política. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da. **Traços da cidade de Alagoinhas**: memória, política e impasses da modernização (1930-1949). 2009. 145f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2009.

PASSOS, Pâmella. **Vozes a favor do golpe!** O discurso anticomunista do Ipês como materialidade de um projeto de classes. Rio de Janeiro: Editora Mórula, 2017. Disponível em: <https://morula.com.br/wp-content/uploads/2017/03/VozesAFavorDoGolpe.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2020.

PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; LESSA, Simone Narciso. O processo de planejamento e desenvolvimento do transporte rodoviário no Brasil. **Caminhos de geografia**. Uberlândia, v.12, n.40, p.26-45,2011. Disponível em: [bit.ly/3qZGVOj](http://bit.ly/3qZGVOj). Acesso em: 07 mar. 2023

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história, **Nuevo Mundo Mundos Nuevos Debates 2006**. 2006. Disponível em: <https://bityli.com/zwvTrl>. Acesso em: 01 jun. 2015.

PINHEIRO, Israel de Oliveira. A política na Bahia: atraso e personalismos. **Revista Ideação**, Feira de Santana, n. 4, p. 49-78, 1999.

PINTO NETO, Pedro Marcelino. **Alagoinhas**: o que a memória guarda. Alagoinhas: FIGAM editora, 2015.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SAES, Décio. Uma contribuição à crítica da teoria das elites. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 3, p.7-19, 1994.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República**. Salvador: Edufba, 1998;

SAMPAIO, Consuelo Novais. **Poder e Representação: o legislativo a Bahia na Segunda República, 1930-1937**. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992.

SANTANA, Arleide Farias de. **Repressão às portas do Agreste Baiano** (consequências do golpe de 1964 em Alagoinhas). 2002. 38f. Monografia (Especialista em História Política) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2002.

SCHMIDT, Benito Bisso. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o golpe de 1964, quarenta anos depois. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 14, n. 26, 2007.

SCHMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. Edição *Kindle*.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. **Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-1948)**. 2.ed. Salvador: Edufba, 2022.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Paulo Santos. **A volta do jogo democrático: Bahia 1945**. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 1992.

SOARES, Ede Ricardo de Assis. **Os comunistas e a formação da esquerda** (Alagoinhas, 1945-1956). 2013. 155f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

SOARES, Alessandro O.; TAUILL, Rafael M.; COLOMBO, Luciléia. O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB. **Sinais**, Vitória, v. 1, n. 19, p. 7-29, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3mHHEU8>. Acesso em: 05 set. 2020.

SOUZA, Flávia Amorim. **Chico Pinto e os Autênticos do MDB: atuação no campo político brasileiro (1971- 1982)**.145f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2013.

TEIXEIRENSE, Pedro Ivo. **A invenção do inimigo: história e memória dos dossiês e contra dossiês da ditadura militar brasileira: 1964-2001**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 19, p. 27-48, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3cda0Qo>. Acesso em: 04 maio 2020.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o golpe de 64**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. História, memória e política. Lisboa: Edições unipop, 2012.

VASCONCELOS, Cláudio B. de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do legislativo. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 333-358, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2zcCivV>. Acesso em: 06 maio 2020.